UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Nathália Potiguara de Moraes Lima

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO GRANDE DO NORTE (RN):

dimensões político-educativas do Projeto *Rualogia*

JOÃO PESSOA

2026

Nathália Potiguara de Moraes Lima

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO GRANDE DO NORTE (RN):

dimensões político-educativas do Projeto *Rualogia*

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a defesa de doutorado.
Linha de pesquisa: Educação Popular.
Orientador: Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite.

JOÃO PESSOA

2026

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732p Lima, Nathália Potiguara de Moraes.
População em situação de rua no Rio Grande do Norte (RN) : dimensões político-educativas do Projeto Rualogia / Nathália Potiguara de Moraes Lima. - João Pessoa, 2026.
222 f. : il.

Orientação: Ivonaldo Neres Leite.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. População em situação de rua - Rio Grande do Norte. 2. Projeto Rualogia. 3. Políticas públicas - Rio Grande do Norte. 4. Pedagogia social. 5. Exclusão social. I. Leite, Ivonaldo Neres. II. Título.

UFPB/BC CDU 364.682.4:37.013.42(043)

Elaborado por Larissa Silva Oliveira de Mesquita - CRB-15/746

Nathália Potiguara de Moraes Lima

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO RIO GRANDE DO NORTE (RN):

dimensões político-educativas do Projeto *Rualogia*

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a defesa de doutorado. Linha de pesquisa: Educação Popular. Orientador: Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite.

A BANCA EXAMINADORA, TENDO EM VISTA A EXPOSIÇÃO ORAL APRESENTADA PELA DOUTORANDA, NATHÁLIA POTIGUARA DE MORAES LIMA E PROCEDIDA A ARGUIÇÃO PERTINENTE AO TRABALHO FINAL, CONSIDEROU A TESE:

(X) APROVADA
( ) INDETERMINADA
( ) REPROVADA

MEMBROS BANCA EXAMINADORA	*INSTITUIÇÃO*	*ASSINATURA*
Ivonaldo Neres Leite (Orientador)	PPGE/UFPB	gov.br Documento assinado digitalmente IVONALDO NERES LEITE Data: 05/03/2026 13:42:46-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Carlos Roberto da Silva Machado	FURG	[redacted]
Simone Cabral Marinho dos Santos	UERN	[redacted]
Joseval dos Reis Miranda	PPGE/UFPB	gov.br Documento assinado digitalmente JOSEVAL DOS REIS MIRANDA Data: 05/03/2026 18:42:55-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
Severino Bezerra da Silva	PPGE/UFPB	gov.br Documento assinado digitalmente SEVERINO BEZERRA DA SILVA Data: 10/03/2026 16:48:15-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

João Pessoa, 27 de fevereiro de 2026

“Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto” (Leonardo Boff).

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Ivonaldo Neres Leite, meu orientador, pelo tempo generosamente dedicado ao processo de construção desta pesquisa; pelos conhecimentos compartilhados; pelo olhar crítico e pela precisão das palavras; pela confiança depositada neste trabalho e por me ensinar, na prática, o valor do compromisso ético, político e pedagógico de um educador frente à construção do conhecimento.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), pela oferta de cursos de Mestrado e Doutorado de excelência, constituindo-se como uma Instituição de grande referência na formação de profissionais de ensino superior no Brasil. Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas (GEPEDUSC/UFPB), pelas experiências e conhecimentos compartilhados sobre os diversos campos de saberes.

Aos mentores das ruas e doutores do conhecimento Rualogia Vanilson Torres, Fátima Silva, Hallison Costa, Marcela Gomes, Renata Barbosa e a todos os meus companheiros(as) de militância. Vocês me ensinam, cotidianamente, que o conhecimento das ruas não se curva; que a organização coletiva transforma dores compartilhadas em consciência política; que podemos não ser capazes de explicar o mundo, ainda assim, é possível enfrentá-lo, contrapô-lo e insistir em recriá-lo.

Aos professores avaliadores desta pesquisa que me auxiliaram na ampliação das perspectivas analíticas do estudo, evidenciando aspectos que, certamente, eu não identificaria sozinha. Suas contribuições foram essenciais para a qualificação deste trabalho.

A minha família e marido, por acreditarem e torcerem por mim; pelo suporte emocional e incentivo constante. Vocês são, inestimavelmente, minha maior riqueza.

RESUMO

A heterogeneidade da População em Situação de Rua (PSR), marcada por trajetórias diversas e pela desigualdade, assim como por diferentes formas de acesso às políticas públicas, impõe desafios significativos à realização de pesquisas e ao desenvolvimento de ações formativas tendo-a como foco. Por isso, tratá-la de forma simplista pode contribuir para a geração de estigmas e preconceitos, dando origem a discursos que negam a cidadania das pessoas que compõem a PSR como sujeitos de direitos, reproduzindo percepções que os remetem para a esfera da invisibilidade. Partindo dessa perspectiva, as abordagens realizadas neste trabalho reconhecem as particularidades e fenômenos atinentes à PSR, todavia, procuram avançar no debate tendo em atenção, também, as potencialidades subjacentes a tais sujeitos, tecendo considerações sobre as suas estratégias de organização e mobilização coletivas, a partir da formação política. O objetivo geral do presente estudo consiste em analisar as dimensões político-educativas do Projeto “Rualogia: das marquises para a luta, conhecer para lutar”, no Rio Grande do Norte. Trata-se de uma iniciativa desenvolvida pelo Movimento Nacional de População de Rua (MNPR/RN) em parceria com o Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio (CRDHMD/UFRN). Do ponto de vista do referencial teórico-analítico, o trabalho ancora-se, por exemplo, em enfoques da Educação Popular, em aportes do legado da interpretação histórico-dialética da realidade e no conceito de estigma. Metodologicamente, a pesquisa é de tipo qualitativo, tendo o seu corpus empírico sido constituído a partir da realização de grupos focais e entrevistas narrativas com os educadores sociais (oficineiros/as) do Projeto Rualogia, e com os(as) participantes das atividades formativas, além da consulta/análise de documentos originários dos arquivos do Projeto. O material empírico foi tratado de acordo com a técnica de Análise Temática, de Braun e Clarke (2006), possibilitando a definição de quatro categorias temáticas de análise, quais sejam: 1) Temas e metodologias do Rualogia: Educação Popular na prática; 2) A expressão das práticas de cuidado no coletivo: diálogo e escuta ativa; 3) O reconhecimento e a legitimação de lideranças; 4) Processos de organização interna: a dimensão espacial-temporal da incidência política. Um dos principais achados da pesquisa diz respeito à constatação de que o Projeto Rualogia se configurou como um espaço formativo dinâmico, utilizando procedimentos de acordo com a especificidade da População em Situação de Rua e buscando desenvolver a sua consciência crítica, em sintonia com as perspectivas da Educação Popular. A referida constatação, contudo, não ignora as ambivalências em torno do Projeto e da PSR, conforme é próprio, geralmente, dos fenômenos sociais, sendo de referir a esse respeito, no caso das organizações coletivas, aspectos da relação entre representantes e representados, assim como da mediação entre propósitos pretendidos e fins alcançados.

Palavras-chave: População em situação de rua; Rualogia; movimento social; formação política; Educação Popular.

RESUMEN

La heterogeneidad de la población sin hogar, marcada por diversas trayectorias y desigualdades, así como por diferentes formas de acceso a las políticas públicas, plantea importantes desafíos para la investigación y el desarrollo de programas de capacitación dirigidos a esta población. Por lo tanto, un tratamiento simplista puede contribuir a la generación de estigmas y prejuicios, dando lugar a discursos que niegan la ciudadanía de las personas sin hogar como sujetos de derechos, reproduciendo percepciones que las relegan a la esfera de la invisibilidad. Desde esta perspectiva, los enfoques adoptados en este trabajo reconocen las particularidades y fenómenos relacionados con la población sin hogar; sin embargo, buscan avanzar en el debate considerando también el potencial subyacente de estos sujetos, integrando reflexiones sobre sus estrategias de organización y movilización colectiva, basadas en la educación política. El objetivo general de este estudio es analizar las dimensiones político-educativas del proyecto "Rualogia: de los toldos a la lucha, saber luchar", en Rio Grande do Norte. Esta es una iniciativa desarrollada por el Movimiento Nacional de Población Callejera (MNPR/RN) en colaboración con el Centro Marcos Dionísio para los Derechos Humanos (CRDHMD/UFRN). Desde una perspectiva teórico-analítica, el trabajo se fundamenta, por ejemplo, en enfoques de la Educación Popular, en aportaciones del legado de la interpretación histórico-dialéctica de la realidad y en el concepto de estigma. Metodológicamente, la investigación es de naturaleza cualitativa, con su corpus empírico constituido por grupos focales y entrevistas narrativas con los educadores sociales (facilitadores de talleres) del Proyecto Rualogia, y con los participantes de las actividades de capacitación, además de la consulta/análisis de documentos provenientes de los archivos del Proyecto. El material empírico fue tratado según la técnica de Análisis Temático de Braun y Clarke (2006), lo que permitió definir cuatro categorías temáticas de análisis, a saber: 1) Temas y metodologías de Rualogia: Educación Popular en la práctica; 2) La expresión de prácticas de cuidado en el colectivo: diálogo y escucha activa; 3) El reconocimiento y legitimación del liderazgo; 4) Procesos de organización interna: la dimensión espacio-temporal de la incidencia política. Uno de los principales hallazgos de la investigación se refiere a la observación de que el Proyecto Rualogia se configuró como un espacio formativo dinámico, utilizando procedimientos acordes con las especificidades de la Población Sin Hogar y buscando desarrollar su conciencia crítica, en línea con las perspectivas de la Educación Popular. Esta observación, sin embargo, no ignora las ambivalencias que rodean al Proyecto y a la población sin hogar, como suele ser habitual en los fenómenos sociales. En este sentido, en el caso de las organizaciones colectivas, conviene mencionar aspectos de la relación entre representantes y representados, así como la mediación entre los objetivos previstos y los fines alcanzados.

Palabras clave: Población sin hogar; Callejismo; movimiento social; educación política; Educación popular.

ABSTRACT

The heterogeneity of the homeless population, marked by diverse trajectories and characterised by inequality, as well as by different forms of access to public policies, poses significant challenges to conducting research and developing training initiatives focused on that population. Therefore, treating it in a simplistic manner can contribute to the generation of stigma and prejudice, giving rise to discourses that deny the citizenship of people who make up the PSR as subjects of rights, consequently reproducing perceptions that relegate them to the sphere of invisibility. With this in mind, this work recognises the particularities and specific phenomena relating to the homeless population. However, it seeks to advance the debate by also taking into account the underlying potential of this population, highlighting considerations regarding its strategy for collective organisation and mobilisation based on political education. The overall objective of the study is to analyse the political and educational dimensions of the Streetlogy Project: from marquees to struggle, knowing in order to fight", in Rio Grande do Norte. This is an initiative promoted by the National Movement for the Homeless Population (MNPR/RN) in partnership with the Marcos Dionísio Center for Human Rights Reference Centre (CRDHMD/UFRN). From a theoretical-analytical standpoint, the work is anchored, for example, in approaches from Popular Education, in contributions from the legacy of the historical-dialectical interpretation of reality, and in the concept of stigma. Methodologically, the research is qualitative in nature, with its empirical basis consisting of data obtained from focus groups and narrative interviews with the social educators (workshop coordinators) of the Streetlogy Project, and with the participants of the training activities, in addition to the consultation/analysis of documents originating from the Project's archives.The empirical material was treated according to the Thematic Analysis technique, by Braun and Clarke (2006), enabling the definition of four thematic categories of analysis, namely: 1) Themes and methodologies of the Streetology Project: Popular Education in practice; 2) The expression of care practices in the collective: dialogue and active listening; 3) The recognition and legitimation of leadership; 4) Processes of internal organization: the spatio-temporal dimension of political incidence. One of the main findings of the research concerns the observation that the Streetlogy Project has established itself as a dynamic educational space, using procedures tailored to the specific needs of homeless people and seeking to develop their critical awareness, in line with the perspectives of Popular Education. This finding, however, does not ignore the ambivalences surrounding the Project and the homeless population, as is usually typical of social phenomena. In this regard, on can mention, for example, in the case of collective organisations, aspects of the relationship between representatives and those they represent, as well as the mediation between intended purposes and achieved goals.

Key-words: Homeless population; Streetlogy Project; social movement; political training; Popular Education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AL	Alagoas
BA	Bahia
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPSad	Centro de Atenção Psicossocial – álcool e drogas
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de informações do CadÚnico
CE	Ceará
Centro Pop	Centro de Referência Especializado para População em Situação De Rua
CEP/UFPB	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba
Covid-19	Coronavírus
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRDHMD	Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio
DF	Distrito Federal
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EFP	Encontros de Formação Política
ES	Espírito Santo
FAPERN	Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do RN
GO	Estado do Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFESP	Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy
IFRN	Instituo Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MA	Estado do Maranhão
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MG	Estado de Minas Gerais

MLB	Movimento de Luta nos Bairros
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MNPR/RN	Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio Grande do Norte
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Estado de Pernambuco
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PNPR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
Pop Rua	População em Situação de Rua
PSR	População em Situação de Rua
PR	Estado do Paraná
RJ	Estado do Rio de Janeiro
RN	Estado do Rio Grande do Norte
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SARS-CoV	Vírus da família dos coronavírus
SETHAS	Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
SETHAS/RN	Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte
SC	Estado de Santa Catarina
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SP	Estado de São Paulo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: sujeitos participantes da pesquisa (pág.32)
Figura 2: fluxo metodológico da pesquisa (etapas e procedimentos) (pág.42)
Figura 3: percentual de mulheres e homens por grupos etários (pág.67)

Figura 4: representação das categorias de composição da superpopulação relativa em Marx (2013) (pág.76)

Figura 5: municípios potiguares incluídos no Censo da População em Situação de Rua no Rio Grande do Norte (2022) (pág.83)

Figura 6: dados cruzados entre Censo MDS (2008) e Censo Estadual (2022) (pág.86)
Figura 7: dados conjuntos sobre sexo em percentuais (pág.87)
Figura 8: localização geográfica dos serviços de atendimento à população em situação de rua de Natal (RN) (pág.91)

Figura 9: distância geográfica exata entre os serviços de atendimento à população em situação de rua de Natal (RN) (pág.93)

Figura 10: pessoas em situação de rua identificadas no Rio Grande do Norte por raça, cor de pele ou etnia (pág.94)
Figura 11: estrutura organizacional do MNPR (pág.99)

Figura 12: linha do tempo com demarcações de ações direcionadas a PSR em âmbito nacional e de representações do MNPR no Rio Grande do Norte (pág.102)
Figura 13: dados correspondentes as oficinas do Rualogia I (oficinas de 1 a 5) (pág.115)

Figura 14: dados correspondentes as oficinas do Rualogia I (oficinas de 6 a 10) (pág.116)

Figura 15: dados correspondentes as oficinas do Rualogia II (pág.117)

Figura 16: situações-problema elaboradas pela equipe do Rualogia (ed.1) para abordagem durante as oficinas (pág.130)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: documentos identificados na pesquisa documental do estudo (pág.31)

Quadro 2: guia de estruturação do grupo focal (pág.34)

Quadro 3: guia de estruturação das entrevistas narrativas (pág.37)

Quadro 4: codificação dos participantes da pesquisa (pág.38)

Quadro 5: análise temática (fase 5) – definição final dos temas (pág.40)

Quadro 6: descritores utilizados no levantamento de produções científicas no Periódicos Capes (pág.46)

Quadro 7: descritores utilizados no levantamento de produções científicas no portal de Teses e Dissertações da Capes (pág.46)

Quadro 8: descritores utilizados no levantamento de produções científicas no portal da SciELO (pág.46)

Quadro 9: levantamento Teses e Dissertações Capes (pág.49)

Quadro 10: levantamento Periódicos da Capes (pág.54)

Quadro 11: quantidade de oficinas e temas do Projeto Rualogia I (pág.112)

Quadro 12: quantidade de oficinas e temas do Projeto Rualogia II (pág.113)

Quadro 13: síntese do planejamento de desenvolvimento do teatro do oprimido (Rualogia II - oficina 2) (pág.127)

Quadro 14: organização das demandas a partir dos Grupos de Trabalho (GT) (pág.142)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: dez municípios com maior número absoluto de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro único em dezembro de 2022 (pág.71)

Tabela 2: distribuição da População em situação de rua por escolaridade (pág.73)

Tabela 3: principais motivos que levam à situação de rua por pessoas identificadas no RN (pág.85)

Tabela 4: pessoas em situação de rua identificadas no Rio Grande do Norte por faixa etária (pág.87)

Tabela 5: orientações sexuais autodeclaradas pela PSR no Rio Grande do Norte (pág.88)

Tabela 6: Pessoas em situação de rua identificadas por município do Rio Grande do Norte (pág.89)

LISTA DE ANEXOS

Anexo I: Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa da UFPB (pág.171)

Anexo II: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (pág.177)

Anexo III: Termo de Autorização para Gravação de Voz (pág.181)

Anexo IV: Guia de Estruturação da Pesquisa Documental (pág.183)

Anexo V: Publicações do Rualogia em Ambiente Virtual (pág.184)

Anexo VI: Modelo de Instrumento para a Coleta de Dados (Roteiro da Entrevista Narrativa) (pág.188)

Anexo VII: Roteiro de Mediação do Grupo Focal (pág.190)

Anexo VIII: Etapas da Análise Temática (Grupos Focais e Entrevistas) (pág191)

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice I: Cards de Divulgação do Rualogia I – oficina 1 (pág. 194)

Apêndice II: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 2 (pág. 195)

Apêndice III: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 3 (pág. 196)

Apêndice IV: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 4 (pág. 197)

Apêndice V: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 6 (pág. 198)

Apêndice VI: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 7 (pág. 199)

Apêndice VII: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 8 (pág. 200)

Apêndice VIII: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 9 (pág.201)

Apêndice IX: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 10 (pág. 202)

Apêndice X: cards de divulgação do Rualogia II - oficina 1 (pág. 203)

Apêndice XI: cards de divulgação do Rualogia II - oficina 2 (pág. 204)

Apêndice XII: cards de divulgação do Rualogia II - oficina 3 (pág. 205)

Apêndice: XIII: cards de divulgação do Rualogia II - oficina 4 (pág. 206)

Apêndice XIV: cards de divulgação do Rualogia II - oficina 5 (pág.207)

Apêndice XV: programações do Rualogia I (oficina 7) (pág. 208)

Apêndice XVI: programações do Rualogia I (oficina 8) (pág. 209)

Apêndice XVII: programações do Rualogia II (oficina 1) (pág. 210)

Apêndice XVIII: programações do Rualogia II (oficina 2) (pág. 211)

Apêndice XIX: planejamento detalhado (Rualogia II – oficina 1) (pág. 212)

Apêndice XX: relação de propostas e metodologias desenvolvidas durante o Rualogia (pág. 215)

Apêndice XXI: situações-problema elaboradas pelos(as) oficineiros do projeto Rualogia para mediação da temática (pág. 217)

Apêndice XXII: registros fotográficos (Rualogia I e II) (pág.219)

Sumário

INTRODUÇÃO.....17

1.1 “Vou mostrando como sou e vou sendo como posso”: relato sobre os caminhos percorridos.....18

1.2 Escopo e delimitações da pesquisa.....23

1.2.1Hipótese.....27

1.2.2 Objetivos.....27

1.2.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa.....28

1.3 Estado do conhecimento da pesquisa.....43

1.4 Delimitação estrutural do trabalho.....58

A DIMENSÃO POLÍTICO-EDUCATIVA NA FORMAÇÃO HUMANA.....60

O SEGMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....70

3.1 A população em situação de rua no Rio Grande do Norte.....81

O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (MNPR).....96

A DIMENSÃO POLÍTICO-EDUCATIVA NO PROJETO RUALOGIA: análise dos dados.....104

5.1 Temas e metodologias do Rualogia: educação popular na prática.....105

5.1.1 Rualogia: conceito, prática e princípio 105

5.1.2 Temas 110

5.1.3 Metodologias 120

5.2 A expressão das práticas de cuidado no coletivo: diálogo e escuta ativa 132

5.3 O reconhecimento e a legitimação das lideranças 136

5.4 Processos de organização interna: a dimensão espacial-temporal da incidência política 141

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....155

REFERÊNCIAS 162

ANEXOS 171

APÊNDICES 194

1) INTRODUÇÃO

Para contextualizar aos leitores deste estudo, é necessário dizer que um tema de pesquisa se estrutura a partir de diversos processos. Processos estes que perpassam aspectos de várias ordens: subjetivas, profissionais, acadêmicas, sociais, aspectos do desejo, das crenças, das descrenças, dentre outros. Uma pesquisa científica não se resume a delimitação de um título, de um objetivo, ou de procedimentos metodológicos. Assim como não se limita apenas pelas palavras digitadas, pelos capítulos estruturados, pelos quadros e tabelas elaboradas, e não analisa em totalidade aquilo o que se propõe a analisar, não esgota todas as possibilidades de compreensão do tema delimitado, pois, seria impossível fazê-lo. A definição de um tema de pesquisa, apresenta necessidade de rigor metodológico para aprofundamento das análises pretendidas, e propõe-se, ao final desse processo, materializar um instrumento formativo aos seus leitores, cumprindo com sua função social de forma responsável.

Por isso, a definição do tema analisado no presente estudo estruturou-se a partir de processos de cunho pessoal/subjetivo provenientes das trajetórias de vida da autora, assim como, a partir de suas experiências vivenciadas no âmbito profissional, e dos aspectos referentes aos próprios critérios de estruturação de uma pesquisa científica conforme uma perspectiva acadêmica. Todas essas dimensões conduzem a delimitação do tema, e como forma de contextualizar os leitores sobre os caminhos escolhidos, torna-se necessário contemplar, de forma breve, cada uma delas.

Antes disso, é imprescindível informar, portanto, que o objetivo geral deste estudo consiste em analisar as dimensões político-educativas do Projeto *"Rualogia: das marquises para a luta, conhecer para lutar*". Trata-se de um projeto realizado com pessoas em situação de rua, que promove oficinas de formação política e formação de lideranças ao segmento[1]. Sendo assim, para direcionamento do olhar nesta leitura,

[1] Neste estudo, o uso dos termos "segmento/segmento social" é compreendido com base na perspectiva marxiana, cujo entendimento remete-se ao conceito de "estratificação social". A fundamentação central de uso do termo – segmento – expressa o reconhecimento das estruturas de classe, ou seja, a posição em que os sujeitos da pesquisa (PSR), ocupam nas relações de produção.

a presente pesquisa estrutura-se, incialmente, pela descrição dos caminhos percorridos pela autora até a aproximação dos parceiros cognitivos deste estudo e a temática imbricada neste contexto, seguido da descrição dos aspectos referentes ao escopo e delimitações da pesquisa (hipótese, objetivos e procedimentos metodológicos), adentrando sobre as informações coletadas a partir da elaboração do estado do conhecimento que direciona à delimitação estrutural do trabalho.

1.1 "Vou mostrando como sou e vou sendo como posso": relato sobre os caminhos percorridos

A pesquisa de doutorado que aqui será apresentada nasceu de inquietações oriundas do meu processo formativo, quando ainda na graduação em Pedagogia (em 2011), tive contato com pessoas que atuavam junto a alguns movimentos sociais na cidade de Natal/RN. Os movimentos sociais aos quais tive maior aproximação na época, eram, em sua maioria, protagonizados por estudantes que agiam em busca de mudanças específicas como, por exemplo, em relação a possibilidade de transitar pela cidade através do transporte público sob um preço justo.

O movimento estudantil a qual especificamente me refiro liderou o que ficou conhecido como a "Revolta do Busão" ocorrida em 2012, que repercutiu em outras capitais do Brasil, para além de Natal/RN. Em suma, este evento se constituiu em um conjunto de manifestações populares que reivindicavam o direito da mobilidade urbana, "tendo como estopim um anúncio de aumento da tarifa de ônibus urbano na cidade de Natal, ocorrido no mês de agosto do ano de 2012" (MACIEL, 2014, p.13). Este ocorrido, contribui para a minha aproximação com o campo das mobilizações populares, tornando meu olhar mais sensível a questões que antes não haviam sido despertadas em mim ou que, dentre meu convívio social, não eram usualmente vistas com grande importância e, por isso, pouco exploradas. Vale ressaltar que as ponderações aqui feitas, dizem respeito a minha percepção sobre um tempo passado, a leitura de mim mesma há 11 anos, há pouco inserida na vida universitária. Por isso, é possível que transpareça em minhas descrições, ingenuidade e grande entusiasmo estudantil nos fatos citados.

Reconhecer uma necessidade individual – a de *ir e vir* sob um preço justo – me fez perceber que a objeção ao aumento da tarifa não era uma inquietação apenas minha, mas de todo um coletivo, e que a partir das mobilizações feitas grandes desdobramentos foram alcançados. Os atos organizados pela Revolta do Busão foram explicitamente criminalizados pela mídia na época, gerando desmobilização e grande descontentamento civil e como entusiasta da disseminação desta imagem, estava a grande mídia comercial, definindo os participantes "como vândalos e não como manifestantes" (MACIEL, 2014, p.55). Desviando assim "a atenção dos problemas sociais centrais que mobilizaram as manifestações" (MACIEL, 2014, p.38), dando prioridade absoluta na punição dos envolvidos em detrimento das razões pelas quais o grupo agia.

Os atos contra o aumento do preço das passagens envolveram passeatas nas ruas, plenárias estudantis dentro e fora do campus, panfletagem de divulgação dos fatos para a população em massa, ocupação de espaços públicos (como a Câmara Municipal de Natal), "roletaços" que consistia na parada dos transportes públicos e bloqueio de suas passagens até que todos (manifestantes ou não) entrassem sem o pagamento da tarifa e, muitos, conflitos com a polícia. Como registra Maciel (2014), "a polícia utilizou balas de borracha, spray de pimenta, bombas de gás lacrimogênio e ainda equipamentos de choque" (MACIEL, 2014, p.22), as intervenções da polícia eram feitas sempre de forma ostensiva e violenta.

Desde o início dos atos (em agosto de 2012) até junho de 2013, havia diversos grupos, partidos políticos e movimentos sociais que somaram forças as mobilizações da Revolta do Busão. Como destaca Maciel (2014), em:

> Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Socialismo Liberdade (PSOL), Partido da Causa Operária (PCO), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido dos Trabalhadores (PT), assim como de agremiações estudantis como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Levante Popular de Juventude, a Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (ANEL), além de coletivos organizados não necessariamente em torno de partidos, como a Marcha das Vadias e outros grupos. São estes sujeitos que, juntamente com o Movimento Passe Livre (MPL), compõem a militância da Revolta do Busão. E assim como o Movimento Fora Micarla, a Revolta do Busão também teve como um de seus traços constitutivos a mobilização online: o ciberespaço e a realidade física eram lugares simultâneos onde circulavam os sujeitos (MACIEL, 2014, p.21).

A participação destes grupos me proporcionou o conhecimento sobre suas pautas de defesa e reivindicações, como também, sobre a cultura de organização presente nos movimentos sociais e as estratégias que adotavam para o estabelecimento de diálogos com o Estado. Mediante as observações que realizei na época, atreladas à minha recente familiarização com as leituras marxistas, sentia-me como "O operário em construção" de Vinicius de Moraes, "*e foi assim que o operário/ Do edifício em construção/ Que sempre dizia sim/ Começou a dizer não. / E aprendeu a notar coisas/ A que não dava atenção".* Fui me despindo aos poucos das ingenuidades e me sujando de mundo, fazendo escolhas pelos caminhos à esquerda da estrada, construindo consciência de classe, ampliando repertório literário e teórico sobre os debates sociais, me inserindo nas lutas populares e encontrando nisto razão de ser e estar no mundo. Obviamente, como pedagoga, percebia grande potencial formativo nas plenárias estudantis e me deslumbrava. Paulo Freire e suas ideias de educação como ato revolucionário nunca foram tão reais para mim.

Na minha vida estudantil, percebia grande afinidade por determinados campos temáticos geralmente voltados às discussões sobre políticas educacionais; formação e práxis docentes; educação social; formação humana e educação popular. Já no primeiro ano da graduação, fui selecionada para assumir uma bolsa de Iniciação Científica na Linha de Educação, Política e Práxis Educativas do Centro de Educação da UFRN. Neste período, que se estendeu até o último ano do curso, produzi (individualmente e coletivamente) artigos sobre as temáticas de carreira docente, educação e políticas públicas, representações sociais. Aos poucos, lapidei minha escrita e minha oratória para corresponder às habilidades e expectativas do mundo acadêmico, processo este que permanece em curso atualmente, e certamente em tempos futuros.

Neste oceano de descobertas e indagações sobre a docência e os processos formativos, me aproximei de grupos de estudos vinculados à Universidade e também fora dela, e constatava sempre o mesmo: a Educação estava em tudo. Inspirada pelas assembleias estudantis, pela força e forma que as ideias coletivas ganharam projeção nas ruas, e pelos desfechos das mobilizações as quais citei anteriormente, deixei minha curiosidade falar mais alto – *Onde mais ela (a educação) estaria? Onde mais seria possível percebê-la? Executá-la? Transgredi-la? Construí-la?* Busquei por

outras lutas populares, coletivos feministas, grupos com discussões baseadas nas pautas de gênero, grupos anarquistas, locais com práticas de educação não-escolar, diversos. Até que um dia, por obra do destino – *se é que faz sentido* – me chegou ao conhecimento um evento sobre Psicologia e Luta Antimanicomial realizada por um grupo de pesquisas da Psicologia da UFRN, no Instituto Federal do Rio Grande do Norte em 2014. Neste evento, participaram alguns coordenadores de equipamentos socioassistenciais, estudantes e professores de Psicologia, servidores e técnicos de CAPS AD e o Movimento Nacional da População em Situação de Rua do RN (MNPR/RN). Foi a primeira vez em que ouvi falar do MNPR. De grande entusiasmo e proferindo palavras cirúrgicas, Vanilson Torres (coordenador estadual do MNPR) apresentou o movimento aos presentes, contou sobre sua trajetória de rua e a condição de abandono do segmento, deu uma verdadeira aula sobre a vida. Unindo realidade, dor e poesia, Vanilson Torres, sem saber, plantou uma semente em mim, é verdade o que diz Gadotti “o mundo é nosso primeiro grande educador” (2017, p. 14). Junto a Vanilson, havia outros integrantes do MNPR que também tiveram seu momento de fala e a cada relato ouvido, maior tornava-se a minha inquietação. Saí daquele encontro com muitas perguntas na cabeça e um desejo de conhecer mais sobre o Movimento e este segmento tão peculiar.

Pouco mais de um ano após esse primeiro contato com o MNPR, eu já não estava mais como bolsista de Iniciação Científica. Havia passado em um processo seletivo para estagiar na coordenação pedagógica do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Na época, me sentia limitada dentro das salas de pesquisa da universidade, lembro-me da sensação de que todo aquele preparo de escrita e oratória, não me trazia conhecimento da prática, do chão da escola e de outros ambientes fora da universidade, então, me arrisquei. Considero muito válida a experiência que tive no IFRN, pois, na universidade o meu contato diário se estabelecia com docentes do ensino superior que estavam concentrados em demandas diferentes, quase sempre voltadas a necessidade de produção científica. No IFRN, pude ter contato com quem atuava na educação básica, desde os professores aos alunos. Havia problemas de outras ordens, e havia demandas de produção científica, mas não eram tão urgentes. Minha capacidade de desenvolvimento relacional foi expandida neste ambiente, tendo que dialogar com alunos, pais e professores percebi que muito do ambiente escolar

se fundamenta nas relações, na cooperação mútua, na articulação e cooperação entre os atores.

Foi neste contexto que concluí o curso de Pedagogia e poucos meses depois, no mesmo ano, tentei o processo seletivo para o Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN. É neste momento em que o MNPR, atravessa minha vida novamente, pois, a escolha por este Programa se deu em virtude de uma busca anterior. Descobri que havia docentes no Programa que orientaram trabalhos com pesquisadores que atuaram com a população em situação de rua. Como as inquietações sobre o segmento ainda permeavam meus pensamentos e, atrelado ao meu desejo de qualificação profissional, entendi que assim seria possível associar os dois objetivos no mesmo plano.

Para minha alegria, fui aprovada na seleção para o mestrado e realizei a pesquisa intitulada “Movimento Nacional da População em Situação de Rua do RN: formação política”. Ao longo de anos acompanhando o segmento em audiências públicas, eventos e em reuniões internas do MNPR/RN, construí vínculos, descobri afinidades pessoais e profissionais com as pessoas que, assim como eu, compunham o grupo e participavam desses encontros. Neste contexto, me foi possível conhecer e adentrar também em outra realidade, presenciar e tomar conhecimento sobre as diversas situações que circundam o cenário de vida das pessoas que fazem da rua seu espaço de sobrevivência.

Durante o período de desenvolvimento da pesquisa de mestrado, pude criar caminhos para o estabelecimento de vínculos com os colaboradores da pesquisa (pessoas em situação de rua), a partir das enunciações narrativas sobre suas histórias de vida. Nestes momentos, eram revelados aspectos referentes a superação; violações de direitos; morte; fome; preconceito; sentimento de saudade e abandono; relações com a educação e o mundo do trabalho. Tendo em vista minha área de formação inicial (a Pedagogia), no que fora tocante às informações sobre o papel da educação na história de vida dos sujeitos da pesquisa, tais relatos, concerniram reflexões minhas a respeito deste contexto. A partir de então, estive cada vez mais atenta ao segmento e as lutas por direitos e reconhecimento deste coletivo no âmbito social. Assim como, dediquei-me também a compreender, do ponto de vista acadêmico, a dialética entre as teorias da Educação e o segmento.

1.2 Escopo e delimitações da pesquisa

Discorrer sobre as questões que circundam a esfera social da população em situação de rua, é uma tarefa árdua tanto quanto necessária. Na última década (2016-2026) temos visto, no Brasil, a ascensão de movimentos políticos de cunho fascista que se colocam em oposição ao cumprimento dos direitos fundamentais da pessoa humana, em especial, dos mais vulnerabilizados. Por isso, para tratar sobre o tema pressupondo-se o compromisso com a construção de um conhecimento científico crítico e transformador, não basta realizarmos a descrição pura e simples de um cenário específico, mas, sobretudo, compreendê-lo em detalhes, assumindo uma postura de denúncia à violação dos direitos previstos por lei, a exemplo, o princípio da dignidade da pessoa humana como valor supremo, fundamento do Estado Democrático de Direito (Brasil, 1988).

Ao desenvolver trabalhos com/sobre a População em Situação de Rua (PSR) e, ainda, ao compartilhar tais experiências com outros sujeitos, as perguntas que geralmente surgem, são: “É possível?”; “Como?”; “Onde?”; “É seguro?”; “Você já conhece essas pessoas?”; “Como irá estabelecer contato?”. Como pesquisadora que atua com o segmento há alguns anos, e como alguém que muitas vezes se deparou com tais perguntas, questiono-me sobre o quanto as pessoas que as pronunciam fazem isso sob influência de um imaginário social fundamentado em preconceitos, estigmas e descrenças que corroboram para o silenciamento dos sujeitos que compõem os grupos mais vulnerabilizados da sociedade e que não os enxergam como sujeito de direitos, ou simplesmente como sujeitos.

Este imaginário social pode não ser estabelecido de forma individual, mas replicado coletivamente como consequência de um projeto político e econômico que opera em um determinado contexto histórico, sociopolítico-cultural. Basta realizar uma pesquisa rápida na internet ou acompanhar os telejornais por uma semana inteira que, em algum momento, a população de rua poderá aparecer como o elemento de risco, o indesejado, o atraso da sociedade. A difusão deste perigoso ideário faz parte de uma “cegueira” orquestrada pela lógica de fundamentação da sociedade capitalista, onde se é o que se é, pelo que se tem. Neste trabalho, compreendemos a

desigualdade entre os humanos a partir da perspectiva marxiana[2], que aponta o modo de produção capitalista como elemento difusor da lógica de organização da vida social. Parte-se do pressuposto de que a história das sociedades passadas e atuais, tem sido permeada pela história da dominação e da opressão. Como consequência deste modelo, temos o que para Marx (2013), define-se como a existência de um exército industrial de reserva[3] composto por uma superpopulação relativa[4], que interfere diretamente no âmbito da dinâmica processual de sociabilidade entre as pessoas.

Neste fluxo de padronização e valorização da vida segundo a métrica do lucro, é possível que, ao longo do tempo, percamos aquilo que é essencial ao ser humano, que é a própria humanidade. A empatia torna-se, neste sentido, facilmente substituída pela ganância, pela concorrência desenfreada entre os humanos em busca do mérito, daquilo que se deseja independentemente e, até mesmo, em detrimento do outro. Nesta corrida, no entanto, ignora-se o fato de que os postos de largada estão posicionados de forma desigual, e o mérito é, nada mais do que o resultado dos privilégios. Ao reconhecer humanidade no outro a partir da identificação de similaridades fundamentadas na riqueza, na propriedade, nos bens materiais e na função que cada um desempenha na sociedade de classes, deslegitima-se vidas que não se enquadram nos padrões esperados. Para Bourdieu (1998), “os julgamentos que pretendem aplicar-se a pessoas em seu todo levam em conta não somente a aparência física, mas também o corpo socialmente tratado” (BOURDIEU, 1998, p. 193), a PSR carrega símbolos da sua exclusão, seja pela destituição de posses e bens materiais, ou pelas marcas visíveis de uma vida de restrições que se revelam na roupa, no cheiro do corpo, na cor da pele.

O capital cultural de cada indivíduo gera o entendimento subjetivo de que há vidas mais e menos valiosas. Varanda e Adorno (2004) classificam o segundo tipo como “descartáveis urbanos”, aqueles que por escassez de recursos são invisibilizados, pois não se enquadram no modelo socialmente aceito. Assim, as

[2] Nesta perspectiva, compreendemos os fenômenos sociais a partir das relações históricas, materiais e contraditórias que estruturam a sociedade capitalista. No caso da população em situação de rua, essa abordagem não se limita a explicações individuais, morais ou comportamentais, mas investiga as determinações estruturais que produzem e reproduzem essa condição.
[3] Categoria marxiana para definir a parte excedente não absorvida pelo mercado de trabalho capitalista.
[4] Definida por Marx como “um excesso de população em relação às necessidades momentâneas de valorização do capital (MARX, 2013, p.431).

pessoas em situação de rua têm sua humanidade negada e invisibilizada. Sua compreensão pelos demais, quando feita a partir da exposição de características negativas (comuns ao segmento, mas, não exclusivas a este), corroboram para a depreciação do grupo e fortalecimento de estigmas. A respeito do *estigma*, Goffman (1963) explica o conceito como categoria sociológica, um tipo de marca ou sinal atribuído a certos indivíduos ou grupos socialmente desvalorizados e indesejáveis. Para o autor, a atribuição de referências negativas a certos sujeitos fundamenta-se em preconceitos, estereótipos e medo, gerando consequências graves como, por exemplo, a negação de direitos e oportunidades aos destituídos de valor social, este processo está fundamentalmente ligado as estruturas de poder e dominação. Destaca ainda, que a informação social a despeito de certo grupo ou individuo reforça um "símbolo de status" ou "símbolos de estigma", podendo estabelecer "prestígio, honra ou posição de classe desejável" conforme as marcas atribuídas a cada um (GOFFMAN, 1963, p.73).

Para compreender a PSR de forma justa, é necessário a superação de perspectivas que reforçam (intencionalmente, ou não) os estigmas socialmente construídos sobre este grupo. Fugindo das generalizações, nos tornamos capazes de enxergá-los por si próprios, reconhecendo a existência de suas limitações, mas, também, de suas superações e capacidades. Amorim e Nobre (2018) refletem sobre a riqueza de recursos subjetivos que podem ser compreendidas também como as *linhas insurgentes* da vivência nas ruas. Para as autoras,

> [...] as linhas duras no que diz respeito a certas naturalizações relativas a esta população, notadamente ao estigma da pobreza (em sentido econômico) impedem de se ver e escutar a riqueza (em sentido subjetivo) que encontramos na realidade das pessoas em situação de rua. Riqueza e diversidade de recursos pessoais, materiais e afetivos que são desenvolvidos para viver na rua, desde improvisação de espaços para estar/habitar na cidade até uso de recursos pessoais na lida com os outros: táticas para viver na rua, que envolvem o nomadismo como proteção e busca de novos recursos na cidade em diferentes espaços; astúcias para lidar com as diferentes formas de violência, para conseguir comida, para fazer higiene pessoal, para suportar os estados de abstinência a álcool e drogas, fome, dor, angústias, além dos usos dos lugares subvertendo suas funções oficiais (a marquise de lojas,as escadarias de igrejas, o banco do posto de saúde como lugares de descanso, por exemplo). Há também a riqueza de talentos e saberes, pois encontramos nas ruas pintores,oradores, artesãos, cantores, dançarinos, líderes, entre outros. Aqui vemos a composição delinhas de fuga que subvertem o que está prescrito e proscrito, produzindo a possibilidade de outros modos de existência que estando à margem das instituições ou em

> oposição a elas, são inventivos, criativos e insurgentes e escapam ao controle das normas, dos padrões e do ordenamento jurídico (AMORIM; NOBRE, 2018, p. 349).

Dessa forma, as considerações feitas no presente estudo reconhecem as problemáticas atinentes aos sujeitos da pesquisa - pessoas em situação de rua (PSR) - quanto aos seus aspectos subversivos, como, por exemplo: o desemprego, o transtorno por uso problemático de substâncias, a interrupção dos estudos, a desestruturação familiar, os transtornos mentais, os conflitos com a lei, dentre outros aspectos. Mas também, reconhece suas potencialidades, tais como: as estratégias de organização e mobilização popular do segmento, a concepção de que estes são sujeitos de aprendizagem com capacidade dialógica, crítica e política, o empoderamento que deriva de suas trajetórias de vidas, a multivariabilidade de funções que desempenham, dentre outros exemplos.

Como forma de trazer em evidência as potencialidades do segmento e os aspectos referentes aos seus processos formativos, acredita-se ser necessário fomentar uma ação educativa que fortaleça os atores coletivos e individuais. Ou seja, acredita-se ser necessário instrumentalizar teórico-metodologicamente e conscientizar tanto àqueles com vivência de rua como outros atores que atuam com o segmento assumindo funções de educadores/facilitadores sociais em diversos âmbitos dessa convivência. Assim, o exercício de cidadania, materializado a partir da concretização dos direitos sociais deste grupo, corrobora para a construção de uma melhor condição de vida da PSR, com vistas à equidade e à justiça social.

A exemplo de práticas formativas desenvolvidas com a população em situação de rua a partir das premissas consideradas acima, destacamos o desenvolvimento do Projeto *Rualogia: das marquises para a luta, conhecer para lutar*. O referido Projeto acarreta em suas práticas uma abordagem formativa que valoriza o conhecimento prévio dos participantes, sua cultura e contexto social, promovendo um processo de aprendizagem horizontal e colaborativo. Em termos de composição da equipe, o Projeto *Rualogia*, estrutura-se a partir da atuação de pessoas com vivência de rua e de educadores sociais formados em diversas áreas do conhecimento. Acredita-se que ao promover a participação ativa dos indivíduos no processo formativo, as práticas desenvolvidas pelo Projeto *Rualogia* possam contribuir para o empoderamento e para

o desenvolvimento da autonomia das pessoas em situação de rua, dentre outros efeitos. As oficinas de formação política e de lideranças tece em suas práticas uma crítica a ordem social dominante, reconhece e valoriza a experiência de vida das pessoas em situação de rua e opera no sentido oposto a uma abordagem verticalizada, autoritária e controladora, buscando construir conhecimento a partir das experiências e saberes prévios dos participantes, bem como, do diálogo e da afetividade.

Neste sentido, as ações do *Rualogia* alinham-se as práticas de Educação Popular, pois atuam no âmbito da formação social e política, na renovação de paradigmas, na problematização, e na percepção de horizontes éticos e políticos que orientam os coletivos sociais a partir da conscientização. Para Brandão (2006), “a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação" (BRANDÃO, 2006, p.75). A educação popular busca promover uma transformação social mais ampla, desafiando estigmas, lutando por políticas públicas mais inclusivas e promovendo uma sociedade mais justa e igualitária, como será tratado de forma mais detalhada posteriormente. Diante das considerações supracitadas, definiu-se o delineamento do problema de pesquisa que norteia esta pesquisa, expressado a partir da indagação: Quais são as dimensões político-educativas do *Projeto Rualogia: das marquises para a luta, conhecer para lutar*?

1.2.1 Hipótese

Partimos da hipótese de que as dimensões político-educativas do Projeto Rualogia manifestam-se na operacionalização metodológica das suas oficinas, no modo como são reconhecidos os seus participantes do ponto de vista identitário e nos conteúdos trabalhados.

1.2.2 Objetivos

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as dimensões político-educativas do *Projeto Rualogia: das marquises para a luta, conhecer para lutar*.

Os objetivos específicos são:

I) Descrever o planejamento e a operacionalização metodológica das oficinas do Projeto Rualogia;

II) Apresentar como os sujeitos participantes do Projeto Rualogia são reconhecidos do ponto de vista identitário e da pertença social;

III) Delinear os conteúdos trabalhados pelo Projeto Rualogia;

IV) Estabelecer uma relação entre as perspectivas do Projeto Rualogia e o processo de mudança social.

1.2.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa

Este trabalho caracteriza-se como um estudo de cunho qualitativo. Nele, fundamentou-se as análises provenientes do campo empírico a partir do reconhecimento dos processos sociais aos quais estão submetidos os sujeitos da pesquisa e os desdobramentos disso às estruturas de fomento das práticas formativas direcionadas a PSR. Neste sentido, assumimos o método histórico-dialético como orientação metodológica de compreensão ampla do fenômeno analisado e suas correlações ao problema de pesquisa. Leite (2023) explica que “o método, como caminho, fornece as balizas conceituais para – no caso do método histórico-dialético – situar o objeto de estudo, fazer o exame concreto da sua situação concreta e a apreciação do problema que ensejou a investigação” (LEITE, 2023, p.6). Nesta perspectiva, exercitamos o olhar amplo em torno do objeto de estudo, buscando tecer uma relação entre o sujeito e o mundo em que ele está inserido, compreendendo-o como indivíduo ativo em uma sociedade em contínuo processo de transformação, buscando interpretar seus fenômenos a partir dos significados e sentidos atribuídos a determinado contexto histórico e social.

O estado do conhecimento da pesquisa foi realizado mediante levantamento no banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e no portal da *SciELO* Brasil, sobre o grande tema “População em situação de Rua”. A respeito desta perspectiva metodológica, Morosini e Fernandes (2014) explica que o estado do conhecimento constitui-se na “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área ou tema, em um determinado espaço de tempo” (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 102). Para

isso, são consultados periódicos, banco de teses e dissertações, livros e outros tipos de materiais que possam auxiliar os pesquisadores na compreensão de uma temática específica. Para estruturar o estado do conhecimento de uma pesquisa, é necessário definir os descritores de busca, que consiste na "especificidade do assunto [...] decisiva para uma adequada busca da literatura" (BRANDAU, *et all*, 2005, p. 9). A partir disso, serão estabelecidos os próximos passos, como explica Morosini, Nascimento e Nez (2021):

> Após a identificação de material bibliográfico que atenda aos critérios da busca realizada, inicia-se o processo de organização do *corpus* de análise que será trabalhado. O primeiro passo é uma leitura flutuante, para construção da bibliografia anotada e sistematizada. E, posteriormente, a bibliografia categorizada exigirá uma leitura aprofundada dos textos selecionados para organizar as categorias analíticas (MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021, p.73).

Esta medida nos auxilia a compreender que o conhecimento não é estático, e sim, produção datada que explora determinado fenômeno de acordo com as condições de cada época/contexto. Há, portanto, elementos histórico-culturais que se revelam nas produções científicas já existentes o que, por sua vez, pode auxiliar na compreensão de um tema de forma macro ou micro, a depender dos critérios estabelecidos para inclusão das obras identificadas.

Considera-se que os portais de busca mencionados anteriormente constituem-se em significativas fontes de pesquisa não somente por representar um importante canal de divulgação científica no país, como também, por reunir variados tipos de trabalhos científicos de diferentes níveis e áreas do conhecimento. No entanto, dada a densa quantidade de trabalhos identificados a partir destes portais, foram estabelecidas uma série de critérios e filtros aplicados ao levantamento como forma de otimizar as buscas e direcionar com maior precisão os materiais que apresentam correlação com a temática aprofundada nesta tese. Desta forma, o levantamento sobre as obras identificadas foi realizado a partir dos mesmos descritores, porém, registrados de formas diferentes a depender dos campos de preenchimento requeridos em cada plataforma.

Para a seleção dos materiais elencados, quantificou-se apenas as produções realizadas entre o recorte temporal de 2019 a 2024, este prazo foi definido considerando que, neste período, houve mudanças significativas no cenário político

brasileiro, marcado pelo início do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro – inelegível até 2030[5] – e o retorno do atual presidente da república Luís Inácio Lula da Silva que está em seu terceiro mandato não consecutivo[6]. Neste contexto, podemos considerar que os fatos políticos da época reverberaram em mudanças na própria dinâmica social do país, polarizado entre o público 'de direita vs. de esquerda'. Por isso, acredita-se que as produções identificadas neste recorte temporal podem possibilitar a compreensão de como a PSR é percebida em cada época, quais as políticas públicas existentes e as estatísticas de identificação deste público, bem como, os trabalhos e medidas de assistência pública direcionado a PSR em cada contexto.

Considerou-se apenas as produções a nível de Mestrado e Doutorado do campo de estudos na área da Educação, por considerar que nestes níveis de formação as produções requerem maior rigor metodológico e aprofundamento temático. Estabelecemos também como critério, os trabalhos da área de Ciências Humanas, especificamente, da área do conhecimento em Educação, esta escolha fundamenta-se pelas possíveis correlações e contribuições dos estudos encontrados com a presente pesquisa e área de conhecimento a qual está vinculada.

Na primeira etapa metodológica da pesquisa foi realizada uma investigação documental dos arquivos públicos do Projeto Rualogia elaborados no decorrer de execução das oficinas, como: atas; relatórios; programações, materiais de divulgação, publicações virtuais e listas de frequência. Buscou-se, através destes documentos, compreender como foram desenvolvidas as atividades do Projeto de forma ampliada, complementando, assim, as informações disponibilizadas pelos sujeitos da pesquisa. A análise descritiva dos documentos do Rualogia foi feita a partir de certos enfoques (detalhado no anexo IV), direcionando o olhar referente aos aspectos: objetivos traçados em cada encontro; os recursos necessários à sua operacionalização; o tempo estimado de cada oficina; os temas e conteúdos; o número de participantes,

[5] Por maioria, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou em 30/06/2023 que Jair Messias Bolsonaro, ex-presidente da república, está inelegível até 2030, por abuso de poder político e econômico, por tentativa de golpe de Estado contra a democracia subvertendo a ordem constitucional do Brasil, dentre outras acusações.

[6] Luís Inácio Lula da Silva, eleito em 30 de outubro de 2022 para início do seu terceiro mandato é o político brasileiro mais vezes levado ao comando do Poder Executivo pelo voto direto na história da República. O primeiro e segundo mandato do atual presidente, ocorreu entre 2003 a 2011 (Fonte: Agência Senado)

dentre outras informações. Esta etapa possibilitou descrever de maneira detalhada a estruturação das atividades realizadas, as técnicas e procedimentos metodológicos adotados pela equipe para a mediação do grupo e quantificação dos atores envolvidos no processo formativo. Abaixo estão elencados os tipos de documento revisados, de acordo com cada edição do Rualogia, conforme:

Quadro 1: fontes identificadas na pesquisa documental do estudo

PESQUISA DOCUMENTAL				
Tipo de documento:	**Quantidade de arquivos acessados:**		**Formato:**	**Total:**
	Rualogia I (2022 - 2023)	**Rualogia II (2024)**		
Relatórios	6	2	Digital	8
Atas	2	-	Digital	2
Cards de Divulgação	9	5	Digital e Impresso	14
Cronogramas e Programações	2	2	Digital	4
Publicações em Ambiente Virtual	16	9	Virtual	25
Listas de Frequência	6	3	Impresso	9

Fonte: autoria própria com base nos dados provenientes da pesquisa documental.

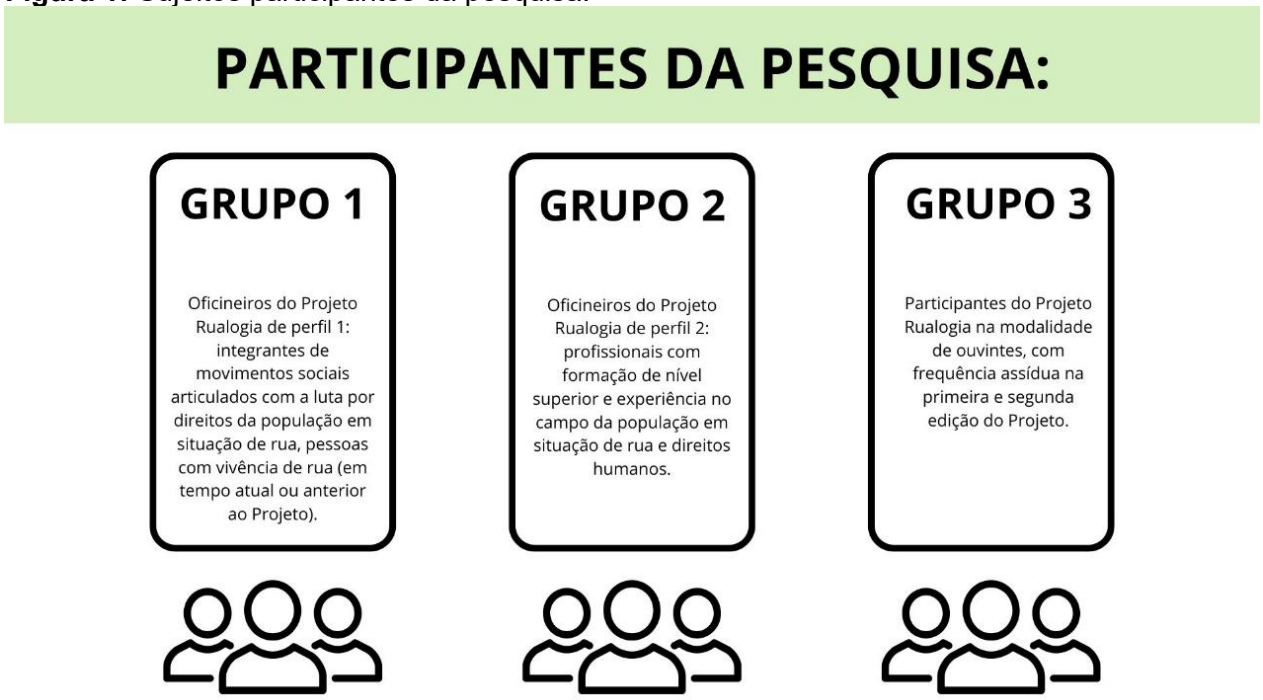
Conforme as informações do quadro acima, foram analisados o total de sessenta e dois documentos e arquivos públicos do Rualogia, elaborados em diferentes formatos. A análise descritiva destes arquivos contribuiu para a triangulação de dados da pesquisa, aumentando a consistência das informações geradas a partir das outras etapas de coleta do estudo. Parte dos documentos analisados, encontram-se nos apêndices[7] da pesquisa, integralmente.

A segunda etapa, buscou compreender como os sujeitos da pesquisa[8] são reconhecidos do ponto de vista identitário e da pertença social. Sobre isso, é necessário explicar que esta pesquisa se fundamenta pela análise de relatos e contribuições advindas de três grupos de participantes do Rualogia. O primeiro e o segundo grupo são compostos pela equipe de oficineiros(as)[9] do Projeto que se

[7] Apêndices I, II, III, IV e V.
[8] Pessoas com trajetória de rua participantes do Projeto Rualogia (ouvintes); Oficineiros de Perfil I e II.
[9] O termo "oficineiro(a)" corresponde aos educadores(as) sociais que desempenharam função formativa no Projeto Rualogia. O termo foi utilizado pelo grupo como forma de referir-se aos membros de perfil 1 ou 2 que mediaram as oficinas realizadas.

dividiam entre o perfil 1 e 2, correspondentemente. O terceiro, composto por pessoas que participaram das formações como ouvintes, ou seja, o público ao qual se direcionavam as oficinas do Rualogia. Considerando o limite de tempo para a coleta e o volume de dados gerados para análise, delimitou-se que a amostra de participantes da pesquisa teria até, no máximo, vinte pessoas. Como critério de inclusão dos sujeitos definiu-se homens e mulheres com faixa etária maior do que dezoito anos, participantes da primeira e segunda edição do Projeto Rualogia. A diferenciação entre os integrantes do grupo I e II se refere apenas ao perfil traçado como critério de composição da equipe de formadores do Rualogia. Os(as) oficineiros(as) de perfil 1, correspondem as pessoas com trajetória de rua integrantes de movimentos sociais, já os oficineiros de perfil 2 são profissionais com formação de nível superior atuantes em pesquisas e trabalhos com a PopRua. Desta forma, a amostra de participantes da pesquisa se resume a estrutura ilustrada abaixo:

Figura 1: Sujeitos participantes da pesquisa.



Fonte: elaboração própria com base na análise de dados da pesquisa.

Aos dois primeiros[10], foram realizados dois grupos focais, cada qual com a participação de cinco a sete integrantes, com duração média de duas a três horas,

[10] Grupo 1: oficineiros de perfil I; Grupo 2: oficineiros de perfil 2.

para o fomento do diálogo a respeito das experiências vividas. O grupo focal guiou-se, inicialmente, pelo resgate de memórias e informações referentes ao Rualogia, tendo em vista que, no período em que os dados foram coletados, as atividades do Projeto haviam sido encerradas há cerca de sete meses. Todos os participantes presentes receberam esclarecimentos em relação aos objetivos da pesquisa e outros detalhes a partir da leitura coletiva do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A permissão do uso de dados, feita a partir da assinatura do TCLE, como também do Termo de Autorização para Gravação de Voz, foi concedida de forma unânime pelos participantes da pesquisa. Todos os encontros realizados para a coleta de dados iniciaram a partir deste procedimento. Os grupos focais foram conduzidos a partir de um guia de estruturação [11]elaborado especificamente para este momento, como detalhado no quadro a seguir:

[11] Roteiro para a mediação do grupo focal disponível no anexo

Quadro 2: guia de estruturação do grupo focal

<table>
<tr><td colspan="10">GUIA DE ESTRUTURAÇÃO DO GRUPO FOCAL</td></tr>
<tr><td colspan="10">Foco de análise: apresentar como os sujeitos participantes do Projeto Rualogia são reconhecidos do ponto de vista identitário e da pertença social</td></tr>
<tr><td colspan="10">Informações quanto a realização do grupo focal</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data</td><td colspan="2">Hora</td><td>Local</td><td colspan="2">Numero de participantes</td><td colspan="2">Tempo estimado</td><td>Recursos</td></tr>
<tr><td colspan="10">Informações identitárias dos participantes:</td></tr>
<tr><td colspan="3">Sexo</td><td colspan="3">Cor/Raça</td><td colspan="4">Faixa etária</td></tr>
<tr><td colspan="10">Informações quanto a aproximação com o MNPR e PopRua</td></tr>
<tr><td colspan="3">Quando e como conheceu o MNPR?</td><td colspan="3">Se identifica como militante deste movimento social?</td><td colspan="4">Participa das ações do Movimento para além do Rualogia?</td></tr>
<tr><td colspan="10">Informações quanto a participação no Projeto Rualogia</td></tr>
<tr><td>De quais oficinas participou?</td><td>Qual a sua avaliação em relação aos temas abordados pelo Projeto?</td><td>O que te faz participar? Por qual motivo participou?</td><td>Qual a sua avaliação em relação aos recursos utilizados pelo Projeto para desenvolvimento das oficinas?</td><td>Qual a sua avaliação em relação a condução das oficinas por parte dos oficinneiros?</td><td>Qual a sua avaliação em relação ao tempo de duração das oficinas?</td><td>Qual foi o tema mais emblemático (do ponto de vista pessoal)? Por quê?</td><td>As oficinas contribuíram para o acesso a novas informaçõ es? Quais?</td><td>As oficinas contribuíram para o conhecim ento acerca da garantia de direitos à PopRua?</td><td>As oficinas contribuíram para o conhecimento sobre dipositivos e serviços direcionados a PopRua?</td></tr>
<tr><td colspan="2">Quais temas/assuntos você gostaria de aprofundar conhecimentos, caso o Projeto seja renovado?</td><td colspan="2">O Projeto Rualogia causou alguma mudança do ponto de vista pessoal?</td><td colspan="2">O Projeto Rualogia causou alguma mudança do ponto de vista social?</td><td colspan="2">Considera importante a existência do Projeto Rualogia? Por quê?</td><td>Pontos positivos/ negativos a destacar</td><td>Sugestões</td></tr>
</table>

Fonte: elaboração própria, questões adequadas ao contexto de pesquisa.

As informações presentes no guia de estruturação do grupo focal serviram como direcionamento para a mediação desta etapa. Não foi restringida a possibilidade de adaptações, acréscimos ou exclusão de algum elemento contido neste quadro, mediante quaisquer necessidade identificada pela pesquisadora no decorrer do encontro. O grupo focal possibilitou a problematização coletiva dos fatos vividos, resgatando informações específicas, reconhecendo objeções e similaridade de perspectivas da experiência, traços de emoção, compartilhamento em relação às fragilidades e potencialidades percebidas no processo. Para as autoras Backes, Colomé, Erdmann, Lunardi (2011), ao desenvolver os grupos focais pode-se esperar que “os participantes, de modo geral, ouçam as opiniões dos outros antes de formar as suas próprias e, constantemente, mudem de posição, ou fundamentam melhor sua opinião inicial, quando envolvidos na discussão em grupo” (Backes; Colomé; Erdmann; Lunardi, 2011, p.439). Por isso, acredita-se que o grupo focal se apresentou como um dispositivo de aprofundamento da reflexividade narrativa dos participantes de forma a valorizar as memórias construídas, e resultados alcançados, analisados e revisitados de forma coletiva.

A transcrição deste material deu início a primeira fase da Análise Temática dos dados, sendo esta etapa destinada a leitura, releitura, familiarização e anotações iniciais sobre o que foi coletado. O mesmo procedimento foi feito para o tratamento dos dados decorrentes das entrevistas narrativas realizadas com dois participantes (com trajetória de rua) que participaram da primeira e segunda edição do Projeto (componentes do grupo 3). A entrevista narrativa com tais participantes, feita de forma individual, se apresentou como saída à dificuldade de retomada do contato com estes sujeitos que, impossibilitados de participarem do grupo focal, se dispuseram a contribuir com a pesquisa neste formato.

Para Jovchelovich e Bauer (2002) a entrevista narrativa visa encorajar e estimular o sujeito entrevistado a discorrer sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social, permitindo o aprofundamento das investigações a partir da combinação de histórias de vida e os contextos sócio–históricos. Com base na experiência narrada dos participantes, tornou-se possível identificar as dimensões auto(trans)formadoras decorrentes do processo vivido por cada um deles. A entrevista narrativa pôde auxiliar na percepção de elementos do vivido, projeções ou adaptações

de novos caminhos às experiências futuras dos sujeitos participantes, assim, se acessadas pela equipe formadora, podem contribuir para a qualificação de formações posteriores direcionadas ao segmento. Este momento também guiou-se a partir de um roteiro semiestruturado, conforme detalhado em:

Quadro 3: guia de estruturação das entrevistas narrativas

GUIA DE ESTRUTURAÇÃO DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS								
Foco de análise 1: apresentar como os sujeitos participantes do Projeto Rualogia são reconhecidos do ponto de vista identitário e da pertença social								
Informações identitárias:								
Sexo		Gênero		Cor/Raça		Faixa etária		
Informações quanto a aproximação com o MNPR e PopRua								
Quando e como conheceu o MNPR/Rualogia		É vinculado ao MNPR como militância?		Participa das ações do Movimento para além do Rualogia?		Qual a sua percepção quanto a atuação do MNPR a nível local?	Apresenta alguma sugestão para aperfeiçoamento da atuação do MNPR a nível local?	
Informações quanto a avaliação do Projeto Rualogia								
Percepção quanto a realização do Projeto (nível de relevância; alcance; limitações; potencialidades.	Percepção quanto aos processos de organização da equipe	Quanto aos objetivos do Projeto (de fácil compreensão ou não; aderidos coletivamente ou não; alcançados ou não)	Percepção quanto a composição da equipe - Perfil 1 e 2 (se necessária ou não; se contribuiu ou não; se este formato traz diferenciações a formação)	Percepção quanto aos resultados obtidos	Percepção quanto aos limites e desafios do Projeto	Sugestões para aperfeiçoamento do Projeto Rualogia		
Informações quanto a atuação do(a) entrevistado(a) no Projeto Rualogia								
Participação	Oficinas que mais contribuíram do ponto de vista formativo	Oficinas que menos contribuíram	Quantidade de oficinas participadas	Autoavaliação quanto a vivência (como se sentiu; o que pensa sobre a PopRua; como se percebe nesses espaços)	Momento/tema mais emblemático da vivência durante o Projeto	Autoavaliação quanto aos impactos pessoais que considera ter obtido a partir da participação no Projeto	Dificuldades percebidas no processo de participação	Mudanças estimadas, erros e/ou acertos identificados

Fonte: elaboração própria com questões adequadas ao contexto de pesquisa.

Finalizada a transcrição dos áudios decorrentes dos grupos focais e entrevistas realizadas, obtivemos um total de quarenta e cinco laudas para análise. Os extratos de cada contribuição foram, posteriormente, organizados em tabela[12] para a facilitação da leitura e demarcações no texto. Este momento consistiu na primeira fase da Análise Temática, conforme dito anteriormente. Trabalhamos com a Análise Temática incorporando os fundamentos teórico-metodológicos propostos por Braun e Clarke (2006) para a identificação das categorias de análise da pesquisa e a interpretação das informações coletadas. Tal abordagem permitiu identificar e analisar os padrões recorrentes (temas) presentes no conjunto dos dados qualitativos, de forma sistemática e rigorosa. O processo analítico envolveu as etapas de familiarização com o material empírico, geração de códigos iniciais, busca e refinamento dos temas, possibilitando uma compreensão aprofundada dos significados atribuídos pelos participantes às suas experiências com o Projeto Rualogia (PR) e das dimensões político-educativas da formação desenvolvida.

Além das transcrições, na primeira fase da Análise Temática os nomes dos participantes da pesquisa foram codificados a partir de dois formatos de identificação, sendo: OPR + numeral - para oficineiros do Projeto Rualogia; e PPR + numeral - para participantes ouvintes do Projeto Rualogia. Na tabela a seguir informamos os detalhes da amostra, conforme:

Quadro 4: codificação dos participantes da pesquisa

PARTICIPANTES DA PESQUISA				
CÓDIGO	**GÊNERO**	**FUNÇÃO**	**COM VIVÊNCIA DE RUA**	**TOTAL**
OPR1	Masculino	Oficineiro	SIM	**OPR** 10 participantes (Quatro oficineiros de perfil 1 e seis oficineiros de perfil 2) **PPR** 8 participantes (Dois com trajetória de rua e seis sem vivência de rua)
OPR2	Feminino	Oficineira	SIM	
OPR3	Feminino	Oficineira	SIM	
OPR4	Feminino	Oficineira	SIM	
OPR5	Feminino	Oficineira	NÃO	
OPR6	Feminino	Oficineira	NÃO	
OPR7	Masculino	Oficineiro	NÃO	
OPR8	Masculino	Oficineiro	NÃO	
OPR9	Feminino	Oficineira	NÃO	

[12] Utilizou-se o pacote do Excel para organização dos dados em tabela.

OPR10	Feminino	Oficineira	NÃO	
PPR1	Masculino	Ouvinte	SIM	
PPR2	Feminino	Ouvinte	SIM	
PPR3	Feminino	Ouvinte	NÃO	
PPR4	Feminino	Ouvinte	NÃO	
PPR5	Masculino	Ouvinte	NÃO	
PPR6	Masculino	Ouvinte	NÃO	
PPR7	Feminino	Ouvinte	NÃO	
PPR8	Feminino	Ouvinte	NÃO	

Fonte: elaboração própria com base na análise de dados da pesquisa.

Vale ressaltar que, para fins de agrupamento dos participantes da pesquisa durante a coleta de dados, não foi estabelecida uma divisão dos perfis de cada contribuinte. Em outras palavras, nos grupos focais havia OPRs[13] e PPRs[14], mas para a entrevista narrativa houve apenas a participação de PPRs, por critério de conveniência dos contribuintes do estudo e não por critério de diferenciação da coleta.

Na segunda fase, orientados pela problemática e objetivos da pesquisa, identificamos os códigos iniciais do material transcrito. Nessa etapa, as palavras de maior recorrência no relato dos participantes geraram múltiplos códigos, totalizando cento e quarenta palavras (conforme anexo VIII). Braun e Clarke (2006) destacam que os códigos iniciais não devem ser compreendidos como categorias finais, mas como ferramentas analíticas flexíveis, passíveis de revisão, agrupamento ou refinamento ao longo das etapas subsequentes da análise.

Em vista disso, os códigos identificados foram agrupados em temas potenciais, correspondentes a terceira fase da Análise Temática, resultando na constituição de quatro agrupamentos analíticos, contabilizando: 31 códigos (agrupamento 1); 28 códigos (agrupamento 2); 41 códigos (agrupamento 3); 40 códigos (agrupamento 4). Tais agrupamentos foram construídos a partir da identificação de relações de proximidade semântica e conceitual entre os códigos, os quais poderiam se apresentar como sinônimos, semanticamente similares, ou articulados por uma mesma intenção discursiva e contexto narrativo (conforme anexo VIII). Ainda na

[13] Oficineiros do Projeto Rualogia.
[14] Participantes do Projeto Rualogia (ouvintes).

terceira fase foram organizados os extratos de acordo com a construção dos temas potenciais. Alguns extratos apresentam possibilidade de adequação em mais de um agrupamento, no entanto, foram alocados levando em consideração a ênfase central da narrativa dos sujeitos.

A quarta fase da Análise Temática se estruturou a partir do refinamento dos potenciais temas, que resultaram em quatro categorias analíticas do presente estudo, quais sejam: 1) Temas e metodologias do Rualogia: Educação Popular na prática; 2) A expressão das práticas de cuidado no coletivo: diálogo e escuta ativa; 3) O reconhecimento e a legitimação de lideranças; 4) Processos de organização interna: a dimensão espacial-temporal da incidência política (conforme anexo VIII).

Na quinta fase, chegamos à configuração final dos temas[15], elencamos os subtemas das categorias temáticas verificando a coerência em relação ao banco empírico da pesquisa e suas relações com o problema de pesquisa, chegando à definição representada a seguir:

Quadro 5: análise temática (fase 5) – definição final dos temas

FASE 5: definição final dos temas			
TEMAS E METODOLOGIAS DO RUALOGIA: EDUCAÇÃO POPULAR NA PRÁTICA	A EXPRESSÃO DAS PRÁTICAS DE CUIDADO NO COLETIVO: diálogo e escuta ativa	O RECONHECIMENTO E A LEGITIMAÇÃO DAS LIDERANÇAS	PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA: a dimensão espacial-temporal da incidência política
• Rualogia: conceito, prática e princípio; • Temas; • Metodologias			• Divisão de Tarefas; • Apropriação do espaço e o gerenciamento dos recursos; • Mediação das relações interpessoais; • Mobilização de novos articuladores

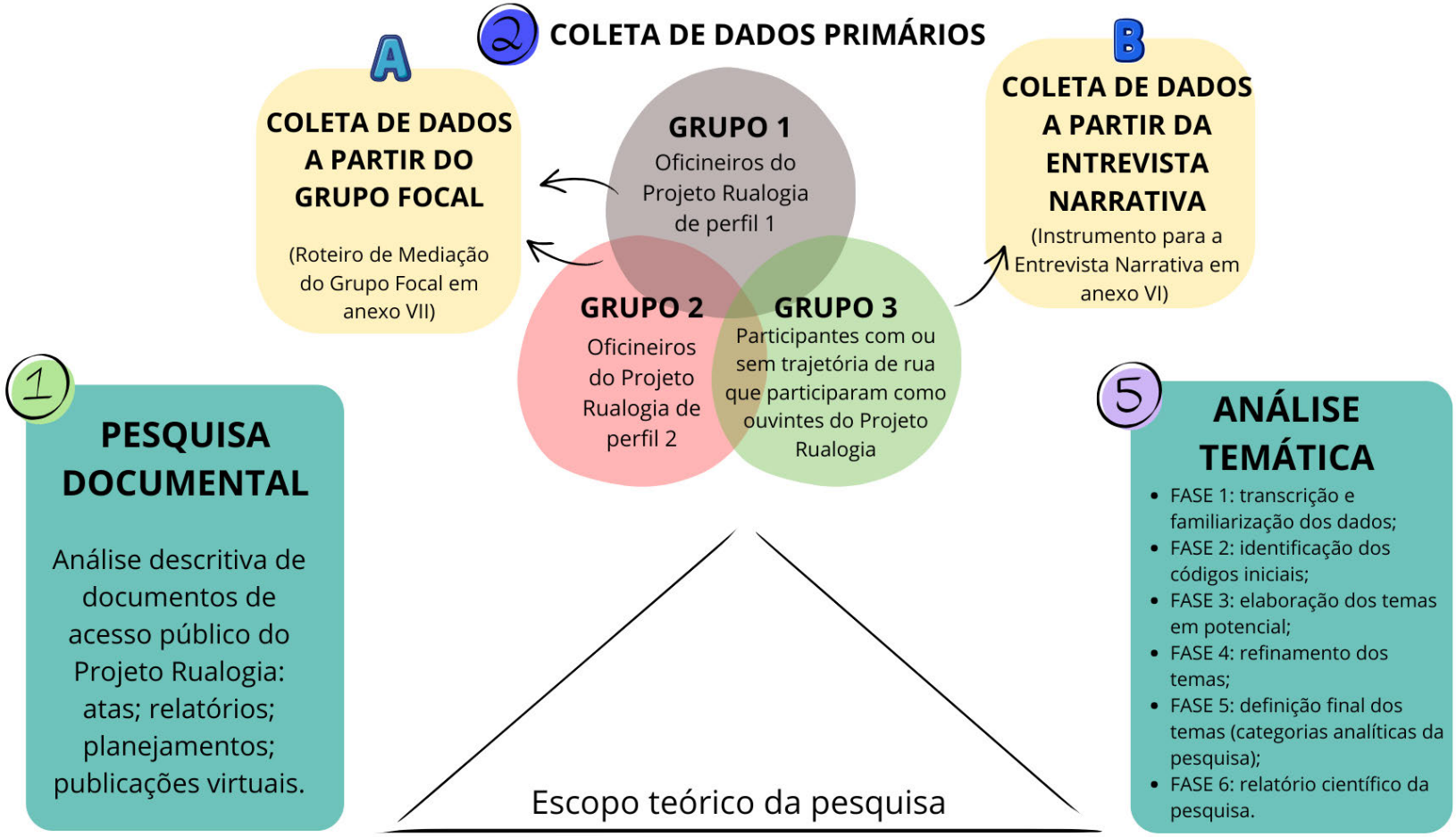
Fonte: elaboração própria a partir dos dados provenientes da análise temática da pesquisa.

[15] O processo completo da análise temática da pesquisa pode ser consultado no Anexo VIII.

As referidas etapas foram conduzidas de forma a responder aos objetivos da pesquisa, cujas análises dos dados empíricos permitiram a confirmação da hipótese[16] formulada no presente estudo. Nesse trâmite, os resultados foram construídos a partir da triangulação de dados entre as etapas metodológicas da pesquisa, que abarcam: a análise descritiva dos arquivos públicos do Rualogia; as transcrições dos grupos focais e entrevistas realizadas; e as fundamentações provenientes do escopo teórico do estudo. Na figura a seguiro mostramos como foi estruturado o fluxo metodológico da pesquisa, de acordo com as etapas e procedimentos supracitados:

[16] A hipótese do estudo consiste em: “as dimensões político-educativas do Projeto Rualogia manifestam-se na operacionalização metodológica das suas oficinas, no modo como são reconhecidos os seus participantes do ponto de vista identitário e nos conteúdos trabalhados.”

Figura 2: fluxo metodológico da pesquisa (etapas e procedimentos)



Fonte: elaboração própria considerando as etapas e procedimentos de construção dos dados da pesquisa.

1.3 Estado do conhecimento da pesquisa

Com vistas a contemplar a complexidade do tema de forma contextualizada e retratá-lo de forma adequada, faz-se necessário compartilhar os conhecimentos advindos da elaboração do estado do conhecimento da pesquisa. Pois, ao fazê-lo, teremos condições de traçar um panorama geral da temática, trabalhada por outros pesquisadores e em outras áreas do conhecimento, atualizando nossas perspectivas em relação aos paradigmas que perpassam o tema.

Conforme as considerações supracitadas, para que seja possível situar a pesquisa dentro de um contexto mais amplo da área de estudo, constatar o caráter de ineditismo desta produção científica e, ainda, ser possível identificar lacunas no conhecimento existente sobre a temática trabalhada, justificando a necessidade do estudo proposto traremos em perspectiva o estado do conhecimento desta tese. Segundo Morosini e Fernandes (2014) o estado do conhecimento se constitui na "[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo" (MOROSINI; FERNANDES, 2024, p. 102). Acredita-se que para atribuir valor à construção do conhecimento científico e produzir a partir deste, um instrumento efetivamente transformador para a sociedade, é necessário muito mais do que rigor metodológico. Torna-se imprescindível compreender o conhecimento como produção histórico-cultural situado e datado em estruturas específicas, universos determinados pelas condições do tempo, das relações sociais e de classes, da política, da cultura, do contexto como um todo. O conhecimento em relação a outros estudos sobre a população em situação de rua, nos permite reconhecer que há diferentes tipos de abordagem do tema, assim como, há diferentes contextos aos quais se aplica.

Os estudos sobre população em situação de rua não é algo recente, mas o interesse e a atenção em relação a esse tema têm se tornado cada vez mais evidente nas últimas décadas devido ao aumento do número de pessoas nessa condição. Pode-se considerar também que, à medida em que o segmento consolidou suas ações de incidência política a partir dos movimentos sociais, ganha-se projeção dos debates referentes ao referido grupo em várias instâncias da sociedade civil e jurídica,

inclui-se: Universidades; Conselhos Comunitários; Ministério público; Defensoria pública; Instituições religiosas; Conselhos de Justiça, dentre outros.

Ao tornar evidente a invisibilidade seletiva das pessoas em situação de rua na sociedade, gera-se diversas possibilidades de análise deste fenômeno social. Por isso, para organização das etapas constituintes ao estado do conhecimento desta pesquisa, organizamos o trabalho a partir de algumas etapas. Essas etapas foram definidas visando identificar produções que congregam conhecimento correlato ao objetivo desta tese a partir de produções reconhecidas junto aos órgãos de avaliação nacional.

O *corpus* de análise do estado de conhecimento desta pesquisa foi constituído por textos advindos de portais que, na maioria das vezes, traduzem o pensamento da comunidade acadêmica em relação a temática. Após uma primeira leitura flutuante em algumas páginas virtuais, foram definidos os passos necessários a elaboração do estado do conhecimento, organizados da seguinte forma: I) escolha das fontes de produção científica; II) definição dos descritores de busca; III) organização do corpus de análise; IV) inclusão ou exclusão das produções conforme critérios estabelecidos; V) curadoria dos materiais inclusos; VI) tabulação dos dados pertinentes.

A) Escolha das fontes de produção científica:

Realizamos as buscas nas páginas virtuais pertencentes ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES, Periódicos da Capes e editoriais da SciELO. Esta escolha foi feita mediante a qualidade das produções disponibilizadas nesta plataforma, bem como, a amplitude de produções acadêmicas que estes portais alcançam. Considera-se também que os portais mencionados constituem-se em significativas fontes de pesquisa não somente por representar um importante canal de divulgação científica no País, como também, por reunir variados tipos de trabalhos científicos de diferentes níveis e áreas do conhecimento. No entanto, dada a densa quantidade de trabalhos identificados a partir destes portais, foram estabelecidas uma série de critérios e filtros aplicados ao levantamento como forma de otimizar as buscas e direcionar com maior precisão os materiais que apresentam correlação com a temática aprofundada nesta tese. Desta forma, o levantamento sobre as obras identificadas foi cumprido de formas diferentes, levando em consideração os elementos de busca presentes em cada

plataforma, entretanto, obedecendo aos mesmos critérios, como por exemplo: tema; recorte temporal; área do conhecimento; área temática e descritores.

B) Definição dos descritores de busca:

Após a definição dos canais de busca das produções científicas, definiu-se descritores que direcionaram o assunto ou o conteúdo da pesquisa escolhida a partir de um vocabulário controlado. A especificidade dos descritores utilizados foi definida após uma busca-teste com palavras-chave em cada uma das plataformas mencionadas. Vale ressaltar que o conceito de *palavras-chave* e *descritores* são diferentes, Brandau (et al., 2005) explica:

> A primeira não obedece a nenhuma estrutura, é aleatória e retirada de textos de linguagem livre. Para uma palavra-chave tornar-se um descritor ela tem que passar por um rígido controle de sinônimos, significado e importância na árvore de um determinado assunto. Já os descritores são organizados em estruturas hierárquicas, facilitando a pesquisa e a posterior recuperação do artigo (BRANDAU, 2005, p. 8).

Os descritores foram definidos de forma a evitar que uma quantidade excessiva de produções fosse identificada, tornando o processo de curadoria dos materiais elencados exaustivo e pouco produtivo. Foram definidos os descritores: I) “população em situação de rua”; Combinados a: II) população em situação de rua e educação; III) população em situação de rua e educação popular; IV) população em situação de rua e formação; V) população em situação de rua e formação político-educativa; VI) população em situação de rua e formação de lideranças. A combinação dos termos foi utilizada como forma de contemplar todas as possibilidades de abordagem correlata a área da Educação e ao segmento da população em situação de rua. No quadro a seguir está especificado o quantitativo de produções identificadas a partir de cada combinação de descritores utilizada:

Quadro 6: Descritores utilizados no levantamento de produções científicas no Periódicos Capes.

FONTE	TERMO 1	TERMO 2	Nº DE TRABALHOS
Periódicos CAPES	"população em situação de rua"	educação	74
		educação popular	2
		formação	15
		formação político-educativa	0
		formação de lideranças	0

Fonte: elaboração própria com base no levantamento realizado através do Periódicos CAPES.

Quadro 7: Descritores utilizados no levantamento de produções científicas no portal de Teses e Dissertações da Capes

FONTE	TERMO 1	TERMO 2	Nº DE TRABALHOS
Teses e Dissertações CAPES	"população em situação de rua"	-	212
		educação	4
		educação popular	0
		formação	0
		formação político-educativa	0
		formação de lideranças	0

Fonte: elaboração própria com base no levantamento realizado através do banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Quadro 8: Descritores utilizados no levantamento de produções científicas no portal da SciELO

BUSCA	TERMO 1	TERMO 2	Nº DE TRABALHOS
SciELO	"população em situação de rua"	-	55
		educação	3
		educação popular	0
		formação	4
		formação político-educativa	0
		formação de lideranças	0

Fonte: elaboração própria com base no levantamento realizado através do repositório virtual *SciELO*.

Observa-se a partir dos dados registrados acima que foram utilizados os mesmos descritores de busca para todos os portais. Na busca de produções

científicas no Periódicos Capes, o levantamento utilizando o primeiro descritor “população em situação de rua” de forma isolada não foi considerado por haver uma quantidade excessiva de produções incompatível com a capacidade de análise da pesquisadora em relação aos materiais identificados. Optou-se por fazer uso do termo combinado desde a primeira busca. Além disso, constatou-se que nos três portais de busca o descritor “população em situação de rua” combinado aos termos “formação político-educativa” e “formação de lideranças” não apresentaram nenhum resultado, evidenciando uma lacuna na produção de conhecimento existente em termos deste enfoque temático. Foram utilizados também descritores em língua estrangeira como: personas quis situacion de calle; homeless; popular education; educacion. Não foram identificadas produções a partir destes termos nos portais acessados para levantamento.

C) Organização do corpus de análise:

Após a etapa de busca a partir dos descritores, foi feita a organização do corpus de análise dos estudos a partir das informações principais como: título, autor(es), endereço eletrônico para acesso, ano de produção. Esta etapa objetivou a elaboração de uma estrutura (digital e visual) mínima de organização do que foi identificado nos portais de busca para realização da próxima etapa.

D) Inclusão ou exclusão das produções conforme critérios estabelecidos:

Como forma de otimizar o trabalho em relação aos materiais selecionados e, também, afim de desconsiderar àquelas produções que – mesmo após o uso dos descritores – destoavam suas perspectivas de análise em relação aos enfoques desta pesquisa, foram definidos os critérios de exclusão.

Exclui-se:

- Exclui-se produções fora do recorte de tempo entre 2019 a 2024;
- Exclui-se trabalhos de revisão da literatura;
- Trabalhos com foco em crianças e adolescentes em situação de rua;
- Trabalhos que apresentam a população em situação de rua como como forma acessória da discussão;

- Relatos de experiência individuais;
- Trabalhos a partir de narrativas de vida;
- Trabalhos sobre ações de extensão pontuais, sem vínculo institucional;
- Trabalhos com foco na análise de impactos formativos da PSR em relação a saúde;
- Trabalhos com foco na análise de impactos formativos de servidores ao invés do olhar sobre a PSR;
- Trabalhos sobre ações exclusivamente de doações de itens.

Inclui-se:

- Trabalhos produzidos dentro do recorte temporal de 2019 a 2024;
- Trabalhos da área temática em Ciências Humanas, especificamente, da Educação.
- Trabalhos que apresentam análises de ações formativas com o segmento
- Trabalhos de trazem enfoque na análise/registro de metodologias utilizadas nas práticas formativas para a PSR;
- Trabalhos com ênfase na formação para/com a PSR

E) Curadoria e tabulação dos materiais inclusos:

Após a etapa de seleção dos materiais a partir dos critérios de inclusão e exclusão, foi feito uma tabulação da bibliografia sistematizada. A curadoria dos materiais está voltada a identificação dos focos de discussão de cada obra, objetivo dos estudos; localidade de realização das pesquisas, aspectos metodológicos e identificação dos resultados.

Como forma de compreender a organização desta última etapa, consulte o quadro a seguir:

Quadro 9: levantamento Teses e Dissertações Capes

	PUBLICAÇÃO 1	PUBLICAÇÃO 2	PUBLICAÇÃO 3	PUBLICAÇÃO 4
PORTAL	**TESES E DISSERTAÇÕES CAPES**			
TIPO DE PRODUÇÃO	**Dissertação**			
TÍTULO	ANÁLISE DA ATIVIDADE DE TRABALHADORES DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	A REVISTA TRAÇOS E A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: PERPECTIVAS SOBRE O TRABALHO DO PORTA-VOZ DA CULTURA	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONSTRUÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS POPULARES EM SAÚDE	ARRUACEIRA: PRÁTICAS ARTÍSTICAS DECOLONIAIS E SENSÍVEIS JUNTO À POPULAÇÃO DE RUA EM FORTALEZA/CE
ANO DE PRODUÇÃO	2019	2021	2023	2022
AUTOR(ES)	NASCIMENTO, JOSÉ ULISSES DO.	ALMEIDA, VALDENISE BARRETO DE.	AGAPITO, ANA CAROLINA FARTO	OLIVEIRA, MARIANA ELÂNI SANTOS DE.
OBJETIVO CENTRAL	Analisar a atividade de trabalho das equipes do Programa Ruanda e Consultório de Rua.	Analisar o trabalho dos Porta-Vozes da Cultura da revista Traços e as repercussões na promoção da saúde, na conquista da autonomia, assim como na geração de renda.	Identificar e descrever o processo de desenvolvimento de ações educativas populares em saúde para a população adulta masculina em situação de rua.	Proporcionar, dentro de um estudo interseccional entre Artes e Ciências Sociais, o pensamento e a ação criativa decolonial nas práticas artísticas, assim como, pretende viabilizar o acesso a materiais metodológicos que facilitem o entendimento e promovam espaços de estudos e fazeres junto à População em situação de Rua
ONDE OCORRE	Campina Grande (PB)	Distrito Federal – Brasília (DF)	Limeira (SP)	Fortaleza (CE)

VINCULA-SE OU ANALISA ALGUMA INSTITUIÇÃO, PROJETO, PROGRAMA OU PRÁTICA ESPECÍFICA?	Programa Ruanda e Consultório de Rua.	Produção da Revista Traços	Serviços do Consultório na Rua	Coletivo arRUAça
ASPECTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA OU NA AÇÃO FORMATIVA	Entrevistas coletivas com os profissionais dos serviços; observação não-participante; análises a partir da Psicodinâmica do Trabalho	Pesquisa descritiva e documental; entrevistas semiestruturadas com pessoas em situação de rua, veiculadores da Revista.	Entrevistas semiestruturadas; análise do conteúdo; questionário como história pregressa das doenças identificadas pelos participantes da pesquisa; análise de imagens por meio dos desenhos livres	Observação participante, Teatro livre; desenvolvimento da expressão corporal, oralidade e narrativas; diálogos

RESULTADOS PRINCIPAIS / CONCLUSÕES	III) Constatou-se precarização do trabalho como falta de insumos ou redução do quantitativo de trabalhadores; II) tensões com a organização do trabalho; III) Identificou-se trabalho da equipe a partir da cooperação e transversalidade; IV) devolução de afetos pelos usuários; V) Constatou-se resistências dos trabalhadores em seguir as prescrições do trabalho;	I) Evidenciou-se que o trabalho proporciona novo sentido para a vida das pessoas em situação de rua; II) Constatou-se que a revista Traços desenvolve mecanismos de reinserção econômica e social de pessoas em situação de rua ou em condição vulnerável, por meio de processos de capacitação e inclusão nas cadeias produtivas de comercialização e produção; III) o Projeto contribui com a geração de renda e a conquista da autonomia; IV) a pesquisa também contribuiu para desmitificar alguns estigmas sociais;	I)Elaboração do guia de aproximação dos trabalhadores com a população foco do estudo; II) elaboração do glossário que complementa o instrumental guia para o início das atividades com a população estudada; III) Identificou-se atitudes baseadas no higienismo urbano, transporte coercitivo para locais de internação ou abrigamento; IV) Identificou-se prática de ações punitivas sobre as pessoas mais vulneráveis, como "moeda de troca para o oferecimento de atendimento; V) a Educação Popular em Saúde não foi concretizada no município	I) Contribuir para a percepção da vida de pessoas em situação de rua como atos políticos, formas reivindicativas de existência; II) Estruturação de iniciativas de direcionamento para quem pretende desenvolver trabalhos artísticos com a PSR pautados no pensamento decolonial; III) Promover ação local reverbera não somente no lugar, mas chega no outro, encontra alianças por meio da coletividade.
	PUBLICAÇÃO 5	**PUBLICAÇÃO 6**	**PUBLICAÇÃO 7**	**PUBLICAÇÃO 8**
PORTAL	**TESES E DISSERTAÇÕES CAPES**			
TIPO DE PRODUÇÃO	**Tese**			
TÍTULO	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: avaliação de serviços e ações no município de Niterói	A ESCOLA, O TRABALHO E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: o caso da escola Porto Alegre (EPA)	EDUCAÇÃO SOCIAL VOLTADA À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E JUSTIÇA AMBIENTAL: contribuições da Educação Ambiental crítica	A POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DO MARANHÃO: análise das ações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP)

ANO DE PRODUÇÃO	2023	2023	2022	2023
AUTOR(ES)	CINACCHI, GIOVANNA BUENO	SANTOS, RENATO FARIAS DOS.	ROSA, ROBERTA SOARES DA.	FRÓES, ADRIANA LÍGIA ALVARENGA OLIVEIRA
OBJETIVO CENTRAL	Desenvolver uma pesquisa de avaliação dos serviços públicos e privados e das ações realizadas por grupos sociais voltadas para a população em situação de rua no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, com foco nas áreas de Assistência Social e Saúde	Analisar as possibilidades e os limites das experiências político-pedagógicas da EPA que relacionam trabalho e educação, especialmente o NTE, para o atendimento das necessidades básicas dos e das estudantes da escola, na perspectiva da reprodução ampliada da vida	Compreender em que aspectos a Educação Ambiental Crítica pode contribuir com a Educação Social voltada à PSR para promover a Justiça Ambiental	Analisar como os serviços, projetos e benefícios ofertados à população adulta em situação de rua no âmbito dos Centros Pops, nas cidades de São Luís e Imperatriz, têm contribuído para o processo de saída das ruas dos sujeitos em situação de rua neles atendidos e a possibilidade de construção de novas trajetórias de vida dessa população.
ONDE OCORRE	Niterói (RJ)	Porto Alegre (RS)	Porto Alegre (RS)	São Luís e Imperatriz (MA)
VINCULA-SE OU ANALISA ALGUMA INSTITUIÇÃO, PROJETO, PROGRAMA OU PRÁTICA ESPECÍFICA?	Projeto acadêmico UFF/FEC/PDPA 4410 “Niterói Inclusiva e Sustentável: construindo políticas intersetoriais para população em situação de rua”	Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA) – NÚCLEO DE TRABALHO EDUCATIVO (NTE)	Serviços prestados pelo Centro Pop	Serviços prestados pelo Centro Pop
ASPECTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA OU NA AÇÃO FORMATIVA	Entrevistas narrativas com o segmento e gestores	Observação participante; Oficina Papel Artesanal; Oficina de cerâmica;	Observação participante; cartas pedagógicas; rodas de conversa;	Entrevistas; Grupos focais

RESULTADOS PRINCIPAIS / CONCLUSÕES	I)Delineamento do perfil da PSR de Niterói; II) Identificou-se que há cumprimento parcial dos objetivos da PNPR no que tange ao acesso nas áreas de Assistência Social e Saúde, acesso a benefícios e alimentação da população em situação de rua de Niterói (RJ); III) Constatou-se a inexistência ou pouca incidência de serviços voltados a habitação, educação, cultura, esporte e lazer para o segmento; IV) Observou-se que a pandemia da Covid-19 não impactou a PSR de forma tão distinta da população domiciliada em situação de vulnerabilidade, mas afetou intensamente o funcionamento dos serviços.	I)Destaca a relação da aprendizagem com as transformações no modo de vida, a construção projetos de vida e o resgate e fortalecendo de vínculos familiares; II) Os principais diferenciais criados na EPA, o SAIA e o NTE, têm responsabilidade direta pela permanência dos alunos na escola; III) O NTE possibilita uma maior permanência no espaço escolar, tem um papel importante na redução de danos; IV) O NTE proporciona o aprendizado de outras habilidades úteis para a vida e o trabalho;	III) A Educação Ambiental e a Educação Crítica nascem como estratégia de resistência aos impactos gerados pelo sistema capitalista; II) ambas têm o diálogo, a participação e a emancipação como premissas; III) o segmento não tem garantia de acesso a refeições de qualidade, comprometendo ainda mais sua saúde e acentuando a vulnerabilidade em que se encontra, o que demanda a Justiça Ambiental; IV) foram identificadas violências institucionais; V) Os educadores e educadoras sociais e o Centro POP, por si só, não são capazes de dar conta dos conflitos ambientais vivenciados pela PSR.	I) Constou-se que o Centro Pop, promove atividades, realiza atendimentos, encaminhamentos que se constituem como fundamentais à vida dos sujeitos em situação de rua; II) Identificou-se inúmeros limites do serviço na possibilidade de proporcionar superação da situação de rua pelos usuários; III) Faz-se necessária uma articulação intersetorial junto às demais políticas; IV) protagonismo das pessoas em situação de rua também deve ser demarcado no processo de construção da PNIPSR e de ações no âmbito das políticas sociais;

Fonte: elaboração própria com base nos dados disponibilizados a partir do portal de Teses e Dissertações CAPES.

Quadro 10: levantamento Periódicos da Capes

	PUBLICAÇÃO 1	PUBLICAÇÃO 2	PUBLICAÇÃO 3	PUBLICAÇÃO 4
PORTAL	**Periódicos da CAPES**			
TIPO DE PRODUÇÃO	**Artigo Científico**			
TÍTULO	EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE QUALIDADE DE VIDA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: o papel da educação médica ante a redução de iniquidades	UTILIZAÇÃO DE TEAM-BASED LEARNING (TBL) NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: metodologia ativa para pessoas em situação de rua	POBREZA E RESILIÊNCIA NAS NARRATIVAS DE EDUCANDOS DA EJA EM SITUAÇÃO DE RUA
ANO DE PRODUÇÃO	2020	2020	2022	2022
AUTOR(ES)	ANDRADE, RAQUEL DULLY; TOZZI, PAOLA DE SOUZA; BARETO, LE CIA CAROLINE LEITE; HILÁRIO, JENIFF ER STEPHANIE MARQUES	CUNHA, ANDREA TABORDA RIBAS DA. SILVA, JOSE ICARO. OLIVEIRA, GISLAYNE DA SILVA. SOUTO, RAFAELLA DUTRA. SOUZA, LÁZARO FABRÍCIO DE FRANÇA; SOLANO, LORRAINY DA CRUZ.	FADEL, CRISTINA BERGER; DIAZ, AMANDA GRACIA MARTINS; NEVES, GABRIELLE JAGAS; SILVA-JUNIOR, MANOELITO FERREIRA.	SOUZA, KLEYNE CRISTINA DORNELAS. VIEIRA, MARIA CLARISSE
OBJETIVO CENTRAL	Realizar ações de educação em saúde voltadas para qualidade de vida, contemplando os eixos biológico, psicoemocional, social e espiritual junto à população em situação de rua.	Compartilhar a experiência de alunos do primeiro ano do curso de Medicina da Ufersa ante a promoção de ações para a PSR.	Relatar a atuação de um projeto de extensão universitária junto a uma população em situação de rua, por meio da utilização do método Team-Based Learning (TBL) para a educação em saúde	Relacionar os conceitos de pobreza e resiliência no estudo de educandos em situação de rua matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA).
ONDE OCORRE	Passos (MG)	Mossoró (RN)	Ponta Grossa (PR)	Brasília (DF)

VINCULA-SE OU ANALISA ALGUMA INSTITUIÇÃO, PROJETO, PROGRAMA OU PRÁTICA ESPECÍFICA?	Centro de Referência Especifica de Assistência Social (CREAS)	Consultório na Rua de Mossoró	Projeto 'Nós na Rede: Contribuições da Odontologia para Educação, Prevenção e Manutenção da Saúde'	Escola Meninos e Meninas do Parque (EMMP) – EJA
ASPECTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA OU NA AÇÃO FORMATIVA	Questionário; encontros individuais para trabalhar cada eixo (biológico, psicoemocional, social e espiritual), formulários: a) "Roda da vida"; b) "Missão e Visão"; c) "Como Seria Seu Livro"; d) "Ganhos e perdas"	Aprendizagem baseada em problemas como seu eixo norteador; encontros temáticos; oficinas	Método TBL ou Aprendizagem Baseada em Equipes (ABE); formulário; exposição das perguntas disparadoras; diálogo guiado	Entrevista narrativa
RESULTADOS PRINCIPAIS / CONCLUSÕES	I)encaminhados para a rede de atenção municipal; II) encaminhamento de pessoas em situação de rua para a abertura do consultório de rua	I)observou-se a importância da diversificação do cenário de aprendizagem no tocante ao tratamento da PSR; II) Destaca-se a necessidade da voz ativa das pessoas que se encontram em situação de rua.; III) aponta a primordialidade de se trabalharem casos que envolvam o atendimento com a PSR com o intuito de humanizar e familiarizar os estudantes do curso de Medicina com o assunto; IV) Ressalta a importância de incluir o debate sobre a PSR nos cursos de Medicina	I)os participantes demonstraram interesse e motivação, além de intensa discussão e interação entre equipes; II) Confirmação das funcionalidades do método TBL em proporcionar uma aprendizagem coletiva; III) destaca-se a educação popular em saúde como prática social capaz de operar mudança gradual na forma de pensar; IV) ressalta-se a importância da complementaridade de novas ações de saúde e de aparelhos de proteção social.	I)Necessidade de pensar na ampliação de pesquisas e políticas para pessoas em situação de rua na educação de jovens e adultos; II) A EJA pode ser um espaço de pedagogias que afirmam e dialogam com as realidades de seus estudantes
	PUBLICAÇÃO 5	**PUBLICAÇÃO 6**	**PUBLICAÇÃO 7**	**PUBLICAÇÃO 8**

PORTAL	Periódicos da CAPES			
TIPO DE PRODUÇÃO	Artigo Científico			
TÍTULO	PROJETO GEASC: promovendo atenção integral à saúde bucal de populações vulneráveis	A CONSTRUÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE NA SAÚDE: a experiência das rodas de conversas na pandemia	O DIÁLOGO COMO INSTRUMENTO DE ACESSO A DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	PROMOÇÃO DA SAÚDE PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
ANO DE PRODUÇÃO	2019	2022	2023	2021
AUTOR(ES)	ANDRADE, A. F.[1]; SALDANHA, P. I. F.2; RODRIGUES, W. A.[3]; FARIAS, M. R.4; TEIXEIRA, A. H.5 MACIEL, J. A. C.	SARRETA, FERNANDA DE OLIVEIRA. LIPORINI, ANDRÉIA APARECIDA REIS DE CARVALHO. SANTOS, ELAINE TEIXEIRA ALVES DOS. BISCO, GABRIELA CRISTINA BRAGA. NEVES, LAÍS CAROLINE.	SILVA, DANIEL BETTANIN E. SOBRAL, STÉFANIE BARBOSA. RODRIGUES, SAMUEL.	GRACIANO, GUILHERME FONSECA. CERDA, CAROLINA MORAES PREIHSNER DE LA. DINIS, LUIZA ALI. SOUZA, THAÍS RODRIGUES DE. TONACO, LUÍS ANTÔNIO BATISTA.GONTIJO, THIAGO GOMES. CASTRO, PATRÍCIA FÉLIX SANTOS. FREITAS, GISELLE LIMA DE.
OBJETIVO CENTRAL	Relatar as experiências obtidas a partir de ações do projeto de extensão Grupo de Estudos e Ações em Saúde Coletiva no âmbito do acesso à saúde bucal de populações de alta vulnerabilidade socioeconômica.	Apresentar o processo de construção da interdisciplinaridade na saúde a partir da experiência das rodas de conversas no enfrentamento da pandemia da Covid-19.	Investigar em que medida o diálogo pode constituir um efetivo instrumento de acesso a direitos da população em situação de rua.	Relatar as atividades educativas realizadas em um Centro de Referência para a População em Situação de Rua
ONDE OCORRE	Sobral (CE)	Formato remoto	Amazonas (AM)	Belo Horizonte (MG)
VINCULA-SE OU ANALISA ALGUMA INSTITUIÇÃO, PROJETO, PROGRAMA OU PRÁTICA ESPECÍFICA?	Centro de Educação Infantil Maria Rodrigues Sousa e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.	Consultório na Rua, Centro Pop, Abrigo Provisório e Casa de Passagem	Projeto Ruas do Amazonas	Projeto de extensão “Aperfeiçoamento da assistência e da educação em saúde para a população em situação de rua”.

ASPECTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA OU NA AÇÃO FORMATIVA	Pedagogia da problematização (Arco de Maguerez); roda de conversa; dinâmicas e atividades lúdicas e atendimentos clínicos; visita aos territórios;	Rodas de conversa; socialização de experiências	Estudo de caso; proposição de rodas de escuta nas ruas e rodas de conversa, ida a campo	Realização de oficinas interativas e didáticas; jogos, dinâmicas; quis de verdadeiro ou falso; rodas de conversa; atividades com analogias e materiais informativos
RESULTADOS PRINCIPAIS / CONCLUSÕES	I)Destaca-se a necessidade de ações nos cenários de maior vulnerabilidade socioeconômicas; II)Necessidade aprofundamento dos conhecimentos e promoção da autonomia da PSR na prevenção de agravos	I)É necessário potencializar ações na perspectiva interdisciplinar e intersetorial; II) A articulação de diversos atores sociais nas rodas de conversa tornou os encontros com maior potencial formativo; III) A articulação das políticas sociais, portanto, requer a capacidade local e regional de promover o desenvolvimento da interdisciplinaridade e da intersetorialidade; IV) A roda de conversa apresenta um caminho de aproximação, integração, solidariedade, que reconhece a interdisciplinaridade e a intersetorialidade como fundamentais no cenário pandêmico	I)os espaços de diálogo criados são necessários de forma constante; II) projeto Ruas do Amazonas representa importante ação para o oferecimento de espaços democráticos e plurais; III) Destaca-se o papel da Defensoria Pública como uma instituição amicus educacionais (amiga da educação)	I)O Projeto contribuiu para aproximação de discentes e docentes com o segmento; II) verificou-se a construção e o estreitamento de vínculo entre os usuários do Centro POP, a equipe do projeto e os profissionais do Centro de Saúde de abrangência; III) educação em saúde foi uma importante ferramenta para democratização do conhecimento; IV) Propõe-se a integração de novos profissionais e atores que possam colaborar com a continuidade do projeto

Fonte: elaboração própria com base nos dados disponibilizados no portal de Periódicos da CAPES.

Os dados supracitados demonstram que a literatura de produção científica em torno da temática registra projetos e ações formativas com a PSR, entretanto, nenhum destes se concentra em experiências de formação de lideranças e/ou formação político-educativa. Para além disso, as ações mencionadas não trazem na composição de suas equipes formativas, pessoas com trajetória de rua, evidenciando a verticalização dos processos de planejamento e execução das intervenções.

A presente tese constitui-se como um material importante, pois, ao fundamentar suas análises a partir de um contexto empírico – as oficinas de formação política e formação de lideranças com/para a população em situação de rua – dispõe de perspectivas pouco exploradas na literatura. Os trabalhos localizados evidenciam atividades em diferentes localidades do país que foram objeto de estudo em diversos contextos (equipamento socioassistenciais, escolas, projetos específicos para o segmento, entre outros), mas em nenhuma das experiências identificadas pessoas com vivência de rua aparecem como integrantes da equipe formativa, como ocorre no *Projeto Rualogia*. Acrescentamos como elementos de insuficiência da literatura em relação a temática, que os estudos identificados, pouco se aprofundam em relação aos processos metodológicos e procedimentais das ações formativas e, ainda, não investigam com afinco os efeitos destas intervenções na reverberação de potencialidades e constituição das autonomias das pessoas em situação de rua participantes, limitando-se a ações pontuais, sem continuidade e sem adequações as expectativas e necessidades do público-alvo.

1.4 Delimitação estrutural do trabalho

Para além das informações contidas nesta primeira seção, este trabalho organizou-se a partir de outros quatro capítulos. No segundo capítulo, intitulado “A DIMENSÃO POLÍTICO-EDUCATIVA NA FORMAÇÃO HUMANA” buscou-se apresentar, do ponto de vista teórico-conceitual, o que se compreende por dimensão político-educativa. Para isso, recorremos a autores como Maria da Glória Gohn (2012), Mészàros (2008) e Alder Júlio Ferreira Calado (2004), estes autores nos auxiliaram no aprofundamento das concepções de *político* e de *educativo* no processo de formação humana.

Na terceira seção, as considerações estão direcionadas ao olhar em torno do “O SEGMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA”. Expôs-se uma caracterização geral em relação aos principais aspectos referentes a este grupo social, tanto a nível nacional como local (levando em consideração o lócus de realização da presente pesquisa em Natal (RN)). As informações foram elaboradas a partir dos dados provenientes de pesquisas Institucionais como as realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2008), pelo Ipea (2023), e os dados disponibilizados pela SETHAS/RN, FAPERN, IFESP (2022). Dentre os autores que nos auxiliaram na compreensão dos aspectos gerais em relação ao segmento destacaram-se Silva (2009), Escorel (2000) e Ferro (2012).

Na quarta seção, “O MOVIMENTO NACIONAL POPULAÇÃO DE RUA (MNPR)” foram estruturadas considerações em relação a gênese deste movimento social, sua história, aspectos em torno da sua composição organizacional, das pautas e ações de operacionalização do protagonismo da população em situação de rua no âmbito político. Os materiais que subsidiaram a construção desta seção foram: arquivos de domínio público, matérias em jornais e revistas eletrônicas, teses e dissertações, documentos estes que auxiliaram no resgate de informações sobre a história deste movimento social. Dentre as principais referências consultadas na elaboração do desenho geral sobre o MNPR neste estudo, destacamos: Medeiros (2020), Potiguara (2018) e Almeida (2015).

Por fim, na quinta seção “A DIMENSÃO POLÍTICO-EDUCATIVA NO PROJETO RUALOGIA: análise dos dados” ampliamos a compreensão sobre a formação humana quantos aos aspectos contemplados pela dimensão em destaque. Neste momento, expomos as análises dos dados correspondentes da pesquisa, provenientes das entrevistas narrativas e dos grupos focais realizados que nos permitem compreender quais os efeitos do Projeto Rualogia na formação humana, mais especificamente, para àqueles que experienciaram a formação neste contexto.

Para isso, começamos pelas considerações acerca da dimensão político-educativa na formação humana, entendo que esta relaciona-se a perspectiva de reconhecimento do sujeito enquanto ser histórico e social, mediado por relações de poder que orientam a vida e, no contexto da pesquisa, que determinam a maneira como é planejada e desenvolvida a formação para a PSR.

2. A DIMENSÃO POLÍTICO-EDUCATIVA NA FORMAÇÃO HUMANA

No mundo das Inteligências Artificiais (IA) e das trocas de mensagem por áudios acelerados, imersos numa cultura que concebe o “post[17]” e o “tbt[18]” como instrumentos da memória e do pertencimento social, o meme[19] e os likes[20] como analgésico às dores causadas pelo mundo a partir de uma utopia acessada à palma da mão, há um segmento que vive sob outras lógicas. Há um grupo submetido a uma busca diária e incessante pelo básico da vida, que vive elaborando estratégias para sobreviver no mundo fora das telas, o mundo real.

A condição de exclusão e de vulnerabilidades abissais a qual encontra-se submetida a população em situação de rua dificulta o acesso aos recursos descritos acima, assim como a outros tipos de recursos considerados banais e/ou rotineiros à maioria das pessoas. Convido-lhe a pensar em três ações que fazem parte do seu cotidiano, arrisco a dizer que dentre as coisas pensadas estejam: almoçar, tomar banho, escovar os dentes, trabalhar, ir à faculdade, fazer compras, assistir uma série, ler um livro, ouvir música. As coisas elencadas acima podem lhe parecer simples, mas para este grupo social, são artigos de luxo. Atos como, poder fazer uma refeição, ou tomar um banho por dia, trocar uma roupa que esteja suja, dormir em segurança em uma cama, beber um copo d’água gelada em um dia de sol, dentre tantas outras coisas, são ações incompatíveis à situação de rua. E todas as considerações sobrepostas, nos permite refletir sobre os processos de desumanização aos quais certos grupos estão submetidos. As desigualdades sociais estabelecidas em decorrência de um paradigma de monetização da vida geram, a grupos específicos, a invisibilidade, a marginalização e a negação de certos direitos.

Embora tenham sido citadas ações rotineiras e aparentemente sem grande importância, quando firmado o seu desfruto por anos a fio, as pessoas nesta condição podem ser silenciosamente induzidas a desacreditarem da sua condição humana,

[17] Publicação na internet, que pode ser um texto, um link, uma foto, um vídeo ou uma combinação de tudo isso.
[18] Sigla para "Throwback Thursday", que em português pode ser traduzido como "Quinta-feira do Retorno" ou "Quinta-feira das Lembranças"
[19] Expressão usada para descrever uma ideia/mensagem geralmente relacionado ao humor que se espalha via Internet usando imagem e vídeos.
[20] Termo utilizado na internet para referir-se ao ato de gostar, considerar interessante ou útil uma informação compartilhada nas redes sociais.

sendo cada vez mais compelidos a um abismo social que desencadeia em um espiral infindável de desestruturações. Para Calado (2004), a sociabilidade pautada nesta lógica mercantil e a exacerbada concentração de riquezas na mão de poucos é diretamente responsável pelo empobrecimento dos países periféricos. Na ocasião, fala-se de um empobrecimento material, mas que reverbera em múltiplas dimensões do ser, inclusive da própria capacidade de *ser* humano. O termo "ser" nos remete ao ato de "existir", mas para *ser* humano, não basta existir. A possibilidade de sentir-se humano e de ser visto como tal, está diretamente associada ao tipo de *homem/ser* reconhecido socialmente em um determinado tempo histórico. Para Bauman (2007), o homem moderno caracteriza-se pela predominância do individualismo; pela ocupação de funções subalternas no mercado de trabalho; pela fluidez das relações com o outro e das identidades, tudo é volátil, efêmero e nada é duradouro. As características que circundam a essência do *ser* moderno estão diretamente relacionadas aos seus recursos, e são também atravessadas pela dimensão do direito político. A respeito disso, explica:

> Se os direitos políticos podem ser usados para enraizar e solidificar as liberdades pessoais assentadas no poder econômico, dificilmente garantirão liberdades pessoais aos despossuídos, que não têm direito aos recursos sem os quais a liberdade pessoal não pode ser obtida nem, na prática, desfrutada. BAUMAN, 2007, p.70).

A citação acima corrobora para a percepção do arco de constituição do homem moderno, segundo as premissas deste tempo. Os direitos políticos asseguram os direitos sociais, estes por sua vez, constituem-se no escopo coletivo das liberdades pessoais. Em síntese, "sem direitos sociais, os direitos políticos continuarão sendo um sonho inatingível, uma ficção inútil ou uma piada cruel para grande parte daqueles a quem eles foram concedidos pela letra da lei" (BAUMAN, 2007, p.71), pois sem os direitos políticos, as pessoas não podem ter confiança em seus direitos pessoais.

Correlacionando as análises de Bauman à condição das pessoas em situação de rua, há de se questionar como pode uma pessoa reivindicar por direitos sociais ou recorrer aos direitos políticos sem que a ela seja apresentada estas possibilidades? Ou ainda, quão importante é conhecer o que são direitos sociais, liberdade pessoal, direitos políticos se a este grupo o que há de mais urgente é sanar a fome, adquirir

uma moradia, se inserir ao mercado de trabalho, lidar com a impossibilidade de acesso aos recursos básicos e fundamentais de uma vida com dignidade?

Para responder aos questionamentos acima, é necessário assumir como perspectiva que a vida é um ato político. Todas as nossas ações estão diretamente ligadas a processos políticos**,** pois, para cada necessidade humana a busca por respostas e resolutividades são em si, articulações também políticas. Para Gohn (2014, p.123) “a dimensão política é utilizada principalmente no âmbito das relações microssociais e culturais” por isso, não deve ser compreendida somente pelo seu nível macro, ou seja, quando relacionada às ações dos aparelhos estatais. No campo dos direitos humanos, as conquistas políticas não são permanentes, tudo é transitório. A dinâmica da vida humana é, em si, uma constante busca por ser, ter, permanecer e existir. Assim, para que sejamos capazes de compreender o que determina e/ou explica as diversas formas de existir no mundo, precisamos explorar o presente, tendo consciência sobre o passado e direcionamento ao futuro. Em outras palavras, é necessário analisarmos a conjuntura a qual estamos inseridos e identificar as questões sociais presentes em cada contexto para que não sejamos apenas sujeitos existindo, mas que façamos dessa existência um ato de vida consciente. Desta forma, nos tornamos capazes de tomar decisões diárias, de desafiar as estruturas de poder e normas dominantes, e de afirmar nossa própria identidade. Para a PSR, muitos desses aspectos são negligenciados, pois, no lugar em que ocupam socialmente, o cerceamento de suas vozes e a opressão de suas existências tornam o existir ainda mais desafiador.

Neste sentido, a organização de espaços de participação política para grupos marginalizados – como a PSR - e de mobilização popular, com vistas a construção de caminhos para a cidadania faz-se a partir de experiências alternativas e revolucionárias. Na ciência política, as revoluções são compreendidas como mudanças abruptas no poder político ou na organização estrutural de uma determinada sociedade, esta descrição atribui um sentido de grandeza aos atos revolucionários que nos leva a associar estes eventos como ações extraordinárias e porque não dizer inalcançáveis. Entretanto, os atos revolucionários podem ser compreendidos em sua macro ou micro representação, mas para que um possa se efetivar, o outro precisa existir. Para cada grande ato revolucionário instituído na

história da sociedade humana, houve micro revoluções (de pensamento, de escolhas, de organizações, de mudanças e resistência).

A Educação Popular, por exemplo, pode ser entendida como uma prática social transformadora, a considerar a constituição dos seus princípios fundamentais, as premissas de oposição à perpetuação de um *status quo* na sociedade e a contraposição ao projeto educacional dominante, bem como, a compreensão da formação humana por um viés crítico, holístico e integral. Na educação popular um processo formativo crítico e transformador direcionado as camadas populares, pode ser capaz de transcender o modelo vigente de sociabilidade instituída. Araújo (2018) afirma que:

> A educação popular destaca-se como uma prática político-pedagógica comprometida com a população no projeto de sua própria libertação, partindo de uma intencionalidade que propicie uma nova forma de compreender o mundo e de vive-lo, para que os indivíduos possam lê-lo com os olhos de sua própria cultura e dialogar uns com os outros como sujeitos conscientes (ARAÚJO, 2018, p.19).

Compreende-se que o conceito de “político-pedagógico” é similar ao de “político-educativo”, pois ambos direcionam-se às práticas formativas de conscientização das classes populares na perspectiva da construção de uma sociedade democrática. Entretanto, um aspecto que deve ser ressaltado em relação as suas diferenciações semânticas é que o termo “pedagógico” se direciona mais aos instrumentos utilizados no processo formativo, e o “educativo” refere-se ao próprio processo que se retroalimenta de novos processos formativos (GOHN, 2012, p,24). Seguindo esta linha de raciocínio, pode-se inferir que as atividades formativas para a PSR carecem tanto de aspectos político-educativos quanto do próprio sentido pedagógico (métodos e técnicas). Unindo estes dois aspectos é possível fomentar uma formação comprometida com o desenvolvimento dos indivíduos pela criticidade do conhecimento político, das análises em torno da sociedade, das estruturas de classe, das desigualdades, das estruturas de poder as quais estamos submetidos, das estratégias de organização coletiva, dentre outras pautas. A formação nesses termos, não se limita a transmissão de conhecimentos estáticos, de conteúdos teóricos, mas propõe-se principalmente a fomentar habilidades e construir caminhos para a efetiva participação dos sujeitos nos processos de participação democrática de forma consciente e responsável. Na compreensão de Calado (2008), a educação popular pode ser compreendida como:

> [...] um processo formativo, protagonizado pela classe trabalhadora e seus aliados, continuamente alimentado pela utopia, em permanente construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa, dentro de um processo marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas, posturas correspondentes ao mesmo horizonte" (CALADO, 2008, p.230 -231).

Neste sentido, compreende-se que as perspectivas de formação humana atreladas ao campo da educação popular alinham-se perfeitamente ao que se espera e ao que demonstra ser necessário às atividades formativas para/com a PSR. É necessário pensar em processos que dialoguem com as reais necessidades deste público, que estejam atentos as suas subjetividades e particularidades para que seja possível construir horizontes emancipatórios. Calado (2004) nos auxilia novamente ao explanar seus pensamentos em torno de práticas e saberes que estejam voltados para uma sociabilidade alternativa e explica que a dimensão alternativa da formação condiz as experiências múltiplas que incitam o processo transformador de constituição dos saberes, conforme:

> À medida que ousamos chegar perto de experiências alternativas, ainda que moleculares, aquela chama utópica volta a arder de modo não apenas crítico, mas crítico-propositivo, impulsionando-nos a encampar situações grávidas de alternatividade, ainda que se trate de "pequenas" iniciativas, nos mais distintos campos de atuação que as relações do cotidiano nos oportunizam (CALADO, 2004, p.17).

As experiências alternativas mencionadas pelo autor são aquelas acessadas a partir da sociabilidade alternativa, ou seja, situações que nos desafiam a superar o óbvio, a transgredir os paradigmas instituídos socialmente, conhecer novos mundos, outros cenários. Mészàros (2008), nos alerta que para transformar ideias e princípios, formando o homem para além daquilo o que se propõe dentro das quatro paredes de uma sala de aula, é necessário entender "que a educação não pode ser encerrada no terreno estrito da pedagogia, mas tem de sair às ruas, para os espaços públicos, e se abrir para o mundo" (MÉSZÀROS, 2008, p.10). Ao analisar formas de educação que se instituem fora do sistema escolar tradicional, Gohn (2006) realça uma série de dimensões alcançadas pela educação não-formal, que apresenta grande aproximação aos princípios da educação popular, tais como:

> [...] a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos

> cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica" (GOHN, 2006, p.28).

As dimensões analisadas por Gohn surgem a partir de um modelo formativo que considera as trajetórias de vida dos indivíduos e grupos, que ocorre para além dos muros da escola, em locais onde há processos interativos intencionais com vistas à capacitação de pessoas para uma vida em sociedade, ao exercício da cidadania plena ao que concerne na capacidade de organização política do grupo e materialização dos direitos sociais, bem como, à construção de relações baseadas em princípios de igualdade e justiça social. Este pequeno ato é grande em seus efeitos, pois é capaz de fundamentar a cultura política de um grupo, desenvolvendo laços de pertencimento e de transformação social. Um grupo que se articula em torno do alcance de um objetivo em comum, ou da superação de uma dor ou necessidade em comum, alicerça seus passos a partir da organização de movimentos populares. Este, por sua vez, solidifica suas ações a cada articulação política fomentada por seus integrantes, que se retroalimentam dos processos formativos deste mesmo coletivo. Para Calado (2023), a EP "é chamada a contribuir concretamente nos processos organizativo, formativo e de mobilização, tendo como principais protagonistas as forças sociais de maior referência da sociedade civil tais como os Movimentos Sociais Populares" (CALADO, 2023, n.p.). A educação popular como norteadora da ação educativa nos movimentos sociais, deve favorecer a autonomia dos sujeitos em sua aprendizagem coletiva. Isto se dá a partir da mobilização e organização dos atores locais e a capacitação dos atores sociais. Nesse sentido, o Projeto Rualogia cumpre bem a sua função, estendendo toda a prática formativa àqueles que estão fora da sala de aula e que talvez nela nunca tenham permanecido por muito tempo, mas que seguem sedentos de conhecimento e de esperança na superação das condições em que se encontram.

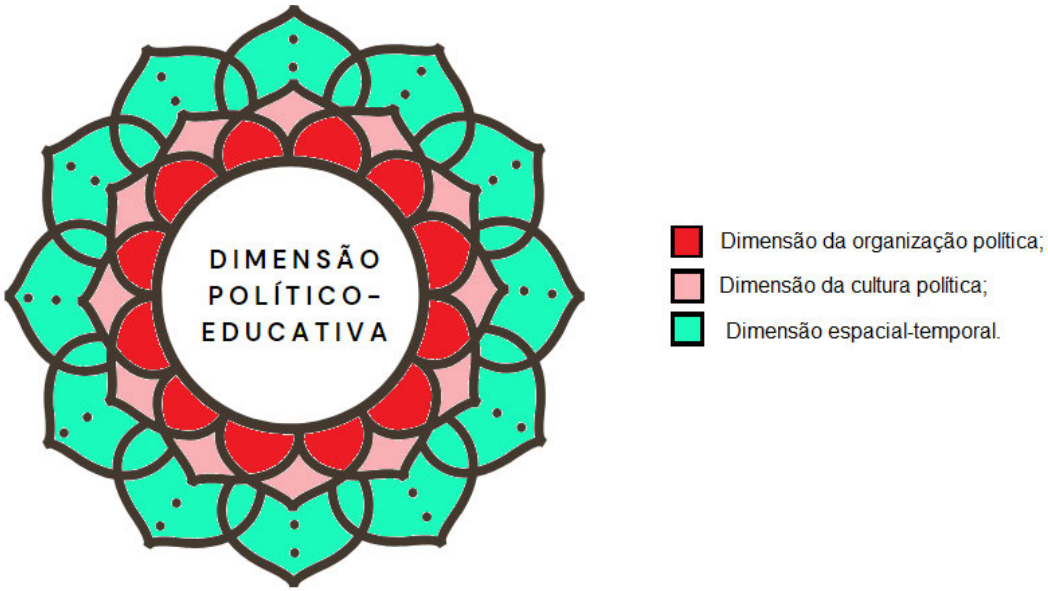
No "*Rualogia*" para além das oficinas apresentarem temas críticos conforme elencado em seção anterior, há uma intenção político-educativa no modo como ocorrem os debates através do engajamento coletivo. A formação político-educativa do Projeto se efetiva de forma processual, à medida em que são explanados os temas e aprofundadas as questões emergentes no ato das enunciações e das escutas

ativas. No decorrer de sua operacionalização busca-se promover aos sujeitos a capacidade de analisar e questionar informações, de se perceber quais são os discursos e práticas institucionalizadas que violam os princípios dos direitos sociais e da democracia, além de incentivar uma cultura crítica-propositiva entre os participantes que impulsione o grupo em termos de ação coletiva com vistas à promoção de mudanças sociais.

Para aprofundarmos o debate em torno da dimensão político-educativa das atividades formativas para a PSR – em especial em relação ao Projeto Rualogia - destacamos três dimensões elencadas por Gohn ao falar sobre o caráter educativo dos movimentos sociais, são eles: I) a dimensão da organização política; II) a dimensão da cultura política e; III) a dimensão espacial-temporal. Para a autora, analisar os processos educativos que ocorrem fora dos canais institucionais tradicionalmente estruturados é reconhecer que "educação não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico" (GOHN, 2012, p.21). Por isso, tais dimensões podem ser percebidas no contexto de ações formativas ao segmento da PSR, levando em consideração que elas ocorrem como movimento transgressor das práticas institucionalizadas.

Vale ressaltar que as três dimensões elencadas por Gohn foram destacadas como forma de direcionar as análises teóricas pretendidas nesta pesquisa em relação ao que compreendemos como caráter político-educativo das ações formativas para a PSR. Considerando que esta dimensão pode se desdobrar em várias outras, descobertas no decorrer do processo de construção dos dados provenientes do campo empírico em foco neste estudo. Por isso, devemos conceber estas três dimensões como um primeiro esboço da análise, que será representada a partir de uma madala. A mandala é um símbolo formado por um círculo que apresenta diversos significados, está associada principalmente à representação visual do universo e à mente humana. Considerando a complexidade inerente ao grupo pesquisado neste estudo e as várias camadas possíveis de aprofundamento desta temática, considera-se que a mandala e o simbolismo e ela atribuído representa bem o que pretende-se explanar das dimensões apresentadas.

Figura 3: mandala teórica – as dimensões político-educativas da formação para PSR



Fonte: elaboração própria com base na perspectiva teórica de Gohn (2012).

A primeira dimensão destacada pela autora, é a dimensão da organização política, esta refere-se à "consciência adquirida progressivamente através do conhecimento sobre quais são os direitos e os deveres dos indivíduos na sociedade hoje, em determinadas questões por que se luta, leva concomitantemente a organização do grupo" (GOHN, 2012, p. 22). Esta dimensão volta-se a análise da capacidade de identificação de interesses em comum entre os atores participantes dos processos formativos, trata ainda, da percepção de interesses opostos ao movimento. A identificação destes interesses (similares e opostos) coadunam a organização coletiva a partir de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes.

Precisamos considerar que a organização política deriva de uma "consciência adquirida progressivamente" em relação aos direitos e deveres atribuídos aos indivíduos em sociedade (GOHN, 2012, p. 22). A consciência, por sua vez, se apresenta como um resultado da organização coletiva dos sujeitos em seu processo de luta pela emancipação. Por isso, emerge a partir da tensão interpretativa da realidade e das conjunturas sociais passadas e presentes, que se retroalimenta continuamente. Assim, a consciência não surge como mágica, adquirida pela mera transmissão de informações ou pela supervalorização das práticas formativas como

se, somente por existirem, fossem capazes de gerar nos sujeitos transformações revolucionárias ou promover organização política. Todavia, quando devidamente explorada, torna-se um elemento propulsor para a ação dos sujeitos que, progressivamente, atentam-se às determinações sociais que moldam suas experiências vividas. Neste processo, a consciência se estabelece como um movimento, “é um todo e, como tal, é apenas o processo pelo qual se tornou o que é” (IASI, 1999, p.5), a ela está atribuído aspectos objetivos e subjetivos de cada sujeito que é histórico e, por isso, compreende o mundo a partir das suas perspectivas individuais, mas também, coletivamente.

A consciência, portanto, se expressa como *percepção* e, ao mesmo tempo, como *ação* dos sujeitos diante da realidade. Ela acontece, por exemplo, na identificação dos interesses semelhantes e opostos, e se processa segundo as ópticas de classes de cada sujeito, assim, “quando identificados os interesses opostos, parte-se para a elaboração de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes” (GOHN, 2012, p. 22). Entretanto, deve-se considerar que, a consciência política não resulta, necessariamente, em uma organização coletiva dos sujeitos. Assim como, não gera, necessariamente, uma vinculação dos sujeitos a movimentos sociais e a partidos políticos, ou até mesmo a uma criticidade de cunho progressista.

A segunda dimensão volta-se para a cultura política, que pode ser compreendida como um campo formativo que articula memória, consciência histórica e ação social. Nela, os conhecimentos gerados repercutem em ações na vida prática, geradas pela consciência crítica dos fatos. Neste sentido, a dimensão da cultura-política não é um campo de neutralidade, e sim, de fortalecimento de uma identidade coletiva gerada a partir do acúmulo de experiências e da capacidade de se reconhecer fatos passados para subsidiar a leitura do tempo presente, reconhecendo as formas de organização social, práticas e discursos hegemônicos que, à primeira vista, parecem naturalmente determinados, mas que são constituídos de ideologias, valores e estruturas de poder que se consolidam ao longo do tempo e, por isso, mutáveis. O resgate de fatos passados corrobora para a análise de conjuntura em relação aos processos do tempo presente, assim, e possível identificar quando se originam certos tipos de pensamentos, práticas ou paradigmas sociais. Ao desenvolver esta dimensão, o sujeito/grupo torna-se capaz de elaborar “estratégias de conformismo e

resistência, passividade e rebelião, segundo os agentes com os quais se defronta" (Gohn, 2012, p.23).

A dimensão espacial-temporal leva ao conhecimento do ambiente construído, gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana. Nesta perspectiva, o ambiente não é concebido apenas como cenário neutro da vida social, mas como resultado das práticas, disputas e formas de organização de diferentes classes sociais. O espaço, portanto, materializa desigualdades, expressa interesses, determina limites geográficos e estratificações que revelam as dinâmicas de apropriação e exclusão que caracterizam a sociedade. Esta dimensão trata da consciência das diferentes formas de apropriação dos espaços públicos para atividades grupais ou para o mero exercício de manifestações individuais. O uso da coisa pública – a rua, as praças, as escolas, os equipamentos sociais – são vistos como territórios de disputa e, também, de possibilidades. Neste sentido, compreender o espaço implica em analisar as formas como ele é utilizado tanto para as práticas coletivas quanto para expressões individuais. Ao reconhecer os espaços como bens comuns, os sujeitos são convocados a superar posturas passivas diante das estruturas sociais, assumindo uma atitude ativa na ocupação, preservação e ressignificação desses ambientes. Tal entendimento contribui para o fortalecimento da consciência cidadã.

Acredita-se que o aprofundamento em torno das dimensões sobrepostas à luz das análises de Gohn, podem auxiliar nas respostas aos objetivos da pesquisa, levando em consideração suas aproximações com o campo da Educação Popular e das práticas formativas em movimentos sociais. As dimensões elencadas não são estáticas, podendo ser atribuídas a elas outras dimensões e tal qual a mandala, serem representadas a partir de suas várias camadas. Assim, a próxima seção estima adentrar o debate em torno das características do segmento da população em situação de rua por tratar-se do grupo social ao qual as dimensões político-educativas podem ser desenvolvidas como potente instrumento de mudança e de conscientização social.

3. O SEGMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Dada a organização da vida social em torno do modo de produção e consumo capitalista, pode-se inferir que a possibilidade de o fenômeno da PSR deixar de existir, é remota. É provável que pessoas das faixas etárias mais novas às mais velhas saibam da existência deste grupo social, pois nos deparamos com pessoas nesta condição diariamente. O referido fenômeno cresce em escala exorbitante, de acordo com dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foram registradas 31.922 mil pessoas em situação de rua no país dentre os anos de realização da pesquisa (2008), tendo sido este o último levantamento sobre os índices populacionais do segmento realizados pelo Ministério a nível nacional. A referente pesquisa realizou um levantamento demográfico em 71 cidades brasileiras, "desse total fizeram parte 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais, independentemente do seu porte populacional" (MDS, 2008, p. 85). Dentre as capitais brasileiras que não foram incluídas no levantamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, estão: São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Estas capitais foram dispensadas por já terem sido campo de pesquisas semelhantes em período anteriores ao censo.

Os resultados obtidos a parir do censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua do MDS (2008), revelaram elementos sociodemográficos e econômicos deste grupo que contribuem para a identificação de características e especificidades em relação ao segmento em âmbito nacional. De acordo com a pesquisa, os maiores contingentes populacionais de pessoas em situação de rua identificadas no país concentram-se nas capitais do Sudeste. Os municípios com maior número absoluto de pessoas em situação de rua identificadas no Cadastro único, conforme censo do MDS (2008), são:

Tabela 1: 10 municípios com maior número absoluto de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro único em dezembro de 2022.

REGIÃO	UF	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL 2022	PSR NO CADASTRO ÚNICO 2022	% DO TOTAL DE PSR DO PAÍS
Sudeste	**SP**	**São Paulo**	**11.451.245**	**53.853**	**22,8**
Sudeste	RJ	Rio de Janeiro	6.211.423	13.566	5,7
Sudeste	MG	Belo Horizonte	2.315.560	11.826	5,0
Centro-Oeste	DF	Brasília	2.817.068	7.924	3,4
Nordeste	BA	Salvador	2.418.005	7.909	3,3
Nordeste	CE	Fortaleza	2.428.678	6.334	2,7
Sul	PR	Curitiba	1.773.733	3.477	1,5
Sul	RS	Porto Alegre	1.332.570	3.189	1,3
Sudeste	SP	Campinas	1.138.309	2.547	1,1
Sul	SC	Florianópolis	537.213	2.020	0,9
Total 10 municípios			32.423.804	112.645	47,7

Fonte: Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, dados de 2008.

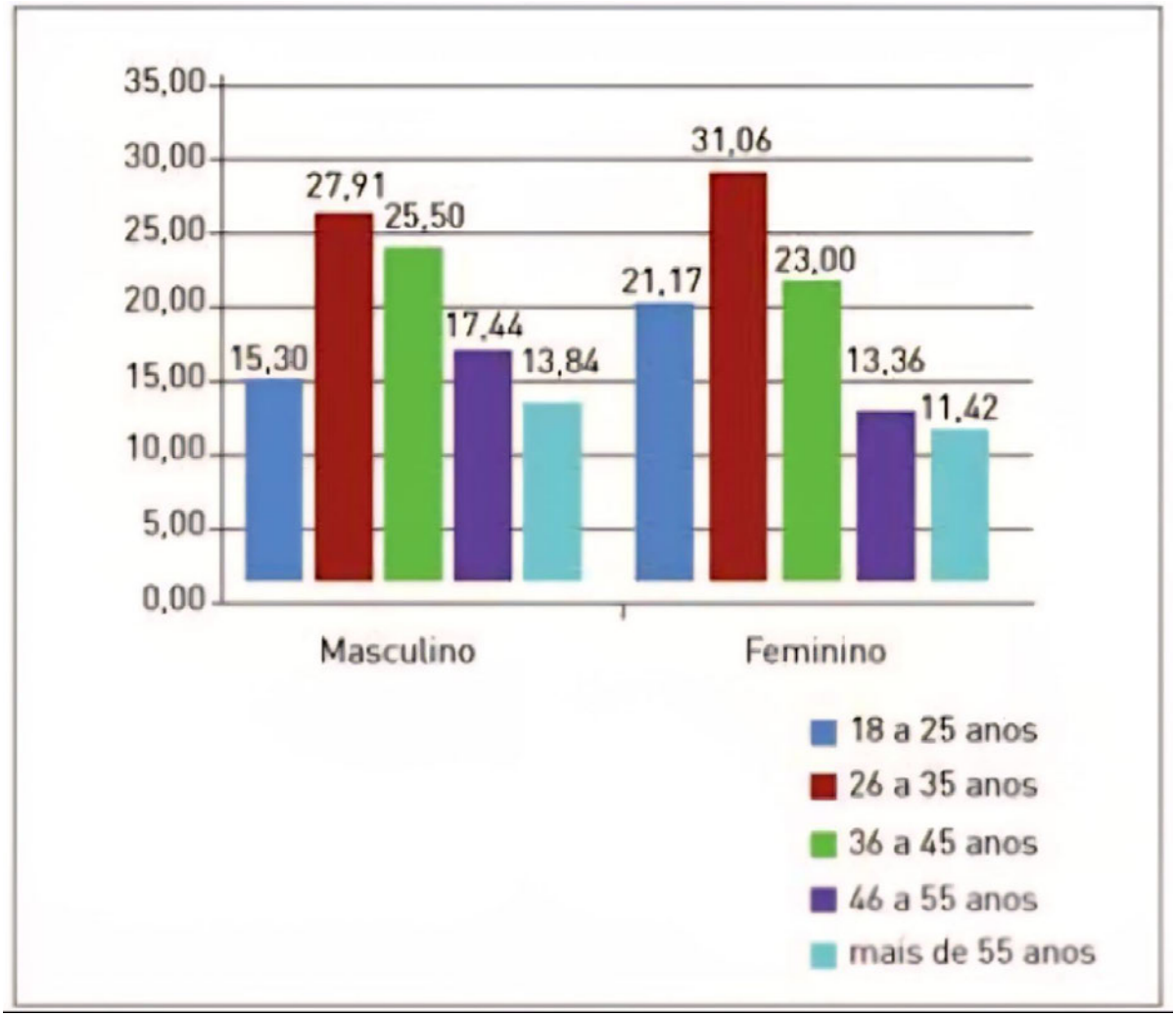
Os dados acima revelam que, não coincidentemente, os primeiros municípios da lista acima são também àqueles pertencentes as regiões que historicamente foram diretamente afetadas pelos processos de êxodo rural em razão da industrialização do país. Dentre os anos de 1960 e 1980 o sudeste brasileiro foi campo de migração em massa da população diretamente associado as novas dinâmicas socioespaciais de urbanização, cidades estimadas pelo grau de atratividade social e ascensão financeira. Segundo estudos publicados pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o êxodo rural, nas duas primeiras décadas citadas, contribuiu com quase 20% de toda a urbanização do país nas grandes cidades. O fluxo migratório para as regiões do sudeste nas décadas de 60 a 80, ocorreu como uma espécie de “sonho americano abrasileirado”, a possibilidade de uma vida com maior qualidade, o direito à propriedade e a busca pela felicidade moveu milhares de pessoas a deixarem suas terras de origem para ocuparem os grandes centros urbanos.

Gobbi (2015) destaca que o rápido e desordenado processo de urbanização ocorrido no Brasil trouxe uma série de consequências, e em sua maior parte negativas. Dentre os aspectos negativos o autor aponta o aumento das desigualdades econômicas, a “favelização” referente a formação de ocupações irregulares, o

aumento da violência urbana, como também, o agravamento de crises ambientais decorrentes do grande número de indústrias, automóveis e de habitantes no território. A estes fatores podemos acrescentar à escassez de empregos ou vínculos estáveis de trabalho/renda que podem desencadear em processos de *rualização,* formada por trabalhadores desempregados ou subempregados. Muitos indivíduos que vivem nas ruas podem ter dificuldades em encontrar empregos estáveis ou qualquer forma de emprego, colocando-os na faixa mais marginalizada do *exército de reserva*.

No que tange à distribuição por gênero e faixa etária, a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua do MDS (2008), identificou que, em sua maioria, o segmento é composto por homens e mulheres com idade dentre 26 a 35 anos, conforme:

Figura 3: Percentual de mulheres e homens por grupos etários



Fonte: Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (MDS, 2008).

De acordo com o gráfico acima, podemos afirmar também que os dados do Censo MDS de 2008 revelam uma predominância do público jovem na composição do segmento. Além disso, o censo identifica que o contingente de homens em relação às mulheres era predominante, constituindo cerca de 82% do grupo (MDS, 2008). Identificaram, ainda, que 67% das pessoas entrevistadas se autodeclararam negros ou pardos. Para além disso, houve também uma análise em relação ao perfil do segmento quanto a escolaridade. Constatou-se que no que diz respeito a formação escolar, a maior parte (63/5%) do segmento não concluiu o primeiro grau, 17,1% acusaram não saber ler e escrever, conforme:

Tabela 2: Distribuição da População em situação de rua por escolaridade

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	%
Nunca estudou	4.175	15,1
1º grau incompleto	13.385	48,4
1º grau completo	2.854	10,3
2º grau incompleto	1.045	3,8
2º grau completo	881	3,2
Superior incompleto	190	0,7
Superior completo	194	0,7
Não sabe/Não lembra	2.136	7,7
Não informado	2.787	10,1
Total	27.647	100

Fonte: Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2008).

Em uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), a PSR cresceu 140% desde 2012, chegando à média de quase 222 mil brasileiros vivendo sob esta situação em 2020. Três anos depois, em estudo mais recente, dados do Ipea coletados a partir dos registros ativos presentes no Cadastro Único, foram identificadas 227.087 pessoas em situação de rua com cadastro válido em agosto de 2023. Os dados de agosto disponibilizados via Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD[21]), indicam 11 casos a mais que o identificado, totalizando em agosto de 2023 a quantidade de 227.098 pessoas em situação de rua no Brasil. Vale ressaltar que estes percentuais consideram apenas aqueles que apresentam cadastro ativo no sistema, por isso, este quantitativo não exprime com exatidão a totalidade de pessoas em situação de rua no país. De acordo

[21] Portal de consulta disponível em: <https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php> Acesso em 09 de setembro de 2024.

com o próprio Ipea (2023) em nota técnica, não há dados oficiais sobre as especificidades e dimensões do segmento, por isso, existem “prejuízos no que diz respeito à avaliação da demanda por políticas públicas para o segmento” (Ipea, p.5, 2023).

Com base nestes e em outros dados, bem como a partir da análise de conjuntura dos últimos fatos ocorridos ao redor do mundo, ocasionado pela disseminação do vírus COVID-19[22], o índice populacional referente ao segmento da PSR foi alterado para percentuais ainda maiores. Em nota técnica, o Ipea (2023) alerta que a propagação do vírus COVID-19 contribuiu para o aumento da vulnerabilidade e precariedade das pessoas que vivem nas ruas, exigindo atuação mais intensa do poder público diante deste fato. Em tempos de calamidade da saúde pública e enfraquecimento das bases econômicas do país em virtude da pandemia, o contingente populacional de pessoas em situação de rua no contexto urbano alterou-se para percentuais ainda maiores, como mostram os dados anteriores. Entretanto, para compreender o fenômeno em sua totalidade, devemos considerar fatos que antecedem as questões vividas no tempo atual. Para Silva (2009), a reprodução do fenômeno da população em situação de rua vincula-se ao processo de acumulação do capital, no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção pelo capitalismo (SILVA, 2009).

Sobre a composição desta superpopulação relativa ao mercado de trabalho formal, Tiengo (2020), afirma que:

> De fato, a população em situação de rua é fruto da acumulação capitalista. Quanto maior for a acumulação das riquezas por poucos, maior será a acumulação da miséria por muitos. Alguns desses que acumulam miséria passam pelo processo de rualização. Não por preguiça ou falta de esforço das pessoas, mas sim devido à natureza do modo de produção capitalista, que produz a superpopulação relativa (TIENGO, 2020, p.25).

As consequências deste *modus operandi* são nefastas aos trabalhadores, as contradições do mundo capitalista tornam-se capazes de produzir bem-estar ou de

[22] Período de crise sanitária global desencadeada pela disseminação do vírus SARS-CoV-2. Esse período foi marcado por profundas transformações nas dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais e educacionais, afetando de maneira significativa a vida cotidiana das populações em escala global. Durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, o Brasil atingiu uma média de 38.210.864 casos de contaminação e 708.638 óbitos pelo vírus, entre mar/2020 a dez/2023. Consulta em: <https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html>

cercear vidas e determinar histórias com grandes lacunas existenciais. Tratam-se de contradições passíveis de superação por alguns e, para outros, uma realidade supressora de sonhos. A miséria é consequência e combustível de perpetuação do capitalismo que se expressa na pobreza, no desemprego, na falta de moradia, no uso problemático de substâncias químicas, dentre outras adversidades. Netto (2013), nos ajuda a pensar sobre as contradições frutos da dinâmica capitalista:

> Produz-se riqueza social em escala exponencial ao mesmo tempo em que se produz e reproduz o pauperismo [...] O crescimento econômico, o desenvolvimento econômico social sob o capitalismo, implica sempre a reprodução de um polo que necessariamente acompanha, com sinais trocados, aquele da expansão das riquezas sociais (NETTO, 2013, p.90)

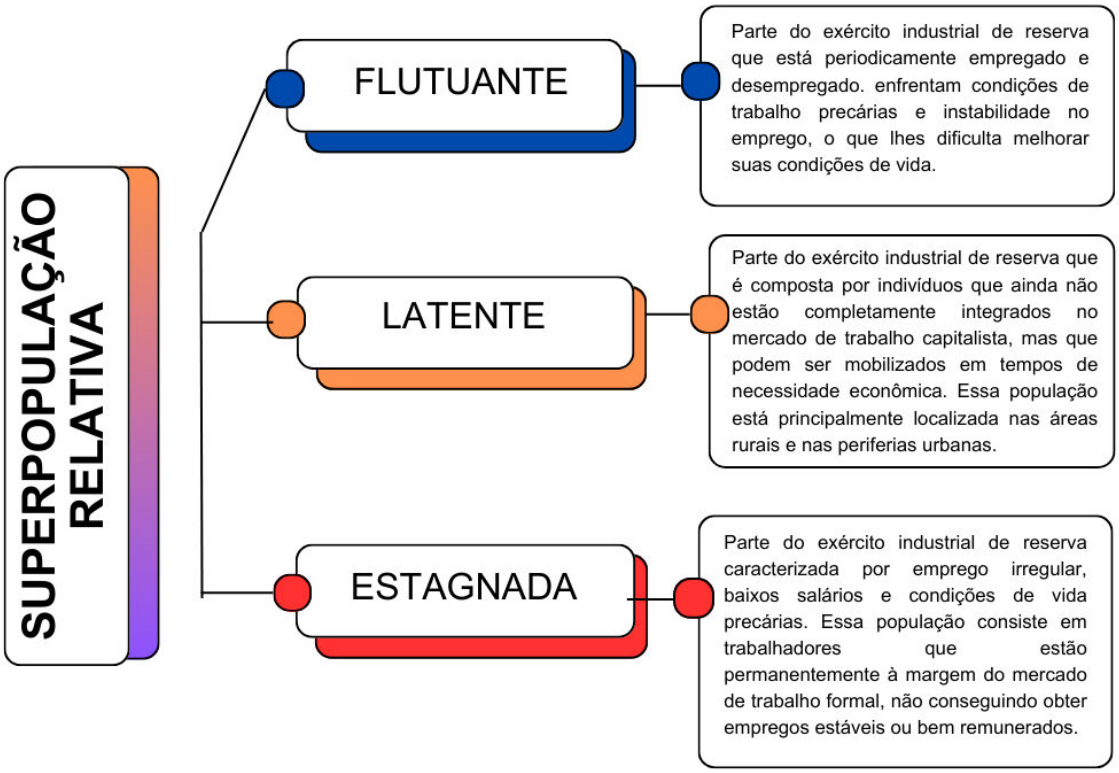
O fenômeno em questão constitui-se como parte dos desdobramentos provenientes de um pauperismo social latente e de ações histórico-estruturais que nutrem a desigualdade social no contexto urbano econômico e cultural, “de modo a gerar e gerenciar em escala transnacional múltiplas camadas de injustificáveis injustiças” (CARVALHO; RONDON; CASTILHO, 2020, p.57). A pobreza na sociedade capitalista é consequência da desigualdade, para YAZBEK (2012):

> Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade (YAZBEK, 2012, p.290).

Sobre o pauperismo, Marx (2013), afirma que este se constitui como “o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 2013, p.209). Assim, o capitalismo gera e se alimenta do pauperismo social, da população refém de uma pobreza estrutural. Para Barros, Camargo e Mendonça (1993), a pobreza estrutural é definida como aquela que persiste independentemente das ações do indivíduo, ainda que lute incessantemente para atender às suas necessidades básicas. Esta pobreza estrutural torna-se combustível para a operacionalização do capitalismo, sendo usado de acordo com sua própria conveniência “na medida em que os trabalhadores empregados são compelidos a aceitar salários mais inferiores devido à pressão que o exército industrial

de reserva exerce sobre os mesmos" (GOIS, 2015, p.6). Ao realçar o conceito de *superpopulação relativa,* Marx considera cenários e grupos que constituem as várias camadas de composição desta população. Podemos representar o pensamento de Marx (2013), através da figura 4:

Figura 4: representação das categorias de composição da superpopulação relativa em Marx (2013).



Fonte: elaboração própria com base em Marx (2013).

A relação entre o exército industrial de reserva e a população em situação de rua pode ser analisada a partir da perspectiva das dinâmicas econômicas e sociais do capitalismo. Silva (2009) destaca:

> É certo que o fenômeno não se explica a partir de um único determinante. Entretanto, existem fatores que se destacam no conjunto dessas determinações. Podem ser fatores típicos de determinadas localidades ou épocas específicas. Entretanto, a história revela que as causas estruturais desse fenômeno vinculam-se à estrutura da sociedade capitalista; sua produção e reprodução têm bases nos processos imanentes à acumulação do capital, no contexto de produção e superpopulação relativa ou exército

> industrial de reserva, excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho no capitalismo. (SILVA, p.105 e 106, 2009).

Parte dos indivíduos que compõem o segmento apresentam dificuldades em encontrar empregos estáveis ou qualquer forma de emprego dentro do mercado formal, colocando-os em um espiral de dificuldades econômicas, pobreza e exclusão social. A falta de um emprego estável e de uma moradia fixa dificulta o acesso a recursos e serviços necessários para superar a situação de rua.

Diante da urgência da fome e da necessidade de sobrevivência, há aqueles sucumbidos pela ocupação de postos precarizados no mercado de trabalho formal, e há, ainda, as pessoas em situação de rua que até o desempenho de funções subalternas lhes é negado, restando tudo aquilo o que os outros não querem, o trabalho árduo de sol em sol que não é valorizado tampouco remunerado e que não lhes assegura qualquer direito trabalhista. As pessoas em situação de rua geralmente inseridas em atividades que requerem baixa capitalização, vivem da sua própria força, literalmente, a *força humana*. Não há aqui intenção de se atribuir eufemismos ao termo e sim, de voltar-se ao que existe de mais instintivo do humano, o corpo, a força bruta, o movimento, a reação, a subsistência.

A população em situação de rua atua com trabalhos operacionais, contingenciais e eventuais. Não há estabilidade da função e do retorno financeiro que lhes é consequente, geralmente pautados pela força física e pela realização de atividades técnicas, dotadas de baixa qualificação, como, por exemplo: carregadores, carroceiros, flanelinhas, catador de materiais recicláveis, camelôs. Sawaia (2001) discute o processo de “inserção social perversa” que opera através da dialética exclusão/inclusão e se manifesta a partir dos âmbitos sociológicos e psicológicos nas populações vulnerabilizadas. No âmbito sociológico, a exclusão passa a ser entendida como um descompromisso político com o sofrimento do outro. Já no âmbito psicológico, a inclusão das pessoas marginalizadas no tecido social ocorre através do processo de coação social e resulta no sentimento de culpabilização individual. Processo muito comum para as pessoas em situação de rua, que sempre atribuem as causas de ordem pessoal e individual o fato de estarem utilizando as ruas como forma de sobrevivência.

Para Rodrigues (2015), a vida de pessoas que fazem das ruas um espaço de sobrevivência não se dá por fatores de ordem pontual, pelo contrário, esta condição “é uma das últimas consequências de um processo de exclusão, supressão e fragilização social” (RODRIGUES, 2015, p.59). Diante da ausência de ações estratégicas de intersetorialidade, gera-se a intensificação da marginalidade, a disparidade econômica entre as classes sociais, a dificuldade de acesso à cultura, saúde, educação, dentre outros eixos da vida social àqueles pertencentes às esferas menos favorecidas, a exemplo, pessoas em situação de rua.

Acredita-se que a intersetorialidade seja importante para o cumprimento dos direitos civis, pois, promove a coordenação e colaboração entre diferentes setores e instituições na condução de problemas complexos de maneira holística e eficaz. Pessoas em situação de vulnerabilidade enfrentam barreiras em múltiplos aspectos de suas vidas. Por isso, a intersetorialidade pode possibilitar o acesso a uma rede integrada de serviços, facilitando o atendimento das necessidades da população de forma mais completa devido a colaboração entre múltiplos setores (saúde, educação, justiça, segurança, assistência social). A intersetorialidade pode ainda promover a participação ativa das comunidades e grupos vulneráveis na definição e implementação de políticas, garantindo que as soluções sejam adaptadas às necessidades reais das pessoas, promovendo o empoderamento social e comunitário, proporcionando soluções mais integradas, justas e sustentáveis para os desafios sociais complexos.

A questão da intersetorialidade aparece no Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua (2006) realizado em Brasília, onde afirmam que as estratégias de intersetorialidade consistem em pauta de prioridade na sistematização dos serviços direcionados a PSR como “assistência social, saúde, educação, habitação, cultura, trabalho, emprego e renda, política agrária e agrícola, sistema de garantia de direitos, segurança e acesso à Justiça” (SANTOS, 2011, p.24). Passados dezessete anos desde a publicação do Relatório mencionado, em nota técnica elaborada pelo Ipea sobre o segmento, alega-se que “o Brasil não conta com dados oficiais sobre o número de pessoas em situação de rua” (Ipea, p.5, 2023). Tal constatação se torna preocupante, pois o acompanhamento censitário dessa população - feito de forma regular e sob responsabilidade do poder público -

constituiria um potente elemento estratégico para a gestão e formulação de políticas públicas ao segmento, bem como, na estruturação das ações intersetoriais entre os serviços como discutido anteriormente. Ainda que prevista na Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), instituída pelo Decreto nº 7.053/2009, as informações sobre a PSR acabam sendo limitadas a estudos ocasionais, e pesquisas censitárias sem periodicidade regular ideal à possibilidade de avaliação sociodemográfica do fenômeno.

Diante desta lacuna, o Estado tende a reproduzir a invisibilidade social do referido grupo no âmbito das políticas públicas. A omissão do Estado em relação às demandas circunscritas ao segmento da PSR, por sua vez, configura em uma contravenção ao próprio fundamento constitucional que registra a dignidade da pessoa humana e, mais adiante, a eliminação da pobreza por meio da efetivação dos direitos sociais como princípios do Estado Democrático de Direito (BRASIL, 1988, p.11). Levando em consideração que “a ausência de políticas sociais é também uma política” (FERRO, 2012, p.36), é possível inferir que a omissão do Estado opera intencionalmente em consonância aos princípios da ordem neoliberal e, por isso, o segmento não se constitui como prioridade na agenda governamental.

Contraditoriamente, a PSR que ora se constitui como grupo invisibilizado pelo governo, se destaca e vira alvo em outros âmbitos como, por exemplo, na Lei de Contravenções Penais, instituída pelo Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. No art. 14 inciso II do referido documento, podemos ler em sua redação que “presumem-se como perigosos, além dos indivíduos a que se referem os nº I e II do art. 78 do Código Penal: II - o condenado por vadiagem ou mendicância” (BRASIL, 1941, p.3). Os termos “vadiagem”, “vadio”, “mendigo” e “mendicância” são encontrados em mais de uma seção do documento. Para Ferro (2011), a presença de termos e discursos estigmatizantes na redação de documentos nacionais induz um certo tipo de interpretação, reforçando os preconceitos e estereótipos difundidos socialmente em relação ao segmento da PSR.

A propagação e acentuação das dicotomias sociais ocorrem também por conta do cenário brasileiro no âmbito político. Mais especificamente durante o período correspondente ao governo de Jair Bolsonaro (2018–2022), por exemplo, vivenciamos desmontes das políticas públicas de auxílio aos setores mais vulnerabilizados da

sociedade. Couto e Rech (2023) reforçam que a diminuição dos recursos financeiros destinados a programas sociais do governo Bolsonaro “podem indicar não apenas o desmonte de políticas isoladas, mas a tentativa de atrofiar o braço do Estado que atua na proteção e promoção de direitos da população mais vulnerável” (COUTO; RECH, 2023, p.444), demonstrando retrocesso no combate às desigualdades e em relação a preservação dos direitos humanos. Segundo mapeamento realizado ao Ipea, Couto e Rech (2023), afirmam que o “desmonte mais expressivo é, sem dúvida, o da habitação. Ainda que tenha criado o Programa Casa Brasileira, o governo passou a investir valores muito inferiores ao que vinha sendo direcionado à política” (COUTO; RECH, 2023, p.472). A questão da habitação, por sua vez, tem relação direta com o segmento, apresentando-se como um dos principais pilares de luta assumidos pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

A redução dos valores do programa, bem como a exclusão de metas e produtos relacionados a este, pode revelar o descaso da gestão anterior em relação às populações que necessitam de auxílios do Governo Federal para a manutenção de suas vidas. Somado a isto, diversos relatos de aporofobia e violências institucionais acometidas à PSR surgem no país, veiculadas pelas mídias e relatórios nacionais. Segundo informações coletadas através do portal do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (2019), as violências de caráter institucional tiveram um total de 18,11% dos casos registrados e, ainda, detalha que “o maior volume dessas violações ocorre nas ruas (70,7%), seguido por locais como albergue (6,47%), casa da vítima (3,46%) e outros (12,26%). (BRASIL, 2019). Em um diagnóstico recente operacionalizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) identificou-se que em relação as vidas em situação de rua, homens negros e jovens correspondem às principais vítimas de violência do segmento, somando 69% dos casos reportados em 2022 (BRASIL, 2022). Os dados referentes ao quantitativo de casos de violência contra a PSR registrados via Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) aparecem em constante evolução.

De 2015 a 2022, o SINAN registra que, a nível nacional, houve 48.608 notificações que “tiveram como motivação principal da violência a própria condição de situação de rua da vítima” (BRASIL, 2022, p.20). Na região Nordeste, foram notificados 964 casos de violência em 2015, passando para 1.442 casos em 2022,

dentre os locais de ocorrência da agressão, as vias públicas são as mais citadas (BRASIL, 2022). Vale ressaltar que, “esses números não representam o total de casos de violência contra esta população” de forma exata (BRASIL, 2022), isto porque deve-se considerar que tais registros são feitos somente a partir do acesso da vítima ao sistema de saúde, com relatoria do agente público, o que nem todos fazem.

Almeida et al. (2015) apontam que o Estado brasileiro apresenta uma dívida histórica no que se refere a elaboração de políticas públicas para a PSR e, ainda, priorizam ações de caráter criminalizante, com retiradas compulsórias das pessoas em situação de rua dos centros urbanos e envio para presídios, hospitais psiquiátricos e outras instituições com fins de segregação social e privação de liberdade deste segmento. Percebemos que o discurso de senso comum, bem como, a adoção de termos estigmatizados como aqueles que tomamos conhecimento na Lei de Contravenções penais, contém um caráter alienante contribuindo para desviar as explicações de ordem estrutural e centralizá-las, exclusivamente, em fatores particulares de constituição do segmento de pessoas em situação de rua.

3.1 A população em situação de rua no Rio Grande do Norte

Os contingentes de pessoas em situação de rua não estão presentes apenas nas grandes metrópoles. Nas regiões do nordeste brasileiro, especificamente no Rio Grande do Norte, as questões circunscritas ao fenômeno se expressam de formas semelhantes quando o analisamos em comparação ao que já se sabe sobre o segmento em escala nacional. Porém, em concordância com Escorel (2000), “o que todas as pesquisas revelam é que não há um único perfil da população de rua, há perfis, [...] não é um bloco homogêneo de pessoas, são populações” (ESCOREL, 2000, p.155), e como o segmento não se expressa apenas a partir de números, mas de história e contextos, as pessoas em situação de rua no Rio Grande do Norte também têm suas particularidades.

Em 2008, através da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua realizada por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - instituído hoje como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e

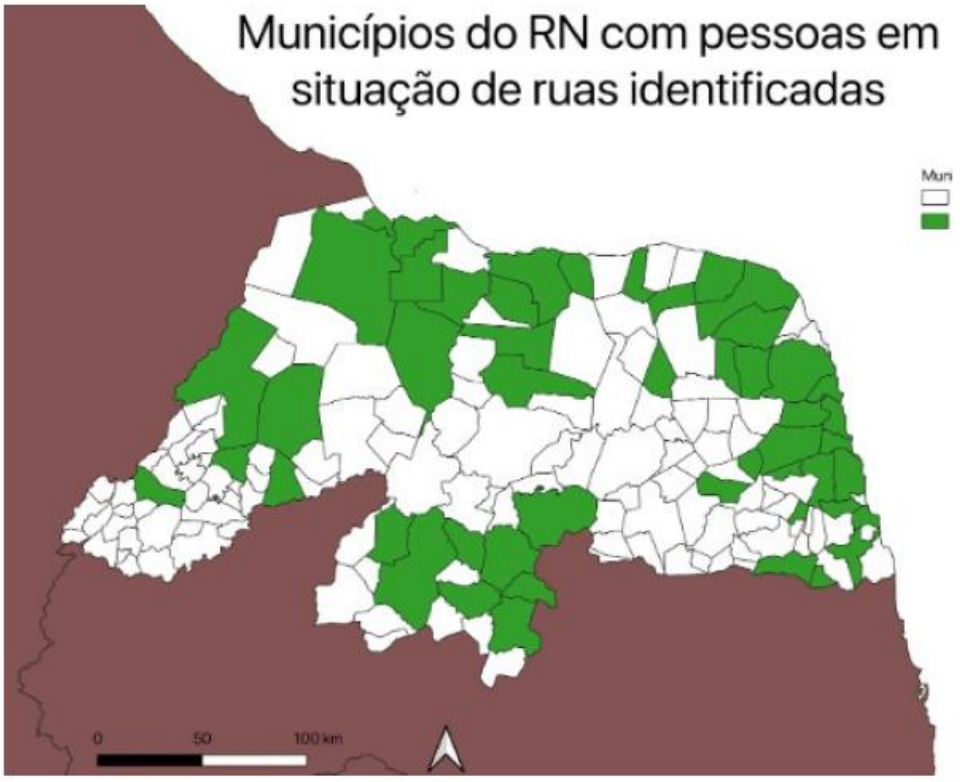
Combate à Fome – foram identificadas 223 pessoas em situação de rua no município de Natal (RN), esta é a primeira e única informação sobre o Rio Grande do Norte registrada no referido documento. A Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (2008) não abrangeu todo o território norte-rio-grandense, e ainda, não especifica com precisão quais distritos foram mapeados pela equipe para o levantamento dos dados apresentados. Há várias ressalvas a se considerar quanto ao registro do trabalho referente ao primeiro censo da população em situação de rua desenvolvido pelo Ministério. O documento amontoa os dados como uma coisa só, sem precisão mais detalhada das informações por Estado/município/mesorregiões dos territórios incluídos. Quando ocorre um maior nível de detalhamento da análise, direcionam-se aos cenários das regiões metropolitanas do sudeste brasileiro. Sendo insuficiente às especificidades necessárias a análise de conjuntura nacional em relação ao segmento com riqueza e precisão de detalhes.

Ainda assim, consideram-se os dados deste primeiro censo como um marco importante, os primeiros passos para as subsequentes elaborações de políticas públicas voltadas ao segmento em território nacional. A elaboração de censos constitui-se como elemento importante para o planejamento governamental, na elaboração de políticas públicas, distribuição de recursos, representação política nas cadeiras do legislativo, interferem ainda nos setores privados e de economia, na infraestrutura e no mantimento dos serviços públicos, dentre diversos outros fatores que para sua estruturação recorrem aos dados de censos. Vale ressaltar que existem vários tipos deles, nas ações supracitadas leva-se em consideração os censos: demográficos; econômicos; escolares; de saúde; habitacionais; populacionais. A população em situação de rua carece de ações como essa de forma periódica. A coleta, análise e divulgação de dados sobre o segmento tardam a atualizar suas pesquisas. A exemplo disso, temos a situação do censo de 2008 mencionado anteriormente. Após o referido levantamento, não houve outros realizados por mais de uma década.

Em 2022, um estudo efetivado especificamente no território do Rio Grande do Norte apresentou atualizações em relação ao quantitativo de pessoas em situação de rua no Estado. O Censo da População em Situação de Rua no Rio Grande do Norte foi realizado através de um “acordo de Cooperação Técnica- Científica entre três

órgãos do Governo do RN: Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social – SETHAS; Fundação de Apoio à Pesquisa do RN – FAPERN; e Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy" (SETHAS/RN; FAPERN; IFESP, 2022, p.10). O projeto teve como objetivo central desenvolver ações de natureza investigativa e interventiva diretamente voltadas às demandas da população em situação de rua no estado do Rio Grande do Norte abarcando quarenta e nove municípios potiguares (representado em cor verde), como ilustra a Figura 5:

Figura 5: municípios potiguares incluídos no Censo da População em Situação de Rua no Rio Grande do Norte (2022).



Fonte: SETHAS/RN; FAPERN; IFESP, 2022.

Neste estudo, foram identificadas 1.491 pessoas em situação de rua no Rio Grande do Norte. É necessário enfatizar que a pesquisa em questão decorreu-se durante o período de disseminação do vírus SARS-CoV-2, comumente conhecido como Covid-19. A pandemia produziu uma nova dinâmica social, cultural, econômica e epidemiológica. No relatório obtido a partir do Censo Pop Rua RN (2022) sintetiza as correlações desta calamidade com o segmento da população em situação de rua da seguinte forma:

> Em setembro de 2020 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou uma pesquisa, a qual apontava que naquele mês que o país chegava à marca de 13,5 milhões de desempregados, o que representa uma alta de 33,1% em relação ao mês de maio do mesmo ano, elevando a taxa de desemprego para 14%. O contexto pandêmico colocou o mundo à frente de enormes desafios epidemiológicos, econômicos e sociais, sobretudo para a população mais vulnerável, como as pessoas em situação de rua. (SETHAS/RN; FAPERN; IFESP, 2022, p.39).

Por tratar-se de um levantamento realizado nas circunstâncias postas, pode-se inferir que a quantidade de pessoas identificadas durante as buscas da equipe tenha tido algum atravessamento contextual. Este atravessamento pode se expressar de diversas formas, entretanto, destaco dois efeitos mais diretos aos resultados da pesquisa: o primeiro, referente a um possível aumento do número de pessoas em situação de rua identificadas em decorrência da perda recente de suas moradias pela abrupta mudança de operação da dinâmica social no período pandêmico. E o segundo, referente a um déficit em termos de público acessado, devido a reclusão social vivida no período mencionado. Mesmo sob tais circunstâncias, o estudo indicou que:

> 339 (31,6%) pessoas ficaram em situação de rua no Rio Grande do Norte em decorrência da pandemia. Pode-se observar que embora a maioria dos (as) respondentes já estivessem em situação de rua antes do contexto pandêmico, tem-se um número significativamente alto de pessoas que perderam a moradia durante a pandemia. Do universo de 52 pessoas que responderam, no questionário de amostra, que ficaram em situação de rua em decorrência a pandemia do covid-19, os motivos apontados foram: perda de trabalho (30%); perda de moradia (16%); perda de renda(16%); perda de familiares (10%); soube que estavam distribuindo comida (2%); outros(26%) (SETHAS/RN; FAPERN; IFESP, 2022, p.39-40).

Devido a paralização das atividades formais e informais de trabalho no período pandêmico, algumas pessoas se viram impossibilitadas de exercer qualquer função, gerando diversas consequências para suas vidas. Como demonstram os percentuais acima, 30% das pessoas que ficaram em situação de rua durante a pandemia foi em decorrência da perda de trabalho, o maior percentual dentro todos os outros motivos apresentados, demonstrado relação direta deste elemento à condição de rua. Observe que os fatores posteriores a este podem ser compreendidos como consequências do primeiro, ou seja, a falta de renda e de moradia e a necessidade de acesso a alimentação por terceiras vias apresentam-se como uma espécie de movimento *causa > efeito* da perda de trabalho, de forma evidente. Em relatório registra-se “os dados

demonstram que as pessoas em situação de rua, estão nessa situação em decorrência da perda de moradia, trabalho, emprego e renda, há menos de um ano, ou seja, no período pandêmico" (SETHAS/RN; FAPERN; IFESP, 2022, p.42-43).

Em síntese, podemos apontar os principais motivos que levam à situação de rua identificado por relatos de pessoas do segmento no RN, através do quadro:

Tabela 3: principais motivos que levam à situação de rua por pessoas identificadas no RN.

Motivos Que Levaram à Situação de Rua	Quantidade de Pessoas	
	(nº)	(%)
Perda de Trabalho.	15	30%
Perda de Moradia.	08	16%
Perda de Renda.	08	16%
Perda de Familiares.	05	10%
Soube que Estavam Distribuindo Comida.	01	2%
Outros.	13	26%

Fonte: dados disponibilizados pelo Censo da População em Situação de Rua no Rio Grande do Norte (SETHAS/RN; FAPERN; IFESP, 2022).

Soma-se a isso fatores de ordem biográfica como os mencionados na citação acima, ou seja, fatores de ordem pessoal que induzem a ida para as ruas como o único espaço de sobrevivência possível. Silva (2009), explica de forma exemplar as múltiplas determinações que perpassam o itinerário desta população:

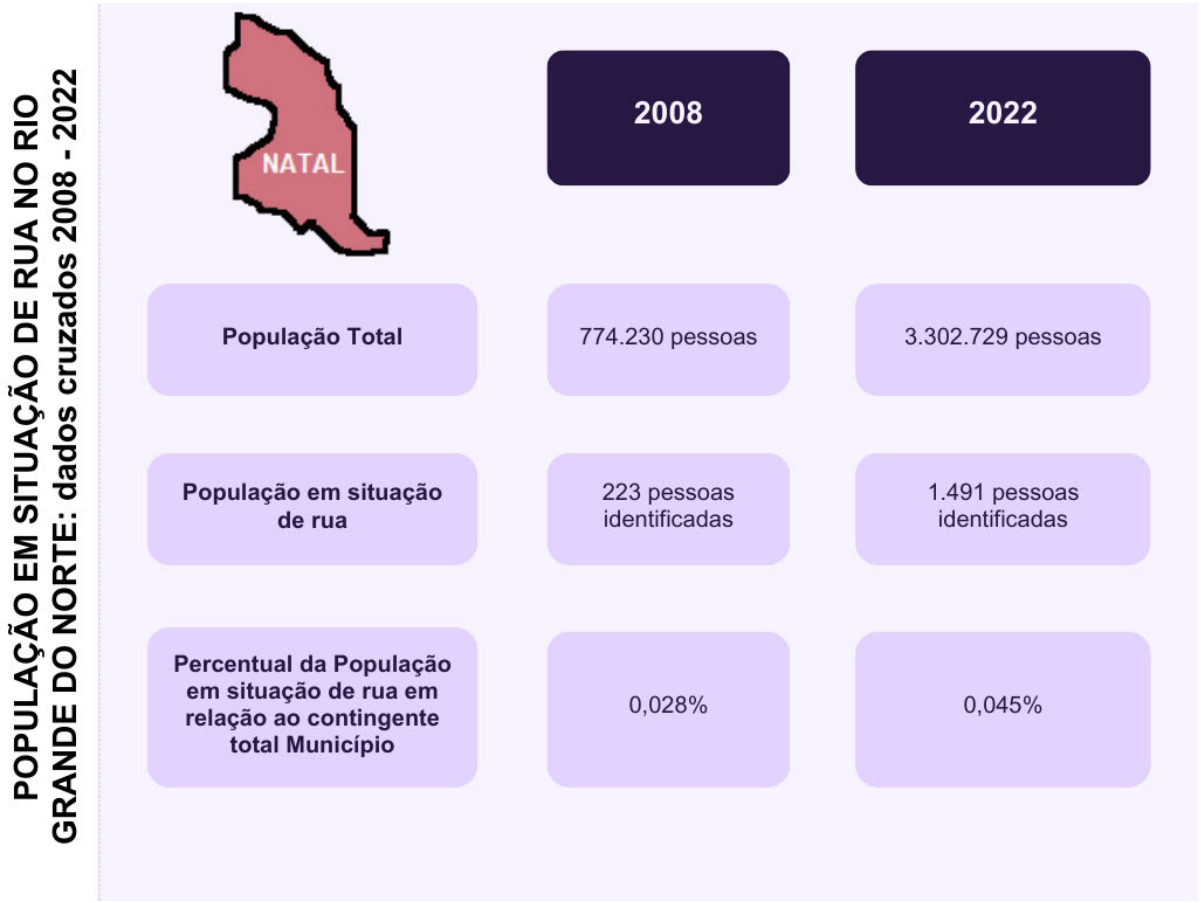
> Fala-se em fatores estruturais (ausência de moradia inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social, etc.); fatores biográficos ligados à história de vida de cada indivíduo (rompimentos dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais – mortes de todos os componentes da família, roubos de todos os bens, fuga do país de origem, etc.) e, ainda, em fatos de natureza ou desastres de massas – terremotos, inundações (SILVA, 2009, p. 82).

De acordo com as definições elencadas por Silva (2009), podemos considerar que a pandemia da Covid-19 se encontra na definição de *desastres de massa* ocasionando diversos efeitos na vida das pessoas que já estavam em situação de rua e de outras que experenciaram esta condição de forma inesperada. Embora haja grande influência do período de enfrentamento da pandemia da Covid-19 em relação

ao aumento da PSR no Rio Grande do Norte, a crise sanitária combinada a altíssimas taxas de desemprego e intensificação da desigualdade social no país revelam um crescimento exponencial do segmento a nível regional e mundial como apontam os relatórios da ONU (2021), IBGE (2021) e (PENSSAN, 2022).

Em termos regionais, podemos perceber o agravamento da situação a partir dos dados cruzados entre o Censo MDS (2008) e o segundo feito em 2022, como ilustrado:

Figura 6: dados cruzados entre Censo MDS (2008) e Censo Estadual (2022).



Fonte: elaboração própria com base nos dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (MDS, 2008) e Censo da População em Situação de Rua no Rio Grande do Norte (SETHAS/RN; FAPERN; IFESP, 2022).

Em comparação, entre 2008 e 2022, além do contingente total da população no território potiguar, houve também um aumento exponencial de 6,68 vezes a mais do número de pessoas em situação de rua identificadas no município de Natal (RN). Em 2008 foram identificadas 223 pessoas em situação de rua na cidade o que era equivalente a 0,028% da população total. Já em 2022, foram identificadas 1.491

pessoas no município, equivalendo, portanto, a 0,045% do contingente total em números atualizados.

Na Pesquisa Nacional sobre população em situação de rua (2022), temos um detalhamento sobre a quantidade desta população em relação aos quesitos identidade de gênero e faixa etária, como demonstra:

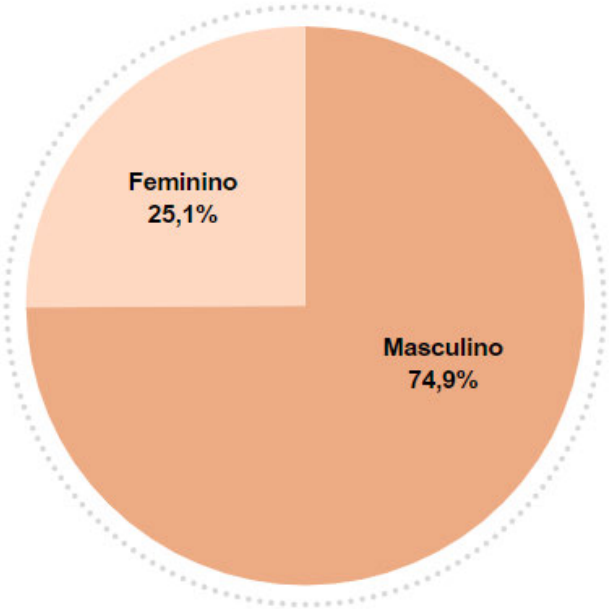
Tabela 4: Pessoas em situação de rua identificadas no Rio Grande do Norte por faixa etária.

Faixa Etária	Quantidade de Pessoas	
	(Nº)	(%)
0-4 anos	109	5%
5-9 anos	59	2,7%
10-14 anos	74	3,4%
15-17 anos	55	2,5%
18-25 anos	228	10,4%
26-35 anos	496	22,6%
36-45 anos	564	25,8%
46-59 anos	460	21%
60-75 anos	123	5,6%
Mais de 75 anos	22	1%

Fonte: SETHAS/RN; FAPERN; IFESP, 2022.

Quanto ao percentual de pessoas em situação de rua do sexo feminino ou masculino, temos:

Figura 7: dados conjuntos sobre sexo em percentuais



Fonte: elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo Censo da População em Situação de Rua no Rio Grande do Norte (SETHAS/RN; FAPERN; IFESP, 2022).

Para além destes elementos analisou-se também os quantitativos referentes a orientação sexual autodeclarada do segmento identificado a partir do Censo (2022).

Tabela 5: orientações sexuais autodeclaradas pela PSR no Rio Grande do Norte

Orientação Sexual dos Entrevistados				
Heterossexual	Homossexual	Assexual	Bissexual	Pansexual
93,92%	3,12%	0,53%	2,36%	0,08%

Fonte: dados disponibilizados pelo Censo da População em Situação de Rua no Rio Grande do Norte (SETHAS/RN; FAPERN; IFESP, 2022).

Analisando as ilustrações acima pode-se perceber que, em escala crescente, parte do segmento é constituído por pessoas com faixa etária entre 36 a 45 anos (25,8%), de 26 a 35 anos (22,6%) e 46 a 59 anos (21%). Trata, em sua maior parte, de adultos e em grande maioria (74,9%) do sexo masculino. Ainda que a maioria do segmento se autodeclare heterossexual (93,92%), há um aspecto marcante de diversidade representado nos percentuais do último censo. Identificou-se que 3,12% das pessoas em situação de rua no RN são homossexuais e 2,36% bissexuais. Este e um dado importante levando em consideração “o fato de a pessoa em situação de rua não ser heterossexual a expõe a uma probabilidade de 57,7% maior de terem sofrido violência, o que implica que pessoas não heterossexuais sofrem mais violência do que pessoas heterossexuais” (SETHAS/RN; FAPERN; IFESP, 2022, p.170).

Como dito anteriormente, o primeiro censo não considerou o levantamento acerca das mesorregiões norte-rio-grandenses, mas para uma análise mais precisa, no Censo de 2022 encontramos a relação completa dos municípios que aglutinam a PSR e que foram acessados pela equipe, para além da capital potiguar.

Tabela 6: Pessoas em situação de rua identificadas por município do Rio Grande do Norte.

Municípios	Quantidade de Pessoas em Situação de Rua	%
Natal	1491	67,71%
Parnamirim	103	4,68%
Mossoró	70	3,18%
Extremoz	68	3,09%
São José de Mipibu	48	2,18%
Macaíba	39	1,77%
Poço Branco	36	1,63%
Caicó	35	1,59%
Nísia Floresta	33	1,5%
Parazinho	33	1,5%
Jardim de Angicos	25	1,13%
Nova Cruz	23	1,04%
Pureza	20	0,91%
São Gonçalo do Amarante	18	0,82%
Areia Branca	15	0,68%
São Fernando	12	0,54%
Taipu	12	0,54%
Touros	11	0,5%
Serra do Mel	10	0,45%
Assu	07	0,32%
Canguaretama	07	0,32%
Carnaúba dos Dantas	07	0,32%
Serra Caiada	07	0,32%
Parelhas	06	0,27%
Guamaré	05	0,23%
Jardim do Seridó	05	0,23%
Pau dos Ferros	05	0,23%
Tibau do Sul	05	0,23%
Umarizal	05	0,23%
Afonso Bezerra	04	0,18%
Caiçara do Norte	04	0,18%
Pendências	04	0,18%
Currais Novos	03	0,14%
Cruzeta	03	0,14%
Vera Cruz	03	0,14%
Acari	02	0,09%
Angicos	02	0,09%
Bom Jesus	02	0,09%
Carnaubais	02	0,09%
Ceará Mirim	02	0,09%
Patu	02	0,09%
Apodi	01	0,04%
Arês	01	0,04%
Brejinho	01	0,04%
Caraúbas	01	0,04%
Grossos	01	0,04%
Macau	01	0,04%
Montanhas	01	0,04%
São Miguel do Gostoso	01	0,04%

Fonte: Censo da População em Situação de Rua no Rio Grande do Norte (SETHAS/RN; FAPERN; IFESP, 2022).

Como se observa, mais de 67% das pessoas em situação de rua no RN estão em Natal. Os dois municípios seguintes (Parnamirim e Mossoró), são aqueles marcados por um maior fluxo de pessoas e que, depois de Natal, detém também a maior movimentação econômica no Estado do RN. Em Parnamirim (região metropolitana) foram identificadas 103 pessoas em situação de rua e em Mossoró (oeste potiguar) 70 pessoas. Os três municípios apresentam serviços direcionados ao segmento de forma restrita ou em amplo caráter, neles operam as instituições do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e Albergue Noturno. Em Natal, há ainda a Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias em Situação de Rua na modalidade 24h e equipes volantes de atendimento do Consultório na Rua que também realizam itinerários em Parnamirim eventualmente. Quanto aos serviços de atendimento amplo, consideram-se: CAPS AD, CRAS, CREAS e Defensoria Pública.

Analisar a localização destes serviços nos leva a algumas inferências importantes. Por serem Instituições de assistência social com maior enfoque no atendimento de públicos vulneráveis, é importante considerar questões como: a facilidade de acesso; a eficiência operacional dos atendimentos; a intersecção com outros serviços e a adesão do público. A redução das distâncias entre esses serviços pode contribuir para o acesso da PSR e isso é particularmente importante para pessoas com mobilidade reduzida, seja por questões físicas ou econômicas. Quando os serviços estão próximos, é possível pensar formas de otimizar a eficiência operacional dos espaços, compartilhar recursos, infraestrutura ou tecnologia, esse pode ser um dos caminhos para melhorar a eficiência do atendimento intersetorial à PSR. Além disso, acredita-se que a proximidade dos equipamentos socioassistenciais pode resultar também na assiduidade dos usuários ao serviço, otimizando até mesmo o acompanhamento que os profissionais atuantes nestas instituições fazem em relação aos casos e mediações com o segmento. Em Natal, os serviços estão alocados de forma dispersa, o que pode interferir negativamente em todos os aspectos ponderados acima. As imagens a seguir permitem termos uma percepção geográfica em relação a forma como alocam-se os serviços de atendimento a PSR na metrópole potiguar:

Figura 8: localização geográfica dos serviços de atendimento à população em situação de rua de Natal (RN)



Fonte: elaboração própria a partir de dados gerados pelo Google Maps.

No mapa anterior, as distâncias estão representadas a partir de uma escala de cores definindo como ponto de referência para representação dos deslocamentos o Albergue Noturno de Natal. As linhas azuis representam os serviços de atendimento socioassistenciais localizados a distâncias menores entre si, já as linhas vermelhas representam os deslocamentos maiores. O Albergue noturno de Natal foi escolhido como ponto de referência por ser a principal Instituição de abrigo às PSR na cidade.

Com atendimento ativo à PSR das 18h até 6h da manhã, torna-se imprescindível considerar as questões de deslocamento dos seus usuários como critério de grande influência no serviço, visto que, as filas de entrada iniciam com horas de antecedência e há limitação de vagas por ordem de chegada. No que tange ao seu acesso, sabemos:

> É mister destacar que [...] o Estado apresenta um altíssimo déficit de vagas. As pessoas em situação de rua, em sua maioria, não acessam o serviço porque não há vagas. Para exemplificar o quão alarmante esse dado chega a ser, temos um total de 2.202 pessoas em situação de rua no Rio Grande do Norte, sendo que apenas 120 pessoas informaram que foram acolhidas em albergues nos últimos seis meses e 805 disseram que, em algum momento, já utilizaram serviços das unidades de acolhimento. Há então a necessidade urgentemente na ampliação da quantidade de vagas desses equipamentos. (SETHAS/RN; FAPERN; IFESP, 2022, p.134).

A distância exata entre os serviços pode ser representada a partir de:

Figura 9: distância geográfica exata entre os serviços de atendimento à população em situação de rua de Natal (RN).

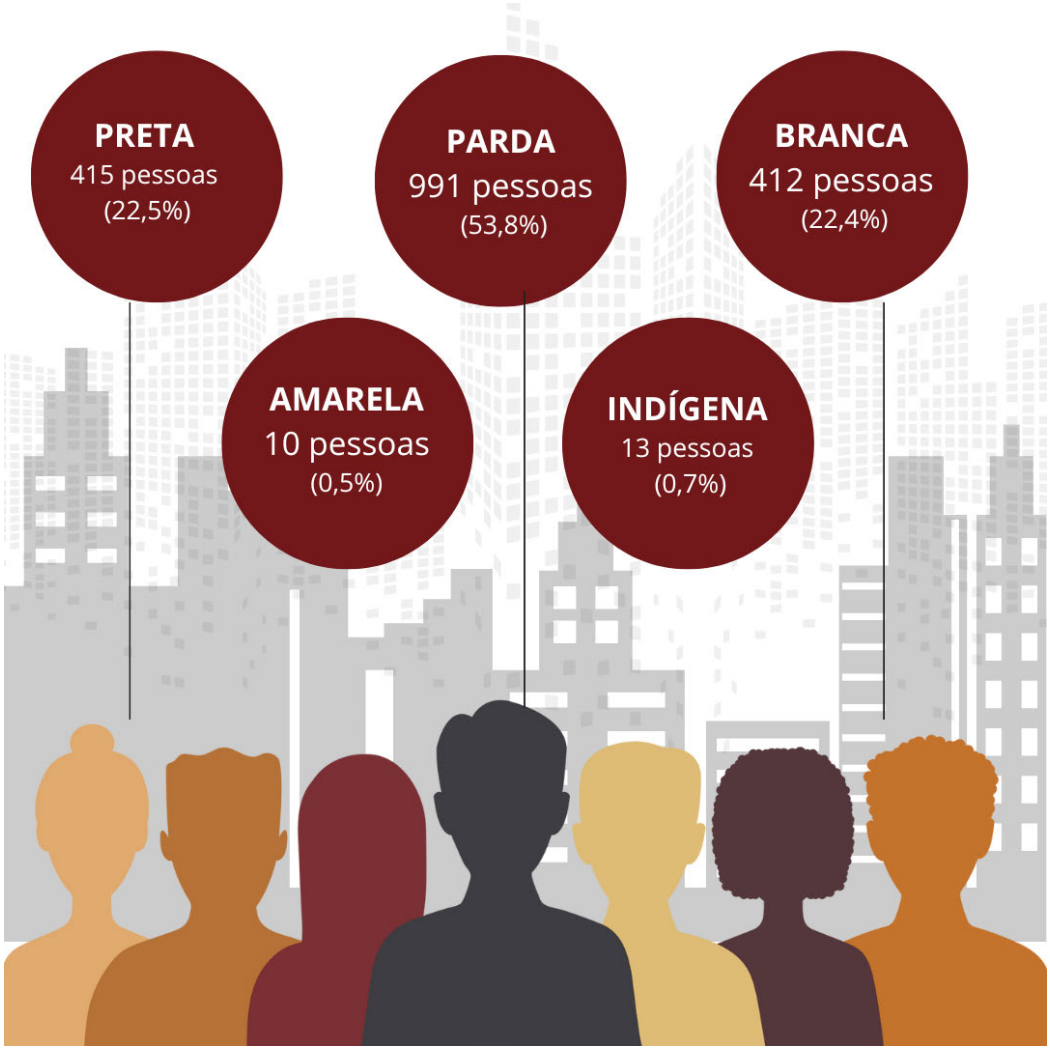


Fonte: elaboração própria a partir de dados gerados pelo Google Maps.

Conforme considerações acima, os deslocamentos representados em distância real e estimativa de tempo gasto para a transição a pé entre os serviços, nos desafia a pensar as dinâmicas de acesso aos aparelhos socioassistenciais e busca por atendimento especializado por parte da PSR. Tendo em vista suas impossibilidades de deslocamento através de carro, transporte público ou até mesmo bicicleta, muitas demandas são resolvidas a pé e portados de todos os seus pertences, inclusive animais e/ou carroças. É de se questionar quão acessível e condizente à realidade do público-alvo de tais serviços foram estruturadas suas dependências físicas.

Para além de todos os dados apresentados, a PSR de Natal também pode ser analisada a partir dos elementos referentes a raça, cor de pele ou etnia. Conforme:

Figura 10: pessoas em situação de rua identificadas no Rio Grande do Norte por raça, cor de pele ou etnia.



Fonte: elaboração própria com base nos dados disponibilizados pela SETHAS/RN; FAPERN; IFESP, 2022.

De acordo com os dados supracitados, a composição do segmento da população em situação de rua no Rio Grande do Norte em termos de identificação por raça, cor de pele ou etnia é similar aos dados apresentados a nível nacional. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), 69% da população em situação de rua no Brasil é negra.

As pessoas identificadas como pretas e pardas compõem 76,37% das pessoas em situação de rua no Rio Grande do Norte, são ao todo 1.406 pessoas. Isso pode ser revelador de uma vivência marcada por uma maior vulnerabilidade social, levando em consideração que dados do CadÚnico, em que registra 165.774 pessoas negras (soma de pessoas pretas e pardas) em situação de rua no Brasil, o que representa 69% da população em situação de rua no país, mais do que o dobro de pessoas brancas, somadas às indígenas e amarelas. Os números denotam uma relação direta e perversa com o racismo estrutural vivenciado no Brasil e os impactos disso na composição do segmento quando analisados historicamente.

Diante das especificações em relação ao quantitativo e características gerais circunscritas a PSR delimitadas pelas pesquisas expostas anteriormente, adentramos sobre as informações referentes ao principal coletivo de luta e de controle social do segmento, representado pelo Movimento da População de Rua. Na seção seguinte, serão disponibilizadas informações sobre a forma de organização deste movimento social, princípios, objetivos e resultados da incidência política deste a nível nacional e local.

4. O MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (MNPR)

Entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004 ocorreu, em São Paulo, uma série de atentados violentos contra a PSR conhecida como “A chacina da Sé”. Neste lamentável acontecimento, sete pessoas em situação de rua foram mortas e quinze ficaram gravemente feridos devido a ação truculenta de agentes do Estado que cumpriam ordens de limpeza social do espaço. O referido fato induziu, posteriormente, a organização das pessoas em situação de rua, em articulação com outros movimentos sociais, pela busca da garantia dos direitos básicos à vida e à segurança do segmento. O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) deve ser estrategicamente citado neste quesito, pois desempenha importante papel social na difusão do conhecimento sobre o segmento destacando sua trajetória de militância e organização política. Desvelando, assim, a capacidade de mobilização do grupo quanto ao planejamento das ações de participação política em diversos espaços, bem como, da operacionalização de ações coletivas em busca de interesses igualmente coletivos que, movidos por um processo de conscientização, se organizam enquanto grupo pela reivindicação dos seus direitos e pelo cumprimento das leis de assistência social.

Por isso, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) surge, como principal organização da luta deste segmento no país, apresentando como principais pautas de reivindicação: o direito à moradia, emprego e renda, saúde, alimentação e educação. Atualmente, o MNPR atua em quinze estados brasileiros, tais: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Alagoas e Pernambuco. Em todos os estados mencionados, apresenta-se como fio condutor de ações do movimento a busca pelo resgate da cidadania por meio de trabalho digno, salários suficientes para o sustento, moradia digna e atendimento à saúde em seu direcionamento (SILVA, 2018, p.180).

Durante o 1º Congresso Nacional do MNPR ocorrido entre 19 a 21 de março de 2012 em Salvador, representantes do movimento social e outros atores da sociedade civil, reuniram-se para debater questões em torno do tema “Protagonizando histórias e garantindo direitos”. Sobre o evento, merece destaque a aprovação do regimento interno e da Carta de Princípios do MNPR (SILVA, 2022, p.180), na ocasião,

delimitaram como preceitos da organização e prática política do movimento questões pautadas na Carta de Princípios do MNPR, sendo elas: escuta das bases, apartidarismo, democracia direta, solidariedade com as causas sociais.

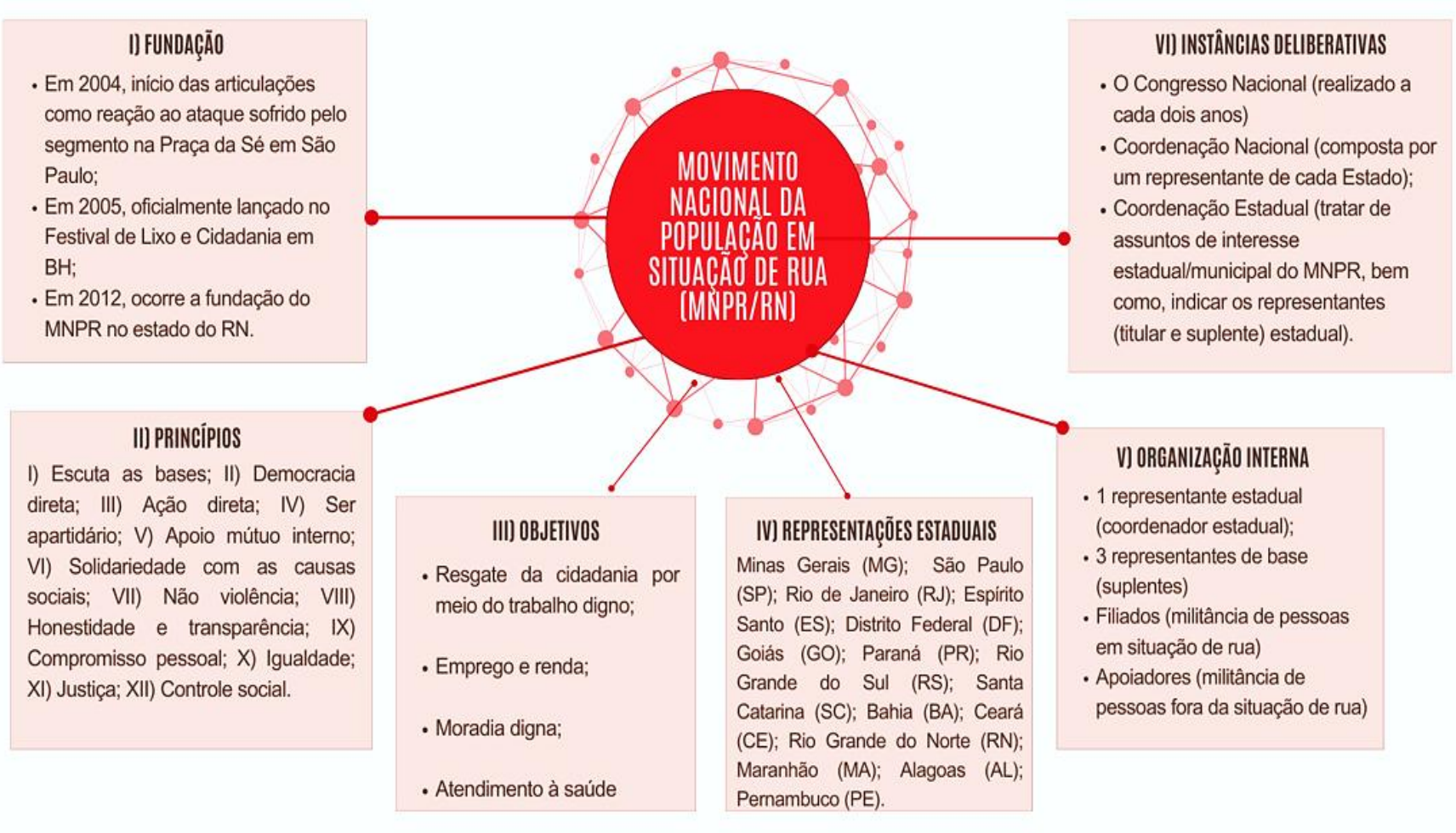
Após oito anos - tendo como marco de referência o ocorrido na Sé - fortemente apoiado por setores ligados à Universidade como, por exemplo, o Centro de Referências em Direitos Humanos Marcos Dionísio (CRDHMD/UFRN), fundou-se o núcleo do MNPR no Rio Grande do Norte, em 2012. Alinhado aos quesitos presentes na Carta de Princípios do MNPR, o núcleo do movimento no RN define como pauta de luta prioritária os direitos básicos à vida, dentre eles estão: a integração plena do segmento na política habitacional, o reconhecimento do segmento a partir de Censos do IBGE, a inserção no mercado de trabalho e à educação e no atendimento ao Sistema Único de Saúde (MNCR, 2001).

O núcleo do MNPR no Rio Grande do Norte desempenha importante papel social na difusão do conhecimento sobre o segmento da população em situação de rua a nível local e nacional, destacando-se por sua trajetória de militância e organização política em diversos contextos, articulando ainda suas ações a atores sociais atuantes em outros movimentos como, por exemplo, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Além disso, o MNPR/RN dialoga também com pesquisadores da Universidade (docentes e formandos) das diversas áreas do conhecimento, constituindo-se em grandes parcerias para o fortalecimento da luta em prol da garantia dos direitos humanos.

Quanto a estrutura organizacional do MNPR, Almeida (2015) analisou que este é um processo que “se dá de diferentes formas nos Estados em que ele existe, a sua organização vai depender da conjuntura local, do tempo de organização do movimento e das condições necessárias para o processo organizativo” (ALMEIDA, 2015, p.85); Segundo a autora, os núcleos estaduais do MNPR não seguem um padrão de formação das suas bases representativas “a própria composição da coordenação nacional, tem um formato descentralizado, formada por uma coordenação coletiva” (ALMEIDA, 2015, p.89) que não é composta por um único representante. Na figura a seguir apresentamos uma síntese das principais informações em relação a estrutura organizacional do MNPR a nível nacional e

estadual (RN), destacando seus objetivos, princípios, representações estaduais, organização interna e instâncias deliberativas, conforme:

Figura 11: estrutura organizacional do MNPR



Fonte: elaboração própria com base nas informações organizadas a partir dos estudos de: I) MEDEIROS (2020); POTIGUARA (2018); II) ALMEIDA (2015); III) BRASIL (2010); IV) MEDEIROS (2020); V) POTIGUARA (2018); VI) ALMEIDA (2015);

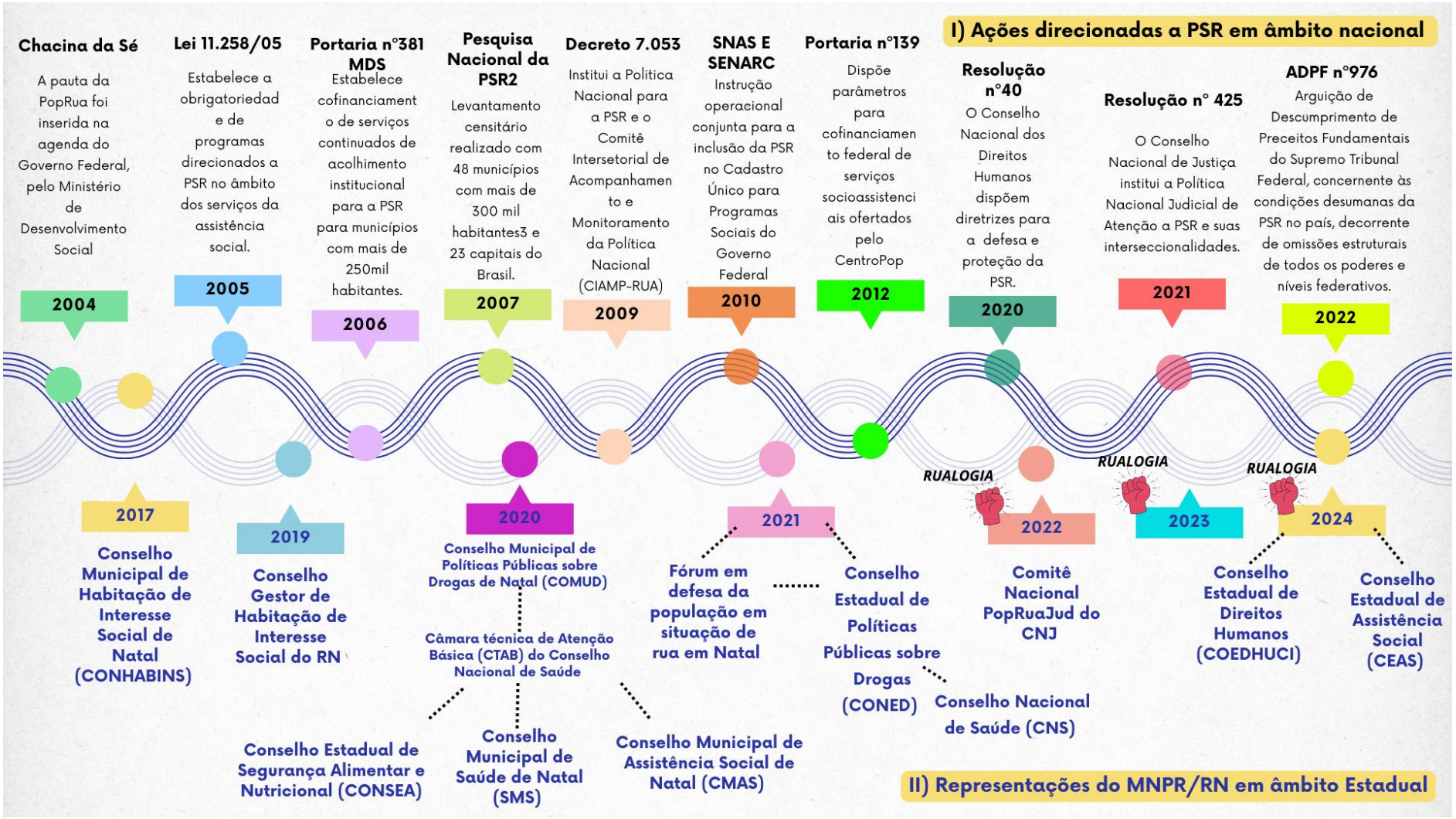
Medeiros (2020) analisou que os núcleos estaduais do MNPR geralmente “são criados nas capitais, mas alguns estados já possuem núcleos em outros municípios, sobretudo nas regiões metropolitanas” (MEDEIROS, 2020, p.120) para além desta evidência, autora destaca que o tempo de fundação dos núcleos estaduais também geram diferenciação quanto a atuação e direcionamento das ações feitas pelos representantes do movimento. Levando em consideração a transitividade comum ao segmento com suas trajetórias de vida itinerantes, não há como quantificar de forma exata ou permanente os integrantes do grupo, seu funcionamento “depende do tempo de organização do movimento, da conjuntura política, econômica e social de cada estado e das condições concretas necessárias para o processo organizativo” (MEDEIROS, 2020, p.117). O MNPR tem uma secretaria nacional que serve como ponto de apoio para a comunicação de todos os núcleos estaduais. Para esta base - que até 2015 localizava-se em São Paulo -, eram enviados relatórios constando informações sobre as atividades realizadas, as dificuldades do grupo, as principais pautas e conquistas (ALMEIDA, 2015). Para além deste canal de comunicação proporcionado a partir da secretaria nacional, o MNPR “realiza o Congresso Nacional do Movimento que acontece a cada dois anos reunindo todo coletivo que compõe o movimento em todo país” (ALMEIDA, 2015, p.91).

Ao longo dos doze anos decorrentes desde a sua fundação no RN, há um movimento cíclico de vinculação das pessoas que constituem o MNPR/RN. Ora o grupo apresenta grande quantidade de apoiadores e militantes, em outros momentos, o grupo é esvaziado em decorrência de razões diversas. Dentre aqueles que “vão e vem” permanecem, entretanto, a atuação do coordenador estadual e de outros três representantes de base do MNPR/RN que sustentam as ações do movimento. Para Frank e Fuentes (2011), os movimentos sociais tendem a ter ciclos de vida próprios, influenciados por aspectos culturais, ideológicos, políticos, econômicos e tecnológicos (FRANK; FUENTES, 2011, p. 26) que incidem nas suas constituições. Para justificar o caráter cíclico de constituição da militância do MNPR, acrescento à análise de Frank e Fuentes, a necessidade de considerarmos para além dos já mencionados, os aspectos vinculados à alteridade dos sujeitos e suas vidas itinerantes, especificidade esta da PSR.

O MNPR/RN busca realizar reuniões semanais para planejamento das ações pleiteadas pelo grupo, cujos momentos são considerados pelo coletivo como os Encontros de Formação Política (EFP). Nestas reuniões são pensadas coletivamente estratégias de atuação da PSR em espaços políticos, além de proporcionarem um momento específico para o esclarecimento de informações ou orientações solicitadas pelo grupo (POTIGUARA, 2018). Além disso, os EFP constituem-se como espaços de fomento da escuta ativa do segmento e de socialização entre os integrantes em um ambiente seguro para a enunciação de temas diversos. Partindo das análises de Potiguara (2018), nos Encontros de Formação Política do MNPR foram identificadas práticas de “democratização das ações, buscando prezar pela participação de todos nos processos de organização do movimento e desenvolvimento das atividades propostas” (POTIGUARA, 2018, p. 89). Sobre estas formações, Matos (2016) destaca que possibilitam ao segmento estabelecer uma “base para a organização de pautas e lutas para o acesso e a conquista de direitos” (MATOS, 2016, p.35). Os Encontros e Formação Política podem ser apontados como o despertar do grupo quanto à percepção das potencialidades de organização deste coletivo, como também, do evidenciar de lacunas existentes em relação a apropriação do segmento sobre as políticas públicas direcionadas a PSR, e seus processos de empoderamento e protagonismos na luta política.

A incidência política do MNPR, a nível local e nacional, demonstra a força organizativa de um segmento subestimado, evidenciando a calamidade de situações as quais estão submetidos os sujeitos que o compõem. Desde a constituição do MNPR, pode-se identificar diversas ações e iniciativas que cooperam para o fortalecimento das pautas defendidas pelo movimento social, e o reconhecimento da PSR enquanto sujeitos de direitos. Na figura a seguir estão exemplificadas parte das conquistas do segmento no cenário político nacional e no Rio Grande do Norte (RN), conforme:

Figura 12: linha do tempo com demarcações de ações direcionadas a PSR em âmbito nacional e de representações do MNPR no Rio Grande do Norte.



Fonte: I) KOHARA (2023, p. 49 a 51); II) dados provenientes da pesquisa documental.

Os acontecimentos apresentados por meio da linha do tempo acima constituem marcos fundamentais na trajetória política da PSR, organizada a partir do MNPR. A visibilidade conquistada progressivamente por este segmento tem tensionado o governo federal no que se refere à formulação e implementação de políticas públicas capazes de assegurar os direitos e promover uma reparação histórica frente às violações e invisibilizações que marcam a relação do Estado brasileiro com a PSR. Para além dos efeitos produzidos no cenário político, insere-se nesse percurso o Projeto Rualogia, que se configura como o campo empírico da presente pesquisa. Adentraremos nos detalhes referentes a este espaço na próxima seção.

5. A DIMENSÃO POLÍTICO-EDUCATIVA NO PROJETO RUALOGIA: análise dos dados

Mediante o conjunto das tratativas anteriores, apresentamos nesta seção as ponderações acerca das quatro categorias analíticas da pesquisa, identificadas através da Análise Temática realizada a partir dos dados da pesquisa, conforme detalhado em seção anterior[23]. Na primeira seção, “Temas e metodologias do Rualogia: Educação Popular na prática” apresento uma descrição detalhada sobre como se deu o processo de constituição do Rualogia até a operacionalização das oficinas, tendo em vista as etapas de planejamento das ações, a escolha dos conteúdos trabalhados e os desdobramentos disso na vivência dos sujeitos participantes no decorrer do Projeto. Em seguida, adentramos na subseção “A expressão das práticas de cuidado no coletivo: diálogo e escuta ativa”, que decorre das análises em torno da constituição de ambientes seguros, contextos de partilha e de pertencimento promovidos pelo Rualogia, aspectos diretamente relacionados a prática cotidiana e sua inferência nas relações sociais do grupo. Adiante, temos as análises sobre “O reconhecimento e a legitimação de lideranças” para expor as considerações em torno do processo de formação de lideranças e a consolidação de hábitos, rotinas e comportamentos decorrentes do Rualogia. Por fim, apresento as análises sobre “Processos de organização interna: a dimensão espacial-temporal da incidência política”, quanto aos fluxos de organização do grupo em torno das “táticas” de luta, estratégias de superação e mediação de conflitos.

As subseções desta seção decorrem do refinamento da análise temática da pesquisa, assim, as informações geradas a partir das entrevistas e grupos focais realizados proporcionaram a identificação de dados que respondem, confirmam e/ou refutam a tese e evidenciam um panorama sobre os objetivos delimitados para o estudo. Cada qual, confere as observações acerca de elementos do campo empírico que coadunam aos objetivos da pesquisa. A dimensão político-educativa no Projeto Rualogia se desdobra em diversos aspectos, dentre eles, destacamos quatro, correspondentes as subseções seguintes.

[23] Informações a respeito da identificação das categorias temáticas da pesquisa na seção 1.2.3. O detalhamento dos dados pode ser consultado no anexo VIII.

5.1 Temas e metodologias do Rualogia: educação popular na prática

As análises acerca dos temas e metodologias desenvolvidas no decorrer do Rualogia, estabelecem uma relação direta aos aspectos circunscritos a dimensão da organização política apresentada por Gohn (2012). Conforme descrito em seção anterior, a organização política deriva de uma tomada de consciência dos sujeitos, como desdobramento da formação fomentada no movimento social. Ao analisar como se estruturou as ações do Rualogia (ed.1 e 2), tendo em vista seu arcabouço temático e os procedimentos práticos da equipe, constata-se que
as ações educativas do Rualogia foram pensadas por diversos atores, cada qual com sua expertise.

Ao direcionar nossa atenção em relação aos temas do Projeto, não podemos falar dos conteúdos elencados sem antes contextualizar fatos importantes em relação ao tema/conceito que origina o próprio Projeto *Rualogia*.

5.1.1 Rualogia: conceito, prática e princípio

O Projeto “Rualogia: das marquises para a luta, conhecer para lutar”, foi criado a partir do Edital n°1/2022 lançado pelo Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CRDHMD/UFRN), em parceria com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio Grande do Norte (MNPR/RN). Trata-se de um Projeto viabilizado pelo financiamento oriundo de emendas parlamentares do mandato da deputada federal Natália Bonavides[24], e do vereador municipal Daniel Valença[25].

Na primeira edição do Projeto, a formação sociopolítica abrangeu os municípios de Natal, Parnamirim e Mossoró. Em cada município, guiou-se pelo fomento de debates e pela promoção de espaços de aprendizagens para/com as pessoas em situação de rua, aprofundando diálogos referentes ao exercício da cidadania plena, garantia de direitos e formação de lideranças. Na segunda edição, as oficinas foram

[24] Natália Bastos Bonavides é advogada, mestre em Direito Constitucional e política brasileira filiada ao Partido dos Trabalhadores, que exerce a função de deputada federal do Rio Grande do Norte no período correspondente a 2019-2023 (1º mandato) e 2023-2027 (2º mandato).
[25] Daniel Valença é advogado, filiado ao Partido dos Trabalhadores, professor da graduação e Pós-graduação em Direito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), que, afastado de suas funções acadêmicas, exerce o mandato de vereador na Câmara Municipal de Natal desde 2023.

realizadas apenas no município de Natal/RN. Sendo assim, a primeira edição do Rualogia ocorreu entre o período correspondente aos meses de setembro/2022 e junho/2023. Já em relação a segunda edição do projeto, foram realizadas as oficinas de formação política dentre maio/2024 e novembro/2024.

O processo seletivo de composição do quadro de formadores atuantes no Rualogia definiu-se no Edital em dois tipos de perfis (oficineiros de perfil 1 e 2). Aos oficineiros de perfil 1 definiu-se como critério, a seleção de integrantes de movimentos sociais articulados com a luta por direitos da população em situação de rua, pessoas com vivência de rua (em tempo atual ou anterior ao Projeto). Para o perfil 2, cabiam os profissionais com formação de nível superior e experiência no campo da população em situação de rua e direitos humanos. Como critérios estabelecidos para a delimitação destes dois perfis, destacam-se, principalmente, a experiência no campo dos Direitos Humanos, especialmente com públicos vulneráveis como a população em situação de rua, refugiados, apátridas e migrantes. Desta forma, o processo seletivo de composição da equipe dividiu-se em duas etapas: I) emissão da carta de interesse com explanação das experiências profissionais ou de vivência nos campos delimitados; II) A entrevista.

Obrigatoriamente, parte da equipe selecionada deveria ser composta por pessoas vinculadas ao segmento da PSR, no intuito de garantir o protagonismo destes atores no desenvolvimento e planejamento das ações do Projeto, buscando priorizar também o alinhamento da proposta com os interesses específicos deste grupo durante as formações. A equipe do Rualogia (1ª edição) foi formada por quinze oficineiros/as que se diferenciavam em relação às suas especialidades e áreas de atuação profissional, compondo, assim, uma equipe multidisciplinar. Na segunda edição do Projeto, parte dos formadores anteriormente selecionados tiveram seus vínculos renovados, alguns declararam não poder participar da segunda edição por razões de disponibilidade pessoal, isso possibilitou a convocação de pessoas que haviam ficado no cadastro de reserva da seleção feita pelo edital anterior. Dentre as diversas áreas de qualificação da equipe compunham profissionais do campo da Psicologia, Educação, Serviço Social, Arte Educador e integrantes de movimentos sociais articulados com a luta por direitos da população em situação de rua, como o MNPR, o Movimento de Luta nos Bairros (MLB), e membros da Associação Potiguar Plural.

O Projeto Rualogia tem função social bem delimitada, de fomento do diálogo com pessoas em condição de vulnerabilidade extrema, e de oportunizar a construção do pensar coletivo, da experiência compartilhada, da pesquisa, do desenvolvimento da autonomia e da vivência. A educação popular como norteadora da ação educativa do Projeto Rualogia, possibilita o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos e a aprendizagem coletiva, concretizando-se a partir da mobilização e organização de atores locais e da capacitação de atores sociais, tendo o diálogo como categoria fundamental para a sua ação. Uma ação educativa capaz de fortalecer os atores coletivos e individuais "para a participação no processo de desenvolvimento social, tendo como foco a participação cidadã nos espaços públicos, com vistas à efetivação da democracia e uma melhor condição de vida com equidade e justiça social" como defende Jezine; Batista; Moreira (2008, p.143). A equipe do Rualogia – composta pelos chamados *oficineiros(as)* - consistia em um grupo de pessoas formadas em diversas áreas do conhecimento, sendo a Psicologia a formação mais presente. Todavia, havia também pessoas formadas em um campo de conhecimento distinto, a Rualogia.

Conforme relato dos participantes, o termo surgiu durante uma das primeiras reuniões de planejamento interno do grupo, quando se estruturavam a redação do documento para a submissão do Projeto como forma de cumprimento do rito burocrático de gerenciamento das bolsas de pesquisa pleiteados pela FUNCERN[26]. Em dado momento, houve ponderações em relação a terminologia dos nomes "socio***logia****;* psico***logia****"*, logo, um dos integrantes concluiu que "quando a gente vive na rua, a gente cria um tipo de conhecimento também, é o conhecimento da rua, é o *Rua**logia**" (OPR11, 2025).* Unanimemente, os integrantes do grupo concordaram que o termo desse nome ao Projeto, pois, reconheceram que há, de fato, um tipo de conhecimento específico que se gera por meio da lida nas ruas, e que nenhuma outra ciência (já consagrada), seria capaz de traduzir.

O Rualogia está na compreensão dos códigos de linguagem, na postura dos(as) parceiros(as), nas relações que se estabelecem entre si, nos sentidos atribuídos a vivência de rua, trata-se de um conhecimento menos explicativo e mais

[26] Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte, órgão de fomento a pesquisa, responsável pelo gerenciamento das bolsas de pesquisa direcionada aos oficineiros do Projeto Rualogia.

compreensivo, menos classificatório e mais atento aos sentidos produzidos no cotidiano. O Rualogia está no reconhecimento da importância de gestos ordinários, nas rotinas, nas pausas, nos silêncios, nas narrativas fragmentadas e nos modos de ocupar o espaço, de se expressar no mundo. Outros autores definem *Rualogia* como o conjunto de saberes e práticas tecidos a partir da experiência de quem vivencia/vivenciou estar em situação de rua, afirmando uma virada epistemológica no campo dos estudos e práticas sobre a População em Situação de Rua. Em virtude disso, apresenta a vivência de rua como um elemento de diferenciação na construção deste conhecimento, que se estrutura pelo:

> "conjunto diversificado, localizado, finito e partilhável de saberes, ciências e tecnologias constituídas como estratégias ativas e inventivas de sobrevivência nas ruas, malocas, nos becos da memória, estradas, veredas, vielas, quartos de despejo ou debaixo de marquises" (SILVA; MEDEIROS; SILVA; POTIGUARA; SILVA; RIOS, 2025 p.5).

Destarte, o termo define um tipo de conhecimento concebido pela experiência vivida de pessoas com trajetória de rua e, por isso, dotado de história e simbologia, demarcando um lugar de fala. A expressão representa a apropriação de posições sociais simbólicas, experenciadas por grupos marginalizados (em sua análise, mulheres negras). Assim, quando o assumem – o lugar de fala – há uma crítica social implícita ao discurso, questionando quem pode falar. Explica:

> "Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de lócus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo" (RIBEIRO, p.37, 2017).

Deste modo, compreendemos que o lugar de fala tem como propósito delimitar o pertencimento simbólico de uma existência, o termo concebe a percepção de elementos de estruturas sociais que favorecem uma gama de desigualdades e reivindica o direito de voz dos grupos marginalizados. Tal qual, o Rualogia, a redução destes termos e expressões somente às vivências como um tipo de pré-requisito à fala, pode acarretar um outro tipo de cerceamento. Dito isso, não se desenvolve Rualogia reproduzindo as opressões estruturais que cerceiam o direito à fala, pois,

para além de uma conceituação literária, o Rualogia é um princípio, legitimado por sua prática e que vem, processualmente, sendo inserido também como princípio na redação de documentos legais como a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da População em Situação de Rua fundamentada pelo Decreto 7.053/2009.

Diante das considerações, podemos afirmar que o Rualogia é também constituído de sentido prático, com propósitos bem delimitados e comprometidos com a quebra de paradigmas sociais que reforçam processos de exclusão. Estes princípios são revelados pelos sujeitos participantes que descrevem o Rualogia da seguinte forma:

> “o Rualogia pra mim foi uma faculdade, uma faculdade de aprendizado, uma faculdade da vivência. E, assim, da gente estar mais próximo das pessoas em situação de rua ou esteve, né, conhecer a história de cada um, e cada uma delas, ‘pra’ mim foi primordial porque tem histórias de pessoas em situação de rua que a gente não conhece a verdadeira...o que levou essa pessoa na vivência de rua, né?” (PPR1, 2025).

E ainda,

> “pra mim, o Rualogia é o direito. O direito ao bem-estar social, ao nosso bem-estar emocional, né, porque é um dia maravilhoso, tem a segurança de ter a alimentação, a segurança do transporte, de ir e vir, é um dia assegurado. É um dia fora da zona de conflito, fora da zona de desconforto porque todo dia nossa zona é uma zona de luta, né? Uma zona de luta pra ‘tá’ bem” (PPR1, 2025).

Os relatos permitem compreender que o sentido de “Rualogia” está articulado a noção de direito, de cuidado e até mesmo de suspensão provisória da violência cotidiana. O “direito” como posto, não está relacionado a um conceito jurídico, mas como algo sentido no corpo e no cotidiano, é a experiência do bem-estar social e emocional, revela uma compreensão ampliada do conceito, que não relaciona o “direito” apenas às políticas públicas, mas sim, as condições materiais e simbólicas mínimas para existir com dignidade. Quando dito “da gente estar mais próximo das pessoas em situação de rua”, assim como no trecho, “é um dia assegurado”, entende-se que nos dias específicos de realização das oficinas, os participantes acessavam uma condição atípica aos seus modos de vida, ainda que por poucas horas, os encontros do Rualogia proporcionaram uma experiência de garantia do que lhes é urgente cotidianamente (a alimentação, a segurança).

Diante disso, podemos compreender que o Rualogia atuou como um dispositivo simbólico de proteção, no qual as ações fomentadas suspendiam, mesmo que

momentaneamente, a lógica permanente da urgência e da sobrevivência dessas pessoas. O Rualogia emergiu como a possibilidade de um outro tempo e outro espaço, onde a luta cotidiana temporariamente suspensa, dava lugar ao cuidado, ao descanso e à sensação de estar “bem”. O Rualogia não se trata, portanto, de um conceito abstrato, mas revela-se como ação prática, carregada de sentido político e afetivo.

Feitas as devidas considerações acerca do tema, conceito e princípio do “Rualogia”, adentramos sobre as análises correspondentes aos temas que fundamentaram os debates e diálogos de cada encontro. Essas considerações são importantes para dar visibilidade a questão da Educação Popular aplicada ao Rualogia como ação que humaniza os processos formativos, que recusa um conhecimento não comprometido com as lutas sociais e que pretende a criação de novos espaços e novos tipos de conhecimento.

5.1.2 Temas

Conforme dados analisados, os temas elencados foram definidos de forma coletiva, demarcando um princípio simbólico ao grupo, no sentido de garantir o respeito ao lema de luta “nada sobre nós, sem nós”. Este lema, infere tanto na composição da equipe mista (acadêmicos e pessoas com trajetória de rua), como também, na escolha dos conteúdos orientadores dos debates.

Durante as reuniões de planejamento interno da equipe, faziam-se presentes (na maioria das reuniões) toda a equipe de formadores (oficineiros e oficineiras), bem como, representantes do CRDHMD (coordenadores e bolsistas). Nesses encontros, o objetivo principal era o planejamento das ações e garantir também a transparência aos processos de coordenação do Projeto por parte dos representantes responsáveis (CRDHMD), além disso, acordavam-se diretrizes para o trabalho da equipe tanto em relação a divisão de tarefas do grupo, quanto em termos de escolha das temáticas a serem desenvolvidas e metodologia. Os relatos analisados revelam que, dentre as sugestões feitas no grupo em relação a escolha dos temas, houve um movimento de atenção especial e evidente valorização das propulsões feitas pelos (as) oficineiros(as) com trajetória de rua. Isso se deve ao fato de que a equipe entendia que àqueles com vivência de rua tinham maior propriedade para identificar as pautas e temas que pudessem gerar conectividade com o público participante, o que se confirma nos relatos seguintes:

> "Eu me lembro que foi falado sobre as pessoas que não gostam de pobre e mulheres que já foram violentadas, né isso? Era sobre aporofobia e violência doméstica (...) não tem como esquecer porque é algo que a gente viveu na rua, aquela parte que eu desabafei, que eu já fui violentada domesticamente, lá vai... uma coisa que a gente nunca esquece porque a gente viveu" (OPR2, 2025).

E ainda,

> "(...) sobre os temas e abordagens, eu achei ótimo porque traz a realidade da rua, traz a realidade do que passa a população de rua. Os temas escolhidos, com a opinião de todo mundo que estava ali, eu achei ótimo. A metodologia, também, maravilhoso porque a metodologia foi pensada pra que todos conheçam a lei, a política e seu direito. Essa metodologia ela traz avanços para a população de rua" (PPR3, 2025).

Analisando os trechos acima, podemos perceber quão assertiva foi a decisão da equipe de formadores em relação a escolha dos temas geradores. Ao reconhecerem elementos das suas trajetórias pessoais nos debates propostos criou-se um ambiente de trocas genuínas, de intimidade e de reflexão coletiva. Este movimento está alinhado à tradição freireana de produção coletiva do conhecimento e de politização da experiência vivida, o que evidencia um princípio fundamental da Educação Popular, tomando como ponto de partida do processo formativo a vida concreta dos sujeitos. Para além disso, ao dizer "com a opinião de todo mundo que estava ali" analisamos que o princípio dialógico da educação popular foi contemplado pela equipe, expressando em sua prática uma pedagogia da escuta e da horizontalidade, em que formadores (oficineiros) e formandos (público em geral) construíam juntos os caminhos do conhecimento. Esse processo fortalece vínculos, legitima saberes populares e amplia o sentimento de pertencimento, aspecto fundamental para grupos historicamente silenciados e marginalizados, como a PSR.

Os momentos que antecederam a realização das oficinas para o público em geral se apresentam como a primeira etapa formativa do Projeto Rualogia, trata-se da formação interna do grupo, pois, diante da responsabilidade de mediação dos diálogos e ampliação da gama de conhecimentos dos participantes, tornou-se fundamental o preparo da equipe não apenas em termos técnicos, mas também éticos, políticos e metodológicos. Para cada tema definido, foram pensadas abordagens diferentes, com metodologias próprias, produção de materiais específicos e suporte feito de forma compartilhada entre os oficineiros. Houve também a delimitação de três oficineiros que ficavam diretamente responsáveis pela mediação dos momentos de debate de

cada oficina, bem como, do seu planejamento. Estes oficineiros eram escolhidos conforme compatibilidade de agendas, familiaridade e/ou experiência profissional com a temática. A etapa de planejamento das oficinas foi permeada por escutas ativas, pelo empoderamento mútuo da equipe, pelo suporte coletivo diante dos desafios que a atuação impunha, e pela construção de um ambiente seguro, assim, construiu-se entre os formadores uma base comum de compreensão das ações previstas e da análise crítica dos temas. Quando necessário explanar sobre alguma normativa específica ou política pública, a equipe realizava leitura prévia do material e discorriam sobre seu conteúdo internamente, isto possibilitou um alinhamento das ideias e uma maturação de perspectivas sobre: desigualdade social, pobreza, exclusão, Estado e direitos sociais.

Sendo assim, foram elencados para o desenvolvimento da primeira edição do Projeto Rualogia, dez temas com oficinas executadas nos municípios de Natal, Parnamirim e Mossoró, tais:

Quadro 11: quantidade de oficinas e temas do Projeto Rualogia I

OFICINAS	TEMAS RUALOGIA I
1	"TENDA DO CONTO E METODOLOGIAS ATIVAS"
2	"SOCIEDADE, ESTADO E DESIGUALDADES"
3	"OS DESAFIOS DA POPRUA E A HISTÓRIA DO MNPR"
4	"LEGISLAÇÕES, RESOLUÇÕES E NORMATIVAS: do internacional ao local" (manhã) "ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE" (tarde)
5	"RUALOGIA EM FANZINE: a rua, a arte, cultura e educação popular" (manhã) "TIRE SEU CAPACITISMO DA NOSSA FRENTE, NOSSA LUTA É POR INCLUSÃO" (tarde)
6	"CUIDADO EM LIBERDADE"
7	"CONHECENDO A REALIDADE DA POPRUA EM PARNAMIRIM/RN"
8	"DIREITO E ACESSO À CIDADE, OCUPAÇÕES EM MOVIMENTO"
9	"CONHECENDO A REALIDADE DA POPRUA EM MOSSORÓ/RN" (manhã) "DIREITOS SOCIAIS" (tarde)
10	"DIALOGANDO SOBRE SAÚDE DA POPRUA EM MOSSORÓ/RN"

Fonte: elaboração própria com base nos dados provenientes da análise documental da pesquisa.

Em um intervalo de onze meses entre a primeira e a segunda edição do Rualogia, todo o processo de planejamento e organização interna da equipe para início das atividades, se repetiu. Dessa vez, o grupo de formadores era menor, o

alcance do Projeto se concentrou apenas no município de Natal/RN e os recursos para o desenvolvimento dos encontros também diminuíram, conforme explanado em seção anterior. No entanto, a equipe estava mais confiante e experiente, o que cooperou para a tomada de decisões e outros tipos de desdobramentos. Acordou-se coletivamente que as oficinas do Rualogia II deveriam ser direcionadas à formação de lideranças para o fortalecimento do movimento social. Nesse contexto, alguns temas foram requisitados novamente pela equipe formadora, em virtude do reconhecimento de sua importância de ampliação do conhecimento entre os novos participantes e a percepção de que, para que lideranças políticas fossem formadas, haveria de ter domínio de certos tipos de conhecimento como, por exemplo, dos instrumentos legais e de conceitos específicos. Assim, os temas deliberados para o Rualogia II foram:

Quadro 12: quantidade de oficinas e temas do Projeto Rualogia II

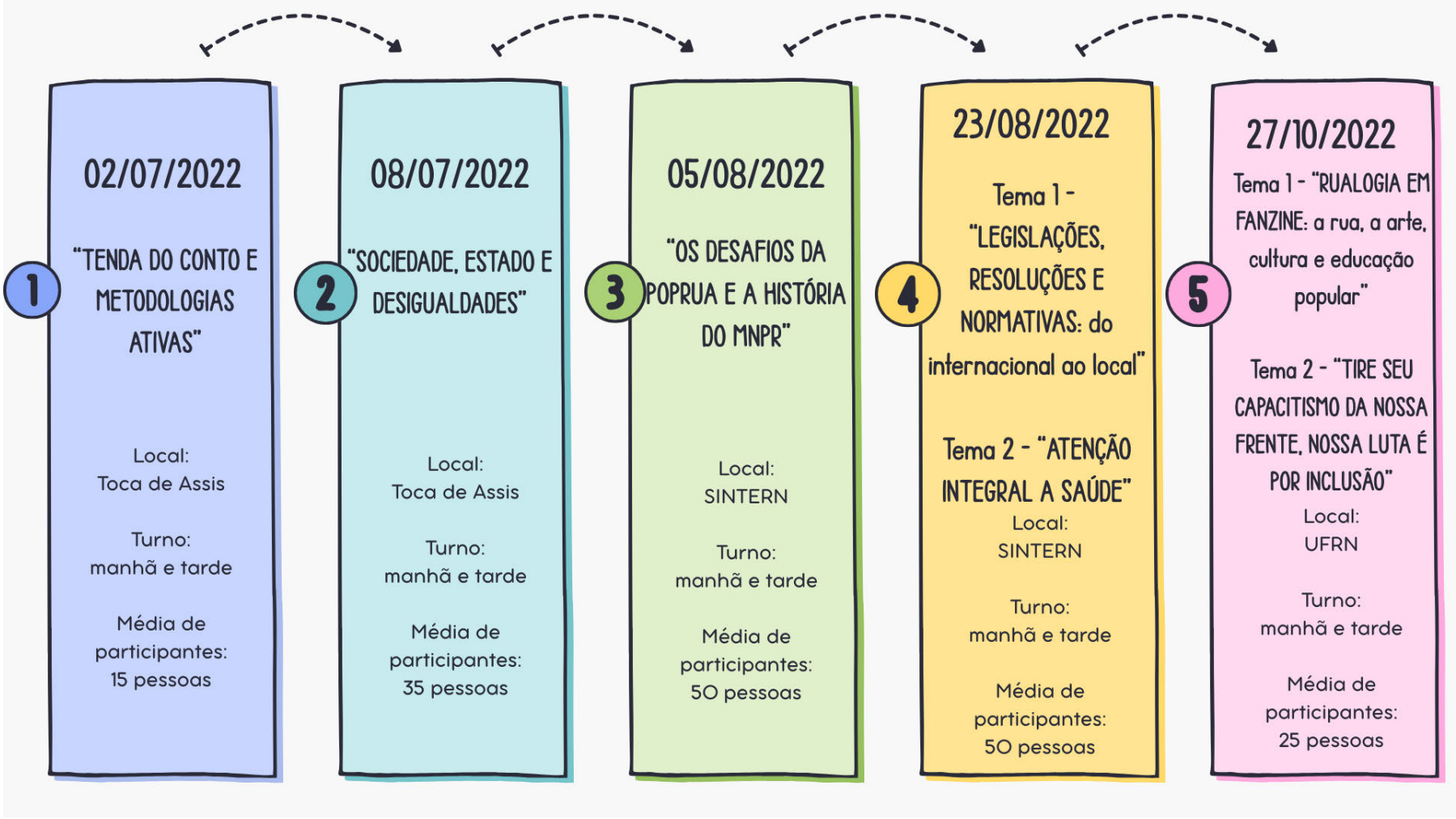
OFICINAS	TEMAS RUALOGIA II
1	"FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E MNPR: gênese, lutas, desafios e aporofobia"
2	"MORADIA DIGNA: porta de entrada para outros direitos sociais"
3	"TRABALHO, EMPREGO E RENDA: a PopRua é classe trabalhadora na correria por sobrevivência"
4	"SAÚDE MENTAL, LUTA ANTIMANICOMIAL E REDUÇÃO DE DANOS: isso é cuidado"
5	"RUALOGIA: arte, diversão, vivências, emoções, resistências e potências formativas das ruas"

Fonte: elaboração própria com base nos dados provenientes da análise documental da pesquisa.

Os temas do Rualogia II apresentam intencionalidade de propiciar um salto qualitativo na formação política dos participantes quando comparada à anterior. Tratava-se da ampliação das perspectivas formativas geradas pela primeira experiência, abordando conceitos como: gênese; aporofobia; redução de danos, classe trabalhadora, saúde mental, luta antimanicomial. Enquanto no Rualogia I os temas sugeriam uma introdução mais ampla dos diálogos, na segunda edição, o objetivo estava em superar o plano analítico dos temas e fomentar ações político-estratégicas do grupo. A inclusão de conceitos mais complexos visou proporcionar uma formação voltada não apenas a conscientização em torno dos direitos sociais, mas as questões estruturais de classe articulada à luta do movimento social (MNPR),

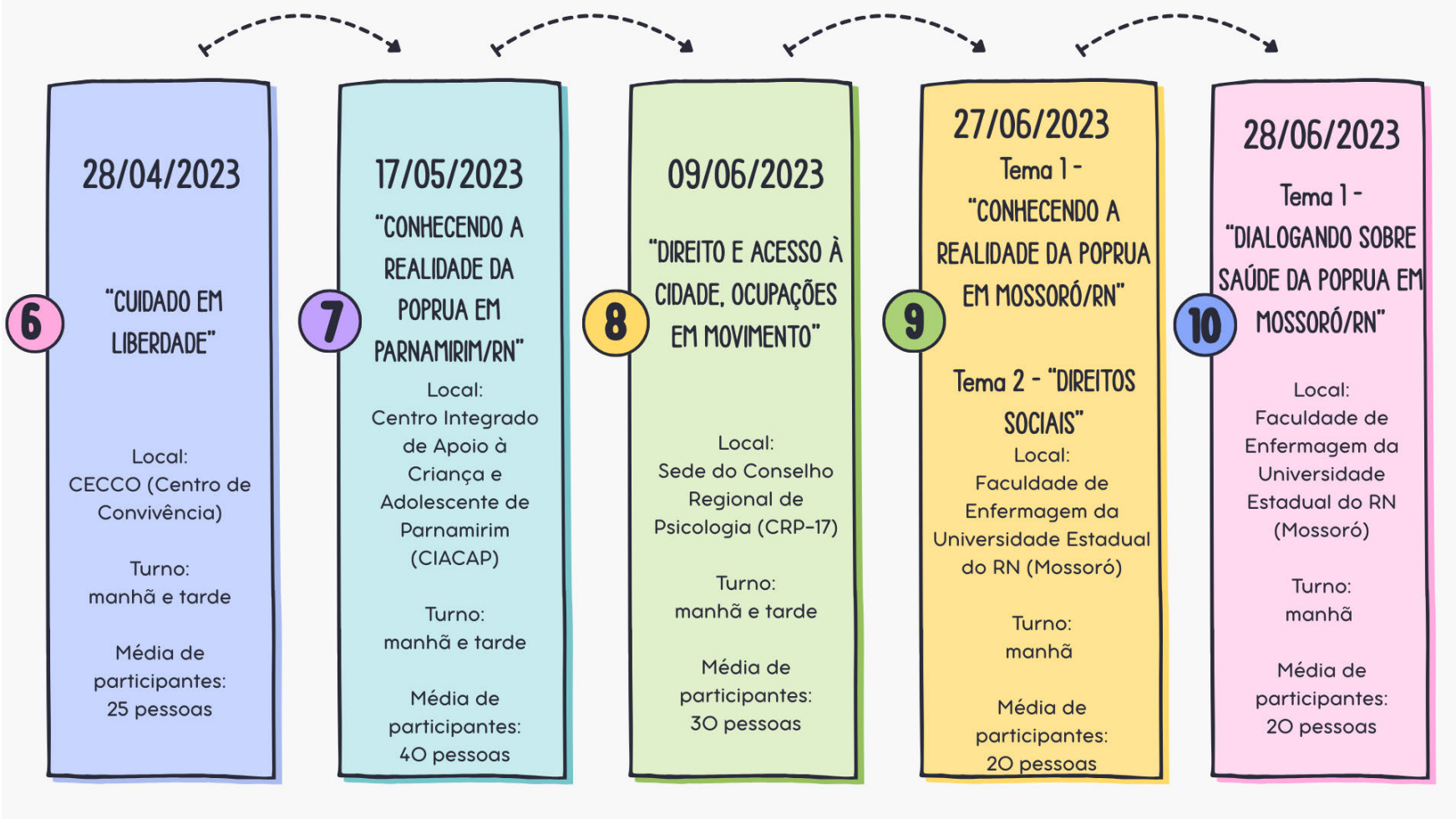
não trata o direito à moradia como a conquista de um espaço físico, mas como um direito estruturante da vida, buscando qualificar politicamente a luta por habitação. As temáticas possibilitam compreender a PopRua não apenas como público usuário de políticas públicas, mas como sujeitos de lutas históricas capazes de organizar-se politicamente em busca de autonomia, de interpretar normativas, mas também, capazes de disputar e transformar a realidade coletivamente. Como forma de facilitar a percepção cronológica das oficinas e temáticas correspondentes ao desenvolvimento do Projeto Rualogia I e II, apresento as seguintes ilustrações:

Figura 13: dados correspondentes as oficinas do Rualogia I (oficinas de 1 a 5)



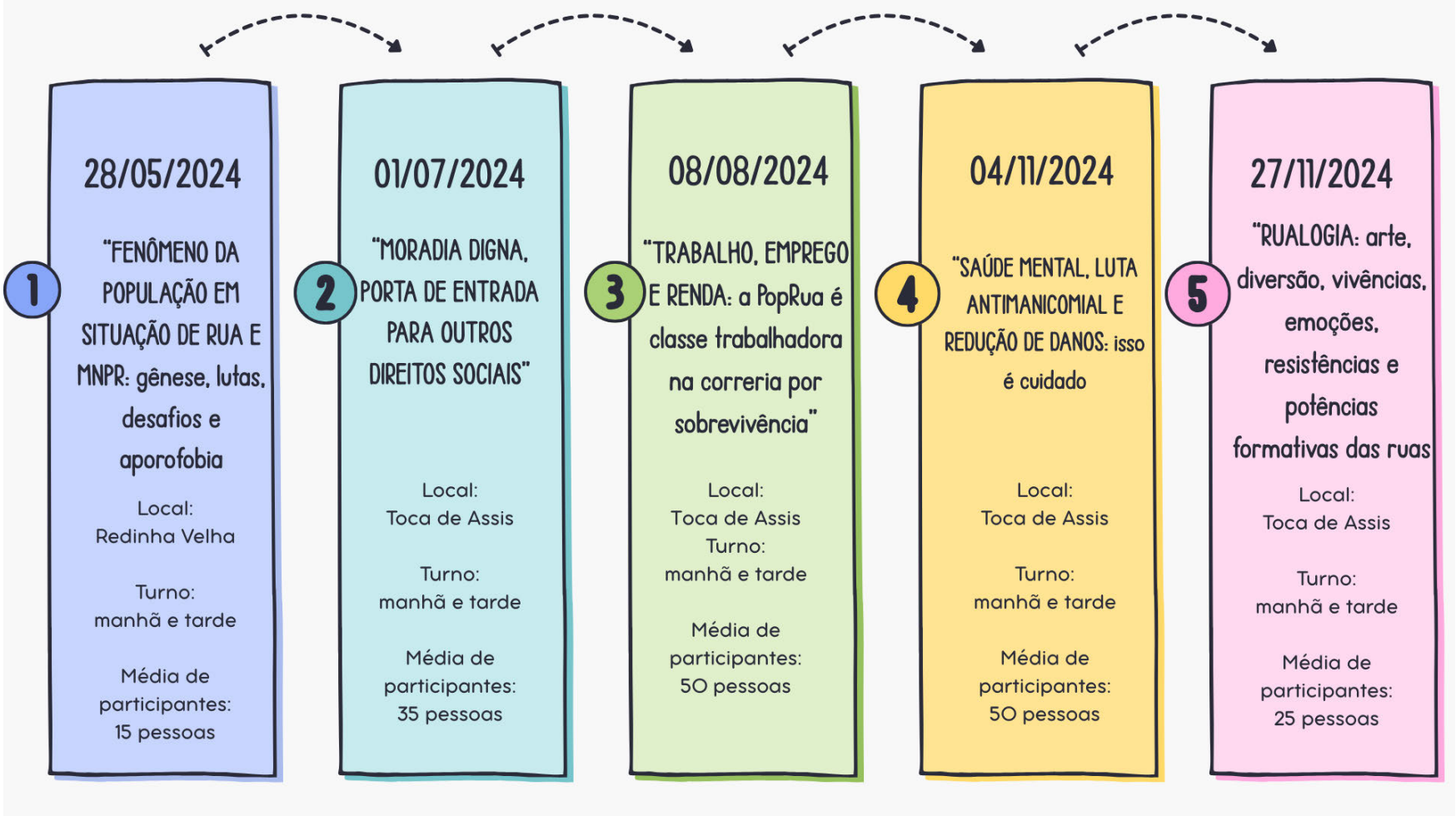
Fonte: elaboração própria com base nos dados de relatórios elaborados para realização do Projeto Rualogia I.

Figura 14: dados correspondentes as oficinas do Rualogia I (oficinas de 6 a 10)



Fonte: elaboração própria com base nos dados de relatórios elaborados para realização do Projeto Rualogia I.

Figura 15: dados correspondentes as oficinas do Rualogia II.



Fonte: elaboração própria com base nos dados de relatórios elaborados para realização do Projeto Rualogia II.

Conforme análise, é possível identificar que, no decorrer do Projeto, manteve-se razoavelmente equilibrada a quantidade de participantes das oficinas, o que demonstra ter sido positiva a adesão do Rualogia pelo público participante tanto na primeira, como na segunda edição. Além disso, identificou-se que os temas apresentam núcleos estruturantes em comum, havendo uma evidente centralidade na experiência de rua, demonstrando que a PopRua não deve ser vista apenas como objeto de estudo, mas como ponto de partida epistemológico, que afirma a rua e as vivências deste grupo como um elemento de produção de saber, cultura e política. Os temas também propiciam a capacidade coletiva de formular questionamentos e percepções em relação aos problemas sociais, e assim, elaborar sobre decisões políticas, de organização coletiva do grupo, de fortalecimento do movimento social. O seguinte relato nos confirma esta percepção:

> “Os temas foram muito importantes, muito emergentes, precisava discutir aquilo, e a relevância disso... enfim né, a gente sabe qual foi a relevância, como ele tem formado não só pessoas em situação de rua, militantes, e até lideranças, mas também todo mundo em volta, os apoiadores também têm se formado bastante e isso é importante pra caramba" (OPR6, 2025)

Entretanto, outros relatos demonstraram haver lacunas em relação a compreensão das temáticas propostas, embora tenha havido todo um esforço de aproximação da linguagem e dos conteúdos ao perfil dos participantes formandos, alguns não conseguiram acompanhar os diálogos desenvolvidos, e isso se percebe por falas como:

> "acho que poderia ter mais temas sobre a PopRua, sobre os nossos direitos porque a maioria das pessoas às vezes não sabem, na rua, dos direitos que têm e acabam sendo violados" (OPR3, 2025)

E,

> "(...) precisaria de atividades para melhorar mais a fixação das leis." (PPR2, 2025)

Ou ainda,

> "faltou leitura de materiais porque isso tem tudo a ver com formação de lideranças, formação política. Quando eu não consigo ler o decreto 7.053 eu não vou saber o que está lá. Quando eu não leio uma resolução do CNJ eu não vou saber o que está lá. Então, penso que para uma próxima metodologia, a gente precisa ter esses deveres de casa, tipo, a leitura de materiais" (OPR1,2025).

Estas falas expressam uma autoavaliação do processo formativo, demonstrando que há uma consciência política ainda em construção, pois identificam a importância do conteúdo para a luta, entretanto, encontram obstáculos para a apropriação destes. Diante dos desafios não há, contudo, uma recusa da formação e sim um desejo de aprofundamento desse conhecimento, o que existe são limites estruturais, pedagógicos e políticos do próprio processo de formação.

. Tendo em vista a atividade de formação direcionada ao segmento da população de rua, a análise de fatos históricos e culturais são pressupostos indispensáveis para a abordagem dos temas com o rigor metodológico necessário a condução de toda a ação formativa. Freire nos recorda que “antes de aprender a dizer a palavra é fundamental que o oprimido saiba ler o mundo” (FREIRE, 1967, p.24). Neste sentido, estabelecer uma análise de conjuntura sobre as múltiplas determinações de vida na sociedade do passado e da atualidade, permite ao sujeito aprendiz e àqueles que formam constituir conhecimento a partir do pensamento crítico. O conhecimento nos modifica, enquanto pessoas, e modifica os contextos aos quais é aplicado, não somente isto, mas infere também sobre a capacidade de conscientização dos *oprimidos* em relação às estruturas de poder dominantes. Freire mais uma vez contribui com o que ponderamos ao dizer que “a consciência do oprimido abriga a consciência do opressor (...), mas a educação pode ser aforça libertadora do oprimido pois o homem não se liberta sozinho” (FREIRE, 1974, p.85). Isto é, a formação humana pode ser estabelecida a partir das relações sociais, e como parte subjacente a isto, deve-se considerar também a formação advinda da experiência humana com o mundo e a história.

Propiciar espaços em que estes sujeitos dialoguem sobre suas vivências nas ruas a partir do relato de experiências do coletivo, gera uma autorreflexão em relação às suas vidas, movendo o grupo em relação aas possibilidades de articulação coletiva com vistas a superação das desigualdades impostas pela ordem social vigente e/ou promovendo, ao menos, espaços de acolhimento e de partilha. A identificação das diferenças existentes na realidade social, bem como o processo de dialogar sobre tais questões de opressão permitem a identificação de problemas em comum entre os integrantes de um grupo e a possibilidade de elaboração de estratégias coletivas para a superação delas. Passeggi (2012, p.94), entende que “a ação de narrar e de refletir sobre as experiências vividas,ou em devir, permite dar sentidos ao que aconteceu, ao

que está acontecendo, ao que pode mudar ou permanecer inalterável". Sendo assim, a reflexividade narrativa concerne ao sujeito pensar sobre os desdobramentos daquilo que lhe aconteceu e o que lhe acontece na experiência vivida e, assim, traçar (individualmente ou coletivamente) caminhos com vistas à superação da sua condição de subalternidade, isso é promover a organização política. Dessa forma, os temas e práticas do Rualogia contribuem para o fortalecimento da memória coletiva e da identidade política da PopRua, sob a perspectiva da educação popular, afirma seu compromisso com as lutas sociais, com os modos de resistência e contribui para a elaboração de novas epistemes.

5.1.3 Metodologias

Tendo em vista as considerações supracitadas, adentramos sobre os aspectos referentes as metodologias desenvolvidas no decorrer do Projeto Rualogia para efetivação das práticas formativas. A respeito deste assunto, pode-se dizer que este consiste em mais um dos grandes desafios de concretização das práticas do Rualogia, pois exigiu da equipe formadora uma capacidade de planejamento detalhado, considerando tanto as possibilidades de sucesso das condutas, quanto de desacertos e, principalmente, prevendo grande necessidade de flexibilização do que foi planejado para cumprimento dos objetivos postos. A respeito disso, a "imprevisibilidade" era algo presente nas discussões do grupo quando pensadas as formas de desenvolvimento das propostas, assim, a equipe buscava culminar acordos quanto as metodologias aplicadas para que não fossem tidas como um critério rígido de norteamento das práticas.

O Rualogia, demarca bem a sua função social, se estabelecendo como um espaço de trocas, de saberes vários, de fortalecimento da autonomia dos sujeitos participantes, de formação heurística, mobilização e organização popular, tendo o diálogo como categoria central de suas ações. Por isso, as metodologias haviam de ser fluidas, não se trata de um modelo normativo fechado, mas de um conceito emergente, não propunha uma linearidade das condutas, foi pensada para se adaptar às condições do território (ambiente e público), para reconhecer a instabilidade como um dado pedagógico, para considerar as subjetividades como um facilitador e/ou limitador dos engajamentos, e que se expande para além do "centro" da ação

formativa, as metodologias buscavam alcançar as bordas do processo formativo, agiam como facilitadores da aprendizagem.

A dinâmica dos oficineiros (para além daqueles diretamente responsáveis pela mediação/explanação do tema, conforme detalhado em sessão anterior), contribuiu para estabelecer o processo de aprendizagem circulante no grupo, isto é, todos os oficineiros tinham igual importância no acompanhamento e execução das oficinas, pois, uma vez que o planejamento fora feito de forma partilhada entre integrantes da equipe formadora durante os encontros de planejamento coletivo, partia-se da premissa, portanto, de que todos(as) estavam igualmente apropriados dos objetivos do encontro. Isso significa que, esperava-se que “as bordas” fossem território de atuação dos demais integrantes da equipe formadora no decorrer do dia, o extrato a seguir demonstra a percepção de um dos formadores a respeito deste assunto:

> [...] quando alguém para ‘pra’ fumar um cigarro, você pode discutir alguma coisa que está sendo dita ali na formação. ‘Tá’ um pouco mais afastado, mas a gente precisa ter mais envolvimento com as bordas, eu acho que a gente ainda não se envolve tanto nas bordas do Rualogia, e elas rolam. (OPR6, 2025).

Continua,

> [...] ninguém vai conseguir ficar sentado o tempo todo participando da oficina e aí é nessas bordas que é muito importante que tenha alguém lá também. ‘Tu vê’ alguém saindo para fumar um cigarro, você chega 'eu vim fumar um cigarro' e vai discutir o que estão falando na oficina. Aí que você começa a transformar esse espaço que está distante e um espaço de aprendizado também. (OPR6, 2025).

Os extratos demonstram que as oficinas atuavam como um espaço educativo ampliado, permeado por interações espontâneas, práticas situadas e tempos não institucionalizados. Ou seja, ainda que existisse um centro da formação (a roda, a explanação dos mediadores principais), existia também uma periferia (as bordas) que também se apresentavam como espaços formativos e não é menos importante. Entretanto, no entendimento do(a) participante F4, esta observação carece de maior atenção da equipe formadora, pois considerou ser ainda insuficiente o trabalho direcionado a estas interações. Neste sentido, há um desafio posto à equipe quanto a percepção do espaço formativo para além dos limites físicos e temporais da oficina formal, reconhecendo que há também nas bordas a necessidade de expansão do

diálogo, da escuta sensível, e da problematização para que seja possível produzir aprendizagem, consciência crítica e fortalecimento dos vínculos formativos nas diversas configurações do grupo.

As oficinas (conforme ilustrado nas figuras de 12 a 14), atingiram uma média de participação de trinta a quarenta pessoas por encontro, este quantitativo, por sua vez, incidia na escolha do tipo de metodologia mais adequada para o momento, a fim de contemplar os principais objetivos da formação, garantindo tanto a execução do que fora planejado pela equipe inicialmente e, principalmente, proporcionar a participação ativa das pessoas presentes fomentando aprendizagem e troca de conhecimentos. Com o passar do tempo, diante de algumas oficinas já realizadas, foi possível identificar que durante as reuniões de planejamento certos fatores foram progressivamente ganhando atenção da equipe formadora como elementos essenciais para o bom funcionamento das oficinas. O fator tempo surgiu como mais um desafio, dada a quantidade de participantes nos encontros e a depender do tema, havia grande envolvimento do público nos diálogos, estes eram os dias mais efervescentes do Rualogia, e competências como a capacidade de mediação, de estabelecimento dos acordos coletivos, combinados e regras de convivência eram postos como elementos essenciais ao bom funcionamento e efetivação das práticas. hooks (2020), ao discorrer sobre a “conversação” – que aqui pode ser entendida como conceito análogo ao diálogo - defende que:

> “Em grande parte, a aquisição de conhecimento chega até nós, na vida diária, por meio de conversas. Como ferramenta de ensino, dentro e fora da sala de aula, a conversação é incrivelmente democrática [...]. A conversação contém diálogo, a troca de compreensões e sentidos no empenho para construir em meio à informação. A conversação é sempre inclusiva; ela incentiva e alimenta a voz individual enquanto se esforça para desenvolver uma visão de comunidade.” (HOOKS, 2020, p.81 e 82).

A perspectiva de *bel hooks* em torno da *conversação* fortalece a compreensão do diálogo como categoria central da aprendizagem. Assim, todas as falas são relevantes ao processo formativo, por outro lado, *hooks* (2020) destaca a “visão de comunidade” como um fator consequência desta dinâmica. Entendendo que para que haja trocas efetivas, são imprescindíveis certos tipos de conduta no grupo, no Rualogia especificamente, a conversação/diálogo acontecia dentro de um limite de

tempo (turno matutino e vespertino (majoritariamente nos dois turnos)), ainda assim, não havia tempo hábil para contemplar todos os relatos dos participantes, por isso tornava-se tão necessário o estabelecimento dos acordos coletivos.

Dentre as estratégias práticas que o grupo encontrou para isso foi, ao início de cada oficina, estabelecer uma média de “tempo máximo” para as enunciações de cada participante a fim de manter a palavra circulante entre o grupo amenizando os riscos de monopolização do debate. A circulação da fala não se torna necessária apenas do ponto de vista de aproveitamento do tempo cronológico de cada oficina, mas à possibilidade concreta de que diferentes vozes, experiências e perspectivas tivessem espaço de expressão. A partir dos dados analisados, é possível inferir que havia também grande destaque ao fortalecimento do respeito coletivo diante da divergência de ideias, da oposição de princípios, dos relatos de diferentes experiências/trajetórias pessoais, da diferença de posicionamentos políticos. Estes acordos visavam garantir o equilíbrio entre a liberdade de expressão dos participantes e a responsabilidade coletiva, para que, assim, o espaço formativo fosse inclusivo, construído de forma respeitável e compartilhada.

Conforme as tratativas anteriores, as oficinas contavam com a participação de um número considerável de participantes, que se deslocavam através do carro institucional, ou ainda, a partir de caronas e transportes de aplicativos solicitados pelos oficineiros e apoiadores. Alguns participantes, por serem usuários de serviços como o Albergue noturno, precisavam retornar para seus pontos antes das 16h, tendo em vista o horário de abertura do equipamento para abrigo noturno. Todos esses aspectos recaíam na necessidade de adaptação das programações do Rualogia conforme as possibilidades estruturais do campo, por isso, a equipe considerou ser inviável realizá-las em apenas um turno do dia, por não haver tempo hábil para desenvolver as atividades de forma adequada. Com isso, as oficinas ocorriam durante o turno matutino e vespertino, logo, tornou-se necessário ofertar refeições como o café da manhã, almoço e lanche da tarde para cada dia. Estes “detalhes”, por sua vez, reverberavam nos aspectos metodológicos de organização das oficinas, que de acordo com os dados, seguia um certo padrão em relação a sua estrutura de desenvolvimento. As oficinas eram iniciadas com o acolhimento dos participantes no café da manhã, neste momento, surgiam as conversas casuais, aproximação com

pessoas já conhecidas pelo grupo, ou primeiros “visitantes”, era também o momento de circulação no espaço físico do encontro, brincadeiras entre participantes e organização dos oficineiros quanto aos recursos tecnológicos e demais materiais a serem utilizados na oficina. Após este primeiro momento, os dados registram que, majoritariamente, as oficinas iniciavam a partir das rodas de conversa, onde era feita a apresentação dos oficineiros responsáveis diretamente pela apresentação do dia, e dos demais participantes presentes.

Conforme análise, pode-se afirmar que as rodas de conversa foram efetivamente capazes de possibilitar a participação do público de maneira ampla. Algumas pessoas se empenhavam na participação da discussão, trazendo relatos de experiências vividas que coadunavam aos pontos centrais do tema. Os relatos de cada participante cooperavam para a simplificação de conceitos a partir de uma roupagem da experiência vivida, como demonstra o relato:

> [...] é porque as vezes assim, eu tenho que perguntar a OPR11 ‘pra’ ela pode dizer com palavras mais fáceis, entendeu? Aí eu disse “eu não estou entendendo é nada, OPR2. Vou ficar por aqui mesmo” eu digo “Não, meu irmão, vamos que vai dar certo! Vamos entender junto” eu disse, aí eu perguntava até a OPR7 às vezes, não era? Chamava OPR7 e tal, ‘o que que é isso?’ Essas palavras que quase... que eu não entendo, mas perguntei a F3 ‘diga com coisas mais fáceis, com palavra mais popular que aí dá pra entender’. (OPR3, 2025)

Por vezes, análises mais complexas adotada pelos oficineiros eram reforçadas pelos demais participantes nas enunciações feitas, que traziam o que estava sendo exposto para a linguagem prática das ruas. Os formadores, exercendo sua função de mediação e escuta ativa, ampliavam o diálogo a partir das falas de cada participante e traçavam caminhos para aprofundamento dos questionamentos apresentados pelo grupo no decorrer da oficina. Na roda de conversa explanava-se uma primeira introdução do tema, destacando pontos centrais para o debate, funcionando como uma forma de identificação do conhecimento prévio apresentado pelo grupo. Para auxiliar a abordagem os oficineiros faziam uso de recursos, como: slides, cartilhas, livros, poesias, músicas, fotografias. Esses recursos eram o *start* de ambientação dos participantes para a construção do momento de partilha. Dentre as técnicas, estratégias pedagógicas e recursos como forma de materialização das práticas formativas do Rualogia, destacamos aqueles que foram mais presentes durante as oficinas e que, conforme análise dos dados, demonstra ter provocado maior

aproveitamento do grupo quanto aos conhecimentos adquiridos e experiências vividas.

A) Poemas, poesias e músicas

Em certas oficinas, foram utilizados poemas, poesias e músicas como um tipo de dispositivo capaz de provocar a reflexão do grupo em torno de um aspecto específico, ou como caminho para a sensibilização, reflexões, ou ainda, como forma de expressão do corpo, e do canto pelos participantes. Seja durante os intervalos entre uma atividade ou outra do dia, ou então, como parte da própria programação da oficina, estes recursos eram parte do processo formativo, atuando em dimensões afetivas e simbólicas do grupo. Com base nos dados obtidos, identificou-se que certos tipos de aprendizagem e reflexões foram alcançados devido ao tipo de recurso utilizado pelo grupo para auxiliar na abordagem dos temas, e que se explanados de outra forma, talvez não tivessem tanta expressão para estes sujeitos. O relato abaixo discorre sobre isso, conforme:

> [...] aquela poesia pra mim, aquela poesia... eu vivi nela, fui protagonista e sei que as outras meninas foram, por isso, eu não deixo de recitar ela porque dentro daquela poesia eu reivindico habitação, cuidados da menstruação, tudo o que uma mulher poderia dizer sem ser, assim, aquela palavra técnica lá. (OPR2, 2025).

Neste relato, pode-se perceber que a poesia serviu como um dispositivo político de fala da participante, pois ao se identificar com a poesia, se percebe também como sujeito de direitos, delimitando uma narrativa da experiência feminina, identificando ainda que o que é necessidade para ela, pode ser também elemento de uma reivindicação coletiva. O uso do recurso possibilitou que ao se perceber como “protagonista” da poesia, a aprendizagem atingiu a dimensão afetiva, ativou recursos de memória, da emoção e da consciência política desta participante. Ao recitá-la em outros espaços, o recurso extrapola o espaço formativo do Rualogia e se aplica a outros ambientes, demonstrando permanência do aprendizado e o trabalho com temas sensíveis sem neutralização das dores, tornando-a, entretanto, um dispositivo de luta e de reflexão.

A arte, em suas diversas formas de expressão, consiste em um recurso lúdico que pode provocar nos sujeitos um escape momentâneo das durezas que a vida real apresenta, tornando momentos, ainda que breves, um pouco mais leves. Ao analisar os relatos, pode-se inferir que estes recursos foram essenciais para o desenvolvimento das oficinas, incidindo tanto em aspectos subjetivos, potencializando o processo formativo dos participantes (sejam estes formadores ou “formandos”), como contribuíram também para o fortalecimento de vínculos e o sentimento de pertencimento coletivo no decorrer das atividades desenvolvidas pelo Projeto. Vale ressaltar que os materiais selecionados para apresentação ao grupo não foram feitos de forma aleatória, exceto as músicas que tocavam como plano de fundo entre o intervalo das atividades, durante a execução da oficina foram apresentados poemas, poesias e músicas com conteúdo relacionado ao tema debatido no dia, ou à experiência de vida nas ruas. Recorria-se, por exemplo, a textos elaborados por uma das lideranças do MNPR/RN que, ao recitá-las, traçava uma ponte direta entre o lírico e a realidade das ruas e gerava grande efeito entre o público ouvinte.

B) Teatro do Oprimido

Para além dos recursos citados acima, foi possível identificar nos relatórios obtidos via CRDHMD, que em grande parte das oficinas o Teatro do Oprimido aconteceu como parte integrante das atividades previstas para o dia, geralmente como forma de culminância da formação. É de amplo conhecimento que o Teatro do Oprimido, criado por Augusto Boal, consiste em uma abordagem político-social da arte, que utiliza o teatro como ferramenta de potencialização da conscientização e da reflexão crítica. Alguns autores o classificam como “arte politizadora” ou “transgressora e inquietante” (Viana, 2011), também pode ser referenciado como “teatro de resistência e militância” e “fonte de subversão” (Castro-Pozo, 2005), ou ainda, como “forma avançada de dinâmica de grupos” (Nunes, 2004). De fato, o Teatro do Oprimido atende a todos essas definições, mas o que Boal (2003) propunha é que o teatro fosse popularizado, para ele, todos podiam fazer teatro, em qualquer lugar e partindo de qualquer tema. Tratava-se, sobretudo, de uma atividade que tinha como objetivo estimular debates e crítica popular sobre determinadas questões políticas e sociais.

No Rualogia, o Teatro do Oprimido surgiu como uma forma de reforço ao diálogo estabelecido durante toda a programação do dia. Os participantes, já familiarizados

uns com os outros, após tantas partilhas pessoais, sentiam-se à vontade para “brincar”, para construir juntos a trama da cena. A realidade social se apresentava como ponto de partida da encenação que se desdobrava no decorrer da interação entre os participantes estes, por sua vez, assumiam a roupagem dos personagens da história, representando a si mesmos em situações já vividas, em experiências recorrentes ao segmento ou, até mesmo representando aquilo o que gostariam de ter vivido, e os desfechos de histórias que nunca tiveram a oportunidade de viver. Abaixo, está a síntese de um dos registros analisados, referente ao planejamento de desenvolvimento do Teatro do Oprimido em uma das oficinas realizadas:

Quadro 13: síntese do planejamento de desenvolvimento do teatro do oprimido (Rualogia II - oficina 2)

TEMA: MORADIA DIGNA ENQUANTO DIREITO CONSTITUCIONAL, PORTA DE ENTRADA PARA OUTRAS GARANTIAS SOCIAIS			
1º Momento: contextualização	**2º Momento:** **Ato único**	**3º momento:** **encerramento**	**Recursos**
Os participantes serão convidados a criar/construir uma encenação a partir da pergunta disparadora: “como seria um dia da minha vida se eu tivesse uma moradia?”.	Cada participante ficará livre para entrar na barraca, pegar algum elemento contido em seu interior e encarnar o personagem da forma que deseja de acordo com a pergunta de partida. No decorrer da interação, os oficineiros mediadores auxiliarão o grupo com intervenções necessárias, criando outros personagens para a história, trazendo questionamentos, provocando a	O encerramento do Teatro será feito pelos próprios participantes, conforme julgarem encerradas as tramas criadas, ou (diante da impossibilidade de estender a dinâmica devido ao limite de tempo da oficina), quando algum oficineiro(a) sinalizar a necessidade de conclusão do ato. Ao concluir a peça, propõe-se que haja um momento de análise coletiva sobre a encenação, com comentários e percepções livres do momento. Os(as) oficineiros(as) poderão correlacionar, de forma breve, o que foi apresentado aos principais momentos vividos na oficina para culminância do dia.	Haverá uma barraca de acampamento montada no ambiente da oficina. Dentro da barraca haverá a “*mala das possibilidades*” com adereços para composição dos personagens do Teatro do Oprimido e elementos que podem ser encontrados dentro de uma casa (relógio, copos, pratos, papel higiênico, absorventes, toalha, livros, quadros, cabide, chuveiro, celular, plantas, cadeira, lixeiro, cobertores, papelões, jornal, garrafas pet, mantas, almofadas). .

	participação de outras pessoas.		

Fonte: síntese elaborada pela própria com base nos relatórios de planejamento do Rualogia (ed.2)

Os dados acima demonstram uma estrutura de planejamento elaborada pela equipe para o desenvolvimento do Teatro do oprimido em uma das oficinas realizadas na segunda edição do Rualogia. A partir deles, é possível perceber que, embora este tipo de proposta tenha como princípio a construção coletiva, e a participação por livre e espontânea vontade, sua execução precede um cuidado metodológico para que, assim, seja possível alcançar eficiência em sua prática. Em outras palavras, embora consista em um recurso lúdico e que provoca entretenimento coletivo, não é uma atividade com objetivos soltos, e não se trata de uma brincadeira, o foco não é apenas a dinâmica teatral, mas o que ela produz em termos de consciência crítica e de posicionamento político dos sujeitos. De acordo com dados obtidos em grupo focal, identificou-se que o Teatro do Oprimido enquanto recurso metodológico do Rualogia, foi capaz de produzir aprendizagens e mobilizar afetos, como mostra:

> Teve o dia do teatro, ‘pra’ falar sobre a internação compulsória. É exatamente o que a gente passa. (OPR1, 2025)

E também,

> Uma coisa que eu não tiro da minha cabeça é o teatro do oprimido, sabe? É uma coisa que a gente faz e sei lá... fica mesmo, porque é uma coisa que a gente bebe, viveu na rua - escravos, escravidão... - isso não sai da minha cabeça! (PPR2, 2025).

Os trechos acima são extratos que discorrem especificamente sobre o teatro do oprimido, demonstrando a reverberação desta experiência na percepção individual de dois participantes. Em ambos os casos, é possível perceber a presença de um elemento de fixação da memória, ao recordarem sobre o tema do dia devido a encenação feita através do teatro. É possível inferir também sobre a construção do conhecimento gerado, ao serem capazes de nomear as opressões – internação compulsória e escravidão – revela-se um indicador de formação política dos sujeitos, pois demonstram um certo nível de percepção das violências que, ao dizerem “a gente

passa” ou “a gente bebe/viveu na rua”, há um reconhecimento da opressão como fenômeno político e histórico, os problemas são discutidos como fenômenos estruturais e não apenas como um problema individual. Gohn (2012), nos auxilia na percepção de como a formação acontece e práticas cotidianas ao dizer que:

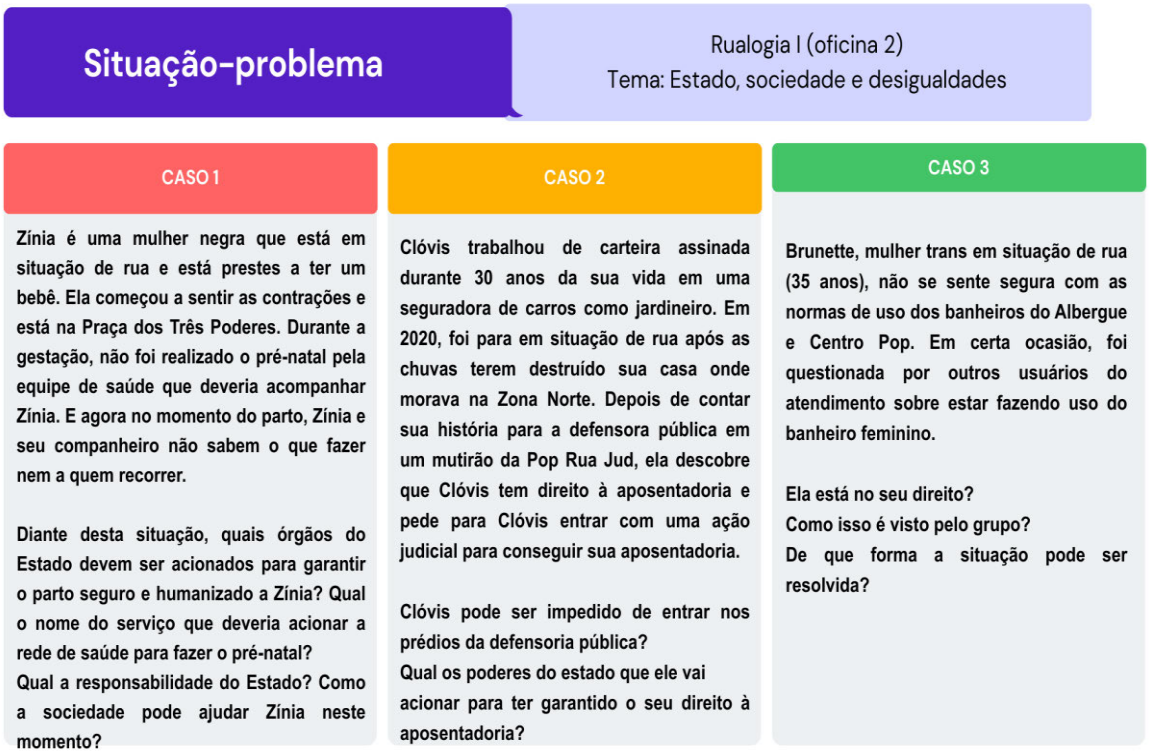
> Nos movimentos sociais a educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes fontes, a saber: da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder; pelo exercício repetido de ações rotineiras; pela identificação das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas; da aprendizagem gerada pelo contato. (GOHN, p. 56, 2012).

Nos movimentos sociais, a formação se designa em torno do ser social, da necessidade de se conhecer, de questionar, de pensar e compreender o mundo. Possibilitar uma ação formativa a partir do teatro do oprimido pode contribuir, portanto, para o rompimento de barreiras da aprendizagem formal e adentrar por caminhos que, há tempos, foram interrompidos na história de vida destes sujeitos. Com isso, torna-se possível pensar em estratégias coletivas para a reivindicação de direitos coletivos, não somente isso, mas também, desencadear um processo de fortalecimento da luta social do segmento através do movimento social.

C) Situação-problema e Fotografias

A equipe formadora recorreu a outros tipos de estratégias, como a apresentação de situações-problema e de fotografias como elementos de desencadeamento do diálogo no grupo. Analisando a ata das reuniões de planejamento, pode-se inferir que estas estratégias surgiram no grupo como forma de abordar questões mais específicas, e de teor sensível (geralmente relacionadas a violações de direitos ou processos de opressão), sem que a menção do caso viesse associada a um relato pessoal de qualquer participante presente. A equipe acreditava que tratar destes casos de forma ampla, poderia evitar constrangimentos entre os participantes, era vista também como um caminho para diversificar o formato de enunciação dos participantes em relação às suas experiências individuais. Pois, ao discorrer livremente sobre os temas, conforme feito durante as rodas de conversa, eram frequentes os devaneios entre um relato ou outro que, geravam certo desfoque do tema e dos objetivos de aprendizagem. Assim, a abordagem a partir das situações-problema seguiam algumas etapas, veja a figura a seguir para exemplificar detalhes:

Figura 16: situações-problema elaboradas pela equipe do Rualogia (ed.1) para abordagem durante as oficinas.



Fonte: elaboração própria com base nos dados obtidos através da análise de relatórios de planejamento do Projeto Rualogia (ed.1)

Na figura acima estão representados três casos elaborados pelos(as) oficineiros(as), como forma de exemplificação de situações específicas para a abordagem metodológica prevista na segunda oficina do Rualogia (ed.1). O tema proposto para o dia consistia no título “Estado, sociedade e desigualdades”, conforme análise dos dados, neste dia foram utilizadas as fotografias como forma de exemplificação de situações que representavam violações de direitos contra a PopRua e as situações-problemas vieram como um complemento das informações tratadas anteriormente. A metodologia se desdobrava a partir da leitura coletiva de cada caso, que poderiam ser sorteados pelos(as) oficineiros(as) ou pelos participantes e, em seguida, poderia discorrer sobre o caso sorteado ou jogar a reflexão para o grupo. Observe que ao final de cada caso, há perguntas disparadoras que auxiliavam no processo de reflexão e elaboração dos participantes sobre as situações. É importante dizer que, parte dos participantes presentes não eram alfabetizados e, por isso, não conseguiam ler os textos de forma autônoma. Diante desta observação,

oficineiros(as) que não estavam, necessariamente, encarregados pelo desenvolvimento do debate do dia haviam de manter-se atentos a necessidade de auxílio a estas pessoas, para que todos pudessem participar de igual forma. Entretanto, precisamos reconhecer que este tipo de abordagem pode não ser a mais adequada ao segmento, a depender do perfil e limitações pedagógicas que apresentam. Por outro lado, poder contar com a ajuda dos(as) oficineiros(as) neste e em outros momentos, tornava-se também ponte para a aproximação de uns com os outros e para o fortalecimento de vínculos no grupo.

Quanto as fotografias, selecionadas com igual rigor metodológico, representavam também situações do cotidiano da PopRua, a partir do olhar sensível e atento de Hallison Silva. Hallison, militante do MNPR, representante da luta da PopRua no Estado (RN), capoeirista, sapateiro, educador social e, dentre muitas outras coisas, fotógrafo, disponibilizou parte do seu acervo pessoal para a exposição em oficinas do Rualogia. Por ser um homem com trajetória de rua, apresenta um olhar cirúrgico para os elementos sensíveis ao segmento e, por meio de sua obra, os diálogos estabelecidos ganhavam forma, força e pertencimento coletivo. Desta forma, seria possível problematizar a realidade sem provocar necessariamente uma exposição direta dos participantes (a menos que estes apresentassem em seus relatos, fatos pessoais), pois, a imagem “falava” primeiro. O trecho abaixo mostra como esta prática foi percebida:

> Eu gostei porque foi um tema que mexeu muito comigo. Foi justamente o que já me aconteceu, falou sobre a violência contra a mulher, porque foi o que eu passei também. Aquelas imagens... mexeu muito comigo, foi como olhar no fundo do baú, eu desabafei, botei ‘pra’ fora porque estava ali, bem acuado. (OPR2, 2025).

A análise do relato acima permite inferir que o estímulo visual provocado pelas fotografias desperta memórias e emoções nos sujeitos, que possivelmente não seriam acessadas com perguntas diretas, legitimando sentimentos e sensações. As imagens, organizadas numa espécie de varal fotográfico, ficavam disponíveis aos participantes que eram orientados a escolherem àquela que mais se comunicava aos seus sentimentos, suas percepções de mundo, sua história de vida e a discorrer sobre isso. A partir disso, as trocas aconteciam numa progressiva de identificação coletiva e de

elaborações mais profundas sobre os fatos representados ou vividos, o que incidia na ponderação acerca de possíveis caminhos para resolução dos conflitos, ou de enfrentamento as sensações/anseios/traumas gerados pelas situações vividas.

5.2 A expressão das práticas de cuidado no coletivo: diálogo e escuta ativa

O conjunto das tratativas anteriores, provindas das análises referentes aos temas e metodologias do Projeto Rualogia, permite inferir que os relatos compartilhados pelos participantes no decorrer de cada oficina, assim como, as reflexões construídas em torno de uma situação específica ou de um tema, ou ainda, a percepção de caminhos possíveis para a superação de conflitos coletivos e/ou individuais, toda essa gama de aspectos, proporcionou ao grupo aprendizados em relação a posturas de solidariedade, empatia, respeito. Isto é, a expressão de práticas de cuidado no Rualogia surgiu como consequência de todas as dinâmicas relacionais do grupo construídas no decorrer do trabalho desenvolvido.

A respeito disso, compreendemos que as práticas de cuidado são ações que sustentam ou determinam as relações e valores legitimados por um grupo como essenciais à boa convivência, e a permanência de integrantes no coletivo. O cuidado se expressa como recusa da concepção dos processos formativos como atividades meramente técnicas e neutralizadas de afeto, ao contrário disso, se reconhece a simbologia dos vínculos e dos atos relacionais entre o grupo como elementos determinantes a própria experiência formativa. A luz das contribuições de Paulo Freire, entendemos que o diálogo, por exemplo, pode ser visto como uma grande janela ao reconhecimento do outro como indivíduo também de direitos, contradições, conflitos, potencialidades. Nisso, adentramos em um espaço desconhecido - a percepção do outro - nos tornando capazes de enxergar o mundo a partir de outros olhares, a compreender símbolos e a reconhecer significâncias que antes não comunicavam nada para nós, isso é cuidado.

Para Tronto (1993), o cuidado deve ser entendido como uma prática política capaz de sustentar a vida social, para ele, é também um elemento central das relações democráticas. As perspectivas dos autores citados nos permitem compreender que o cuidado não se expressa apenas como ação concreta, não se trata de “toque físico”, ou do cuidado como um ato de “proteção”. É certo que o cuidado pode se expressar

também por essas vias, entretanto, estamos considerando aqui as práticas de cuidado que se estabelecem no campo simbólico. Ao analisarmos o “diálogo” e as “relações democráticas”, percebemos que o que fundamenta isso é o respeito mediante as singularidades do outro. Em outras palavras, práticas de cuidado são possíveis em um ambiente seguro, onde existe respeito, pois, o cuidado não é gerado no medo, sob desconfiança.

Conforme relato dos participantes, pôde-se perceber que durante o Rualogia havia uma relação de amizade entre as pessoas do grupo. Alguns já se conheciam de outros círculos, como por exemplo das atividades do MNPR, mas havia também aqueles que ainda não conheciam o grupo e que também construíram uma relação de confiança e de parceria com os demais. Para além disso, todas as considerações mencionadas em seções anteriores, demonstram que estes vínculos extrapolaram a relação apenas entre membros da equipe, sendo possível perceber que o público participante demonstrou conforto e confiança em relação a equipe, esta percepção está evidenciada nos relatos abaixo:

> A nossa família são vocês, não é? Eu não tenho mais ninguém, eu não tenho irmão, nem nada. Nossa família são vocês. (OPR3, 2025)

Como também em,

> A casa de * é um ambiente muito acolhedor, familiar. Com vocês eu fico à vontade, acredita? (OPR2, 2025)

E, ainda,

> [...] dói, dói mesmo ver a população de rua ser coagido e, assim, é porque a gente ‘tá’ ali para defender, pra lutar, é difícil... aqui eu sinto que nós somos escutados (OPR4, 2025)

Os trechos acima evidenciam como a relação com o grupo pode ser capaz de ressignificar a percepção dos sujeitos em relação a certos tipos de conceito como “família”, “proteção”, “pertencimento”. O coletivo, quando percebido enquanto família, evidencia a ausência de relações estruturais na vida de alguns participantes, sendo este grupo parte substituinte dessa relação (ainda que de forma momentânea e limitada), percebe-se que o cuidado oferecido pela equipe ultrapassa os efeitos relacionados a dimensão organizativa e política da formação. O Projeto acaba assumindo, de maneira indireta, funções de proteção emocional, reconhecimento de valores individuais e fortalecimento de vínculos, de convivência. Ao relatarem conforto

diante da equipe, estão revelando uma sensação de confiança, de ausência de julgamento, reconhecendo que no espaço formativo do Rualogia pode ser o que se é, estes são os efeitos do cuidado no campo simbólico das relações. Os trechos também mostram que o diálogo e a escuta ativa, como princípios básicos do Rualogia, têm sua importância legitimada pelos participantes, e podem ser compreendidos como elementos fundamentais à construção das práticas de cuidado, como demonstram os trechos:

> Conseguir escutar é importante, porque eu acho que é assim: na hora que a pessoa está falando, escutar é sempre bom, né? Porque no momento que eu estou falando eu quero atenção então se eu estou falando e quero atenção, eu também tenho que dar atenção né? Eu estou aprendendo isso. (OPR1, 2025).

Como também se percebe em,

> [...] quando a gente faz uma interferência ou, eu 'tô' ouvindo OPR5 e outra pessoa conversa com a OPR4, interfere na nossa dinâmica, a gente perde até o contexto do que ia falar. (OPR2, 2025)

Ao analisar os trechos é possível notar que as práticas de cuidado no coletivo se manifestam na escuta, no respeito mútuo e nas práticas cotidianas. A escuta aparece como uma experiência aprendida pelo grupo, que carece de atenção, pois, cuidar do outro é oferecer a mesma atenção que se espera receber. A escuta ativa se torna, portanto, prática ética do grupo construída na convivência entre os sujeitos. Neste tipo de prática está, outra vez, o cuidado que se expressa como ato de reciprocidade, como respeito as vulnerabilidades do outro, se trata de um acordo coletivo implícito que sustenta o vínculo e legitima a palavra de quem fala. Assim, a escuta é percebida não apenas como habilidade comunicativa, mas como prática política que sustenta a dinâmica coletiva. Gohn afirma que "os movimentos sociais produzem e reproduzem culturas políticas próprias, marcadas por valores, normas de interação e formas específicas de construção de sentido" (GOHN, 2012, p.34). A escuta, conforme relatada nos trechos analisados, aparece como um dispositivo pedagógico e político, que fomenta uma cultura política de respeito, reconhecimento e horizontalidade das relações no processo formativo do grupo como um todo, considerando a experiência de educadores sociais do Projeto, como dos demais participantes.

O cuidado surge, portanto, como atenção ao processo buscando minimizar práticas que fragilizam o contexto de aprendizagem, como exemplificado em relação as interrupções nos fluxos de fala. Manter a escuta coletiva é entendido como uma forma de proteger o espaço comum, garantindo que todas as falas possam se desenvolver plenamente. O incômodo com a interferência das falas revela que o grupo valoriza a qualidade da participação, e não apenas a presença física e isto é imprescindível para a construção de vínculos de confiança e pertencimento no grupo. Há um cuidado que se constrói em dois níveis: o relacional e o direcionado ao trato relacional e o processual. Em outras palavras, o cuidado expressado como forma de respeito, amizade, acolhimento e reconhecimento do outro e, aquele que se desenvolve como forma de garantir eficiência da dinâmica coletiva, voltados aos acordos referentes ao tempo de fala dos participantes e a atenção compartilhada entre os participantes. Assim, o cuidado é estabelecido como cultura política, uma ética cotidiana de convivência, fundamental para a sustentação das relações, para a circulação da palavra e para a participação das pessoas no processo formativo.

O desenvolvimento de competências como essas - a escuta ativa e o acolhimento – são eixos essenciais para o fomento de práticas em educação popular e para a formação política dos integrantes, pois, incidem em aspectos atitudinais e no desenvolvimento de habilidades outras, como por exemplo, a capacidade de mediação de conflitos, de interação, e de organização do grupo. Ao atentar-se as dinâmicas que se estabelecem no ambiente, os sujeitos tornam-se capazes de contribuir no processo de formação do grupo, conforme revela o trecho:

> A gente com certeza é um grupo que 'uma mão ajuda a outra', mas é aquele negócio do tempo, né, é muita demanda, é muita história ao mesmo tempo. Vem uma história, depois vem outra, não tem como chegar e orientar a cada um de nós, a gente tem que ir se ajudando com o que sabe, a gente vai ouvindo, aprendendo e construindo juntos. (OPR2, 2025)

O trecho é um exemplo de como a cultura política se expressa no cotidiano das práticas do Rualogia, pois demonstra que há uma percepção em torno da importância da cooperação coletiva na formação do grupo, onde o saber não se concentra nas competências de uma única pessoa, porém, se estrutura pela interlocução mútua dos atores, o conhecimento e a aprendizagem se estabelecem por vias da horizontalidade e compartilhamento de saberes. Neste processo, há diferentes vozes protagonizando a experiência formativa, o cuidado e a cultura política, por sua vez, se estabelecem

como um modelo de funcionamento internalizado no grupo, que apreende os modos de agir de forma não impositiva, e sim, pela incorporação de práticas cotidianas e pela reprodução dessas práticas no grupo, que as legitima.

Vale salientar que, na fundamentação de uma cultura política, não são apenas as práticas que são legitimadas pelo grupo, como também pessoas, ou melhor, as funções desempenhadas por determinados atores neste contexto. As competências que cada integrante apresenta e os protagonismos que exercem diante de certas situações, reverbera na forma em que os demais concebem o papel de cada um no coletivo. É a respeito destes aspectos que adentrarmos adiante, quanto a legitimação de lideranças no grupo/movimento como mais uma dimensão formativa alcançada pelo Rualogia.

5.3 O reconhecimento e a legitimação das lideranças

Conforme análises posteriores, durante o desenvolvimento do Rualogia, é possível identificar uma gama de acontecimentos gerados pela dinâmica de interação entre os atores envolvidos, assim como, há uma diversidade de aspectos importantes em termos da metodologia aplicada e execução da experiência vivida como fora tratado anteriormente. Contudo, nesta seção, ao adentrarmos nas análises correspondentes aos dados sobre a formação/legitimação de lideranças no Projeto, estamos direcionando o olhar para um dos resultados mais almejados do Rualogia, com base nos objetivos inicialmente traçados pela equipe na criação do Projeto.

Para contextualizar, faz-se necessário recordar que o Projeto Rualogia consiste em uma conquista da incidência política do MNPR/RN e que, parte dos seus objetivos estão diretamente relacionados as expectativas e necessidades do movimento social. Sabendo disso, os dados demonstram que havia uma grande expectativa do grupo em torno do Rualogia, pois sua realização estava comprometida com o fortalecimento do movimento social, sob a expectativa de renovação e ampliação do quadro de integrantes, apoiadores e lideranças do MNPR/RN, dentre outros resultados esperados. Neste sentido, as análises revelam que parte das lideranças do MNPR acreditavam que, para que houvesse novas lideranças a nível local e estadual do movimento, seria necessário fomentar práticas de formação política aos sujeitos como

critério indispensável a construção do conhecimento coletivo e a condução dos processos de aprendizagem com vistas à formação de lideranças.

Com base na análise dos dados, podemos afirmar que a formação política desenvolvida pelo Rualogia foi percebida de formas diferentes pelos participantes, não apenas em termos da experiência vivida, como em relação a compreensão deste conceito. Para alguns, entendida como uma espécie de memorização de conteúdos normativos (leis, resoluções), apreensão de conceitos teóricos e capacidade de transmissão de saberes. Para outros, vista como competência adquirida que se traduz em ação, atitude e postura, habilidades de um(a) líder. De fato, todos os aspectos mencionados correspondem a formação política dos sujeitos, podendo se expressar pela apreensão de habilidades e competências práticas e/ou intelectuais. Quando esta dimensão é desenvolvida, há uma série de possibilidades que se apresentam aos sujeitos que desempenham funções de liderança no coletivo.

As análises de Gohn (2012) nos auxilia na compreensão de que a legitimação de lideranças não se dá apenas pela ocupação de cargos formais, mas por uma gama de processos – sociais, relacionais e políticos - que são construídos no cotidiano de um grupo. Neste sentido, podemos inferir que lideranças não são criadas a partir de uma receita infalível, mas vão se constituindo em processos de interação entre os sujeitos e de vivências do contexto. O relato abaixo nos permite analisar outros aspectos em relação a liderança enquanto função política, conforme:

> Quando eu conheci o Movimento eu era muito ignorante, com certeza! Hoje eu sei falar melhor, eu aprendi a conversar com as pessoas que eu não sabia. Eu consigo falar tudo o que uma pessoa poderia dizer sem ser, assim, aquela palavra técnica lá. (OPR2, 2025).

O relato acima foi feito por uma das oficineiras do Projeto Rualogia que também desempenha o papel de liderança do MNPR/RN a nível local. Ao fazer uma autoavaliação do seu processo de formação política, embora não esteja considerando apenas as experiências provindas do Projeto, sua reflexão é importante, pois, demonstra que tipo de transformações são possíveis de alcançar como resultante dos processos de militância no movimento social e contextos afins, como é o caso do Rualogia. A princípio, podemos destacar o desenvolvimento da competência comunicativa, uma habilidade central ao desempenho de uma liderança, afinal, é a partir dela que os sujeitos tornam-se capazes de expressar ideias com segurança,

mediar conflitos e construir uma relação dialógica com diferentes públicos. Sobre isso, podemos destacar também a capacidade de percepção do contexto/ambiente ao qual está inserido ou faz-se presentes, a análise de conjuntura proporciona aos líderes gerenciar que tipo de comunicação possa ser mais assertiva e adequada ao contexto. Para além destes aspectos, o relato acima também contempla a questão do domínio de uma linguagem técnica, nem sempre alcançado, mas necessário. Pois, ao dominá-la, o sujeito torna-se também capaz de estabelecer uma comunicação qualificada, o que não significa não-acessível, a linguagem técnica pode ser compreensível, objetiva e mobilizadora. No entanto, os dados revelam que esta habilidade não foi tão explorada pelo Rualogia, gerando o desejo por mais atividades, e outros tipos de metodologias que pudessem qualificar de forma mais efetiva os sujeitos quanto a capacidade comunicativa, seja ela técnica ou, simplesmente, voltada ao domínio da oratória em público, de exercícios que explorassem mais a desenvoltura dos sujeitos em relação a esta habilidade. O trecho abaixo destaca a visão de um dos participantes em relação a este assunto:

> Sobre formação de liderança, assim, eu acho que no primeiro dia eu fui muito bem porque para pessoa que não sabia nem o que era a Lei 7.053 eu falei muito bem [...] acho que posso melhorar sobre aquilo que eu falei né, que F1 falou lá na reunião, que precisaria de atividades para melhorar mais a fixação das leis, e saber conversar num seminário. (OPR4, 2025)

O trecho demonstra que, embora a metodologia desenvolvida no Rualogia tenha o diálogo como categoria central das atividades, não é a respeito deste tipo de comunicação a qual este(a) participante está se referindo, o enfoque está na identificação de uma necessidade de apropriação de uma linguagem técnica, formal. O “saber conversar” se refere ao uso da linguagem complexa aplicada a certos tipos de ambiente, como um requisito à validação dos discursos feitos por uma liderança. Os dados mostram que, para certos integrantes, uma liderança é aquele(a) capaz de traçar em seu discurso, uma costura entre os eixos “realidade e normativas”, ou seja, falar sobre as necessidades do segmento é comunicar a respeito de algo que se conhece na prática, mas para fazer isso de forma qualificada e em certos tipos de ambiente, o discurso precisa estar moldado às expectativas do contexto. Quando se destaca a necessidade de “atividades para melhorar mais a fixação das leis” há uma compreensão de que o domínio deste tipo de conteúdo, ou melhor, deste tipo de comunicação, pode trazer a validação daquilo o que se busca, a fundamentação

teórica é, portanto, embasamento às reivindicações feitas por uma liderança de forma competente. O trecho abaixo confirma esta análise e traz outros apontamentos:

> Pra chegar numa visita institucional, por exemplo, como eu chego no Abrigo? Que tipo de perguntas eu posso fazer dentro de um Abrigo? 'Pra' quê que serve o Abrigo? Então, isso é a formação política, faz parte da liderança, de alguma maneira ali ela se diferencia quando consegue explorar isso. Eu acho que a gente precisa dar formação exatamente nesses pontos, 'como eu sou uma liderança no espaço institucional/ como eu sou uma liderança na rua? Como eu sou uma liderança na mesa do seminário da poprua? Como eu me comporto?' (PPR4, 2025).

Esse extrato demonstra que é notória a percepção de que cada espaço exige modos específicos de comportamento, linguagem e interação de uma liderança. Em um outro momento, é registrado que o grupo percebe a necessidade de formação do grupo para atuação em outro corpo, "o corpo que chega numa mesa diante de autoridades, diante do Tribunal de Justiça e consegue fazer uma fala e dizer quais são os direitos que ela gostaria de ter" (PF7, 2025), ao perceber que cada espaço possui seus códigos, é possível gerenciar as relações de forma estratégica, isso faz parte também de uma das competências da liderança percebidas pelo grupo, a ocupação de territórios físicos e simbólicos. Gohn (2012) nos permite afirmar que lideranças são construídas em um tempo histórico e nos espaços concretos em que circulam, disputam sentidos e se legitimam a partir das vivências cotidianas. Por isso, a função desempenhada por uma liderança não é algo do campo abstrato, consiste, porém, em uma prática situada, que se transforma, se adequa, se qualifica conforme os espaços e temporalidades do mundo concreto. Todos esses aspectos, quando legitimados pelo grupo, constituem suas referências de liderança e de quem são seus líderes. Para alguns a liderança é compreendida da seguinte forma:

> Liderança para mim é o seguinte: eu sou liderança, tem uma reunião, um negócio do movimento... eu não vou perguntar a F1 "tem a reunião, a gente vai?" eu sou liderança também, eu que tenho que dizer 'vamos, OPR3/OPR4/PPR4!'. Vocês perguntam 'mas como a gente vai?' não se preocupem, eu só preciso saber se vocês vão, se fulano disse 'f1 eu preciso de passagem, tem como você conseguir essas passagens pra mim na quinta-feira?' eu garanto pra você que na quinta-feira, todos estarão comigo naquele evento, representando o MNPR. Eu acho que liderança não precisa da opinião de OPR1, já que ela está em formação política, pode fazer uma reunião, chamar uma roda de conversa, convidar os apoiadores para participar, ela tem que ter essa autonomia de fazer isso, 'pra' mim liderança é isso". (PPR3, 2025)

As ponderações registradas no trecho acima chamam atenção a outros tipos de competências necessárias a uma liderança legitimadas pelo grupo, são elas: a autonomia e a proatividade. As contribuições de Bergue (2019), nos permite identificar que há nestes aspectos a predominância de competências político-gerenciais exercidas por uma liderança, que englobam outros tipos de competências como, por exemplo, a tomada de decisões qualificadas e a mobilização de pessoas para os resultados esperados. A liderança aparece como alguém que, mesmo diante das limitações estruturais, busca dar encaminhamento as condições de mobilização do grupo, sendo aquele(a) que faz a o movimento acontecer e não espera demandarem dele(a) algum tipo de tarefa.

Os dados revelam que para alguns integrantes a liderança está alicerçada em uma tríade de “atitude, ação e comportamento”, essa tríade não deve ser exercida de forma autoritária, pois a eficácia da uma liderança em articular recursos, redes e mobilização são frutos de uma construção coletiva. A autonomia dos sujeitos e a proatividade são elementos que revelam o nível de adesão, de pertencimento e de identificação da pessoa ao movimento/grupo do qual faz parte. Assim, a elaboração de planejamentos estratégicos, bem como, a tomada de decisões ocorre de forma genuína, buscando sempre o equilíbrio entre a autonomia individual e a construção coletiva das lideranças.

A maneira como cada liderança gerencia estas competências traz para a análise a necessidade de reconhecimento da diversidade de perfis presentes no coletivo, como explicita o trecho:

> [...] já que a gente ‘tá’ falando de liderança, existem diferentes tipos de liderança, né? OPR1 exerce uma liderança que é muito diferente, por exemplo, mas quando a gente olha para atitudes na rua, vê que a liderança não é só uma. A pessoa que consegue chegar no equipamento mobilizar todo mundo e trazer a galera, isso também é liderança, existe potencialidades nisso. Também existe algumas outras lideranças com dificuldades de falar em público, de elaborar uma fala. Existe, né? Mas a gente também precisa olhar para essa potencialidade que é a liderança na rua, né, quem consegue também mobilizar quem chega no equipamento e consegue falar. OPR2 leva 34 pessoas, e essa pessoa é uma liderança sim. (PPR4, 2025).

No extrato acima há uma reflexão em torno da diversidade de perfis de lideranças no grupo, identificando aqueles(as) que conseguem adentrar em espaços institucionais e, ainda, outros(as) que se encontram mais atuantes na informalidade das relações. Diante disso, podemos afirmar que o movimento não é homogêneo, mas composto por múltiplas trajetórias, estilos e modos de atuação. Esse reconhecimento

é um elemento central da cultura política, pois, implica admitir que o poder, a representatividade e a mediação dentro do movimento não se dão de maneira única, mas plural, situacional e, muitas vezes, negociada. Cada integrante assume uma função diferente e, por isso, tornam-se corpo da luta coletiva. Essas funções e papéis desempenhados podem ser fruto do próprio envolvimento do sujeito nas dinâmicas do grupo, ou delegadas pelas lideranças mais solidificadas que, ao reconhecer competências individuais em um(a) determinado integrante, incentiva sua participação nas demandas do coletivo.

A identificação de diferentes possibilidades de contribuição ao grupo, mediante os perfis identificados, conduz ao próximo enfoque de análise da pesquisa que são as questões referentes a organização interna do grupo.

5.4 **Processos de organização interna:** a dimensão espacial-temporal da incidência política

A organização interna do coletivo se refere aqui aos aspectos interligados as articulações realizadas pela equipe do Rualogia que se apresentaram como forma de gerenciamento do grupo e das atividades, garantindo a exequibilidade do Projeto. Entretanto, consideram-se também as estratégias percebidas/elaboradas pelo grupo (oficineiros e participantes no geral), como produto da formação política traduzida em estruturas de participação e de decisões coletivas.

Conforme as tratativas supracitadas, houve inúmeros desafios que surgiram no decorrer de desenvolvimento do Rualogia, seja aqueles referentes ao gerenciamento dos custos, do pouco recurso, do tempo cronológico, seja em relação ao planejamento das formações, ou ainda, quanto a estrutura física para a execução dos encontros, dentre outros. Este conjunto de fatores incumbiram ao grupo a necessidade de organização interna como um elemento de sustentação do coletivo. Conforme os dados é possível inferir que, dentre os aspectos que demandaram maior necessidade de organização do coletivo, encontram-se: a garantia do espaço físico e o gerenciamento dos recursos, a mediação das relações interpessoais, a divisão de tarefas e a mobilização de novos articuladores. Não necessariamente na ordem

apresentada, discorreremos sobre elas, de forma seccionada para facilitar a compreensão dos aspectos circunscritos a cada uma delas.

A) Divisão de Tarefas

Conforme dados analisados, para que as atividades do Rualogia fossem exequíveis de maneira equilibrada, tentando evitar que alguns integrantes saíssem sobrecarregados e outros ficassem ociosos em suas funções, identificou-se a necessidade de divisão da equipe por comissões. Esta estratégia de organização buscava dar objetividade e agilidade ao gerenciamento da equipe quanto as demandas operacionais do Projeto. Assim, ficariam sob responsabilidade dos Grupos de Trabalho a organização de tarefas e demandas, de acordo com:

Quadro 14: organização das demandas a partir dos Grupos de Trabalho (GT)

GT 1 SECRETARIA	GT 2 INFRAESTRUTURA	GT 3 COMUNICAÇÃO	GT 4 FORMAÇÃO
Elaboração de atas das reuniões internas da equipe	Identificar os locais e acordar as datas para a realização das oficinas	Divulgação das atividades do Projeto através das mídias sociais;	Impressão de materiais de leitura para as oficinas;
Impressão e acompanhamento das assinaturas na lista de presença dos participantes;	Agendamento do transporte institucional para o deslocamento dos participantes e acompanhamento do contato individual para àqueles(as) que fariam o deslocamento de forma particular;	Produção de cards de divulgação das programações previstas;	Listagem e confecção dos recursos pedagógicos necessários ao desenvolvimento metodológico das oficinas;
Facilitação dos processos de comunicação interna do grupo;	Compra dos insumos para a produção das refeições;	Registros fotográficos dos encontros	Elaboração dos relatórios de planejamento
Estabelecimento de contato com os possíveis convidados(as) das formações;	Encomenda das marmitas e lanches disponibilizados durante as oficinas;		Escolha de textos e/ou materiais de auxílio a formação

Gerenciamento orçamentário do Projeto	Organização de bazares para arrecadação de fundos;		
Acompanhamento dos processos de pagamento das bolsas			

Fonte: elaboração da própria, com base na síntese de análise dos dados da pesquisa.

De acordo com os dados, a composição dos grupos de trabalho foi feita de forma espontânea, os integrantes da equipe (incluindo bolsistas do CRDHMD), poderiam (ou não) se apresentar para compor os GTs, contribuindo em uma ou mais de uma, conforme sua disponibilidade. A depender do tipo de trabalho previsto para Grupo, a equipe recorria a deliberação de possíveis nomes que, na visão do coletivo, se articulavam melhor na demanda. Não houve especificações em relação a quantidade de membros de cada GT, ou de quantidade de demandas que seria direcionada a cada uma delas, ficando esses acordos implícitos na dinâmica do grupo. Além disso, à medida em que as comissões foram criadas, os integrantes iam se articulando internamente em relação a quem ficaria a frente do quê, o que gerou certa fragilidade na divisão de tarefas do grupo. O relato abaixo especifica este fato, confirmando a análise:

> [...] faltou fazer essa divisão, realmente, em alguns momentos pessoas ficaram sobrecarregadas e outras não (...) e houve momentos que a gente tinha que falar 'oh, pessoal, vamos lá, participar e tal'. (OPR1, 2025).

E em outro relato,

> [...] todo mundo comentou de alguma forma sobre a proatividade que eu acho que foi uma das coisas que eu mais senti falta no grupo. Isso de tomar a frente das coisas, tipo ‘Não, deixa o que eu faço hoje’, chegar e ‘Já feito!’, ‘Já resolvi!’, ‘Está aqui, está resolvido!’, e não ficar esperando sempre alguém dizer o que precisa ser feito. Eu acho que é uma coisa que a gente poderia trabalhar melhor para que não ficasse sempre assim. (OPR9, 2025).

Os relatos acima possibilitam analisar que, ainda que a divisão do grupo por Gts tenha se apresentado como uma estratégia importante à organização interna da equipe, mesmo assim, houve fragilidades quanto aos critérios de alocação dos integrantes e das responsabilidades assumidas para as demandas que surgiram no

decorrer de desenvolvimento do Rualogia. Pode-se inferir que a inexistência de critérios bem evidenciados e que fossem previamente pactuados por todos (como responsabilidades, competências, carga de trabalho ou prazos), tornou o processo de corresponsabilidade do Projeto desigual. Este elemento nos permite dizer que a espontaneidade em certos tipos de delimitação operacional e organizacional do grupo tende a gerar concentração de tarefas em poucas pessoas.

Além disso, acredita-se que a indefinição de critérios específicos da divisão de tarefas do grupo, faz com que fatos importantes não sejam percebidos por todos da mesma forma, recaindo, portanto, às interpretações individuais que interferem no processo de organização interna do grupo. Acredita-se também, que quando não respeitados os critérios de divisão de tarefas nos GTs, definidos previamente, pode acarretar desentendimentos e fragilidade dos vínculos no coletivo, prejudicando o bom andamento das atividades e a avaliação das ações de maneira adequada.

B) Apropriação do espaço e o gerenciamento dos recursos

Relatamos anteriormente sobre a questão do espaço físico como um elemento dificultador à concretização de certas ações do MNPR e ao próprio Rualogia. Na ausência de uma sede ou de um lugar fixo, alguns coletivos devem agir a partir da escassez, e assim acontece também ao contexto desta pesquisa. Conforme os dados, eram frequentes as negativas quando se buscavam locais para a realização das atividades do Rualogia em algumas instituições. As recusas não se fundamentavam em uma justificativa clara, fazendo com que o grupo associasse a dificuldade de encontrar parcerias que auxiliassem neste aspecto, como uma face do preconceito com a PSR. Vale ressaltar que os recursos provindos da FUNCERN cobriam somente o pagamento das bolsas para os formadores, e a compra dos insumos de alimentação eram custeados pelo recurso da emenda parlamentar que, quando não suficientes, recorria-se ao apoio da equipe (oficineiros, lideranças e apoiadores do MNPR/RN) para o custeio de outros gastos, como expõe:

> No Projeto Rualogia apareceram várias estratégias de superação, como a questão da alimentação que, em vários momentos foi bem difícil, mas a gente conseguiu superar. A própria questão de não receber o recurso da bolsa e fazer outra oficina guardando um recurso no caixa [...] a rua em si também trouxe essas estratégias para estar no Rualogia, pra estar participando. Realmente há várias estratégias de superação, fomos prova viva disso. (OPR1, 2025).

No relato acima evidencia-se que houve manejos da equipe para superar os desafios estruturais, especialmente financeiros, que interferiam na exequibilidade do Projeto. Diante das impossibilidades, a equipe desenvolveu a capacidade de planejamento emergencial poupando recursos, ou melhor, exercendo a autogestão financeira do grupo com vistas a priorização de continuidade do Projeto. Pela carência de recursos, não havia também a possibilidade de aluguel de espaços privados para a realização do Rualogia, visto que, nenhum dos financiamentos disponibilizados abarcavam as despesas em relação a esta necessidade.

Vale ressaltar ainda que, embora houvesse a possibilidade de uso das dependências físicas da UFRN para os encontros, considerando que o Projeto acontece em parceria com CDRHMD[27], os dados analisados revelam que, para os formadores com trajetória de rua que compunham a equipe formativa, realizar as oficinas dentro do campus universitário poderia gerar uma impressão demasiadamente formal, o que desmotivaria a participação das pessoas do segmento às atividades do Projeto, além disso, o campus localiza-se numa área distanciada dos pontos de concentração da PSR na cidade, e de outros grupos de participantes que aderiram as oficinas em suas agendas, como o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MBL) e do coletivo de usuários dos Serviços de Saúde Mental de Natal/RN, idealizado pela Associação Potiguar Plural, o que dificultaria também o deslocamento destes ao espaço da formação.

Em relação as despesas de deslocamento (quando necessário recorrer a um transporte particular via aplicativo ou de uso do transporte público), este recurso surgia da contribuição dos oficineiros e apoiadores que pagavam as viagens ou se ofereciam para ofertar as caronas. Gohn (2012), afirma que no contexto de práticas formativas desenvolvidas nos movimentos sociais é possível identificar “uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdo específicos transmitidos por meio de técnicas e instrumentos formais” (GOHN, 2012, p.17), assim, podemos compreender que as estratégias encontradas pelo grupo como forma de superação das dificuldades que se apresentaram ao longo do caminho, podem constituir-se como os aspectos formativos que extrapolam o conteúdo, pois estão diretamente

[27] Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio é uma base de pesquisa vinculada ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN que desempenha projetos de pesquisa e extensão.

relacionados ao processo de aprendizagem viva, entrelaçando política e as dinâmicas de base.

Nesse contexto, foram sendo solidificadas algumas parcerias, identificando quem eram os atores e instituições que compunham a rede de apoio do coletivo, e a principal delas, pode-se afirmar conforme relato dos participantes, foi a Toca de Assis[28]. Quando Freire (1967) afirma que a educação popular é, sobretudo, o processo permanente de refletir a militância, sua perspectiva nos faz perceber como a percepção da conjuntura é importante para o processo formativo. Reconhecer as razões por que se luta, os adversários e parceiros é, assim, uma ação política de militância.

C) Mediação das relações interpessoais

Outros aspectos da organização interna do grupo recaiam na capacidade de mediação das relações interpessoais que decorreram do fortalecimento de vínculos entre os integrantes do Projeto. É necessário lembrar que parte da equipe já se conhecia de outros ambientes e ações vinculadas ao MNPR e, por isso, havia uma parceria entre esses atores. Este fato se apresenta como um elemento que pode ser visto por duas perspectivas. A primeira, considera que o estabelecimento de amizades antecedentes ao início do Projeto pode resultar em uma maior interatividade da equipe, tendo em vista a construção de trocas menos protocolares, que parte de uma comunicação mais direta e menos formal, presume-se também que estas relações sejam conduzidas com base no respeito, na empatia e nas ações de contribuição mútua entre os atores do processo.

Todavia, podemos também considerar que, histórias antecedentes ao início do projeto ressurgem como elementos de aproximação ou de afastamento entre os indivíduos. Como mencionado anteriormente, o cotidiano da militância produz aprendizagens e experiências que nem sempre são positivas e estão presentes na trajetória de vida das pessoas que, quando incumbidas de exercerem uma atividade profissional no mesmo ambiente, como é o caso do Rualogia, trazem consigo memórias destas experiências, reverberando assim em desdobramentos no grupo

[28] Fraternidade da Igreja Católica que tem como missão a Adoração ao Santíssimo Sacramento e o Amor aos pobres abandonados de rua.

que interferem nos aspectos da boa convivência e da coletividade, a exemplo disso, temos o relato abaixo:

> Eu não vou trazer aqui à tona para não disparar gatilhos, mas houve momentos bem difíceis, que inclusive as oficinas estavam em perigo de não acontecer por atitudes de algumas pessoas nossas, do movimento e aí isso é importante trazer porque a gente precisa que não aconteça mais isso. (OPR1, 2025)

No trecho acima podemos identificar a interferência de fatos pessoais na dinâmica do grupo que gerou, inclusive, a possibilidade de interrupção das oficinas em decorrência de “atitudes de algumas pessoas nossas”, entende-se pessoas do MNPR. A fala deste(a) participante nos chama atenção para a necessidade de fortalecimento dos vínculos interpessoais no movimento social, e isto não significa anular todo tipo de desentendimento ou oposição existente no grupo, pois, os conflitos que se apresentam são também constitutivos da sociabilidade, e por isso, tornam-se legítimas as inimizades, as desavenças e os desacordos. Entretanto, há de se identificar um ponto de equilíbrio entre todos estes fatores, que não se restringe necessariamente pelo viés da amizade, mas do respeito e da identificação dos objetivos em comum. Em outro relato, temos a percepção de outro(a) participante sobre o assunto:

> [...] eu vejo o Movimento como um coletivo, não vejo um Movimento meu. O movimento não é meu, o Movimento é de ‘nós’. Então, se eu tenho diferenças com as pessoas eu tenho que superar, eu tento levar adiante [...] por mais que aquela pessoa não goste de mim ou eu não gosto dela, mas eu vou dar o meu melhor e o meu melhor é esse [...] a gente não está aqui discutindo que você não gosta de mim, e eu não gosto de você, está discutindo aqui os direitos da população de rua, então a gente tem que passar por cima de várias coisas ‘pra’ gente seguir adiante. (PPR3, 2025)

Na impossibilidade de reverter os vínculos de inimizade no grupo, surge a necessidade de se identificar quais são as prioridades de luta para que, assim, haja uma retomada do foco de articulação coletiva. Esta articulação revela uma valorização daquilo o que é de interesse em comum, deslocando o foco das afinidades ou antagonismos pessoais para que seja priorizado o mesmo objetivo político. Os conflitos não devem ser vistos como aspectos proibidos ou negados pelo grupo, inclusive, ao falarem sobre assuntos de cunho tão pessoal, demonstram que há confiança e uma aposta efetiva nas capacidades de gerenciamento das tensões internas que surgem. Neste sentido, se fortalece tanto a construção de um círculo de

cuidado, como de estratégias de superação dos desafios impostos pelas relações interpessoais. No trecho acima sugere-se “passar por cima [...] seguir adiante”, isso não significa, necessariamente, uma descredibilidade em relação as queixas decorrentes dos conflitos, mas uma suspensão estratégica de pautas personificadas para que o movimento (o grupo) possa canalizar energia, atenção e trabalho a demandas mais efetivas. Essas articulações são importantes para sustentar a dinâmica organizativa do coletivo.

D) Mobilização de novos articuladores

De acordo com as análises, a mobilização de novos articuladores engajados na luta da PopRua por direitos protagonizada pelo MNPR, consistia em um dos objetivos do Rualogia, no entanto, ao final da primeira e segunda edição do Projeto, os resultados foram um pouco diferentes da expectativa do grupo em relação a essa pauta. Conforme mencionado em seção anterior, o MNPR constitui-se como o principal movimento de luta da PopRua atuante a nível nacional. No Rio Grande do Norte, suas articulações políticas foram iniciadas em 2012 sob coordenação de Vanilson Torres[29] que, desde então, ocupa o cargo de liderança do movimento no estado, para além de outras funções (em nota), que demonstram a centralidade da representação em uma única pessoa. O MNPR/RN busca sustentar-se a partir de práticas autônomas, recebe doações de apoiadores e militantes (como roupas, materiais de higiene, recurso financeiro para custear alguma demanda específica, dentre outros), realiza campanhas solidárias, produz materiais de divulgação (botons, camisas, bandeiras) e estabelece articulações com instituições públicas para o mantimento das atividades de base. As iniciativas mencionadas não ocorrem de forma

[29] José Vanilson Torres da Silva, viveu por três décadas em situação de rua e hoje se constitui como um dos principais representantes da militância da PopRua em busca por direitos a nível nacional. Atualmente, ocupa as funções de coordenador nacional do MNPR; coordenador Estadual do MNPR/RN e Região Nordeste; coordenador do Fórum em Defesa da População em Situação de Rua em Natal-FDPRN; Conselheiro Municipal de Assistência Social de Natal-CMAS; Conselheiro Municipal de Saúde de Natal-CMS; Membro do Comitê Intersetorial de acompanhamento e monitoramento das políticas públicas para a PopRua no RN- CIAMP RUA; Conselheiro Estadual de Habitação de Interesse Social do RN; Conselheiro Estadual de Assistência Social- CEAS; Conselheiro Nacional de Saúde pelo MNPR; Membro da CAMS; membro do Comitê Técnico de Saúde com a PopRua no MS; membro do Fórum Consultivo do Colaboratório Nacional PopRua (FioCruz); membro do Fórum Nacional População de Rua-FNPR; Coordenador Adjunto da Comissão Intersetorial de Saúde Mental- CISM do Conselho Nacional de Saúde e membro do Comitê PopRuaJud do Conselho Nacional de Justiça (Resolução 425-CNJ).

permanente, assim como não são suficientes para sustentar todas as necessidades apresentadas pelo movimento social.

Mediante o exposto, parte dos formadores do Rualogia que também desempenham o papel de militância do MNPR/RN, relata que fatores como estes interferem na dinâmica do grupo, que se agravam pela coexistência de outras questões inerentes ao segmento da PopRua. Dentre os fatores mencionados, estão a transitoriedade de seus integrantes que por viverem “em estado de alerta e sobrevivência” (PPR1, 2025), numa busca incessante por trabalho e moradia, não podem priorizar outras agendas - senão a sua própria sobrevivência - por ações de fortalecimento dos espaços de organização social da PopRua. Outro fator apresentado, diz respeito a inabilidade comunicativa de alguns articuladores – tendo em vista os elementos de legitimação dos discursos de lideranças no coletivo, conforme análises da seção 4.3 – que distancia alguns integrantes a ocuparem papéis de liderança, pois, não se percebem como pessoas capazes de fomentar a articulação do grupo, dentro dos moldes legitimados por este.

Os relatos evidenciam uma insegurança recorrente a alguns articuladores quanto à sua capacidade de expressão em espaços públicos. Embora se reconheçam aptos a narrar e compartilhar sobre suas próprias vivências nas ruas em espaços internos do movimento, identificam a necessidade de qualificar seus discursos quando inseridos em outros ambientes de interlocução. Essa qualificação é percebida como fundamental para que as experiências individuais sejam elaboradas politicamente e convertidas em uma narrativa coletiva, capaz de dar centralidade às demandas do grupo no processo de formulação e reivindicação de direitos. Como resultado disso, identifica-se um certo esvaziamento de articuladores engajados na agenda política do MNPR/RN, que desempenhe funções específicas e assumam responsabilidades de forma autônoma.

Neste contexto, o Projeto Rualogia foi idealizado como um caminho para a superação dos aspectos levantados a partir da interlocução entre diferentes atores, que pudessem contribuir na mobilização das ações de engajamento do MNPR no estado, e na ampliação de seus articuladores. Conforme registrado anteriormente, os encontros promovidos pelo Rualogia contaram com a participação de diversos grupos, havia pessoas com trajetória de rua (ou em condição similar) articuladas a movimentos

como o MLB(RN)[30] e a Plural[31], havia também a presença de usuários e profissionais vinculados aos serviços da assistência social (Albergue e Centro Pop), e de outros profissionais que - no período de execução do Projeto - atuavam em serviços ou em Projetos direcionados a PopRua como é o caso de docentes da UFRN, o Coletivo Manas na Rua[32] e o Colaboratório Nacional da Pop Rua (Fiocruz)[33]. Conforme dados, houve também participações pontuais de profissionais atuantes no Ministério Público da cidade e, eventualmente, de representantes do cenário político da cidade, como a deputada federal Natália Bonavides e o vereador municipal Daniel Valença, ambos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), que destinaram apoio à realização do Projeto Rualogia por meio de emendas parlamentares durante as edições I e II. Conforme relatos dos participantes, observa-se que, para parte do grupo, a presença de pessoas vinculadas ao cenário público da cidade nos encontros do Rualogia reafirma a importância deste espaço, gerando mudanças nas perspectivas sociais em relação ao segmento, promovendo maior visibilidade das ações fomentadas pelo Rualogia em outros ambientes. Assim, a aproximação com o poder público, poderia servir para gerar novas frentes, ampliando a oferta de formações nos moldes do Rualogia e, por conseguinte, de fortalecimento da incidência política do MNPR/RN, que demarca as demandas da PSR para que sejam identificadas e incorporadas nas políticas públicas.

É certo que a articulação com diferentes atores possibilitou uma ampliação de alcance do público participante do Rualogia I e II. Estes, expunham uma diversidade de contribuições provenientes dos seus diferentes âmbitos de atuação, enriquecendo o debate a partir de outras perspectivas necessárias as problematizações do grupo. As trocas estabelecidas por diferentes atores durante as oficinas do Rualogia também possibilitaram a percepção de que o processo de exclusão, vivenciado incisivamente pelas pessoas que compõem o segmento, atingem também o entorno. Em outras palavras, profissionais (professores pesquisadores, profissionais das redes de serviços e pessoas vinculadas ao terceiro setor), atuantes em ações direcionadas a PopRua, também percebem a exclusão a partir de outras óticas.

[30] Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas.
[31] Associação Potiguar Plural - coletivo de usuários dos Serviços de Saúde Mental de Natal/RN.
[32] Coletivo vegano, autogerido por mulheres, direcionam o trabalho na distribuição de marmitas com comida vegetal para pessoas em contexto de vulnerabilidade em Natal/RN.
[33] Projeto de âmbito nacional do Núcleo de Populações em Situações de Vulnerabilidade e Saúde Mental na Atenção Básica (Nupop) da Fiocruz Brasília – Polo Natal/RN.

Em relação aos profissionais atuantes na assistência social vinculados a rede pública há, a partir dos seus discursos, a identificação de uma precariedade estrutural dos ambientes de trabalho que não dispõem de manutenção e recursos básicos à efetivação de suas atividades ou possibilidade de ampliação do quadro funcional de suas equipes. Quanto aos professores pesquisadores, pontuam observações sobre a escassez de Editais e Linhas de Pesquisa que contemplam temáticas voltadas ao segmento ou de disciplinas teóricas e práticas nos cursos de graduação de áreas afins, que promovessem a qualificação e a sensibilidade do olhar sobre o segmento por profissionais ainda em formação. E, por fim, em relação as pessoas vinculadas ao terceiro setor, notou-se uma predominância de falas referentes a falta de apoio, a descredibilidade do trabalho quando direcionado ao público referido e a insuficiência de doações de recursos para as ONGs e coletivos de apoio a PSR na cidade.

Os fatores mencionados revelam os dificultadores que se impõem no processo de fortalecimento de organizações sociais ligadas aos direitos humanos, especificamente, em relação ao MNPR e a ampliação do seu grupo. Embora a interlocução da rede pudesse favorecer a construção de alianças, e a elaboração de estratégias para a superação do isolamento político dessas frentes, notou-se que ao término do Projeto Rualogia, estes mesmos atores não mantiveram uma participação ativa no grupo e não conseguiram criar agendas de articulação para ampliação do campo de incidência política de suas ações. Pode-se atribuir este dado, para além das análises sobrepostas, a dois fatores: a ausência de uma agenda permanente do MNPR/RN e a falta de delimitação das fronteiras entre o movimento social e o Rualogia. O relato abaixo sintetiza como este aspecto foi percebido pelo grupo:

> [...] de certo modo ‘a gente’ confundiu ou misturou o Rualogia e as demandas do Movimento, ou não conseguiu separar esses dois processos, tanto pelas demandas existentes do Movimento, quanto pelas demandas também do Rualogia. Porque quando ‘a gente’ terminava de conseguir formar a metodologia de uma oficina, ao terminar aquela oficina já começávamos no processo de outra. Então, ‘a gente’ não conseguiu, talvez, fazer essa diferenciação. Apesar de que as pautas do Movimento (da PopRua) ‘tem’ diálogo também com o que se discute... enfim, as inserções que apareceram nas oficinas, também apareciam nas reuniões do próprio Rualogia, mas assim, a gente não conseguiu fazer essa diferenciação entre as duas coisas. (OPR1, 2025)

O trecho revela que as atividades do Rualogia foram associadas as ações do Movimento de forma sobreposta, pois, embora haja consonância entre os debates contemplados pelo Projeto e o que é pautado também pelo Movimento, não houve

demarcação evidente entre os dois espaços. A dificuldade de delimitação das fronteiras entre uma coisa e outra (MNPR e Rualogia), fez com que a dinâmica contínua de construção das oficinas se sobressaísse as atividades internas do movimento, revelando uma falta de sistematização específica entre os processos. Neste sentido, as análises desenvolvidas nesta pesquisa evidenciam que os aspectos relacionados ao Rualogia estão intrinsicamente articulados com as dinâmicas próprias do movimento social, não sendo possível desassociá-los analiticamente, pois, ambos operam de maneira sobreposta, contínua e mutuamente constitutiva, coexistindo de forma orgânica, dialogada e interdependente.

Parte das pessoas vinculadas ao Movimento (articuladores com trajetória de rua ou apoiadores militantes), compunham também o quadro de formadores do Projeto Rualogia, assim, exerciam duas frentes de atuação. Essa sobreposição de responsabilidades demonstrou que a questão do tempo se configurou como um obstáculo concreto a execução simultânea das agendas, evidenciando que o número reduzido de articuladores engajados no movimento compromete a capacidade de ampliar, sustentar e diversificar as atividades políticas e formativas, restringindo a consolidação de novas frentes de atuação. Nesse contexto, durante a primeira e segunda edição do Projeto, as atividades do Movimento foram temporariamente suspensas, o que pode ter impactado diretamente na possibilidade de fortalecer as alianças constituídas durante o Rualogia e a incorporação de novos apoiadores militantes ao grupo.

Conforme analisado, a dificuldade de mobilização de novos articuladores também foi relacionada a falta de autonomia dos integrantes e a centralidade na tomada de decisões do grupo direcionadas em um único representante. De acordo com os relatos, em alguns momentos, o coletivo aguardou a convocação das reuniões internas do movimento, sem que ficasse evidente quem seria o(a) responsável por realizá-las, como também, aguardavam o convite para a participação em ações públicas, demonstrando a fragilidade dos processos organizativos do movimento, como expõe:

> Se tem um espaço que o movimento foi chamado para se agregar para fazer alguma palestra, não aguardar OPR2, pergunta “quem você acha que está mais capacitado ‘pra’ ir ‘pra’ essa roda de conversa? / vamos decidir aqui, quem é que vai?”. No coletivo, porque o movimento é coletivo, não é individual. (PPR3, 2025)

A espera pela convocação das reuniões, bem como de participações amplas do movimento em outros espaços e de direcionamento das ações, gera paralisação e dependência dos atores envolvidos mediante a necessidade de organização coletiva. O relato acima demonstra haver uma hierarquização informal nas tomadas de decisão do grupo que não tem clareza sobre quem deveria assumir certas responsabilidades, pois aguardam que assim seja feito por outras pessoas. Demonstra, ainda, uma certa passividade dos integrantes diante de deliberações coletivas, não assumindo a corresponsabilidade nos processos mencionados.

Diante deste cenário, torna-se evidente a necessidade de fortalecimento das práticas organizativas do coletivo, que promovam maior autonomia, compromisso e direcionamento nos processos decisórios do movimento social. A superação da dependência em relação às lideranças pode ser construída a partir do fomento de planejamentos coletivos, distribuição de tarefas, valorização de espaços permanentes para diálogo e formação política dos integrantes. Ao reforçar a lógica da ação coletiva e da horizontalidade, o movimento tende a fortalecer sua capacidade de mobilização e adesão de novos integrantes ao grupo.

O conjunto das tratativas supracitadas, nos permite dizer que a tese da presente investigação se confirma, e pode ser analisada de forma ainda mais ampla, na medida em que os resultados alcançados revelam dimensões, dinâmicas e elementos do objeto de estudo não percebidas inicialmente. A princípio, tratamos sobre as questões referentes ao repertório formativo do Projeto Rualogia, demonstrando que este elemento está diretamente relacionado a operacionalização metodológica das formações desenvolvidas e aos conteúdos trabalhados. Por conseguinte, avançamos nas análises em torno da fundamentação de uma cultura política interna ao grupo, estabelecida por meio do diálogo e da escuta ativa.

Neste contexto, identificou-se também o padrão de legitimação de lideranças já consagradas e aquelas em maturação, e as expectativas em torno do desempenho destas funções no coletivo. Estes aspectos estão em conformação com o modo em que são reconhecidos os participantes da pesquisa do ponto de vista identitário, pois, demonstram o reconhecimento da diversidade de perfis no grupo, de habilidades, limitações e responsabilidades incumbidas aos sujeitos participantes. Por fim, analisamos os elementos referentes as repercussões do Rualogia nos processos de organização interna. Pôde-se afirmar que a organização não se restringe apenas aos

arranjos do grupo diante das demandas identificadas, diz respeito, sobretudo, a capacidade de articulação dos atores em relação ao fortalecimento da mobilização política do movimento social; à representação em espaços públicos; à mediação de conflitos internos e ao estabelecimento de redes.

O Rualogia representa uma experiência de fomento de espaços formativos para PSR que, se percebido como uma prática a ser expandida, contribuirá não somente ao segmento da PopRua, como também, a outros grupos sociais que se encontram em vulnerabilidade. Ao abordar questões sociais que estão na base da estrutura de desigualdade do país de forma mais ampla, ou sobre situações recorrentes a PSR como elemento impulsionador da formação, evidencia uma gama de problemas públicos que necessitam de ações mais efetivas, denunciam o descaso com este segmento e fortalece a reivindicação por inserção destas demandas na agenda de governos, de forma inadiável. Neste sentido, identificou-se que o Rualogia busca contribuir para os processos de fortalecimento da autonomia cidadã da PSR em busca por direitos, e para a expansão dessa prática – rualógica – a outros atores, outros contextos. O Projeto se constitui como um dispositivo importante para o controle social em torno das violações de direitos e reivindicações da PSR. Por isso, para além da PopRua, é fundamental que haja a participação de pessoas ligadas a outros setores sociais, como, por exemplo, profissionais em formação; trabalhadores da rede; representantes de outros coletivos e movimentos sociais, envolvidos não apenas nas atividades do Projeto, mas, principalmente, na articulação política exercida pelo MNPR.

O quadro que se delineou a partir dos dados apresentados, demonstram que há uma diversidade de possibilidades analíticas neste estudo, assim como, há uma gama de desafios que se apresentam ao desdobramento de trabalhos com a PSR. Contudo, nos orientamos a responder os objetivos da pesquisa, que estima contribuir de forma singular aos estudos e fazeres desenvolvidos no campo da educação e em outras áreas do conhecimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar as dimensões político-educativas do *Projeto Rualogia: das marquises para a luta, conhecer para lutar* (PR), realizado no estado do Rio Grande do Norte (RN), na região Nordeste do Brasil. Assim sendo, foi possível verificar que o referido projeto constituiu-se como um dispositivo formativo direcionado a população em situação de rua (PSR), fundamentado nos princípios da Educação Popular e orientado pelo fortalecimento de uma perspectiva educacional crítica, transgressora e emancipatória. A partir dele, foram construídos espaços coletivos de convivência, diálogo e reflexão crítica em torno das especificidades apresentadas pela PSR, principalmente, ao que concerne aos direitos sociais deste grupo. As experiências vividas pela PSR foram ressignificadas como saberes legítimos, contribuindo para a ampliação da consciência política, do protagonismo social e da capacidade de organização coletiva desse segmento.

Os diferentes enfoques trazidos pelos participantes da pesquisa a partir de seus relatos, via grupo focal e entrevistas realizadas, não apenas confirmam a hipótese[34] delineada no início da investigação, como também a aprofundam, ao evidenciar que as dimensões político-educativas do PR se materializam de forma transversal em todo o processo de elaboração e execução das oficinas formativas do Rualogia. A partir da Análise Temática de Braun e Clarke (2006), feita tendo atenção aos referidos relatos, identificamos quatro categorias analíticas, tais: I) Temas e metodologias do Rualogia: educação popular na prática; II) A expressão das práticas de cuidado no coletivo: diálogo e escuta ativa; III) O reconhecimento e a legitimação de lideranças; IV) Processos de organização interna: a dimensão espacial-temporal da incidência política. Essas categorias consolidam os objetivos específicos da pesquisa que, juntas, respondem à questão central do estudo operacionalizada pelo objetivo geral.

Quanto ao primeiro[35] e quarto[36] objetivos específicos, a pesquisa evidenciou que o trabalho desenvolvido por meio do PR se contrapõe ao modelo de educação

[34] Hipótese da pesquisa: as dimensões político-educativas do PR manifestam-se na operacionalização metodológica das suas oficinas, no modo como são reconhecidos os seus participantes do ponto de vista identitário e nos conteúdos trabalhados.

[35] Objetivo específico I: descrever o planejamento e a operacionalização metodológica das oficinas do Projeto Rualogia.

[36] Objetivo específico IV: delinear os conteúdos trabalhados pelo Projeto Rualogia.

neoliberal, baseado na relação de mando e subordinação dos sujeitos envolvidos, e na aprendizagem de conteúdos direcionados à reprodução do *status quo*. Pois, para que o conhecimento seja construído numa perspectiva crítica, tal qual acontece no Rualogia, os temas e metodologias devem estar alinhados ao contexto em que se aplicam, ou seja, ao reconhecimento das estruturas sociais que determinam as condições de vulnerabilização a qual está submetida a PSR. Neste sentido, a valorização dos conhecimentos prévios da PopRua, principalmente àqueles geridos a partir da vivência de rua, legitimam-se como elementos potencializadores e orientadores do processo formativo.

A despeito disso, constatou-se que as especificidades da PSR agem como um aspecto guia do trabalho a ser desempenhado pela equipe. Ao que consiste, no *Rualogia,* a PSR não está apenas como telespectadora da formação, mas como protagonista deste processo desde as primeiras etapas de concepção e elaboração da proposta de trabalho. Este é um elemento que diferencia o PR de outras atividades formativas direcionadas à PSR, considerando aquelas identificadas por meio do estado do conhecimento da pesquisa. Os moldes de composição da equipe do Rualogia orientam-se pela obrigatoriedade de vagas para pessoas com trajetória de rua na função de formadores do Projeto. Esta diretriz mostra-se fundamental para o fortalecimento do compromisso e legitimação do emblema de luta do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR): “nada sobre nós, sem nós”. Que este seja um elemento inegociável a outras pesquisas e projetos futuros sobre/com/para a PSR.

Como representantes do corpo acadêmico, devemos qualificar nossa prática com profundidade teórica, entretanto, também é nosso dever mantermos constante diálogo e adequação das perspectivas teóricas que assumimos à vida cotidiana, comprometidos com a construção de um conhecimento crítico, transformador e acessível a todos. Mantemo-nos atentos aos discursos acadêmicos que possam suprimir a importância e a singularidade das vivências cotidianas, dos conhecimentos gerados pela experiência daqueles(as) que não fazem parte deste universo, mas que contribuem igualmente à formação humana.

A pesquisa evidencia que a presença de pessoas com trajetória de rua na equipe possibilita a percepção de elementos que, um olhar técnico e acadêmico, pode não ser capaz de identificar. Além da possibilidade de aproximação dos discursos, ou

seja, da capacidade de compreensão dos participantes (ouvintes) em relação à intencionalidade discursiva traçada nas formações. Para além disso, a proposição de temas de interesse específico do segmento, demarcados pelos oficineiros de perfil 1, possibilita a construção de um conhecimento socialmente referenciado, conforme princípios da Educação Popular, dotado de sentido e aplicabilidade prática, na qual a experiência vivida destes sujeitos é reconhecida como elemento constitutivo do processo formativo e, assim, de interlocução entre teoria e prática.

Evidenciou-se, também, que as pessoas com vivência de rua atribuem sentidos diferentes à formação, e por isso criam expectativas mais amplas em relação ao que o ambiente pode proporcionar. Por isso, tornou-se necessário pensar as formações para além de um sentido educativo rígido, concentrado em debates ou explanações previamente estruturadas. A pesquisa mostra que os encontros do Rualogia se constituíram como um espaço de denúncia, de segurança, de lazer e de bem-estar social (ainda que de forma momentânea). Assim, o aprendizado acontecia a partir dos processos de interação, das negociações e acordos coletivos estabelecidos, bem como das relações com os(as) mediadores(as), das brincadeiras, da própria rotina e socialização entre os participantes. Assim, o conhecimento não é gerado apenas pela transmissão de conteúdos, mas pela capacidade de atribuir sentido às experiências vividas, problematizar coletivamente a realidade e transformar saberes cotidianos em aprendizagens socialmente compartilhadas. No PR, o direito social é abordado de forma ampla, seja direcionando o debate em torno do direito à habitação, à saúde física e mental, à segurança alimentar, ou à educação. Trata-se de abordar conteúdos numa perspectiva de formação política e heurística do ser humano. Do exercício de uma pedagogia que reconhece as questões sociais atinentes ao segmento e respeita as identidades e culturas próprias da PSR.

Os aspectos supracitados evidenciam que a construção do conhecimento se estabelece por meio de práticas plurais e que, por isso, necessitam ser trabalhados a partir de perspectivas também diversificadas como forma de potencializar a efetivação do aprendizado. Assim, a composição de equipes mistas[37] para o exercício do trabalho no PR, possibilitou a ampliação dos debates, qualificando e elevando o nível

[37] Composta por pessoas com trajetória de rua vinculadas a movimentos sociais (oficineiros de perfil 1) e profissionais de formação em ensino superior (perfil 2).

da formação ofertada. Tendo em vista que, se, por um lado, há demarcações de temas e conteúdo de interesse específico do segmento gerando sentido identitário ao processo formativo, por outro, a participação de atores com formação técnica e de nível acadêmico superior contribui para o aprofundamento analítico e para a ampliação das percepções acerca das estruturas sociais, políticas e institucionais que incidem sobre o referido grupo social.

Quanto aos aspectos metodológicos, constatou-se que, assim como a escolha dos temas, as metodologias desenvolvidas durante o PR ancoraram-se nos princípios da Educação Popular. Metodologias estas cujo diálogo e a horizontalidade dos processos eram postos como guias da prática. Ressaltamos a importância do estabelecimento de acordos coletivos, como, por exemplo, a escuta ativa, a tolerância e o respeito entre os integrantes, como critério básico para o desdobramento das formações de maneira eficaz.

Para fomento do diálogo, tendo em vista o grande número de participantes presentes nas formações, optou-se pela adoção de metodologias ativas no desenvolvimento das práticas formativas, favorecendo a participação, a interação e a construção coletiva do conhecimento. Assim, foram implementadas metodologias já consagradas no âmbito de formações nos movimentos sociais, e outras criadas no contexto das práticas do Rualogia. Em relação as mais comuns, estão: as rodas de conversa; explanação de situações-problema; vídeos e documentários de curta duração; músicas; poemas e poesias. Quanto às elaboradas, especificamente, para o desenvolvimento do trabalho no *Rualogia destacam-se: a Tv PopRua;* o Tangran da Moradia; a barraca das possibilidades. Recorreu-se, também, às metodologias consagradas no campo da Educação Popular, como o Teatro do Oprimido e o teatro de fantoches. Os processos formativos do PR, alinhados à prática da educação popular e ao desenvolvimento de metodologias participativas, configuram-se como instrumentos fundamentais de fomento de uma educação emancipatória.

A forma como os participantes são reconhecidos do ponto de vista identitário interfere no tipo de trabalho a ser feito. Nessa direção, tratamos sobre as conclusões em torno do segundo objetivo específico[38] do estudo. Constatou-se que o PR não

[38] Apresentar como os sujeitos participantes do Projeto Rualogia são reconhecidos do ponto de vista identitário e da pertença social;

compreende a PSR apenas como um objeto de suas práticas, mas como sujeitos da sua própria história, totalmente capazes de contribuir para a construção do conhecimento e de ampliarem suas dimensões formativas a partir de relações dialógicas. Neste sentido, a PSR é concebida como protagonista do processo formativo e político, rompendo com as percepções estigmatizadas em torno do segmento, legitimando assim as potencialidades deste grupo social, das suas próprias formas de organização social, de resistência e de produção do conhecimento.

Os diferentes relatos analisados demonstram haver uma percepção ampla dos sujeitos participantes da pesquisa em relação às estruturas sociais que os mantêm nas condições que se encontram, das desigualdades atinentes ao segmento, das suas potencialidades e das funções que ocupam na luta coletiva. Essa compreensão se revela no próprio nome atribuído ao Projeto, que apresenta um sentido conceitual, prático e pode ser entendido também como um princípio. Conceitualmente, o termo *Rualogia* demarca uma concepção elaborada por aqueles que vivenciaram ou vivenciam a situação de rua, movidos por uma perspectiva de construção do conhecimento crítico. Quanto ao viés prático, converte os sentidos atribuídos à trajetória de rua em saberes compartilhados, articulados à luta coletiva, e que se soma a participação de outros parceiros. Como um princípio, legitima o lema de luta da PSR "nada sobre nós, sem nós", promovendo práticas que não sejam apenas *direcionadas à*, mas, sobretudo, elaboradas e desenvolvidas *com a PopRua*. Diante disso, a pertença social é construída de maneira relacional, aprofundada pela identificação de objetivos políticos em comum identificados pelo grupo; orientado pela mobilização coletiva; gerado pelo fortalecimento da autonomia dos atores; pela elaboração de novas práticas de trabalho e de formação *para/com* a PSR.

Acerca do objetivo específico IV[39], a pesquisa mostra a importância das articulações estabelecidas com pessoas de diferentes âmbitos. De forma pontual, identificou-se contribuições destes atores às formações do Rualogia em termos de aprofundamento dos debates. A longo prazo, identifica-se a possibilidade de que novas alianças sejam eficazes ao fortalecimento político do MNPR. Parcerias cujos

[39] Estabelecer uma relação entre as perspectivas do Projeto Rualogia e o processo de mudança social.

objetivos de luta estejam em consonância com os princípios e metas do movimento social, podem contribuir para a ampliação da rede de incidência política do MNPR em diversos âmbitos, principalmente aqueles relacionados a gestão pública. Assim, projetos como o *Rualogia* podem difundir-se em ações mais amplas, e de maior permanência.

A fundamentação de novas redes e o fortalecimento das parcerias já existentes exigem do coletivo o aperfeiçoamento das habilidades de organização interna do grupo. A este fato, soma-se a necessidade de continuidade na formação de novas lideranças ao movimento social, capazes de travar embates no campo político de forma qualificada e estratégica, reduzindo assim a sobrecarga e a insuficiência do quadro de militância do MNPR frente às novas agendas, como enfrentado pelo movimento no RN, atualmente.

A pesquisa evidencia que parceiros como o Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio da UFRN (CRDHMD/UFRN), se apresenta como um grupo de grande contribuição ao movimento social. Por intermédio desta parceria, o Rualogia e outras atividades do MNPR são efetivadas. Além disso, os Projetos e intervenções coordenadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em parceria com o MNPR, se apresentam como uma estratégia de redução do distanciamento entre a PSR e profissionais em formação. Isto representa uma possibilidade de contribuição à quebra de estigmas e preconceitos em relação ao segmento por futuros profissionais, servidores e trabalhadores de diferentes campos de atuação.

Ademais, consideramos ser fundamental o desenvolvimento de pesquisas com enfoques similares a esta no campo da Educação, especificamente em Educação Popular, e nas demais áreas do conhecimento. O trabalho na perspectiva assumida pelo presente estudo contribui para a visibilização de experiências, saberes e lutas de uma população dotada de potencialidades, mas renegada pela supremacia de práticas hegemônicas descomprometidas com a transformação de grupos vulnerabilizados, como a PSR. Ao direcionar o olhar e as reflexões em torno do fenômeno pesquisado, assumimos uma posição que impulsiona este trabalho numa perspectiva emancipatória, de pensar a formação humana integralmente e ao longo da vida. Dentro ou fora de ambientes educativos formais, a pesquisa revela ser possível desenvolver práticas pedagógicas comprometidas com a construção de uma

consciência política e de fortalecimento da luta coletiva travada pela população em situação de rua.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Ana Carolina Farto. **População em situação de rua: construção de ações educativas populares em saúde**. Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde. Escola Paulista de medicina, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2023. Disponível em < https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/c4735f77-b56d-a46-9603-19fe21cd80ea/content>. Acesso em 23 de julho de 2024.

ALMEIDA, H.T.; GOUVEIA, A.C.B.F.; MEDEIROS, F.C.; BEZERRA, F.S.; BIZERRIL, M.C.L. OLIVEIRA, V. D.F.C. **O centro de Referência em Direitos Humanos e a população em situação de Rua de Natal/RN**: a luta dos (in)visíveis urbanos. In: PAIVA, I.L.; SOUZA, C.; D. VALENÇA, A.; ARAÚJO, A. Direitos Humanos e Práxis: experiências do CRDH/RN. Natal: EdUFRN, 2015.

ALMEIDA, H.T. **O processo de organização política da população em situação de rua e as particularidades de Natal/RN**. Dissertação de Mestrado (Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

ALMEIDA, Valdenise Barreto. **A revista traços e a geração de trabalho e renda para pessoa em situação de rua**: perspectiva sobre o trabalho porta- voz da cultura. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Brasília, 2021. Disponível em< https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/51358>. Acesso em 23 de julho de 2024.

ANDRADE, Raquel Dully; TOZZI, Paola de Souza; BARETO, Lecia Caroline Leite; HILÁRIO, Jeniff er Stephanie Marques**. EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE QUALIDADE DE VIDA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.** Revista Expressa Extensão, v. 25 n. 3. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/article/view/18669> Acesso em 23 jul de 2024.

ANDRADE, A. F. SALDANHA, P. I.; RODRIGUES, W. A.; FARIAS, M. R; TEIXEIRA, A. MACIEL, J. A. C. **PROJETO GEASC: PROMOVENDO ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE BUCAL DE POPULAÇÕES VULNERÁVEIS.** nº 2, jul-dez. 2019. Disponível em: http://periodicos.ufc.br/extensaoemacao/article/view/42646/186354 Acesso em 24 jul 2024.

AMORIM, Ana Karenina Arraes.; NOBRE, Maria Teresa. **Pesquisa-intervenção, políticas públicas e movimentos sociais:** uma experiência junto à população em situação de rua. Revista Psicologia Política. vol.18 no.42. São Paulo maio/ago. 2018.

ARAÚJO, Renan Soares de.; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro**. Educação Popular e práticas sociais:** ação, processo formativo e construção do conhecimento. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

BACKES, Dirce Stein; COLOMÉ, Juliana Silveira; ERDMANN, Rolf Herdmann; LUNARDI, Valéria Lerch. **Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas.** O MUNDO DA SAÚDE, São Paulo: 2011, páginas 438-442.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BARROS, R.P.; CAMARGO, J.M. e, R. e MENDONÇA R. **Uma agenda de combate à pobreza no Brasil**. In Perspectivas da Economia Brasileira, Rio de janeiro: IPEA, 1993.

BERGUE, Sandro Trescastro**. Gestão de pessoas:** liderança e competências para o setor público. Brasília: Enap, 2019.

BOAL, Augusto . **O teatro como arte marcial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).

BRANDAU, R. *et all.* **Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos Revista brasileira de cirurgia cardiovascular**, 2005; v. 20, n. 1.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Sumário Executivo Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua**. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Brasília, DF: MDS/Meta. 2008.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13 fev. 2023.

BRASIL. Movimento Nacional da População de Rua – MNP. **Cartilha de Formação do Movimento Nacional da População de Rua**. Brasília, DF: MDS/UNESCO/Instituto Pólis. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/mnpr_cartilha_direitos_conhecer_para_lutar.pdf . Acesso em 08 maio 2024.

BRASIL. [Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009]. **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em 10 maio 2024.

BRASIL. [Decreto nº 3.688, de 3 de outubro de 1941]. **Lei das Contravenções Penais**. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm>. Acesso em 10 maio 2024.

BRASIL. [Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania]. **Pessoas em situação de rua são vítimas em 889 denúncias recebidas pelo Disque 100**. Gov.br. 2019. Disponível em: < https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/junho/pessoas-em-situacao-de-rua-sao-vitimas-em-889-denuncias-recebidas-pelo-disque-

100/Balanco_Geral_2011_a_2018___Populacao_em_Situacao_de_Rua.xlsx/view>. Acesso em 10 maio 2024.

BRASIL. **Nações Unidas**: relatório anual. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-04/ONUBrasil_RelatorioAnual_2021_web.pdf> Acesso em 05 ago. 2023.

BRANDAU, R. *et all.* **Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos Revista brasileira de cirurgia cardiovascular**, 2005; v. 20, n. 1.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, p. 77-101, 2006.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. SILVA, Alexandre Magno Tavares da. **Desafios da produção de saberes político-educativos.** João Pessoa: Idéia / Edições FAFICA, 2004.

CALADO, A.J.F. **Educação popular como processo humanizador**: quais protagonistas? In: LINS, L.T.; OLIVEIRA, V.L.B.de (Org). Educação popular e movimentos sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. p.225-242.

CALADO, A.J.F. **O cotidiano como teia de relações humanizantes/desumanizantes:** a incidência da Educação Popular. Revista Consciência, 2023, não paginado. Disponível em: < https://revistaconsciencia.com/o-cotidiano-como-teia-de-relacoes-humanizantes-desumanizantes-a-incidencia-da-educacao-popular/ >. Acesso em 20 de fev. 2025.

CARVALHO, C.C.F.. RONDON, E.B.F. CASTILHO, S.D. **Segurança Pública e população e situação de rua:** desafios políticos, ontológicos, epistêmicos e pedagógicos. Cláudia Cristina Ferreira Carvalho et. Al. – 1. Ed. – Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

CASTRO-POZO, T. **Teatro do Oprimido:** a encruzilhada do corpo e a trilha do auto-conhecimento. Ghrebh - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação e da Cultura, n. 7, 2005.

CINACCHI, Gionava Bueno. **População em situação de rua**: avaliação de serviços e ações no Município de Niterói. Tese de Doutorado em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2023. Disponível em < <http://politicasocial.uff.br/wp-content/uploads/sites/124/delightful-downloads/2023/07/UFF_TESE_GIOVANNA_CINACCHI.pdf> > Acesso em 23 de julho de 2024.

COUTO, Leandro Freitas. RECH, Lucas Trentin. **Capítulo 15 - Desmonte ativo no governo Bolsonaro**: uma aproximação pela perspectiva orçamentária. In: GOMIDE, Alexandre Ávila Gomide. SILVA, Michelle Morais de Sá. LEOPOLDI, Maria Antonieta. DESMONTE E RECONFIGURAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2016- 2022). Ipea, Brasília, 2023. Disponível em: <

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11961/1/220426_LV_Desmontes_Cap15.pdf>. Acesso em 10 maio 2024.

CUNHA, Andrea Taborda Ribas da. SILVA, Jose Icaro. OLIVEIRA, Gislayne da Silva. SOUTO, Rafaella Dutra. SOUZA, Lázaro Fabrício de França; SOLANO, Lorrainy da Cruz. **População em Situação de Rua: o Papel da Educação Médica ante a Redução de Iniquidades.** Rev. bras. educ. 2020. DOI https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200376. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/rbem/a/kQWPYptzwqFcPKdt56LbhDb> Acesso em 23 jul de 2024.

ESCOREL, S. **Vivendo de Teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro**. In: BURSZTYN, Marcel (org). No Meio da Rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

FADEL, Cristina Berger; DIAZ, Amanda Gracia Martins; NEVES, Gabrielle Jagas; SILVA-JUNIOR, Manoelito Ferreira. **UTILIZAÇÃO DE TEAM-BASED LEARNING (TBL) NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: METODOLOGIA ATIVA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.** v. 11 n. 26. e-Mosaicos. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/51389> Acesso em 2 jul de 2024.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. **Política Nacional para a População em Situação de Rua:** o protagonismo dos invisibilizados. Revista Direitos Humanos, ed.8, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328956937_Politica_Nacional_para_a_Populacao_em_Situacao_de_Rua_o_protagonismo_dos_invibilizados>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

FRANK, André Gunder. FUENTES, Marta. **Dez teses acerca dos movimentos sociais**. SciELO. MOVIMENTOS SOCIAIS: QUESTÕES CONCEITUAIS, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HWC6mySwxm5GvCkK5bhXVrt/> Acesso em: 10 maio 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FRÓES, Adriana Lígia Alvarega Oliveira. **A população adulta em situação de rua no Estado do Maranhão:** análise das ações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para Pessoas em Situação de Rua Centro Pop. Tese de Doutorado em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2023. Disponível em < https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMA_170dcbc40ff83078098ee9d0c69a2ad6>. Acesso em 23 de julho de 2024.

GOBBI, Leonardo Delfim. **Urbanização brasileira.** EDUCAÇÃO GLOBO. 2015. Disponível em:

<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html> Acesso em: 20/06/2024.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. Coleção questões da nossa época; v.37. São Paulo: Cortez, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOHN, Marial da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: avaliação de políticas públicas Educacionais, Rio de Janeiro, 2006, v.14, n.50, p. 27-38. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v14n50/v14n50a03.pdf. Acesso em: 15 de fev. 2025.

GRACIANO, Guilherme Fonseca. CERDA, Carolina Moraes Preihsner de la. DINIS, Luiza Ali. SOUZA, Thaís Rodrigues de. TONACO, Luís Antônio Batista.GONTIJO, Thiago Gomes. CASTRO, Patrícia Félix Santos. FREITAS, Giselle Lima de. **Promoção da saúde para a população em situação de rua.** v. 12 n. 2, 2021. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/11566 Acesso em: 24 jul 2024.

IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19**. Ipea, 2020. Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811>. Acesso em: 10 abril de 2021.

_____. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022**). Ipea, 2023. Disponível em: < https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2024.

_____. **DESMONTE ATIVO NO GOVERNO BOLSONARO:** UMA APROXIMAÇÃO PELA PERSPECTIVA ORÇAMENTÁRIA. Ipea, 2023. Disponível em: < https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11961/1/220426_LV_Desmontes_Cap15.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2024.

JEZZINE, Edineide; BATISTA, Maria do Socorro Xavier; MOREIRA, Orlandil de Lima. **EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS:** dimensões educativas na sociedade globalizada. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. **Desafios de la participacíon social**: alcances y limites de la construccíon de la política nacional para la poblacíon en situacíon de calle en Brasil. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2011. Disponível em: < https://gaspargarcia.org.br/desafios-de-la-participacion-social-alcances-y-limites-de-la-construccion-de-la-politica-nacional-para-la-poblacion-en-situacion-de-calle-en-brasil/> . Acesso em: 04 de março de 2024.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada. Englewood Cliffs NJ: Prentice- Hall, 1963.

GOIS, Juliana Carla da Silva. **A gênese da pauperização da classe trabalhadora na sociedade capitalista.** Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180605>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2024.

HOOKS, *bell*. **Ensinando pensamento crítico:** sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

JOVCHELOVICH, Sandra; BAUER, Martin W. **Entrevista Narrativa**. In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

LEITE, Ivonaldo Neres. **Combates pela dialética**. *In:* A Terra é Redonda. 2023. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/combates-pela-dialetica/ Acesso em: 02 fev. 2026.

MACIEL, Glenda Isis Camara. **Revolta ou vandalismo? A criminalização da revolta do busão em Natal (RN)**. 2014. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

NUNES, S. Boal e Bene. **Contaminações para um teatro menor.** Tese (Doutoramento em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]:** II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo. Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2022/maio/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf> Acesso em 15 mai. 2024

POTIGUARA, Nathália de Moraes Lima. **Movimento nacional da população em situação de rua do RN:** formação política. 2018. 157f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25092>. Acesso em 28 de junho de 2024.

MATOS, Ana Carolina Vidal. **A atuação dos Consultórios na Rua (CNAR) e a atenção à saúde da população em situação de rua**. Dissertação. Mestrado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia (UFRN), 2016.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Fernanda Cavalcanti de. **No fio da navalha:** entre a garantia de direitos e a higienização social nas políticas de atendimento à população em situação de rua. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/31482/1/Nofionavalha_Medeiros_2020.pdf. Acesso em 13 de fev de 2023.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MNCR. [Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis]. **Carta de Brasília.** 2001. Disponível em: < https://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia> Acesso em 10 maio 2024.

MOROSINI, M.; FERNANDES, C. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do.; NEZ, Egeslaine de. **ESTADO DE CONHECIMENTO:** A METODOLOGIA NA PRÁTICA. Revista Humanidades e Inovação v.8, n.55, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4946> Acesso em 06 de setembro de 2024.

NASCIMENTO, José Ulisses. **Análise da atividade de trabalhadores de serviços de atenção à população em situação de rua**. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Saúde. Universidade Estadual da Paraíba. Paraíba, 2019. Disponível em < https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEPB_797aa5dfc8801e7da8fe99d9ab73b36a >. Acesso em 23 de julho de 2024.

NETTO, José Paulo. A Questão Social na América Latina. In: GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; RAIZER, Eugênia Célia. **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano**. Vitória: Edufes, 2013.

OLIVEIRA, Mariana Elâni Santos. **aRUAceira:** práticas artísticas decoloniais e sensíveis junto à população de rua em Fortaleza/CE. Dissertação de Mestrado em Artes. Instituto Federal do Ceará. Fortaleza, 2022. Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13551484>. Acesso em 23 de julho de 2024.

PASSEGGI, M.C.; ROCHA, S. M.. **A pesquisa educacional com crianças:** em estudo a partir de suas narrativas sobre o acolhimento em ambiente hospitalar. Revista Educação em questão. Natal, RN. vol. 44, n. 33, set./dez. 2012.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RODRIGUES, I. S. **A construção social do morador de rua**: O controle simbólico da identidade (dissertação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil, 2015.

ROSA, Roberta Soares. **Educação social voltada à população em situação de rua e justiça ambiental:** contribuições da Educação Ambiental Crítica. Tese de Doutorado em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em <https://ppgea.furg.br/dissertacoes-e-teses/63-publicacoes-de-2022/1635-13648tese-roberta-soares-da-rosa> Acesso em 23 de julho de 2024.

SANTOS, G.T. dos. **Políticas Públicas para a população em situação de rua**. Trabalho de conclusão de curso. Escola Nacional de Administração Pública – ENAP; Brasília, 2011.

SANTOS, Renato Farias dos. **A escola, o trabalho e a população em situação de rua:** o caso da Escola Porto Alegre (EPA). Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023. Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14833859>. Acesso em 23 de julho de 2024.

SARRETA, Fernanda de Oliveira. LIPORINI, Andréia Aparecida Reis de Carvalho. SANTOS, Elaine Teixeira Alves dos. BISCO, Gabriela Cristina Braga. NEVES, Laís Caroline. **A construção da interdisciplinaridade na saúde: a experiência das rodas de conversas na pandemia. S**aúde debate 46 (spe6). 2022. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/sdeb/a/LJXydDjYPZYj3HCzTzGwpHh/> Acesso em 24 jul de 2024.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2º ed. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2001.

SILVA, Daniel Bettanin e. SOBRAL, Stéfanie Barbosa. RODRIGUES, Samuel. **O diálogo como instrumento de acesso a direitos da população em situação de rua**. v. 19 n. 19: Revista da Defensoria Pública da União. 2023. Disponível em: < https://revistadadpu.dpu.def.br/article/view/597> Acesso em 24 jul 2024.

SILVA, José Vanilson Torres; MEDEIROS, Wamberto; SILVA, Lorena Marques; SILVA, Daniele Vitória Lima da; POTIGUARA, Nathália de Moraes Lima; RIOS, Matheus. **RUALOGIA - A FACULDADE DAS RUAS:** práticas de educação popular com a população em situação de rua. Capítulo em livro [*no prelo*]. 2025.

SETHAS/RN; FAPERN; IFESP. **Promoção dos direitos da população em situação de rua no Rio Grande do Norte:** DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO NOS CAMINHOS DE INOVAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - **Censo da População em Situação de Rua no Rio Grande do Norte**. 2022. Acesso disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/SETHAS/DOC/DOC000000000310649.PDF Acesso em: 23 jul. 2024.

SILVA, POLIANA EINSFELD DA. **O trabalho de assistentes sociais junto a movimentos sociais:** reflexões acerca do movimento nacional da população de rua de Porto Alegre. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social *(*ENPESS). Vitória – ES, 2018.

SILVA, José Arnaldo Gama da. **História, lutas e desafios da organização do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Revista em Pauta, n. 51, v. 21, p. 169 – 182, Rio de Janeiro, 2022.

O. (Orgs.). **Educação e Movimentos Sociais**: Saberes e Práticas em Educação Popular (p.61-78). João Pessoa: Editora do CCTA, 2016.

SILVA, M.L.L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Kleyne Cristina Dornelas. VIEIRA, Maria Clarisse. **Pobreza e Resiliência nas Narrativas de Educandos da EJA em Situação de Rua. Educação e Qualidade.** . 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/108942> Acesso em 23 jul de 2024.

TIENGO, Verônica Martins. **Rualização e informalidade**: frutos do capitalismo. 1a. edição, Appris Editora, 2020.

TRONTO, Joan C. **Moral boundaries:** a political argument for an ethic of care. New York: Routledge, 1993.

VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Descartáveis urbanos:** discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. Coleção Scielo Brasil, 2004. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/sausoc/a/CPFwkZBjHZXSS6YX4djjQ4B/> Acesso em 03 fev. de 2025.

VIANA, Waldimir**. Teatro do Oprimido:** Implicações metodológicas para a Educação de Adultos. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/938c0db6-9ef6-4b12-be5a-7dac40519191> Acesso em: 02 jan.2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Serviço Soccial & Sociedad [on-line], n.110, p.290, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 18 jul. 2024.

ANEXO I: parecer consubstanciado do comitê de ética e pesquisa da UFPB

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CCS/UFPB

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (MNPR/RN): do "Rualogia" à Educação Popular

Pesquisador: NATHALIA POTIGUARA DE MORAES LIMA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 81375524.1.0000.5188

Instituição Proponente: CENTRO DE EDUCAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.027.777

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - CURSO DE DOUTORADO, do CENTRO DE EDUCAÇÃO, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, da aluna Nathália Potiguara de Moraes Lima, sob orientação do Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite.

A heterogeneidade da população em situação de rua desafia a realização de pesquisas e ações direcionadas ao segmento. Por isso, trata-lo de forma simplista pode contribuir para o fortalecimento de estigmas e preconceitos, nos levando a reproduzir discursos que negam a percepção das pessoas que compõem o referido grupo, como sujeitos de direitos, limitando-se aos aspectos que os mantém aprisionados a esfera da invisibilidade. As análises decorrentes do presente estudo reconhecem as problemáticas atinentes aos sujeitos da pesquisa em relação aos seus aspectos subversivos, todavia, avança no debate a partir da análise das potencialidades subjacentes a estes mesmos sujeitos, tecendo considerações sobre suas estratégias de organização e mobilização popular e as ações formativas que desempenham junto a outros profissionais. Dito isso, o objetivo central deste estudo consiste em analisar as dimensões políticoeducativas do Projeto Rualogia: das marquises para a luta, conhecer para lutar. Como objetivos específicos definem-se: I) descrever o planejamento e a

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

operacionalização metodológica das oficinas do Projeto Rualogia; II) apresentar como os sujeitos participantes do Projeto Rualogia são concebidos do ponto de vista identitário e da pertença social; III) delinear os conteúdos trabalhados pelo Projeto Rualogia; IV) estabelecer uma relação entre as perspectivas do Projeto Rualogia e o processo de mudança social. Metodologicamente, os dados serão tratados a partir da análise documental de arquivos públicos (atas; relatórios; programações, dentre outros materiais) elaborados para o planejamento e execução das oficinas, e da análise do conteúdo de entrevistas narrativas realizadas com os oficineiros(as) formandos(as) e formadores do Projeto Rualogia. A pesquisa estima contribuir para a construção de um conhecimento científico crítico e transformador, assim como apresentar um diagnóstico inicial sobre o desenvolvimento do Projeto ¿Rualogia: das marquises para a luta, conhecer para lutar¿ como elemento potencial de colaboração ao próprio segmento e as ações do movimento social em ações futuras.

Objetivo da Pesquisa:

Na avaliação dos objetivos apresentados os mesmos estão coerentes com o propósito do estudo:

Objetivo Primário:

Analisar as dimensões político-educativas do Projeto Rualogia: das marquises para a luta, conhecer para lutar.

Objetivos Secundários:

I) Descrever o planejamento e a operacionalização metodológica das oficinas do Projeto Rualogia;

II) Apresentar como os sujeitos participantes do Projeto Rualogia são concebidos do ponto de vista identitário e da pertença social;

III) Delinear os conteúdos trabalhados pelo Projeto Rualogia;

IV) Estabelecer uma relação entre as perspectivas do Projeto Rualogia e o processo de mudança social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Na avaliação dos riscos e benefícios apresentados estão coerentes com a Resolução 466/2012 CNS, item V "Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variadas. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes.

Riscos:

A presente pesquisa gera risco mínimo aos sujeitos participantes. Quanto as dimensões psicológicas, no curso de suas contribuições, serão respeitados todos os limites postos pelos sujeitos participantes. Durante o decorrer das entrevistas narrativas, os participantes podem relatar algum nível de desconforto/cansaço. Neste caso, seja por meio da verbalização do(a) participante ou através da percepção da pesquisadora atenta as suas expressões e comportamentos, o processo de coleta de dados será cancelado e/ou adiado para um outro momento, a depender do posicionamento deste(a) colaborador(a). Durante a entrevistas os participantes poderão sugerir ambientes em que se sintam mais confortáveis ou que lhes tragam mais privacidade durante a enunciação de suas falas. A quebra do anonimato apresenta-se como um dos riscos possíveis da pesquisa, considerando que as entrevistas serão gravadas e armazenadas em dispositivos virtuais, posteriormente. Acredita-se que o estabelecimento de uma comunicação simples, coesa e objetiva contribui para a dispersão das tensões naturais do processo de coleta de dados, principalmente ao que tange a realização das entrevistas que serão feitas exclusivamente mediante consentimento do(a) participante(a) e registrado através do TCLE. Contudo, considera-se que o estabelecimento de vínculos graduais e a escuta ativa entre pesquisadora e participantes cognitivos da pesquisa amenizará as possibilidades de risco no desenvolvimento do trabalho. Ainda assim, em qualquer uma das etapas os participantes terão assegurados seus direitos de livre expressão e privacidade podendo se recusar a prosseguir com a entrevista narrativa. Quanto ao sigilo dos dados coletados, estes serão sintetizados sem revelar a identidade dos participantes. Recorreremos a identificação dos participantes a partir de códigos ou codinomes. Serão ocultadas informações especificas que possam revelar a identidade dos participantes por associação.

Benefícios:

A pesquisa estima contribuir para a elaboração de um resgate histórico das ações do Movimento Nacional da População de Rua, e da valorização das enunciações das pessoas que compõem este segmento a partir dos seus próprios relatos. Os dados emergentes do presente estudo poderão ainda auxiliar os participantes da pesquisa, que desempenham função de lideranças no movimento social, a reconduzirem suas práticas, a identificarem aspectos que necessitam de aprimoramentos, bem como, a reconduzirem (se necessário) as estratégias de atuação do grupo. De forma indireta, os participantes da pesquisa serão beneficiados por análises decorrentes da pesquisa que podem repercutir em ações públicas de valorização do segmento. Considerando ainda a lacuna de produções científicas em torno da temática no campo da Educação, justifica-se seu caráter de ineditismo, sua importância para o meio acadêmico e para o Programa de PósGraduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, analisar as dimensões político-educativas do Projeto Rualogia: das marquises para a luta, conhecer para lutar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de Apresentação Obrigatória, foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAMOS QUE, CASO OCORRA QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO (MUDANÇA NO TÍTULO, NA AMOSTRA OU QUALQUER OUTRA), A PESQUISADORA RESPONSÁVEL DEVERÁ SUBMETER EMENDA INFORMANDO TAL(IS) ALTERAÇÃO(ÕES), ANEXANDO OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

RECOMENDAMOS TAMBÉM QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL E DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À(S) INSTITUIÇÃO(ÕES) ONDE OS MESMOS FORAM COLETADOS, AMBOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.



Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

TENDO EM VISTA O CUMPRIMENTO DAS PENDÊNCIAS ELENCADAS NO PARECER ANTERIOR E A NÃO OBSERVÂNCIA DE NENHUM IMPEDIMENTO ÉTICO, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO, DA FORMA COMO SE APRESENTA, SALVO MELHOR JUÍZO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba ¿ CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2365966.pdf	08/08/2024 23:02:08		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2365966.pdf	08/08/2024 22:56:46		Aceito
Outros	CARTA_AO_COMITE_DE_ETICA_EM_PESQUISA_DA_UNIVERSIDADE__FEDERAL_DA_PARAIBA.pdf	08/08/2024 22:53:12	NATHALIA POTIGUARA DE MORAES LIMA	Aceito
Outros	MODIFICADO_MODELO_DE_INSTRUMENTO_PARA_COLETA_DE_DADOS_ROTEIRO_DA_ENTREVISTA_NARRATIVA.pdf	08/08/2024 22:51:39	NATHALIA POTIGUARA DE MORAES LIMA	Aceito
Outros	MODIFICADO_PLATAFORMA_BRASIL_ARQUIVOS_ENVIADOS_NATHALIA_POTIGUARA_DE_MORAES_LIMA.pdf	08/08/2024 22:50:05	NATHALIA POTIGUARA DE MORAES LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	MODIFICADO_PROJETO_DETALHADO_TESE_NATHALIA_POTIGUARA_DE_MORAES_LIMA.pdf	08/08/2024 22:47:54	NATHALIA POTIGUARA DE MORAES LIMA	Aceito
Outros	MODIFICADO_CERTIDAO_DE_APROVACAO_DO_PROJETO_CERTIDAO_DE_ANUENCIA_PPGE_UFPB.pdf	08/08/2024 22:44:31	NATHALIA POTIGUARA DE MORAES LIMA	Aceito
Cronograma	MODIFICADO_CRONOGRAMA.pdf	08/08/2024 22:38:58	NATHALIA POTIGUARA DE MORAES LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	MODIFICADO_TCLE_NATHALIA_POTIGUARA_DE_MORAES_LIMA.pdf	08/08/2024 22:33:20	NATHALIA POTIGUARA DE MORAES LIMA	Aceito

Ausência	MODIFICADO_TCLE_NATHALIA_POTIGUARA_DE_MORAES_LIMA.pdf	08/08/2024 22:33:20	NATHALIA POTIGUARA DE MORAES LIMA	Aceito
Outros	CARTA_DE_ANUENCIA_NATHALIA_POTIGUARA_DE_MORAES_LIMA.pdf	24/06/2024 10:39:22	NATHALIA POTIGUARA DE MORAES LIMA	Aceito
Outros	TERMO_DE_AUTORIZACAO_PARA_GRAVACAO_DE_VOZ_NATHALIA_POTIGUARA_DE_MORAES_LIMA.pdf	24/06/2024 10:38:32	NATHALIA POTIGUARA DE MORAES LIMA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_NATHALIA_POTIGUARA_DE_MORAES_LIMA.pdf	24/06/2024 10:34:04	NATHALIA POTIGUARA DE MORAES LIMA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

JOAO PESSOA, 23 de Agosto de 2024

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1° Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

ANEXO II: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) **PARTICIPANTE DA PESQUISA**,

Eu, Nathália Potiguara de Moraes Lima, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, convido você a participar da pesquisa intitulada "FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (MNPR/RN): do "Rualogia" à Educação Popular", realizada sob orientação do Prof. Dr. Ivonaldo Neres Leite. Este Termo (TCLE) visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela **Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016**, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar deste estudo deve ser voluntária e não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você, assim como você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Objetivo Primário da Pesquisa

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as dimensões político-educativas do *Projeto Rualogia: das marquises para a luta, conhecer para lutar*.

Objetivos Secundários da Pesquisa

I) descrever o planejamento e a operacionalização metodológica das oficinas do Projeto Rualogia;

II) apresentar como os sujeitos participantes do Projeto Rualogia são reconhecidos do ponto de vista identitário e da pertença social;

III) delinear os conteúdos trabalhados pelo Projeto Rualogia;

IV) estabelecer uma relação entre as perspectivas do Projeto Rualogia e o processo de mudança social.

Metodologia da pesquisa

A metodologia da presente pesquisa está estruturada em quatro etapas. Na primeira, será feita uma pesquisa documental de arquivos públicos como atas, relatórios e programações elaboradas para o planejamento e desenvolvimento das oficinas do Projeto Rualogia. A segunda etapa, propõe-se apresentar como os sujeitos participantes do Projeto Rualogia são reconhecidos do ponto de vista identitário e da pertença social. Na terceira, será feito o delineamento dos conteúdos trabalhados pelo Projeto Rualogia. Por fim, na quarta etapa, estabeleceremos uma relação entre as perspectivas do Projeto Rualogia e o processo de mudança social.

Para construirmos os dados necessários a segunda e quarta etapa da pesquisa, te convidamos a realizar uma entrevista narrativa com duração média de 30 a 40min, mediante sua assinatura ao final deste documento. Durante a entrevista, a pesquisadora utilizará um aparelho para gravação de voz que a auxiliará posteriormente no resgate de informações compartilhadas durante a entrevista, visando manter-se fiel aos dados gerados. Da mesma forma, a pesquisadora fará uso de um diário de campo em que anotará destaques da sua fala, no decorrer de realização da entrevista.

Esta entrevista visa conhecê-lo(a) de forma mais ampla, ouvir um pouco sobre sua história e sua relação com o segmento e o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR/RN). Buscamos compreeder o seu papel no Projeto Rualogia e os significados construídos por você a partir da vivência como oficineiro(a).

Riscos aos Participantes da Pesquisa

Embora os riscos da pesquisa sejam mínimos, alguns cuidados foram tomados para preveni-los(as).

Durante a entrevista narrativa sua fala deve ser livre e espontânea. Caso sinta-se cansado(a), podemos fazer uma pausa ou reagendar a continuação da entrevista em outro momento.

Caso esteja desconfortável com o ambiente escolhido para a entrevista, podemos alterar a alocação deste momento. Seus dados como nome, idade, gênero, serão mantidos em sigilo, e analisados de forma conjunta.

Caso sinta-se desconfortável com alguma pergunta, você tem o direito de não responder.

Saiba que é também seu direito encerrar a entrevista a qualquer momento, não haverá danos. Assim como, é seu direito solicitar a anulação da sua participação na pesquisa. Caso aconteça, a pesquisadora apagará o áudio gravado na sua presença e este documento será descartado.

Benefícios aos Participantes da Pesquisa

A pesquisa estima contribuir para a elaboração de um resgate histórico das ações do Movimento Nacional da População de Rua, e da valorização das enunciações das pessoas que compõem este segmento a partir dos seus próprios relatos. Os dados emergentes do presente estudo poderão ainda auxiliar os participantes da pesquisa, que desempenham função de lideranças no movimento social, a reconduzirem suas práticas, a identificarem aspectos que necessitam de aprimoramentos, bem como, a reconduzirem (se necessário) as estratégias de atuação do grupo mediante a autorreflexão sobre os processos formativos. De forma indireta, os participantes da pesquisa serão beneficiados por análises decorrentes da pesquisa que podem repercutir em ações públicas de valorização do segmento, não havendo garantias diretas sobre o efeito desta pesquisa em âmbito pessoal e/ou político. O consentimento de participação a pesquisa não envolve ganho financeiro.

Informação de Contato do Responsável Principal e de Demais Membros da Equipe de Pesquisa

Nathália Potiguara de Moraes Lima (Doutoranda/Pesquisadora principal)
Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB
nathaliapotiguara@gmail.com

Ivonaldo Neres Leite (Orientador da Pesquisa)
Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB
ivonaldo.leite@gmail.com

Endereço e Informações de Contato da Universidade Federal da Paraíba (PPGE)

Cidade Universitária Campus I - Setor Humanístico - Bloco III - Castelo Branco, João Pessoa - PB, CEP: 58059-900 Telefone: (83) 3216-7702 E-mail: ppge@ce.ufpb.br
Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 20h
Homepage: http://www.ce.ufpb.br/ppge

Endereço e Informações de Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da Universidade Federal da Paraíba
Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB
Telefone: +55 (83) 3216-7791
E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br
Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h.
Homepage: http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, **VOCÊ**, de forma voluntária, na qualidade de **PARTICIPANTE** da pesquisa, expressa o seu **consentimento livre e esclarecido** para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),** assinada pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

Natal, _____de_____de 2024.

_____

Assinatura, por extenso, do(a) Participante da Pesquisa

_____

Assinatura, por extenso, da Pesquisadora Responsável pela pesquisa

ANEXO III: Termo De Autorização Para Gravação De Voz

Este é um convite para você participar da pesquisa: “FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (MNPR/RN): do “Rualogia” à Educação Popular”, que tem como pesquisadora responsável NATHÁLIA POTIGUARA DE MORAES LIMA. Esta pesquisa pretende analisar como são concebidas e significadas as oficinas de formação política desenvolvidas pelo projeto “Rualogia: das marquises para a luta, conhecer para lutar” do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do Rio Grande do Norte em parceria com o Centro de Referência em Direitos Humanos Marco Dionísio/UFRN. O motivo que nos leva a fazer este estudo justifica-se pelo ineditismo da pesquisa quanto a produção do conhecimento no meio acadêmico sobre a temática em questão, bem como, pela urgência do rompimento de estigmas que circundam o ideário social em torno da população em situação de rua. Estima-se contribuir, assim, para o fomento de ações públicas de valorização do segmento e aprimoramento dos debates sobre a referida temática nas diversas áreas do conhecimento.

Gostaríamos de solicitar sua autorização para efetuar a gravação de voz, concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados com os seguintes direitos:

1. Ter acesso à gravação e transcrição dos áudios;
2. Ter a garantia que os áudios coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas e eventos científicos;
3. Não ter a identificação revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas, utilizando mecanismos para este fim (distorção da voz, entre outros).
4. Ter áudios obtidos de forma a resguardar a privacidade e minimizar constrangimentos;
5. Ter liberdade para interromper a participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a exclusão dos áudios.

Você não é obrigado a permitir o uso do áudio, porém, caso aceite, será de forma gratuita mesmo que o relato seja utilizado em publicações de livros, revistas ou

outros documentos científicos. Os áudios serão registrados durante as entrevistas narrativas com os sujeitos participantes.

Consentimento de Autorização de Uso de Áudio:
Após ter sido esclarecido sobre as condições para a minha participação no estudo, eu, _____ autorizo o uso de:

( ) Minha voz/áudio

Natal, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do participante da pesquisa

_____

Assinatura do pesquisador responsável

ANEXO IV: Guia de Estruturação da Pesquisa Documental

GUIA DE ESTRUTURAÇÃO DA PESQUISA DOCUMENTAL											
Responde ao objetivo específico I: descrever o planejamento e a operacionalização metodológica das oficinas do Projeto Rualogia											
Tipo de Documento	**Meio de divulgação**	**Autores**	**Data de realização**	**Metodologia das atividades**	**Recursos**	**Objetivos**	**Tempo estimado**	**Conteúdo/Tema**	**Materiais produzidos**	**Número de participantes**	**Número de mediadores (oficineiros)**	**Local**

ANEXO V: Publicações Do Rualogia Em Ambiente Virtual

PUBLICAÇÕES EM AMBIENTE VIRTUAL		
Conteúdo	Meio	Acesso público em:
Rualogia I - Oficina 1 Tema: Tenda do Conto e Metodologias	Virtual	https://www.instagram.com/p/DE7oXTvpzel/?img_index=1
Rualogia I - Oficina 2 Temas: 1 - Sociedade, Estado e desigualdades; 2 - Sociedade, Estado e desigualdades em tempos de pandemia.	Virtual	https://www.instagram.com/p/DE7o5hJJEOq/?img_index=1
Rualogia I - Oficina 3 Temas: 1 - Fenômeno da população em situação de rua: gênese, histórico, características e aporofobia; 2 - Movimento Nacional da População de Rua: lutas, demandas e desafios.	Virtual	https://www.instagram.com/p/DE7paq3pat7/?img_index=1
Rualogia I - Oficina 4 Temas: 1 - Legislações, resoluções e normativas: do internacional ao local.; 2 - Atenção Integral à saúde.	Virtual	https://www.instagram.com/p/DE7qe3sJp6k/?img_index=1

Rualogia I - Oficina 5 Temas: 1 - Rualogia em Fanzine: A rua, a arte, cultural e Educação Popular.; 2 - Tire seu capacitismo da nossa frente, nossa luta é por inclusão.	Virtual	https://www.instagram.com/p/DE7qzF6p9cz/?img_index=1
Rualogia I - Oficina 6 Temas: Cuidado em Liberdade - Luta Antimanicomial e Antiproibicionista	Virtual	https://www.instagram.com/p/DE7rPavppw7/?img_index=1
Rualogia I - Oficina 7 Temas: Conhecendo a realidade da PopRua em Parnamirim	Virtual	https://www.instagram.com/p/DE7ryxmph0l/?img_index=1
Rualogia I - Oficina 8 Tema: Direito e Acesso à Cidade, Ocupações em Movimento.	Virtual	https://www.instagram.com/p/DE7sbbfp3u0/?img_index=1
Rualogia I - Oficina 9 Temas: 1 - Conhecendo a realidade da PopRua em Mossoró-RN; 2 - Direitos sociais.	Virtual	https://www.instagram.com/p/DE7s3d8JULw/?img_index=1
Rualogia II - Oficina 1 Tema:	Virtual	https://www.instagram.com/p/DE7tUq3JuS7/?img_index=1

Fenômeno da População em Situação de Rua: gênese, lutas, desafios e aporofobia.		
Rualogia II - Oficina 2 Tema: Moradia Digna: porta de entrada para outros direitos sociais.	Virtual	https://www.instagram.com/p/DE7tnFspIpT/?img_index=1
Rualogia II - Oficina 3 Tema: Trabalho, Emprego e Renda: PopRua é Classe Trabalhadora na Correia Por Sobrevivência!	Virtual	https://www.instagram.com/p/DE7uCHLpK8k/?img_index=1
Rualogia II - Oficina 4 Tema: Saúde Mental, Luta Antimanicomial e Redução de Danos: isso é cuidado?	Virtual	https://www.instagram.com/p/DE7uSHcJVyP/?img_index=1
Rualogia II - Oficina 5 Tema: Rualogia - Arte, diversão, vivências, emoções, resistências e potências formativas das ruas.	Virtual	https://www.instagram.com/p/DE7uhufpvr9/?img_index=1
"O Projeto Rualogia"	Virtual	https://www.instagram.com/p/CsUgLWkL2t4/
"VII oficina em Parnamirim/RN"	Virtual	https://www.instagram.com/p/Cse_w4NLQpU/?img_index=10

"VIII Oficina do Projeto Rualogia"	Virtual	https://www.instagram.com/p/CtRzWuHBdcE/
"X Oficina em Mossoró"	Virtual	https://www.instagram.com/p/CuCRkpQB2fx/
"Rualogia II: Das marquises para a luta, conhecer para lutar!"	Virtual	https://www.instagram.com/p/C8-GPniO3L6/?img_index=1

Fonte: informações obtidas através da análise de dados da pesquisa.

ANEXO VI: Modelo De Instrumento para a coleta de dados (Roteiro Da Entrevista Narrativa)

No primeiro momento, o(a) participante receberá esclarecimentos sobre a pesquisa a partir da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em seguida, o(a) participante será consultado(a) quanto a permissão ou não, de realização da entrevista narrativa. Caso concorde, será solicitada sua assinatura no TCLE.

As perguntas contidas no roteiro foram estruturadas como guia da entrevista narrativa, entretanto, podem não ocorrer na sequência apresentada, como também, poderão ser adaptadas no decorrer da enunciação do(a) participante. Podendo também surgir perguntas outras como forma de aprofundamento das informações disponibilizadas no momento da entrevista. Caso haja acréscimo de alguma outra questão, esta deverá ser alinhada aos objetivos da pesquisa e aos acordos estabelecidos no TCLE. Vale ressaltar que os(as) entrevistados(as) serão identificados(as) a partir de algarismos romanos e/ou codinomes, como estratégia de preservação de suas identidades reais.

IDENTIFICAÇÃO NUMÉRICA E/OU CODINOME DO(A) ENTREVISTADO(A)

1. Idade:
2. Sexo:
3. Gênero:
4. Cor/raça:
5. Função desempenhada no Projeto Rualogia:
6. Há quanto tempo atua no Projeto?
7. Quantas oficinas mediou?
8. Você já conhecia o MNPR? Se sim, há quanto tempo?
9. Como avalia a sua participação no Projeto Rualogia como oficineiro(a)?
10. Qual tema trabalhado no Projeto Rualogia mais/menos lhe impactou? Conte sobre isso.
11. Como eram planejadas as oficinas, do ponto de vista metodológico e prático?
12. Que tipo de materiais eram necessários a realização da oficina?
13. Em média, quantos participantes haviam nas oficinas?

14. Como era feita a mediação com os participantes?
15. Quais os principais pontos você destacaria em relação a fala dos participantes durante as oficinas?
16. Caso possa definir em uma palavra o significado da sua participação neste Projeto, qual seria?

ANEXO VII: Roteiro de mediação do Grupo Focal

1. **Informações identitárias:**

A) Sexo;

B) Raça;

C) Faixa etária;

2. **Informações sobre a atuação política:**

A) Quando e como conheceu o MNPR?

B) Se identifica como militante deste movimento social?

C) Participa das ações do Movimento para além do Rualogia?

3. **Informações sobre o Rualogia:**

A) De quais oficinas participou?

B) Qual a sua avaliação em relação aos temas abordados pelo Projeto?

C) O que te faz participar? Por qual motivo participou?

D) Qual a sua avaliação em relação aos recursos utilizados pelo Projeto para desenvolvimento das oficinas?

E) Qual a sua avaliação em relação a condução das oficinas por parte dos oficinneiros?

F) Qual a sua avaliação em relação ao tempo de duração das oficinas?

G) Qual foi o tema mais emblemático (do ponto de vista pessoal)? Por quê?

H) As oficinas contribuíram para o acesso a novas informações? Quais?

I) As oficinas contribuíram para o conhecimento acerca da garantia de direitos à PopRua?

J) As oficinas contribuíram para o conhecimento sobre dipositivos e serviços direcionados a PopRua?

K) Quais temas/assuntos você gostaria de aprofundar conhecimentos, caso o Projeto seja renovado?

L) O Projeto Rualogia causou alguma mudança do ponto de vista pessoal?

M) O Projeto Rualogia causou alguma mudança do ponto de vista social?

N) Considera importante a existência do Projeto Rualogia? Por quê?

O) Pontos positivos/ negativos a destacar

P) Sugestões

ANEXO VIII: etapas da análise temática (grupos focais e entrevistas)

<table>
<tr><th colspan="4">OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE TEMÁTICA DA PESQUISA</th></tr>
<tr><td colspan="4">FASE 1: leitura, transcrição, familiarização, anotações iniciais</td></tr>
<tr><td colspan="4">45 páginas transcritas</td></tr>
<tr><td colspan="4">FASE 2: códigos iniciais</td></tr>
<tr><td colspan="4">TEMAS; APOROFOBIA; VIOLÊNCIA DOMÉSTICA; APRENDIZAGEM; TEATRO DO OPRIMIDO; METODOLOGIA; DIREITOS; INFORMAÇÃO; CONHECIMENTO; APRENDIZAGEM; LEIS; POLÍTICA; TEMPO; HABITAÇÃO; POESIA; ABORDAGENS; POLÍTICA; LEITURA DE MATERIAIS; TAREFAS; DECRETO; RESOLUÇÃO; CONSELHOS; SUJEITO DE DIREITOS; MEMORIZAÇÃO; ESCUTA ATIVA; DIÁLOGO; ATENÇÃO; RESPEITO; DESABAFO; AMBIENTE SEGURO; ACOLHIMENTO; PERTENCIMENTO; FAMÍLIA; CONFIANÇA; BORDAS; DIÁLOGO COM AS BORDAS; INTERAÇÃO; PARTICIPAÇÃO; VIVÊNCIA; MEMÓRIA; IDENTIFICAÇÃO; HISTÓRIAS; DE VIDA; AMOROSIDADE; DIVERSÃO; INDIVIDUALIDADE; LIDERANÇA; CAPACIDADE DE EXPRESSÃO; COMUNICAÇÃO FORMAL; FORMAÇÃO POLÍTICA; PERCEPÇÃO DE CONTEXTO; LINGUAGEM INFORMAL; REIVINDICAÇÃO; AUTONOMIA; PROATIVIDADE; DELIBERAÇÃO; ATITUDE; COMPORTAMENTO; AÇÃO; BUSCA ATIVA; PERFIS DE LIDERANÇA; MOBILIZAÇÃO; POTENCIALIDADES; FALAR EM PÚBLICO; DIFICULDADES; POSTURA; RESPONSABILIDADE; FORMAÇÃO AMPLA; LINGUAGEM APROPIADA; ATUAÇÃO; CORPO INSTITUCIONAL; AUTORIDADES; ORGANIZAÇÃO INTERNA; ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO; COLETIVIDADE; COLETIVO; DEMANDA; ORIENTAÇÃO; DEFESA; SUPERAÇÃO; MUDANÇA DE VIDA; MEDIAÇÃO DE CONFLITOS; CONVIVÊNCIA; DESARTICULAÇÃO; DENÚNCIA; PRIORIDADES; AMPLIAR O GRUPO; FUNÇÕES; BUSCA ATIVA; DIVISÃO DE TAREFAS; MOBILIZAÇÃO INTERNA; ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS; COMISSÕES; PARTICIPAÇÃO; DESAFIOS; CONJUNTURA POLÍTICA.</td></tr>
<tr><td colspan="4">FASE 3: códigos gerados na segunda fase agrupados em temas potenciais</td></tr>
<tr><td>AGRUPAMENTO DE CÓDIGOS 1</td><td>AGRUPAMENTO DE CÓDIGOS 2</td><td>AGRUPAMENTO DE CÓDIGOS 3</td><td>AGRUPAMENTO DE CÓDIGOS 4</td></tr>
<tr><td>TEMAS; APOROFOBIA; VIOLÊNCIA DOMÉSTICA; APRENDIZAGEM; TEATRO DO OPRIMIDO; METODOLOGIA; DIREITOS; INFORMAÇÃO; CONHECIMENTO</td><td>ESCUTA ATIVA; DIÁLOGO; ATENÇÃO; RESPEITO; DESABAFO; AMBIENTE SEGURO; ACOLHIMENTO; PERTENCIMENTO; FAMÍLIA; CONFIANÇA; BORDAS;</td><td>LIDERANÇA; CAPACIDADE DE EXPRESSÃO; COMUNICAÇÃO FORMAL; FORMAÇÃO POLÍTICA; PERCEPÇÃO DE CONTEXTO; LINGUAGEM INFORMAL; REIVINDICAÇÃO; AUTONOMIA;</td><td>ORGANIZAÇÃO INTERNA; ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO; COLETIVIDADE; COLETIVO; DEMANDA; ORIENTAÇÃO; DEFESA; SUPERAÇÃO; MUDANÇA DE VIDA; MEDIAÇÃO DE CONFLITOS;</td></tr>
</table>

APRENDIZAGEM; LEIS; POLÍTICA TEMPO; HABITAÇÃO; POESIA ABORDAGENS; POLÍTICA; LEITURA DE MATERIAIS; TAREFAS; DECRETO; RESOLUÇÃO; CONSELHOS; SUJEITO DE DIREITOS; MEMORIZAÇÃO	DIÁLOGO COM AS BORDAS; INTERAÇÃO; PARTICIPAÇÃO; VIVÊNCIA; MEMÓRIA; IDENTIFICAÇÃO; HISTÓRIAS DE VIDA; AMOROSIDADE; DIVERSÃO; INDIVIDUALIDADE	PROATIVIDADE; DELIBERAÇÃO; ATITUDE; COMPORTAMENTO; AÇÃO; BUSCA ATIVA; PERFIS DE LIDERANÇA; MOBILIZAÇÃO; POTENCIALIDADES; FALAR EM PÚBLICO; DIFICULDADES; POSTURA; RESPONSABILIDADE; FORMAÇÃO AMPLA; LINGUAGEM APROPIADA; ATUAÇÃO; CORPO INSTITUCIONAL; AUTORIDADES	CONVIVÊNCIA; DESARTICULAÇÃO; DENÚNCIA; PRIORIDADES; AMPLIAR O GRUPO; FUNÇÕES; BUSCA ATIVA; DIVISÃO DE TAREFAS; MOBILIZAÇÃO INTERNA; ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS; COMISSÕES; PARTICIPAÇÃO; DESAFIOS; CONJUNTURA POLÍTICA
TEMA POTENCIAL: TEMAS E METODOLOGIAS APLICADAS	TEMA POTENCIAL: ESCUTA ATIVA, DIÁLOGO E RESPEITO	TEMA POTENCIAL: FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS	TEMA POTENCIAL: ORGANIZAÇÃO INTERNA DO COLETIVO
FASE 3: agrupação dos extratos de acordo com a construção dos temas potenciais			
Extratos do agrupamento 1	**Extratos do agrupamento 2**	**Extratos do agrupamento 3**	**Extratos do agrupamento 4**
(os extratos não estão expostos, na íntegra, para que sejam reservados os direitos de uso dos dados da pesquisa)			
FASE 4: refinamento dos temas			

POTENCIAIS TEMAS DA TERCEIRA FASE:	TEMAS REFINADOS:
AGRUPAMENTO 1: TEMAS E METODOLOGIAS APLICADAS	TEMAS E METODOLOGIAS DO RUALOGIA: EDUCAÇÃO POPULAR NA PRÁTICA
AGRUPAMENTO 2: ESCUTA ATIVA, DIÁLOGO E RESPEITO	A EXPRESSÃO DAS PRÁTICAS DE CUIDADO NO COLETIVO: diálogo e escuta ativa
AGRUPAMENTO 3: FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS	O RECONHECIMENTO E A LEGITIMAÇÃO DAS LIDERANÇAS

<table>
<tr><td colspan="2">AGRUPAMENTO 4:
ORGANIZAÇÃO INTERNA DO COLETIVO</td><td colspan="2">PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA: a dimensão espacial-temporal da incidência política</td></tr>
<tr><td colspan="4">FASE 5: definição final dos temas</td></tr>
<tr><td>TEMAS E METODOLOGIAS DO RUALOGIA: EDUCAÇÃO POPULAR NA PRÁTICA</td><td rowspan="2">A EXPRESSÃO DAS PRÁTICAS DE CUIDADO NO COLETIVO: diálogo e escuta ativa</td><td rowspan="2">O RECONHECIMENTO E A LEGITIMAÇÃO DAS LIDERANÇAS</td><td>PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA: a dimensão espacial-temporal da incidência política</td></tr>
<tr><td>• Rualogia: conceito, prática e princípio;
• Temas;
• Metodologias</td><td>• Divisão de Tarefas;
• Apropriação do espaço e o gerenciamento dos recursos;
• Mediação das relações interpessoais;
• Mobilização de novos articuladores.</td></tr>
</table>

APÊNDICE I: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 1

Oficina 1| Metodologias Ativas



APÊNDICE II: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 2

Oficina 2| Sociedade, Estado e Desigualdades



APÊNDICE III: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 3

Oficina 3| Fenômeno da População em Situação de Rua - gênese, histórico e características (manhã); Movimento Nacional da População em Situação de Rua (tarde);



APÊNDICE IV: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 4

Oficina 4| Legislações, Resoluções e Normativas: do Internacional ao Local (manhã); Atenção Integral à Saúde (tarde).



APÊNDICE V: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 6

Oficina 6| Cuidado em Liberdade – Luta antimanicomial e antiproibicionista.



APÊNDICE VI: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 7

Oficina 7| Conhecendo a realidade da PopRua em Parnamirim-RN



APÊNDICE VII: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 8

Oficina 8| Direito e Acesso à Cidade, Ocupações em Movimento



APÊNDICE VIII: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 9

Oficina 9| Conhecendo a realidade da PopRua em Mossoró-RN



APÊNDICE IX: cards de divulgação do Rualogia I - oficina 10

Oficina 10| Dialogando sobre saúde da PopRua em Mossoró-RN



APÊNDICE X: cards de divulgação do Rualogia II - oficina 1

Oficina 1| Fenômeno da População em Situação de Rua e MNPR: Gênese, Lutas, Desafios e Aporofobia



APÊNDICE XI: cards de divulgação do Rualogia II - oficina 2

Oficina 2| Moradia digna: porta de entrada para outros direitos sociais



APÊNDICE XII: cards de divulgação do Rualogia II - oficina 3

Oficina 3| Trabalho, Emprego e Renda: a PopRua é classe trabalhadora na correria por sobrevivência



APÊNDICE XIII: cards de divulgação do Rualogia II - oficina 4

Oficina 4| Saúde mental, luta antimanicomial e redução de danos: isso é cuidado?



APÊNDICE XIV: cards de divulgação do Rualogia II - oficina 5

Oficina 5| Rualogia – Arte, diversão, vivências, emoções, resistências e potências formativas das ruas



APÊNDICE XV: programações do Rualogia I (oficina 7)



PROJETO RUALOGIA: DAS MARQUISES PARA A LUTA, CONHECER PARA LUTAR
VII OFICINA - PARNAMIRIM - 17/05/2023
LOCAL: CIACAP - CENTRO INTEGRADO DE APOIO À CRIANÇA E ADOLESCENTE DE PARNAMIRIM



PROGRAMAÇÃO

MANHÃ

8:30 – Chegada com café da manhã e cadastramento (lista de presença);

9:00 – Programação cultural – Pedagoginga;

9:20 – Vídeo "Rua Existe e Resiste", roda de conversa sobre a história do Movimento,e debate sobre o vídeo Telão Pop Rua;

10h – Demandas da Pop Rua (roda de conversa) - Telão Pop Rua;

11:00 – Dialogando com a Pop Rua e os Serviços;12:00 – Almoço;

TARDE

13h – Teatro Rua Viva: moradia, saúde, trabalho, emprego e renda – ONDE ESTÃO OS MEUS DIREITOS? TENHO DIREITO A TER DIREITOS?

13:40 – Roda de conversa – Telão Pop Rua;

15:00 – Encerramento - Entrega de kits, zines e lanche

APÊNDICE XVI: programações do Rualogia I (oficina 8)



APÊNDICE XVII: programações do Rualogia II (oficina 1)



Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio – CRDHMD
Movimento Nacional da População de Rua - MNPR/RN

PROJETO: "Rualogia II: das Marquises para a Luta, Conhecer para Lutar"

PROGRAMAÇÃO_OFICINA 1

TEMA| Fenômeno da população em situação de rua e Movimento Nacional da População em Situação de Rua: características, lutas, desafios e aporofobia.

MANHÃ

- **9h às 10h** – Chegada / café da manhã
- **10h** – Início da oficina (turno manhã)
  - Diálogo sobre a população em situação de rua: características, lutas, desafios e aporofobia.
  - Diálogo sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (Rio Grande do Norte): origem, princípios, objetivos, organização, atuação.
- **12h30** - Encerramento das atividades do turno da manhã
- **12h30 às 14h** - Almoço

TARDE

- **14h** - Início da oficina (turno tarde)
  - Considerações em torno das normativas (Cartilha)
  - A mala das possibilidades (teatro)
- **16h** - Encerramento

APÊNDICE XVIII: programações do Rualogia II (oficina 2)

RUALOGIA/RN

2ª ED.

OFICINA DOIS:

MORADIA DIGNA ENQUANTO DIREITO CONSTITUCIONAL, PORTA DE ENTRADA PARA OUTRAS GARANTIAS SOCIAIS.

Programação - 01 de Julho de 2024

Toca de Assis

MANHÃ

9h às 10h – Chegada / Café da manhã

10h – Início da oficina
- TANGRAM: O que é moradia para você?

11h - Teatro do Oprimido e barraca das possibilidades: Moradia digna

12h30 às 14h - Almoço

TARDE

14h - Retomada das atividades
- Direito à moradia digna: A importância dos termos e nomenclaturas na formação de lideranças

16h - Encerramento / Lanche



APÊNDICE XIX: planejamento detalhado (Rualogia II – oficina 1)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA//UFRN)
Centro de Referência em Direitos Humanos Marcos Dionísio (CRDHMD/UFRN)

PROJETO RUALOGIA II: das marquises a luta, conhecer para lutar



TEMA DA OFICINA: "Moradia digna enquanto direito constitucional, porta de entrada para outras garantias sociais.
DATA: 01/06/2024
LOCAL: Toca de Assis

RELATÓRIO DE PLANEJAMENTO/EXECUÇÃO

TURNO DA MANHÃ

- **9h** – Acolhimento – Café com filme.
  O vídeo será exibido durante a chegada dos participantes (Documentário Leva - https://www.youtube.com/watch?v=xn2um8xhc4o);
- **10h às 12h** – Início da oficina (destrinchando o tema)

❖ **TANGRAM DA MORADIA**

- Passo 1: solicitar que os participantes escrevam em cada elemento do Tangram uma palavra que para eles resume o significado de "moradia". Caso não queiram/não possam escrever, solicitar que escolham uma das peças e, no momento de constituição das imagens, compartilhe o que pensou a partir das perguntas disparadoras:

Que horas é o almoço?	Como usa a descarga do banheiro?
O que tem dentro de uma casa?	Na minha casa eu quero/não quero...
O que significa ter uma casa?	O que eu faria se tivesse uma casa?
Quando eu tiver a minha casa...	Quando eu tiver o meu sofá...
Quando eu tiver a minha cama...	Quando eu tiver a minha cozinha...
Quando eu tiver uma geladeira...	Como faço para ter uma casa?

- Passo 2: Distribuir as ilustrações para servir de guia na hora da montagem



- Passo 3: solicitar que cada participante compartilhe o que pensou/escreveu e cole na barraca montada para a apresentação as peças com os escritos. A partir da explicação, aprofundaremos os conceitos que possam surgir como: "comunidade", "pertencimento", "trabalho", "coletividade", "processos", "escuta ativa", "atenção",

"paciência", a simbologia da palavra para cada enunciador(a).

❖ **O TEATRO DO OPRIMIDO**

- Passo 1: após a atividade do Tangram, propor uma encenação levando em consideração as palavras ditas anteriormente pelos participantes e, como pergunta disparadora, pensar: "como seria um dia da minha vida se tudo isso fosse real?"
- Passo 2: explicar aos participantes o que há dentro da barraca maior. Cada um que queira participar, entrará na barraca e se caracterizará com os elementos que houver dentro dela. Ao sair da barraca, o participante fará sua encenação na peça conforme se desenvolve o enredo da peça no curso das ações.
- Passo 3: um(a) oficineiro ficará responsável por registrar fotograficamente os momentos da peça.

Obs.: Haverá duas barracas montadas no ambiente. Uma que comporta (6 pessoas) e outra que comporta (x pessoas). A menor estará montada mais próximo aos oficineiros durante a mediação da oficina. A segunda - dentro da barraca maior - haverá a "*mala das possibilidades*" com adereços para composição dos personagens do Teatro do Oprimido e elementos que podem ser encontrados dentro de uma casa (relógio, copos, pratos, papel higiênico, absorventes, toalha, livros, quadros, cabide, chuveiro, celular, plantas, cadeira, lixeiro, cobertores, papelões, jornal, garrafas pet, mantas, almofadas).

- Passo 4: culminância da programação (turno da manhã). As fotos serão colocadas ao centro dos participantes organizados em uma grande roda. Propor que observem as imagens posicionadas entre um elemento e outro utilizado durante a peça, e voltar a reflexão inicial ~ "como seria um dia da minha vida se tudo isso fosse real?" ~ cabendo a cada participante, pensar a respeito (em silêncio) enquanto é reproduzida a música Vitoria (https://www.youtube.com/watch?v=A2vBfRBBXRQ).

12h – Almoço

TURNO DA TARDE - ESBOÇO (A DISCUTIR)

13h – Início da oficina (turno vespertino)

TRABALHAR OS TERMOS – OCUPAÇÃO, INVASÃO, POSSE, DIREITO

- **O QUE ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO?**
  - Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

- IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;
- IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

Sugestão de vídeos: https://www.youtube.com/watch?v=pzfA6qCDADM
https://www.youtube.com/watch?v=rGDkhYw0pMs
https://www.youtube.com/watch?v=_YqLx523qvM (Mulheres)

MORADIA VS. OCUPAÇÃO

Ocupação: https://www.youtube.com/watch?v=AKnj7wT9Fek
Moradia:

ENCERRAMENTO

POEMA: https://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/o-operario-em-construcao
Vídeo: O operário em construção
https://www.youtube.com/watch?v=OeSU9-ck-Ac

APÊNDICE XX: relação de propostas e metodologias desenvolvidas durante o Rualogia

TIPO	METODOLOGIA
TEATRO DO OPRIMIDO	Geralmente desenvolvidos ao final da oficina, como forma de culminância do encontro. Para início do primeiro ato, realizava-se uma leitura coletiva para a contextualização da trama, em torno de uma situação específica (relacionada a temática do dia). A partir disso, a apresentação estruturava-se por meio da participação de outras pessoas, por livre demanda, que assumiam personagens diferentes, inspirados em si mesmos ou, ainda, em situações vividas no cotidiano. Para facilitar a mediação, os(as) oficineiros(as) formadores também se inseriam na peça e contribuíam com intervenções, perguntas, elementos presentes na explanação da temática feita em momento anterior, assim como, ao final da peça retomando os pontos centrais do debate.
PRODUÇÃO DE FANZINES	Produção de pequenos cadernos e/ou folhetos de forma artesanal. Registram a perspectiva individual de cada participante em relação a uma temática específica, expressada através do corte e colagem de figuras ou imagens de revista; escrita espontânea; desenhos.
DOCUMENTÁRIOS E FILMES	Selecionados com base nos objetivos traçados para cada encontro formativo.
TV: FALA POPRUA!	Proposta criada por membros do MNPR/RN. Trata-se de uma televisão (feita de papelão) e um microfone (feito de papel) que circula entre os participantes do encontro para que cada integrante expresse sua opinião em relação ao tema ou uma situação específica. Nesta proposta, o objetivo é dar visibilidade às demandas individuais ou coletivas, como uma simulação do que ocorre em entrevistas e jornais televisivos de grande repercussão nacional.
RODAS DE CONVERSA	Metodologia ativa de diálogo que objetiva o mantimento da palavra circulante entre os participantes, para explanação de uma temática específica. Diferente de uma palestra, ela é informal, mediada pelos oficineiros presentes.
ILUSTRAÇÃO EM CARTAZES	Os cartazes foram utilizados como forma de fomento do trabalho em grupo, do pensar, debater e decidir coletivamente. Geralmente utilizados para representação de um mapa mental em torno da temática proposta no dia.
TEATRO DE FANTOCHES	Utilizado para contar histórias (reais ou fictícias) por meio de bonecos manipulados. No desenvolvimento da proposta, os personagens interagiam com o público, questionavam, opinavam, dando "vida" e voz a situações rotineiras, conhecidas pela PSR.
BARRACA DAS POSSIBILIDADES	Nesta proposta, montou-se uma barraca de acampamento que continha, em seu interior, recursos diversos, itens presentes em uma moradia (roupas, panelas, toalhas, utensílios de uso pessoal, dentre outros). Para desenvolvimento da proposta os(as) oficineiros(as) propuseram uma reflexão "como seria a minha vida se eu tivesse uma moradia?" e a partir dessa pergunta os participantes, por livre demanda, entravam na barraca, escolhiam um objeto e saiam. Do lado externo da barraca, expressavam seus sentimentos, pensamentos, questionamentos e conclusões sobre o que o objeto escolhido os remetia. Esta proposta foi utilizada na oficina do tema "Moradia digna".
LIVROS	Obra: Aporofobia: Você não conhece a palavra, mas conhece o sentimento (Blandina Franco). A obra foi utilizada como forma de introdução ao tema debatido no dia. Realizou-se a leitura coletiva do livro para fomento do diálogo.

POESIAS	As poesias escolhidas retratavam contextos comuns à PSR, entraves e conquistas do segmento. Os textos, em sua maioria, eram de autoria de José Vanilson Torres (coordenador nacional do Movimento Nacional da População de Rua), que disponibilizou os materiais para leitura coletiva nos encontros do Rualogia.
MÚSICAS	Selecionados com base nos objetivos traçados para cada encontro formativo.
CARTILHA	Cartilha de Direitos Humanos da PSR, este material foi formulado pela equipe de oficineiros(as) do Projeto Rualogia, como forma de sintetizar as informações centrais (dos temas debatidos), fundamentados no que dispõem as principais Resoluções e normativas nacionais direcionadas ao segmento.
PRÁTICAS DE ALONGAMENTO	Dinâmica de relaxamento, geralmente desenvolvida sob mediação de um(a) oficineiro(a) no momento inicial da oficina. A proposta do alongamento é fomentar um momento de ambientalização dos participantes ao encontro.
PEDAGOGINGA	Proposta criada por membros do MNPR/RN, trata-se de uma dinâmica que simula uma roda de capoeira, em que os participantes - por livre demanda - se inserem na roda, aprendem os movimentos e exploram sua desenvoltura corporal pela troca, pelo auxílio de outros participantes. Proposta desenvolvida no momento inicial da oficina, como forma de ambientalização dos participantes ao encontro.
TANGRAM DA MORADIA	Nessa proposta, os recortes de cartolina simulam peças de uma casa para ser montada. Em cada peça, os participantes devem escrever e/ou colar imagens do que a moradia representa para cada um deles, até que todas as peças estejam compostas de cada representação e, juntos, possam montar o Tangram da moradia para apresentação coletiva.
VARAL FOTOGRÁFICO	Selecionadas com base nos objetivos traçados para cada encontro/temática formativa. As fotografias utilizadas foram, em sua maioria, disponibilizadas por Hallison Silva (Foguete), fotógrafo membro do MNPR/RN. Em seus registros, documenta o cotidiano a partir do olhar de quem já esteve em situação de rua, eternizando as minuciosidades simbólicas de uma sociedade desigual. As fotos foram expostas em uma espécie de varal, cada participante foi convidado a escolher uma imagem para expressar o que entendiam a respeito. Os relatos promoveram diálogos, reflexões e identificações entre os participantes do grupo.
SITUAÇÃO-PROBLEMA	Situações-problema foram elaboradas pelos(as) oficineiros(as) do projeto Rualogia para incitar o diálogo do grupo a respeito de contextos que remetiam a fatos do cotidiano da PSR. A mediação deu-se no sentido de formular questionamentos ao grupo sobre caminhos possíveis para a condução dos fatos; resolução do problema; estratégias de superação; canais de denúncia; preceitos fundamentados em normativas que asseguram os direitos da PSR, dentre outras ponderações. As situações foram elaboradas com base nos objetivos traçados para cada encontro formativo, impressas em folha ofício e sorteadas de maneira avulsa pelos participantes.

Fonte: dados provenientes da análise documental da pesquisa (Projeto Rualogia I e II);

APÊNDICE XXI: situações-problema elaboradas pelos(as) oficineiros do projeto Rualogia para mediação da temática

FALAS VIOLADORAS	DEFESA PAUTADA EM NORMATIVAS
"Não tem porque realizar atividades com as famílias aqui no centro pop não – esse povo nem família tem, é tudo só"	No decreto federal nº 7.053/2009 art. 5º da política nacional para a população em situação de rua, diz que... a população em situação de rua tem direito "à convivência familiar e comunitária"
"Não temos vaga pra esse tipo de atendimento. você não pode entrar aqui vestido assim"	No decreto federal nº 7.053/2009 art. 5º da política nacional para a população em situação de rua, diz que... a população em situação de rua tem "direito ao atendimento humanizado e universalizado"
"Aqui no serviço não tem essa coisa de respeitar identidade de gênero não. homem é homem, mulher é mulher"	No decreto federal nº 7.053/2009 art. 5º da política nacional para a população em situação de rua, garante o... "respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência"
	A resolução nº 425 de 2021 apresenta como objetivo..."considerar a heterogeneidade da população em situação de rua, notadamente quanto ao nível de escolaridade, naturalidade, nacionalidade, identidade de gênero, características culturais, étnicas, raciais, geracionais e religiosas [...]"
"Esse povo não tem que participar de nada aqui não, o CIAMPRUA não foi feito pra eles. esse povo nem entrar aqui deveria, não tem nada pra fazer aqui não"	No decreto federal nº 7.053/2009 art. 6º da política nacional para a população em situação de rua, apresenta como diretriz o... "incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas"
	No decreto federal nº 7.053/2009 art. 6º da política nacional para a população em situação de rua, apresenta como diretriz a... "participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas"
"Não precisa fazer censo sobre a pop rua aqui em natal, vamos fazer o que estão fazendo lá em SP"	No decreto federal nº 7.053/2009 art. 7º da política nacional para a população em situação de rua, apresenta como diretriz o... "respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas"
	No decreto federal nº 7.053/2009 art. 7º da política nacional para a população em situação de rua, apresenta como objetivo..."instituir a contagem oficial da população em situação de rua"
“Trabalho no albergue há 7 anos e sempre foi assim, não vai ser agora que vai mudar. não preciso conhecer mais sobre a população de rua, é tudo igual"	No decreto federal nº 7.053/2009 art. 7º da política nacional para a população em situação de rua, apresenta como diretriz a... "implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional"
	No decreto federal nº 7.053/2009 art. 7º da política nacional para a população em situação de rua, apresenta como objetivo..."garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua"

	Na resolução 40/2020 que institui diretrizes para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua diz que..."art. 12 o estado deve investir na capacitação permanente dos/as gestores/as, técnicos/as,educadores/as sociais e demais trabalhadores/as da rede de atendimento que atuam com a população em situação de rua"
	Na resolução 40/2020 que institui diretrizes para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua diz que..."art. 13 configura violação de direitos humanos a suspensão e expulsão de pessoas em situação de rua dos serviços públicos como forma de solução de conflitos"
"Pra quê você quer voltar a estudar? pra quê carteira assinada? aceita o que vier. por quê se profissionalizar, tá viajando é?"	No Decreto Federal nº 7.053/2009 art. 7º da política nacional para a população em situação de rua, apresenta como objetivo..."disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo desapropriar o seu acesso ao mercado de trabalho"
"Não vejo sentido nessa parceria entre movimento e Universidade, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa"	A resolução nº 425 de 2021 art. 1º apresenta como objetivo..."estimular a cooperação administrativa e judicial entre órgãos judiciais e outras instituições, nacionais ou internacionais, incluindo centros de pesquisa, instituições de pesquisa e universidades em favor dos direitos e garantias das pessoas em situação de rua"
"Aqui no serviço sabe que tem que ter cuidado, né? tem muito morador de rua frequentando o espaço"	O decreto federal nº 7.053/2009 art. 5º da política nacional para a população em situação de rua, apresenta como princípio o “respeito à dignidade da pessoa humana;
	Na resolução 40/2020 que institui diretrizes para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua diz que..."art. 12 o estado deve investir na capacitação permanente dos/as gestores/as, técnicos/as,educadores/as sociais e demais trabalhadores/as da rede de atendimento que atuam com a população em situação de rua"
	a resolução nº 425 de 2021 art. 3º apresenta como princípio a..."não-criminalização das pessoas em situação de rua"
"Arquitetura hostil foi a melhor coisa que inventaram, acabaram com essa história de dormir embaixo dos viadutos e nas praças"	Na resolução 40/2020 que institui diretrizes para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua diz que..."art. 23 o estado deve garantir às pessoas em situação de rua o direito à cidade, constituído entre outros pelo direito de: i – ir e vir; ii – permanecer em espaço público; iii – acessar equipamentos e serviços públicos parágrafo único. é vedada a remoção de pessoas em espaços públicos pelo fato de estarem em situação de rua"
"Não tem jeito, interno logo. tem que fazer tratamento forçado mesmo, senão não larga as drogas"	A Resolução nº 425 de 2021 art. 3º apresenta como princípio a... "atuação voltada à redução de riscos e danos físicos e sociais, com vedação das práticas repressivas e de diagnóstico, prescrição, indicação ou determinação forçada de tratamentos terapêuticos, manicomiais ou religiosos para pessoas em situação de rua ou que façam uso abusivo de álcool e outras drogas"

Fonte: dados provenientes da análise documental da pesquisa com base no planejamento para a execução da oficina 1 (Rualogia II).

APÊNDICE XXII: registros fotográficos (Rualogia I e II)



Legenda: foto por Hallison Foguete – roda de conversa (Projeto Rualogia I).



Legenda: foto por Nathália Potiguara – Varal fotográfico (Projeto Rualogia I).



Legenda: Pedagoginga (Projeto Rualogia I). Fotógrafo não identificado.



Legenda: foto por Hallison Foguete – Produção de fanzines (Projeto Rualogia I).



Legenda: foto por Nathália Potiguara – Tv Fala PopRua! (Projeto Rualogia I).



Legenda: foto por Nathália Potiguara, Teatro de fantoches (Projeto Rualogia II).



Legenda: foto por Nathália Potiguara, Teatro do Oprimido (Projeto Rualogia II).



Legenda: foto por Nathália Potiguara – barraca das possibilidades (Projeto Rualogia II).





Legenda: foto por Nathália Potiguara – Tangram da Moradia, corte e colagem em cartolina (Projeto Rualogia II).



Legenda: foto por Nathália Potiguara – Leitura Coletiva do livro para fomento do diálogo (Projeto Rualogia II).